

JULHO
DEZEMBRO
2016
ISSN 1519-4906

LÍNGUAS

e

INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS

Línguas e instrumentos linguísticos 38 / Campinas: CNPq –
Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2016;
Unicamp, 1997-2016

Semestral.

ISSN 1519-4906

1. Linguística - Periódicos 2. Análise do discurso - Periódicos 3.
Semântica - Periódicos 4. História - Periódicos I. Universidade
Estadual de Campinas

CDD – 410.05
– 412.05
– 900

Copyright © 2016 dos Autores para efeito desta edição e posteriores. Direitos cedidos com exclusividade para publicação em língua portuguesa para o Projeto História das Idéias Lingüísticas e Editora RG.

Todos os direitos reservados.

O uso, a reprodução, a apropriação, o estoque em sistema de banco de dados ou processo similar, por meio eletrônico, por fotocópia, gravação ou processo de qualquer natureza (inclusive a partir do site www.revistalinguas.com), está condicionado à expressa permissão do Projeto História das Idéias Lingüísticas.

Coordenação editorial: Editora RG

Diagramação: Anderson Braga do Carmo, Danilo Ricardo de Oliveira, Fábio Bastos, Renata Ortiz Brandão e Vinícius Massad Castro

Editoração eletrônica: Fábio Bastos

Capa: Fábio Bastos, sobre projeto gráfico original de Claudio Roberto Martini

Revisão: Equipe de revisores sob supervisão do Projeto História das Idéias Lingüísticas

Editora RG

Fone: 19 3289.1864

rg-e@uol.com.br

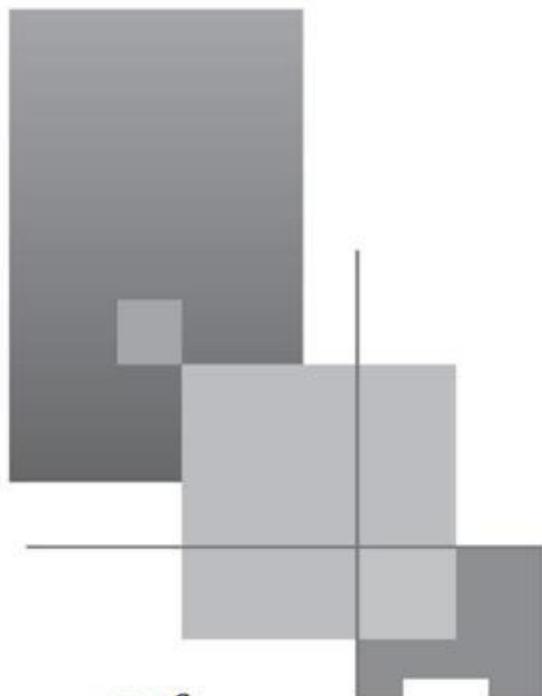
Edição eletrônica: www.revistalinguas.com
2016

Impresso no Brasil

LÍNGUAS

e

INSTRUMENTOS
LINGÜÍSTICOS



2016

LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Edição: Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil
Editora RG

Diretores/Editores: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi

Comitê Editorial: Ana Maria Di Renzo (Unemat), Bethania Sampaio Mariani (UFF), Carolina Zucolillo Rodriguez (Unicamp), Claudia Pfeiffer (Unicamp), Carlos Luis (Argentina), Charlotte Galves (Unicamp), Débora Massmann (Univás), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Eduardo Guimarães (Unicamp), Elvira Narvaia de Arnoux (Argentina) Eni P. Orlandi (Unicamp), Francine Mazière (França), Francis Henry Aubert (USP), Freda Indursky (UFRGS), Jean-Claude Zancarini (França), José Horta Nunes (Unicamp), José Luiz Fiorin (USP), Lauro Baldini (Unicamp), Luiz Francisco Dias (UFMG), Maria Filomena Gonçalves (Portugal), Marlon Leal Rodrigues (UEMS), Mónica Zoppi-Fontana (Unicamp), Norman Fairclough (Inglaterra), Rainer Henrique Ramel (México), Rosa Attié Figueira (Unicamp), Sheila Elias de Oliveira (Unicamp), Silvana Serrani-Infante (Unicamp), Simone Delesalle (França), Suzy Lagazzi (Unicamp), Sylvain Auroux (França) e Taisir Mahmudo Karim (Unemat)

Comitê de Redação: Claudia Reis, Cristiane Dias e Sheila Elias de Oliveira

Secretaria de Redação: Anderson Braga do Carmo, Danilo Ricardo de Oliveira, Renata Ortiz Brandão e Vinícius Massad Castro

Revisão dos artigos: Todos os artigos são revisados por pares observando-se os seguintes parâmetros: nível de contribuição para a comunidade científica, qualidade da escrita do texto, relevância da bibliografia.

Mês e ano do fascículo: julho a dezembro 2016

Periodicidade de circulação: semestral

ISSN: 1519-4906

Número sequencial de páginas: a numeração inicia sua contagem na página de olho da revista, figurando – em algarismos arábicos – a partir da página número sete até o final.

SUMÁRIO

Apresentação	7
A colocação dos pronomes na <i>Grammatica Portugueza</i> de Júlio Ribeiro <i>Ana Cláudia Fernandes Ferreira e Luciana Nogueira</i>	11
Língua e mundialização literária: um olhar para a língua portuguesa na contemporaneidade <i>Carolina Padilha Fedatto</i>	35
A realização dos objetos direto e indireto anafóricos em português brasileiro e espanhol <i>Eduardo Dutra, Taíse Simioni e Marília dos Santos Lima</i>	55
Muito prazer, sou linguista. Por que todo professor de português deve ser um linguista? <i>Bruno de Andrade Rodrigues</i>	79
Língua/fala, competência/desempenho, linguística/psicolinguística? <i>Carlos Eduardo Borges Dias</i>	117
<hr/>	
DOSSIÊ: H(A) LÍNGUA	
Manifesto de Provocação <i>Marcos Aurelio Barbai e Ana Laura Prates Pacheco</i>	157
O que é a língua se a psicanálise e o materialismo histórico existem? <i>Lauro José Siqueira Baldini e Thales de Medeiros Ribeiro</i>	161
“Onde está a verdadeira verdade de seu discurso”? <i>Sonia Alberti</i>	189
“O que é a língua se a psicanálise existe?”: um retorno a Saussure a partir de Milner, Gadet e Pêcheux <i>Juliana Santana Cavallari e Paula Chiaretti</i>	201

Lalíngua na clínica	
<i>Luciano Elia</i>	219

CRÔNICAS E CONTROVÉRSIAS

Remendos, derivas ou falhas. Da língua e de lalíngua	
<i>Bethania Mariani</i>	227

Lalíngua e sinthoma	
<i>Antonio Quinet</i>	243

RESENHA

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. Aquisição de Segunda Língua. São Paulo: Parábola, 2014. 200 p.	
Amálgama de perspectivas: a aquisição de segunda língua enquanto processo multifacetado	
<i>Rogério Macedo de Oliveira</i>	263

APRESENTAÇÃO

A Revista *Língua e Instrumentos Linguísticos* traz em sua 38ª edição treze textos, divididos em seus quatro núcleos regulares de publicação: *Seção Aberta*, *Dossiê*, *Crônicas e Controvérsias* e *Resenha*.

A *Seção Aberta* compreende estudos que propendem dialogar sobre a linguagem e seu funcionamento, historicização, instrumentação, disciplinarização e ensino, trazendo reflexões sobre o português do Brasil, em diferentes momentos históricos e em relação com outras línguas como a portuguesa e a espanhola.

Ana Cláudia Fernandes Ferreira e Luciana Nogueira, em “A colocação dos pronomes na *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro”, analisam a tensão entre descrição e prescrição nas formulações sobre a colocação pronominal na gramática de Júlio Ribeiro, com o objetivo de compreender como a língua portuguesa e a língua brasileira são significadas neste instrumento linguístico. A partir de uma perspectiva materialista, as autoras contribuem com os estudos em História das Ideias Linguísticas no Brasil, mostrando que a não coincidência da língua portuguesa com a língua brasileira significa o sujeito brasileiro, que “usa a língua de um modo específico, um modo brasileiro, autorizado pelo gramático”.

Em “Língua e mundialização literária: um olhar para a língua portuguesa na contemporaneidade”, Carolina Padilha Fedatto analisa as políticas linguísticas para a língua portuguesa presentes na circulação editorial da literatura contemporânea. A autora planeia a literatura como um espaço político, no qual “as línguas atualizam tensões e contradições históricas entre diferentes países”, que pela história de colonização e de mundialização são levados a participar do espaço lusófono.

Eduardo Dutra, Taíse Simioni e Marília dos Santos Lima, no artigo intitulado “A realização dos objetos direto e indireto anafóricos em português brasileiro e espanhol” estabelecem um quadro comparativo sobre a realização do objeto direto e indireto anafóricos nestas línguas, mostrando convergências e divergências no que tange a este aspecto. Desse modo, ao apresentarem uma percepção dos limites entre o

português e o espanhol no estabelecimento deste quadro, os autores destacam a importância do papel mediador do professor no estabelecimento de estratégias que produzam intervenções pedagógicas mais realistas e eficazes no processo de ensino-aprendizagem do espanhol enquanto língua estrangeira (L2) no Brasil.

No texto “Muito prazer, sou linguista. Por que todo professor de português deve ser um linguista?”, Bruno de Andrade Rodrigues defende a tese de que todo professor de português deve ser um linguista, ao considerar a importância de uma pedagogia linguística no favorecimento da inclusão social pelo combate ao preconceito linguístico e pela compreensão da alteridade nas práticas linguísticas. Assim, conclui o autor que o professor deve ser um agente sócio-político, apropriando-se do saber produzido pela Linguística com o intuito de tonar-se suficientemente instrumentalizado para a compreensão dos modos com a língua é usada como um instrumento de poder na sociedade.

Carlos Eduardo Borges Dias, em “Língua/fala, competência/desempenho, linguística/psicolinguística?”, questiona proposições fundamentais no estabelecimento científico da Linguística e a relação epistemológica que se estabeleceu sobre estes preceitos na constituição histórica da Psicolinguística, com o objetivo de apresentar novos contornos no processo de historicização desta ciência. Adentrando a antinomia entre as duas áreas, o autor interroga a abordagem predominante ao concluir que, no domínio dos fenômenos da fala/desempenho, a transgressão às regras é sempre possível.

Pela primeira vez, as seções *Dossiê* e *Crônicas e Controvérsias* reúnem trabalhos sobre uma mesma temática: linguagem e psicanálise. Por essa razão, a pedido dos autores, a seção *Dossiê* precede os trabalhos apresentados em *Crônicas e Controvérsias*. Intitulado de “(Ha) língua”, o dossiê coordenado por Marcos Aurelio Barbai e Ana Laura Prates Pacheco, apresenta questões e reflexões sobre a relação entre linguagem e inconsciente a partir da formulação do preceito lacaniano de “*lalangue*”, o que os coordenadores explicitam em “Manifesto de provocação”, texto em que apresentam o dossiê. Os pesquisadores Lauro Baldini, Thales Ribeiro, Sonia Alberti, Juliana Cavallari, Paula Chiaretti, Luciano Elia, Bethania Mariani e Antonio Quinet, produzem em seus textos gestos de leitura sobre os impasses, pressupostos teóricos e percursos que sedimentam e formalizam o

modo de produzir conhecimento na articulação entre as áreas de Linguística e Psicanálise. Ao apresentar um olhar discursivo sobre o tema, “(H)a língua” contribui com os objetivos da revista *Língua e Instrumentos Linguísticos*, fazendo o leitor refletir sobre o processo de historicização de ideias e conceitos, e sobre um modo particular de fazer ciência em Ciências da Linguagem. Assim, este dossiê não só reclama questões para linguistas e psicanalistas como para pesquisadores em ciências humanas de um modo geral.

A resenha desta edição, de autoria de Rogério Macedo de Oliveira, aborda o livro *Aquisição de Segunda Língua*, de Vera Lúcia Menezes de Oliveira Paiva. O autor dispõe um olhar minucioso sobre a obra e nos descreve o percurso capítulo a capítulo que a autora percorreu sobre os principais modelos, hipóteses e teorias de aquisição.

Ao trazer um conteúdo diversificado em seus núcleos de publicação, como: gramatização, comparação entre línguas, articulação entre teorias e áreas de saber e o conhecimento linguístico aplicado ao ensino ou em dimensão social, a edição 38 de *Língua e Instrumentos Linguísticos* cumpre mais uma vez o seu propósito, que é o de sempre apresentar aos seus leitores textos com reflexões atuais sobre o funcionamento da linguagem.

Os editores

A COLOCAÇÃO DOS PRONOMES NA GRAMMATICA PORTUGUEZA DE JÚLIO RIBEIRO

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

UNIVÁS

Luciana Nogueira

UNIVÁS

Resumo. Este trabalho analisa a tensão entre descrição e prescrição nas formulações sobre a colocação dos pronomes da Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro (1881), buscando compreender como a língua portuguesa e a língua brasileira são aí significadas.

Abstract. This work analyzes the tension between description and prescription on formulations about pronouns positioning in Grammatica Portugueza by Julio Ribeiro (1881), in order to understand how portuguese language and brazilian language are meant in this book.

Introdução

No final do século XIX, período em que se inicia a gramatização brasileira do português (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001), quando o Brasil já é independente de Portugal e está prestes a se tornar uma República, a relação de alteridade em torno da língua entre Portugal e Brasil adquire uma visibilidade significativa em diversas polêmicas instauradas entre portugueses e brasileiros. Este confronto com a alteridade e as questões que dele surgiram contribuíram para a produção de discursos metalinguísticos sobre a língua nacional (PFEIFFER, 2001). No interior dessas polêmicas, a colocação dos pronomes surge como uma questão de fundamental importância. A enunciação dessa questão comparece como algo incontornável para os gramáticos brasileiros, uma vez que, diante deles, está a responsabilidade de construção de um saber nacional sobre a língua do/no Brasil, que exige um posicionamento face a essas polêmicas.

No presente trabalho, tomamos como objetivo geral investigar alguns efeitos dessa polêmica na formulação de preceitos para a colocação dos pronomes da *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro, de 1881. Mais especificamente, buscamos analisar o funcionamento tenso entre descrição e prescrição no interior dos preceitos formulados por Ribeiro para a colocação pronominal. Com essa análise, pretendemos compreender como a língua portuguesa e a língua brasileira são significadas nessa tensão descrição/prescrição e de que maneira isso repercute na construção de uma língua nacional e de um saber sobre ela.

Este trabalho é realizado de uma perspectiva materialista da História das Ideias Linguísticas, que se constitui por dispositivos teórico-analíticos da análise de discurso, na linha dos estudos de M. Pêcheux e E. Orlandi, e se articula a dispositivos analíticos da semântica da enunciação, na linha dos estudos de E. Guimarães. Dessa perspectiva, propomos um diálogo com estudos de autores de outras áreas dos estudos da linguagem.

1. O efeito de coincidência de línguas e algumas questões

Apresentamos aqui, bastante sinteticamente, uma história dos clíticos que parte de uma distinção entre português de Portugal e português do Brasil, realizada por E. Pagotto (2013) para, em seguida, pensá-la no âmbito de uma perspectiva discursiva, a partir de um estudo sobre a ordem das palavras, realizado por E. Orlandi (2009b), que distingue língua portuguesa e língua brasileira em articulação com a distinção entre os conceitos de língua imaginária e língua fluida¹.

E. Pagotto (2013), de uma perspectiva da sociolinguística, realiza um estudo sobre a colocação dos pronomes nos textos das constituições brasileiras do Império, de 1824, e da República, de 1891, que coloca em confronto com achados de outros autores sobre os clíticos em Portugal e no Brasil. Segundo o autor, o português de Portugal passa a ser mais enclítico no final do século XIX do que no início do século, ao passo que o português do Brasil é essencialmente proclítico, tanto no início como no final do século XIX. Ao lado disso, Pagotto observa que, em Portugal, até o século XVIII, o português clássico funcionava como norma, a qual poderia corresponder à norma presente na Constituição do Império.

Suas análises mostram, de maneira bastante elucidativa, como a Constituição da República não se mantém proclítica como a do Império e passa a seguir o modelo mais enclítico do português de Portugal do final do século XIX. A esse respeito, Pagotto acrescenta que, na literatura brasileira, a aproximação com as mudanças em curso em Portugal só se dá fortemente no século seguinte, em meados da década de 1920.

De uma perspectiva discursiva da história das ideias linguísticas que toma a relação entre a história do saber metalinguístico e a história da língua como constitutiva, E. Orlandi (2009b) reflete sobre a questão da colocação dos pronomes em estudos de dois gramáticos brasileiros da virada do século XIX para o XX: Said Ali e Eduardo Carlos Pereira. A partir disso, a autora discute a respeito de como a diferença na ordem das palavras indica uma diferença entre línguas.

Ao tratar dos estudos dos gramáticos brasileiros, Orlandi destaca, por exemplo, uma observação de Said Ali sobre as diferenças na colocação pronominal em Portugal e no Brasil. Na observação destacada, Said Ali afirma que as línguas se alteram com as mudanças de meio e que muitas diferenças atuais passam despercebidas por não haver um estudo feito nesse sentido. Ela nota que, embora Said Ali reconheça nossas diferenças, ao enunciá-las, toma Portugal como parâmetro. Ao lado disso, ela mostra que, de um modo distinto do de Said Ali, Eduardo Carlos Pereira também toma Portugal como modelo para a descrição da língua portuguesa.

Orlandi questiona o lugar de Portugal como o modelo e propõe outro modo de pensar sobre a história das línguas. Em seu questionamento, ela nos lembra como as mudanças do latim para uma das línguas românicas são reconhecidas, mas que, depois, não se vêem mais línguas mudando. E que, ao lado disso, não se “reconhece” a mudança quando se trata da que existe entre o português e o brasileiro (ORLANDI, 2009b, p.49). Ou seja, ela ressalta como, nas teorizações sobre a história das línguas, essa história parece ter terminado após a constituição das línguas românicas. Daí em diante, é como se as línguas não mudassem mais, não se transformassem mais em outras.

Indo na direção contrária a essas teorizações, Orlandi sustenta que, discursivamente, há diferença entre língua portuguesa e língua brasileira. Conforme a autora:

A língua brasileira difere da língua portuguesa em sua forma material que é a base de processos discursivos diferenciados. Não se significa da mesma maneira em português e em brasileiro. Mais ainda, as mudanças se dão de formas diferentes nessas línguas enquanto línguas fluidas distintas, com suas formas materiais distintas.

(...) A língua no Brasil tem seu próprio universo de referência e constitui suas formas, com sua materialidade específica, sua memória, seu estilo, e nisto reside sua diferença com o português de Portugal (ORLANDI, 2009b, p. 48).

A língua brasileira, ainda de acordo com a autora, é o resultado da historicização do português em outro território, no contato/confronto com outras línguas. Uma historicização que levou à constituição de uma língua com outra memória, uma memória distinta daquela de Portugal, uma memória brasileira.

Desta perspectiva discursiva, retomamos as considerações de Pagotto (2013), mas considerando que, no início do século XIX, o que há é um efeito de coincidência entre línguas distintas, a língua brasileira e a língua portuguesa, o qual é marcado mais fortemente pela escrita. Na passagem do português clássico para o moderno em Portugal, as formas dos clíticos mudam e esse efeito de coincidência entre a língua portuguesa e a língua brasileira, no que se refere à colocação pronominal, é quebrado, uma vez que, na língua brasileira, as próclises se mantêm predominantes, embora começassem a diminuir na escrita.

Com isso, tomando a noção de *norma* num sentido amplo, que inclui o *saber epilingüístico* e não apenas um *saber metalingüístico* (AUROUX, 1992)², é possível dizer que as línguas de Portugal e do Brasil possuíam normas distintas, apesar do efeito de coincidência de línguas construído pela escrita no início do século XIX. Essas normas já estavam em funcionamento em âmbitos diversos, de um lado e outro do atlântico, incluindo aí o domínio da oralidade e o de textos literários.

De acordo com o que observa Pagotto (2013), os clíticos seguem a norma da língua de Portugal na Constituição da República do final do século XIX, ao passo que, na literatura brasileira, isso se dá mais fortemente apenas no início do século XX. Sabemos, junto a isso, que

a gramatização brasileira do português se apropriou de várias normas de colocação pronominal da escrita portuguesa, sem, por muitas vezes, considerar a língua falada e escrita no Brasil, incluindo aí textos literários. Considerando tais fatos como constitutivos da tensão entre língua portuguesa e língua brasileira, perguntamos: de que maneiras a questão da colocação dos pronomes é tratada na *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro?

2. A *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro

A *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro (1881) é considerada na periodização dos estudos do português no Brasil de E. Guimarães (1996, 2004) como iniciadora do segundo período desses estudos, que é quando começa a gramatização brasileira do português. Segundo o autor, Júlio Ribeiro, no prefácio à segunda edição de sua gramática, define as gramáticas portuguesas antigas mais como “dissertações de metafísica do que exposições dos usos da língua” (RIBEIRO, 1913, p.28, *apud* GUIMARÃES, 1996, p.129). Esta atitude de Ribeiro, escreve Guimarães, corresponde a um distanciamento da influência direta de Portugal.

O distanciamento apontado por Guimarães é analisado por Orlandi (2000, 2002), que compreende a recusa de Júlio Ribeiro à tradição estabelecida pelo gramático português Jerônimo Soares Barbosa e a definição da gramática como “exposição metódica dos fatos da linguagem” como estabelecendo “a ruptura que será mencionada por todos os gramáticos quando querem fundar uma filiação de gramática brasileira”. Pelo mecanismo de *citação*, o autor Júlio Ribeiro é significado como a referência primeira, “como um lugar de referência absoluto, aquele que significa um discurso fundador da história da gramática brasileira”. (ORLANDI, 2000, p.22). Ainda segundo a autora:

Ele é, assim, uma figura emblemática do processo de gramatização brasileira da língua nacional. Ele realiza de modo exemplar a relação Estado/Língua/Conhecimento Linguístico como autor nacional (*Ibidem*, p.22).

Em outro trabalho que amplia essas reflexões, Orlandi (2002) discute sobre a questão da normatividade e da cientificidade nas

gramáticas, salientando que os diálogos teóricos de Júlio Ribeiro com linguistas (como Whitney, por exemplo) para formular sobre o conhecimento linguístico no Brasil, inscrevem o autor no quadro da ciência da linguagem como um autor nacional. Tendo isso em conta, Orlandi alerta que seria bastante redutor e anacrônico pensar sua gramática como meramente normativa. A autora procura salienta, assim, que a “criação” de uma norma nessa filiação de ideias em que Júlio Ribeiro se inscreve é a afirmação de uma legitimidade e não apenas uma normatividade, uma imposição coercitiva que regula os falantes (2002, p.137). Uma legitimidade que se constrói pelo projeto de gramatização do século XIX a partir de

(...) uma articulação, consciente ou não, com o estabelecimento da “nossa” língua, situando os falantes desse espaço brasileiro em relação ao território português como “outros”, na medida mesma em que há um deslocamento do eixo de universalidade da língua para o lado de cá do Atlântico (*Ibidem*, p.137-138).

A partir dessas considerações, buscamos, em nossas análises, verificar como a colocação dos pronomes comparece como uma questão *para*, *da* e *sobre* a língua nacional que o autor Júlio Ribeiro procurava responder em sua gramática, observando, a partir daí, de que modo essa questão fica tensionada entre o espaço da descrição e o da prescrição. Isso nos permitirá notar como sua gramática faz emergir o espaço de uma outra língua, a língua brasileira, que não é descrita/prescrita/significada enquanto tal como a língua nacional pelo modelo português, mas que não deixa de significar como nacional, enquanto uma especificidade ora autorizada, ora não autorizada e nem desautorizada, ora desautorizada³.

3. Os pronomes na *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro

Na gramática de Júlio Ribeiro, as descrições sobre os pronomes possuem divisões e nomeações diferentes das que se encontram estabilizadas nas gramáticas atuais. Na gramática do autor, não encontramos uma divisão dos pronomes com termos como *reto*, *oblíquo* e *átono* e *tônico*, por exemplo, embora a presença da palavra *tonicidade* seja bastante significativa. Há divisões outras que distinguem os tipos de pronome. A divisão mais geral, dada na

primeira parte de sua gramática, referente à *Lexeologia*, é a entre *pronomes substantivos* e *pronomes adjetivos*, sendo que os *pronomes substantivos* também são significados como *pronomes pessoais*⁴. Podemos dizer que os pronomes oblíquos átonos corresponderiam, na gramática de Ribeiro, aos pronomes substantivos (ou pessoais), em que a relação é objetiva ou objetiva-adverbial, conforme o quadro elaborado pelo autor:

258. Os pronomes substantivos ou pessoais, para exprimir as diversas relações (Vide a *syntaxe*), flexionam-se do modo especial seguinte:

SINGULAR			
	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Relação subjectiva	<i>eu</i>	<i>tu</i>	<i>elle, ella</i>
» objectiva	<i>me</i>	<i>te</i>	<i>o, a, se</i>
» adverbial	<i>mim, comigo</i>	<i>ti, contigo</i>	<i>si, consigo, elle, ella</i>
» objectiva-adverbial	<i>me</i>	<i>te</i>	<i>lhe, se</i>
PLURAL			
	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Relação subjectiva	<i>nós</i>	<i>vós</i>	<i>elles, ellas</i>
» objectiva	<i>nos</i>	<i>vos</i>	<i>os, as, se</i>
» adverbial	<i>nós, commosco</i>	<i>vós, commosco</i>	<i>si, consigo, elles, ellas</i>
» objectiva-adverbial	<i>nos</i>	<i>vos</i>	<i>lhes, se</i>

(RIBEIRO, 1881, p. 98)

Em relação a isso, chamou nossa atenção uma designação dos pronomes pessoais (objetivos ou objetivos-adverbiais) na qual eles são especificados pelo nome de *enclíticos*:

O, a, os, as, me, te, se, lhe, nos, vos, lhes chamam-se pronomes *enclíticos* por isto que sempre se acostam ao verbo depois do qual vêm, ex.: « *Viu-a—dizem-me, etc* » (*Ibidem*, p.99)⁵.

Podemos observar aqui uma formulação “didática” que poderia ser resumida por uma estrutura do tipo *X, Y, Z ... chamam-se K, por isso que L*. Se focalizássemos apenas a estrutura da formulação, concluiríamos logo que ela é minimamente estranha, já que é inconcebível considerar o nome de um termo como o motivo pelo qual um modo de colocação pronominal se realiza.⁶

Mas o que interessa dessa formulação, o fato de ela fazer sentido apesar de sua não-plausibilidade é que, pelo nome do termo – *enclítico* –, ela sustenta uma discursividade sobre um modo específico de colocação pronominal. E, no âmbito dessa discursividade, a próclise é apagada. Como se a colocação pronominal só pudesse ser e se chamar *enclítica*. A esse respeito, é interessante acrescentar que o termo *próclise* não está presente em nenhuma parte da gramática de Júlio Ribeiro – o que não significa, é claro, que ela não esteja presente nas descrições a respeito da colocação apresentadas pelo autor.

Ainda em relação a este enunciado, se nos detivermos apenas no *chamam-se*, podemos perguntar: Mas quem chamam? Não é o autor da gramática, Júlio Ribeiro. Há, em *chamam-se*, a ausência de uma autoria definida para a nomeação *enclíticos*. Uma ausência significativa de um termo que define uma ordem para as palavras da língua. Não é preciso dizer do(s) autor(es) do termo e nem justificar a existência desse termo. O que já fica justificado, pelo nome do termo, é a ordem das palavras. Temos, assim, uma discursividade que significa a descrição dos pronomes e de sua ordem na língua para além de uma mera fórmula didática. Em outras palavras, é apenas porque, discursivamente, uma ordem da colocação dos pronomes significa como já dada, que é possível a construção de uma formulação didática deste tipo.

A segunda parte da gramática de Ribeiro, referente à Sintaxe, possui um item nomeado de *Livro Terceiro - Regras de Sintaxe*. Vale destacar que, neste item, a expressão *colocação dos pronomes* comparece para tratar de vários modos de colocação pronominal e não apenas aqueles que hoje conhecemos como pronomes oblíquos átonos. O autor trata dos pronomes substantivos em relação subjetiva, também designados como *pronomes sujeitos* (e que correspondem aos pronomes retos), e depois dos pronomes substantivos em relação

objetiva, também designados como *pronomes objetos* (e que correspondem aos pronomes oblíquos átonos)⁷.

Por outro lado, embora a expressão *colocação dos pronomes* esteja presente na gramática de Júlio Ribeiro, não é ela que nomeia o item específico da gramática que trata da colocação (que é parte do item *Livro Terceiro - Regras de Sintaxe*). O nome do item em questão é *Posição e influencia dos pronomes substantivos em relação subjectiva, objectiva e objectiva adverbial*.

Sobre isso, cabe assinalar que o Programa de Português para os Exames Preparatórios elaborado por Fausto Barreto em 1887, considerado por Guimarães (2001) como um acontecimento decisivo no processo de gramatização brasileira do português, inclui um único item dedicado à questão da ordem das palavras na sintaxe nomeado de *colocação*, que é o item *Da collocação dos pronomes pessoas*. Lembrando, conforme Guimarães, que o programa serviu de modelo para as gramáticas que foram publicadas a partir de então, é bastante interessante o fato de que, na gramática de Júlio Ribeiro, publicada seis anos antes, a expressão *collocação dos pronomes* já comparece de modo significativo. Podemos dizer que *colocação dos pronomes* já é uma expressão significativa na gramática do autor, embora ainda não fosse um nome cristalizado de um item da gramática, como é hoje.

Em relação a isso, cabe observar que, se olharmos para a palavra *colocar*, podemos dizer que esta palavra faz parte de um conjunto maior de palavras mobilizadas pelos gramáticos em geral para descrever a ordem das letras e das palavras da língua. Nesse sentido, *colocar* é uma palavra que está presente em toda a gramática de Júlio Ribeiro. Na parte referente à *Lexeologia*, por exemplo, ela está relacionada com os acentos e com uma exemplificação de anástrofe. Na parte referente à Sintaxe, ela está relacionada com os adjetivos, os pronomes, as terminações, os advérbios e o hífen.

No entanto, *colocar* não comparece de forma homogênea em todas essas partes da gramática do autor. Vejamos como isso se dá pela ordem de seu aparecimento⁸:

collocação do accento tonico

collocação do accento secundário

colloca-se o accento

O accento que em (...) collocam alguns escriptores

*anastrophe, porque **colloca-se** « depois a palavra (...)*
*O adjectivo pouco, si **está collocado** antes de (...)*
*Quando um adjectivo (...) é indiferente **collocar-se** antes*
***collocando-se** o adjectivo*
***collocação** dos pronomes sujeitos*
***collocação** dos pronomes objetos*
***colloca-se** o pronome objecto*
*O adverbio **colloca-se***
*a terminação ment **se collocava***
*depois de sim ou não **collocados** no principio da sentença*
*O hyphen (...) **Collocado** no fim da linha*

Podemos notar que a substantivação do verbo *colocar*, enquanto *colocação*, se dá apenas em relação aos acentos e aos pronomes, ao passo que, nas demais ocorrências, encontramos apenas diferentes conjugações do verbo. Se nos atentamos para as ocorrências específicas de substantivação da palavra *colocar*, encontramos o seguinte:

37. São oxytonos os vocabulos acabados

1) por *á, é, ê, i, y, ó, ô, u*, ex.: « *alvará—café—mercê—nebri—guarany—avó—avô—bahu* ».

Exceptuam-se *álkali, júry, lílbury*, e os vocabulos latinos em *i, is, u, us* admittidos em Portuguez sem mudança de fôrma ex.: « *quási—ársis—bílís—cútiss—parenthésis—tribu—Vénus—vírus* ».

(S final nunca influe sobre a **collocação do accento tonico**.)

(grifos nossos – p. 13).

É um verdadeiro *schibboleth* (1) para o estrangeiro a **collocação do accento secundario**: note-se a differença entre *apparêntemênte*, pronuncia correcta, e *appárentemênte*, pronuncia viciada pela retrocessão do referido accento.

(grifos nossos – p. 21).

428. A **collocação dos pronomes sujeitos** nas sentenças effectua-se de accordo com os seguintes preceitos:

(grifos nossos – p. 220).

429. A colocação dos pronomes objectos nas sentenças effectua-se de accordo com os preceitos seguintes:
(grifos nossos – p. 222).

Nas duas primeiras ocorrências, relacionadas ao acento, a colocação faz parte de assuntos específicos. Na primeira, a questão comparece em um comentário, em uma explicação lateral, entre parênteses, dada após a definição dos vocábulos oxítonos. Na segunda, ela também faz parte de um comentário que, no caso, aponta para a dificuldade de um estrangeiro pronunciar o acento secundário do português. Já nas duas últimas ocorrências, relacionadas aos pronomes, a colocação é o assunto: é uma questão a ser tratada de acordo com preceitos.

Vimos então que Júlio Ribeiro distingue a colocação dos pronomes nas sentenças em sujeitos e objetos, ao mesmo tempo em que diz que ela se efetua de acordo com *preceitos*.

A palavra *preceito*, num contexto geral, pode significar como sinônimo de outras, tais como *orientação*, *ensinamento*, *princípio*, *regra*, *norma*, *mandamento*, *lei*, *ordem*, etc., as quais podem ou não designar, de maneira menos ou mais imperiosa, alguma forma de prescrição.

Na obra de Júlio Ribeiro, a palavra *preceito* não é muito frequente, mas nem por isso deixa de ser significativa. Na Introdução de sua gramática, o autor diz, logo no início, que

A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade (RIBEIRO, 1881, p.1).

Podemos dizer que, pela articulação com este enunciado, os preceitos relativos aos pronomes são significados enquanto exposição metódica de fatos da linguagem. Ao mesmo tempo, a palavra *preceitos* reescreve e ressignifica o que é esta *exposição metódica de fatos da linguagem*, produzindo para elas uma materialidade específica.

Com as análises a seguir, procuraremos dar visibilidade a esta materialidade específica dos preceitos para a colocação pronominal

partindo da consideração de que a tensão colocada em jogo pela alteridade linguística entre o português e o brasileiro *se materializa* na gramática de Júlio Ribeiro numa uma tensão entre descrição e prescrição.

4. Colocação dos pronomes sujeitos

Começando, então, pela análise dos preceitos formulados pelo autor para a colocação dos pronomes sujeitos, podemos notar, primeiramente, que se trata de um conjunto de sete preceitos, numerados e apresentados em um pouco mais de uma página.

Para nossa análise, sintetizamos as estruturas gerais desses preceitos com o intuito de dar destaque a alguns aspectos das relações de colocação construídas na gramática do autor. Vejamos:

- 1) *Em X e Y, em K e L, o M antepõe-se geralmente ao N*
Todavia, por P, pospõe-se muitas vezes o M
Dá-se o mesmo ainda quando Q não R
- 2) *Em X, pospõe-se o Y ao Z*
- 3) *Com X, o Y, se Z, pospõe-se*
Observa-se ainda o mesmo em Z em que K
- 4) *Com X, se Z, o K, quer seja L, quer seja M, antepõe-se geralmente*
Se N, o K pospõe-se
- 5) *Com X e Y pospõe-se o Z*
- 6) *Com X, o Y, Z ou K, fica geralmente entre L e M*
- 7) *Servindo a X ou Y a Z, antepõe-se geralmente o K*

Encontramos aqui palavras e expressões como *geralmente* e *muitas vezes*, que dão a esse conjunto de preceitos um contorno cujos limites não são fixos ou categóricos.

O pronome *se*, de *antepõe-se* ou de *pospõe-se*, funciona ora em uma relação *na* língua – o que se *pospõe* ou se *antepõe* é o pronome, ele mesmo, em relação ao verbo –, ora como um pronome indefinido, marcando uma relação, *para além da* língua, com um sujeito indefinido. No primeiro caso, estão os preceitos principais de 1) e de 3), bem como os preceitos de 4). No segundo caso, está o preceito secundário de 1) e os preceitos de 2), 5) e 7).

Em 6), *fica geralmente entre*, e em 1), *Dá-se o mesmo*, a relação também se faz na língua. Em 3), *Observa-se ainda o mesmo*, o pronome *se* indefinido funciona como um gesto descritivo que refere o autor gramático que realiza a descrição, podendo também referir qualquer outro observador do fato por ele descrito.

Desse modo, os preceitos comparecem estruturados ou como fatos internos à própria língua dos quais o sujeito falante não faz parte, ou como fatos dos quais faz parte um sujeito indefinido e, enquanto tal, definido como universalizado, uno e homogêneo, que realiza os fatos da língua expostos pelo gramático porque sabe antepor ou pospor o pronome. Nesse procedimento, o sujeito que não sabe os fatos da língua é dela excluído, ao mesmo tempo em que é incluído como aquele que deve aprendê-los pela gramática.

Podemos dizer, a partir disso, que o apagamento do sujeito ou sua universalização produzem um movimento de sentidos que tende mais para o descritivo. No entanto, como a universalização do sujeito não consegue apagar um sujeito outro, aquele que não antepõe ou pospõe os pronomes do modo descrito, ou seja, aquele não fala essa língua, também se produz aí, incontornavelmente, outro movimento, que tende para o prescritivo. Nesse sentido, os preceitos tendem para a descrição ou para a prescrição pela relação contraditória que é construída entre os sujeitos e as línguas.

As estruturas dessas formulações não são, como podemos notar, transparentes e auto evidentes. Elas significam em relação aos sentidos de prescrição e descrição em jogo nas conjunturas históricas da gramatização do português enquanto língua nacional, na tensão entre o brasileiro e o português. Em conjunturas diferentes elas significariam diferentemente. Em outras palavras, lembrando Pêcheux (1983), a estrutura significa porque também é acontecimento.

Do conjunto dos preceitos apresentados por Ribeiro para os pronomes sujeitos, vale a pena destacar um no qual uma especificidade do Brasil é por ele apontada:

2) Nas sentenças interrogativas **pospõe-se** o pronome sujeito ao verbo, ex.: « *Queres TU vir almoçar comigo?* ». Cumpre notar que, **principalmente no Brasil, vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direta,**

deixando-se o seu sentido de pergunta a cargo somente da inflexão da voz, ex.: « TU *queres vir almoçar comigo?* » (p.221).

Aqui, o fato da língua é tomado em relação ao espaço, pelo *principalmente no Brasil*, e ao sujeito, pelo *vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direita*. O autor descreve uma mudança da língua que *vai-se estabelecendo* e que não conflita, não polemiza com o estabelecido. Uma mudança que é uma diferença entre o Portugal e (*principalmente*) o Brasil, entre o português e o brasileiro. E uma diferença que é autorizada pelo autor brasileiro em sua descrição.

Podemos dizer que o preceito tende, aqui, para um funcionamento descritivo. No entanto, ele pode também funcionar como prescritivo, enquanto um preceito brasileiro. E significar como algo que é brasileiro na língua. Ou seja, algo da língua brasileira se integra à descrição da gramática (da língua) portuguesa de Júlio Ribeiro, algo que pode ser descrito em sua gramática e ser absorvido como português enquanto língua nacional dos brasileiros.

5. Colocação dos pronomes objetos

Passando agora para a análise dos preceitos para a colocação dos pronomes objetos, encontramos estruturas diferentes, e diferentes acontecimentos. Os preceitos são onze e ocupam duas páginas, acrescidas de mais uma página com detalhamentos sobre o uso do hífen em algumas dessas colocações pronominais.

Aqui também sintetizamos as estruturas gerais desses preceitos para destacar alguns aspectos das relações de colocação construídas pelo autor. Vamos a elas:

- 1) *Com X, o Y*
em Z, exceto o K, antepõe-se ou pospõe-se indiferentemente em K, antepõe-se
em M, exceto o N, antepõe-se ou pospõe-se ao P.
em N, antepõe-se sempre ao P
em Q e em todos os R que têm S, excetuado sempre o K, antepõe-se ou pospõe-se contanto que não T
em U, geralmente antepõe-se
- 2) *Com X, o Y*

*em Z, **pospõe-se sempre***

*em W, em que K, **antepõe-se**, continuando o L*

- 3) *Com X, o Y **antepõe-se sempre***
- 4) *Com X em Y, o Z **antepõe-se sempre**, seja K, seja L.*
*Há a notar que em L **coloca-se Z entre L e X**; todavia, em X precedidos de M, N, O, etc., **encontra-se não raro o Z antes de L***
- 5) *Com X em Y, o Z **antepõe-se ao K**.*
Se, porém, L é M, o K antepõe-se ao Z, e ambos ao X. Póde-se também dizer, deixando K depois de Z, W.
- 6) *X e Y **nunca devem começar a sentença: seria incorreto dizer Y. Deve-se dizer Z.***
- 7) *Com X em Y e Z, **usa-se de uma construção especial: insere-se por K, o L entre o M e a sua N.***
*Se o P do X nestes casos está Q e é R, **melhor será construir S.***
- 8) *Em X, estando o Y, Z, o K **antepõe-se sempre**.*
- 9) *Com X em Y, estando o Z, K, **é indiferente antepôr ou pospôr o L.***
- 10) *Com dois X em Y, **coloca-se o Z antes do primeiro, ou depois do segundo, ou entre ambos.***
- 11) ***Nunca se coloca o X depois do Y: assim não se diz Z.***

Encontramos aqui, junto ao *geralmente*, o *sempre*, o *exceto* e o *nunca*, que dão a esse conjunto de preceitos, muitos deles categóricos, um contorno cujos limites são mais fixos em comparação com os contornos dos pronomes sujeitos.

O pronome *se* também está presente na relação da língua com ela mesma e na relação da língua com um sujeito indefinido universalizado. É interessante que, aqui, este sujeito indefinido universalizado está mais presente. Isso pode ser observado em 7), *usa-se de uma construção especial, insere-se*, no qual o *se* funciona como um pronome indefinido que refere o sujeito que *usa* uma construção especial da língua. Também é o pronome indefinido que está funcionando em 10), *coloca-se o pronome objecto antes do primeiro, ou depois do segundo, ou entre ambos*. Desse modo, temos um preceito que é uma descrição na qual o pronome é colocado *pelo sujeito* que *usa* a língua, que é, ao mesmo tempo, uma prescrição do

gramático *para o sujeito* que vai aprender o preceito dessa língua pela gramática.

Considerando que toda descrição do gramático sobre a língua produz um saber que autoriza determinados modos de dizer, observamos que, em 5), *póde-se também dizer*, a descrição do gramático não apenas autoriza o sujeito falante a dizer de um modo ou de outro, mas diz, diretamente, que autoriza. Um funcionamento semelhante pode ser observado em 7), *melhor será construir*, e em 9), *é indiferente antepor ou pospôr*. Podemos notar como, por essas formulações, o autor organiza, avalia, e autoriza diferentes colocações pronominais.

Do conjunto dos preceitos apresentados por Ribeiro para os pronomes objetos, destacaremos dois, um que contém uma *não autorização*, que é também uma *não desautorização*, e outro que contém uma *desautorização*. O primeiro deles é o de número seis:

6) O pronome objecto e a partícula apassivadora *se* **nunca devem** começar a sentença: **seria incorreto dizer** « TE vejo sempre—SE contam cousas horríveis ». **Deve-se dizer** «Vejo-TE sempre—Contam-SE cousas horríveis. » (grifos nossos – p.223).

Aqui, no primeiro enunciado, é interessante que o *nunca devem*, articulado a *pronome objecto* e a *partícula apassivadora*, marca uma relação de impossibilidade com a língua, na língua, da língua: é como se o pronome objeto e a partícula apassivadora é que não deveriam nunca começar a sentença nessa língua.

No segundo enunciado, após os dois pontos, o *seria incorreto dizer* produz uma resignificação para o primeiro enunciado, transportando a relação do *nunca com/na/da* língua para uma relação *com/para* sujeitos. Com o *seria incorreto dizer*, vemos surgir um sujeito indefinido e hipotético de um dizer incorreto que conflita com o *nunca* do enunciado anterior e também com o *devem* do enunciado seguinte. Ao lado disso, nessa formulação, pelo *seria*, o próprio *dizer* significa como hipoteticamente – mas não como categoricamente – *incorreto*.

A expressão *seria incorreto dizer* faz parte da descrição dos fatos da língua pelo autor como uma hipótese sobre a incorreção. Mas, além disso, essa formulação hipotética significa um colocar em suspenso a própria hipótese e sua autoria quanto ao fato em questão: *Seria incorreto dizer? Para quem seria incorreto dizer? Por* que o gramático

não disse *é incorreto dizer*, mas, em vez disso, disse *seria incorreto dizer*? O quão significativa é esta formulação específica com *seria* nessas condições históricas em que a colocação pronominal brasileira é um dos elementos de destaque nas polêmicas sobre a língua no Brasil e em Portugal? O gramático Júlio Ribeiro se coloca em um lugar de distanciamento: não afirma a hipotética incorreção e também não a desafia.

Essa estrutura sem marcas definidas de sujeito (pois ele é ora indefinido universalizado, ora indefinido hipotético), em seu acontecimento, produz uma divisão: há sujeitos que *dizem corretamente*, há sujeitos que *dizem incorretamente*. Em seu acontecimento, a estrutura *seria incorreto dizer* também dá existência à língua brasileira, ainda que pela negação. Nesse caso, a língua brasileira é significada como incorreta porque, nela, a sentença começa com pronome objeto e com partícula apassivadora.

Se, de um lado, Júlio Ribeiro pode se colocar como quem autoriza, com sua descrição, *o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direita que, principalmente no Brasil, vai-se estabelecendo*, de outro, ele não se coloca como quem autoriza que *o pronome objeto e a partícula apassivadora possam começar a sentença*. Ele não autoriza uma construção polemizada e desautorizada por vários intelectuais portugueses (e também brasileiros), mas também não chega a desautorizá-la categoricamente.

Depois da expressão *seria incorreto dizer*, o autor insere, então o preceito “correto” pela a formulação *Deve-se dizer*, em que o pronome indefinido *se* define, para todos os sujeitos, um modo específico de colocação pronominal. Com esta formulação, o sujeito gramático prescreve um preceito.

Também vale a pena analisar mais de perto outro preceito, o de número onze:

11) **Nunca se colloca** o pronome objecto depois do participio aoristo de tempo composto: assim, **não se diz**: « *Havendo visto-TE* », **mas sim** « *Havendo-TE visto* » (grifos nossos – p. 224).

A descrição do gramático também funciona aqui como um preceito prescritivo que aponta para a existência de sujeitos distintos e línguas distintas. Aqui podemos observar que o pronome *se* também refere a

um sujeito indeterminado, dividido pelos diferentes modos de presença da negação e da afirmação do *nunca* e do *não*. Há o sujeito que coloca o pronome objeto depois do particípio aoristo de tempo composto e há o sujeito que nunca o coloca deste modo. Além disso, há duas línguas: uma autorizada e outra desautorizada, que só existe por não poder existir.

Além dos onze preceitos numerados, Júlio Ribeiro elabora mais oito itens que apresentam alguns detalhamentos a respeito do uso do hífen em diferentes modos de colocação pronominal. É interessante notar que a necessidade de tratar também do hífen logo após a apresentação dos preceitos para a colocação dos pronomes está relacionada ao fato de que na próclise não há hífen, só na ênclise (e na mesóclise). E como o brasileiro deve usar a ênclise, deve também saber usar o hífen.

Os dois primeiros detalhamentos apresentados pelo autor chamam a nossa atenção pela reescritura do termo *enclítico*:

430. Os pronomes substantivos em relação objectiva ou objectiva adverbial **que seguem o verbo são considerados enclíticos**, e ligados por um hyphen ex.: « *Ama-me—Dei-te um livro* ».

431. Quando, completando a significação de um verbo, vêm dous pronomes substantivos, um em relação objectiva e outro em relação objectiva adverbial, este, que representa o dativo latino, vai em primeiro lugar; ambos **são considerados enclíticos** e presos ao verbo por hyphens, ex.: « *Vendeu-mo (vendeu-me-o)—Tomou-lha (tomou-lhe-a)* » (grifos nossos – p. 224).

Considerando a definição analisada anteriormente pela expressão *chamam-se enclíticos*, ao lado da expressão presente neste recorte, *são considerados enclíticos*, podemos observar o funcionamento de um efeito de preconstituído para a ênclise, já *colocada*, já *nomeada* e já *considerada* como *enclítico*. Sob este efeito de preconstituído, não é o autor Júlio Ribeiro que chama e considera *enclíticos*, pois já há uma prescrição da colocação dos pronomes posta, nomeada e considerada, devendo o gramático apenas descrevê-la em sua gramática.

Comparando a definição inicial dos pronomes – mais geral e totalizante, em que o fato de os pronomes se chamarem enclíticos se

apresentava como explicativo do fato de eles se acostarem ao verbo depois do qual vêm –, na definição ora apresentada há uma restrição: os pronomes que *são considerados enclíticos* são aqueles que *seguem o verbo*. Com esta formulação passa a ser possível significar aqueles que não seguem o verbo, ou seja, aqueles que não são enclíticos, mesmo que não sejam definidos diretamente como proclíticos.

Algumas considerações finais

No interior dos estudos da linguagem, quando pensamos a relação entre descrição e prescrição, podemos considerar que ela se dá sempre numa relação tensa, incontornavelmente. O gesto de descrição de uma língua é o gesto de construção de uma *língua imaginária* (ORLANDI, 1985, 2009a, 2009b, ORLANDI e SOUZA, 1988) e, por isso, ele não pode contornar a possibilidade do deslize para a prescrição. Ao mesmo tempo, no procedimento de prescrição de determinada regra para a língua, não há como não haver descrição. Os limites entre o que a língua *é* e o que ela *deve ser* não são jamais dados ou evidentes, mas são sempre historicamente, discursivamente construídos.

Na história contraditória da gramatização brasileira, constituída entre o específico brasileiro e o modelo português (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001, p.33), o gramático era um intelectual que produzia questionamentos, reflexões e colocava hipóteses sobre a língua. A colocação dos pronomes era um dos problemas a resolver naquelas condições de produção do conhecimento sobre a língua nacional. A colocação dos pronomes tem um lugar de destaque no projeto de construção de uma unidade linguística com Portugal que procurou apagar a diferença entre as línguas, no caso a língua portuguesa e a língua brasileira, e domesticar sua diversidade constitutiva.

Em nossas análises sobre essa questão na *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro (1881), pudemos encontrar algumas pistas dos efeitos de discursos metalingüísticos produzidos pelas polêmicas entre o específico brasileiro e o modelo português. Tais discursos metalingüísticos contribuíram para a constituição de uma língua imaginária construída em sua gramática.

Os preceitos de Ribeiro sobre a colocação pronominal dizem respeito não apenas à língua, mas também a seus sujeitos, ainda que significados como sujeitos universais, unos e homogêneos, ou

excluídos enquanto sujeitos falantes da língua descrita (mas devendo aprendê-la).

Podemos dizer que, quanto menos tensa a relação de alteridade em jogo, menos prescritivo é o preceito na gramática de Ribeiro, e quanto mais tensa a relação, mais prescritivo ele é. Assim, se não há um efeito de coincidência de línguas, mas a relação de alteridade não é conflituosa, o preceito pode tender para a descrição. E, se não há um efeito de coincidência de línguas e a relação de alteridade é conflituosa, o preceito pode tender para a prescrição. Em outras palavras, a tendência à prescrição presente nos preceitos analisados da gramática de Ribeiro está diretamente relacionada com os efeitos da polêmica que se instaurou sobre a colocação dos pronomes naquele período da história brasileira.

Dessa maneira, a estrutura dos preceitos de Júlio Ribeiro sobre a colocação dos pronomes sujeitos tende para a descrição quando o objeto da descrição, mesmo não coincidindo com o modelo português, não foi polemizado, podendo assim ser incorporado à descrição da língua. Temos aí um fato da língua brasileira que é gramatizado na obra do autor enquanto um fato da língua nacional. Nesse caso, a não coincidência da língua portuguesa com a língua brasileira significa o sujeito brasileiro que *usa* a língua de um modo específico, um modo brasileiro, autorizado pelo gramático.

Ao lado disso, a estrutura dos preceitos sobre a colocação dos pronomes objetos na gramática do autor tende para a prescrição quando o que está sendo descrito é objeto de uma polêmica. Nesse caso, a não coincidência da língua portuguesa com a língua brasileira significa o sujeito brasileiro que *diz* de um modo que *seria incorreto*, um modo brasileiro, não autorizado pelo gramático, mas que ele também não desautoriza categoricamente.

Ao analisar essas estruturas em relação ao seu acontecimento, em que a alteridade é significada de diferentes formas, consideramos que a relação entre os sujeitos e as línguas significa, no conjunto de preceitos de uma gramática, em sua complexidade simbólica, histórica, política e ideológica, em sua materialidade discursiva.

Apesar de o modelo a ser seguido pela gramática de Júlio Ribeiro ter sido o português, aspectos do específico brasileiro também estão nela presentes. Essa presença – seja como uma especificidade autorizada, seja como um dizer que seria incorreto não autorizado e

nem desautorizado, seja como um dizer desautorizado – nos mostra que não era possível, para o autor, falar da língua brasileira, mas que, ao mesmo tempo, não era possível deixar de falar dela. Na gramática de Ribeiro, a língua brasileira comparece incorporada à língua nacional, significada como língua portuguesa e a ela integrada. Mas, pelo fato de ela ser outra também, essa integração falha e a língua brasileira continua significando como não sendo língua portuguesa.

Como sabemos, as próclises continuam existindo ainda hoje e continuam significando como algo específico do brasileiro, da língua brasileira. E, ainda que, nas gramáticas atuais, as próclises continuem não sendo autorizadas, elas também continuam, muitas vezes, não sendo desautorizadas. A próclise é um dos lugares de existência e de resistência da língua brasileira. E a língua brasileira resiste porque o início da gramatização brasileira do português também é, contraditoriamente, o início da gramatização brasileira do brasileiro.

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp.
- GUIMARÃES, E. (1996). “Sinopse dos Estudos do Português no Brasil”. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. (Orgs.) *Língua e cidadania. O português no Brasil*. Campinas: Pontes.
- _____. (2001). “A história das ideias linguísticas: um acontecimento decisivo no processo de gramatização brasileira do português”. Mesa-redonda da II Jornada de Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense – UFF, em 2011, Vídeo disponível em: <<http://www.lis.uff.br/eduardo-guimaraes-unicamp-ii-jornada-de-estudos-da-linguagem-uff>>. Acesso em: 2 de maio de 2016.
- _____. (2004). *História da semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes.
- ORLANDI, E. (1985). “Língua fluida e língua imaginária.” Seminário, IEL/Unicamp.
- _____. (2000). “O Estado, a gramática, a autoria. Língua e conhecimento linguístico”. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*, 4/5. Campinas: Pontes.
- _____. (2002). *Língua e Conhecimento Linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez.

_____. (2009a). “Língua imaginária e língua fluida”. In: _____. *Língua brasileira e outras histórias. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG, p.11-19.

_____. (2009b). “A ordem das palavras e a língua brasileira”. In: _____. *Língua brasileira e outras histórias. Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG, p.35-49.

_____.; SOUZA, T. (1988). “A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem”. In: _____. (Org.) *Política Linguística na América Latina*, Campinas: Pontes, p. 27-40.

ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (2001). “Formação de um Espaço de Produção Linguística: A Gramática no Brasil” In: _____. (Orgs.). *História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat.

PAGOTTO, E. G. (2013). “A norma das constituições e a constituição da norma no século XIX”. *Revista Letra*. Ano VIII, vol 1 e 2, p.31-50. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.letras.ufrj.br/index.php/rl/article/view/18065333.2013v8n1p31>>. Acesso em: 2 de maio de 2016.

PÊCHEUX, M. [1983] (2002). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 3ª ed.

PFEIFFER, C. (1995). *Que autor é este?* Dissertação. Mestrado em Linguística. Campinas: IEL/Unicamp. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000089678>> Acesso em: 3 de maio de 2016.

_____. (2000). *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito*. Tese. Doutorado em Linguística. Campinas: IEL/Unicamp. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000276982>> Acesso em: 3 de maio de 2016.

_____. (2001). “A Língua Nacional no Espaço das Polêmicas do Século XIX-XX”. ORLANDI, E. (Org.) (2001) *História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat.

RIBEIRO, J. (1881). *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881, 1ª ed., 229 p. Consultada na *bvCLB – Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil*. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/bvclb/obr027>>. Acesso em: 4 de maio de 2016.

Palavras-chave: Colocação dos pronomes. Júlio Ribeiro. Descrição e prescrição. Língua portuguesa. Língua brasileira.

Keywords: Pronouns positioning. Júlio Ribeiro. Description and Prescription. Portuguese language. Brazilian language.

Notas

¹ Estas distinções comparecem em diversos estudos da autora, como, por exemplo Orlandi (1985, 2009a, 2009b) e Orlandi e Souza (1988).

² Os *saberes epilingüísticos* são considerados por S. Aurox (1992) como saberes inconscientes que todo locutor possui de sua língua e da natureza da linguagem, ao passo que os *saberes metalingüísticos* são tomados como saberes construídos e manipulados enquanto tais com a ajuda de uma metalinguagem.

³ Consideramos o processo de *autorização* a partir de Pfeiffer (1995, 2000, 2001).

⁴ Na divisão do autor: “*Eu, tu, elle, nós, vós, elles* são pronomes substantivos; *este, esse, aquelle, este outro, esse outro, aquelle outro* são pronomes adjectivos.” (RIBEIRO, 1881, p.60).

⁵ Todas as citações da gramática do autor foram mantidas com a ortografia original.

⁶ Esta formulação se assemelha em parte a um exemplo de etimologia medieval lembrado por S. Aurox (1992, p.91): “*homo* vem de *humus*, porque o homem vem da terra”. Mas, inversamente, não é a natureza de algo (no caso, o homem que vem da terra) que dá a explicação do nome (*homo* vem de *humus*), e sim o nome (de um termo: *enclítico*) que dá a natureza de algo (no caso, um modo específico de colocação pronominal).

⁷ É bastante significativo que, se fizermos uma busca no Google por expressões “mais gerais” como *colocação de pronomes*, *colocação dos pronomes* ou *colocação pronominal*, os resultados obtidos nos mostram que, hoje, essas expressões significam como metonímia de *colocação dos pronomes oblíquos átonos*. Diferentemente do modo como significam na gramática de Júlio Ribeiro.

⁸ Excluimos desta lista as repetições.

LÍNGUA E MUNDIALIZAÇÃO LITERÁRIA: UM OLHAR PARA A LÍNGUA PORTUGUESA NA CONTEMPORANEIDADE

Carolina Padilha Fedatto
UNIVÁS

Resumo: *A história das línguas nacionais mostra que a literatura teve um papel fundamental na consolidação da correspondência imaginária entre uma língua e uma nação. No entanto, a imposição das línguas europeias às colônias abalou esse binômio e possibilitou a expansão dessas línguas para além dos territórios nacionais. Atualmente, é sob a égide da lusofonia que assistimos ao aumento de publicações literárias dos Estados membros CPLP. Por meio da análise de elementos paratextuais dessas publicações, busca-se compreender os sentidos das políticas linguísticas lusófonas contemporâneas e o papel dos países de língua oficial portuguesa. Examinando os efeitos de unidade, completude e diversidade da ideia de lusofonia, questiona-se a relação entre as literaturas de Língua Portuguesa e busca-se retratar a historicidade que as constitui. A aposta deste estudo é de que a literatura seja um observatório interessante de como o fenômeno da mundialização marca os espaços enunciativos descolonizados.*

Abstract: *The history of national languages shows that literature played an important role in the consolidation of the imaginary correspondence between a language and a nation. However, the imposition of European languages to the colonies shook that binomial relationship and enabled the expansion of those languages beyond their national territories. Nowadays, it is under the aegis of Lusophony that we see the growing number of literary publications from countries members of the CPLP. Through the analysis of paratextual elements, we search to understand the senses of contemporary Lusophone linguistic policies and the role of the Portuguese speaking countries. Examining the effects of unity, completeness and diversity in the idea of Lusophony, we question the relationship among literatures in Portuguese and we search to retrace the historicity which constitutes*

them. The hypothesis in this study is that literature is an interesting observatory of how the globalization phenomenon marks the non-colonized enunciative spaces.

*Gritarei
Berrarei
Matarei*

Não vou para Pasárgada.

(Ovídio Martins, poeta cabo-verdiano, *Anti-evasão*)

Introdução

Este artigo analisa as políticas linguísticas para a Língua Portuguesa presentes na circulação editorial da literatura contemporânea. A história de construção das línguas nacionais no mundo europeu mostra que a literatura teve um papel fundamental na consolidação de um imaginário unificado de língua. O desenvolvimento de uma escrita prestigiada e uniforme contribuiu para a construção da correspondência entre uma língua e uma nação (AUROUX, 1992). A modernidade nos legou essa evidência, mas também nos forneceu elementos para desconfiar dela. A imposição das línguas das metrópoles europeias às suas colônias na África, Ásia e América abalou o binômio língua/nação e proporcionou a expansão dessas línguas para além de seus territórios nacionais.

Essa internacionalização linguística passou a ser significada ao longo do século XX por meio de fenômenos como lusofonia, francofonia, anglofonia, etc. designando a continuidade da influência linguístico-cultural da Europa. É sob a égide da lusofonia que assistimos ao aumento de publicações, sobretudo em Portugal e no Brasil, de produções literárias vinculadas aos Estados membros Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; a este acontecimento denominamos *mundialização literária*.

Por meio de análises sobre a formação da ideia de lusofonia e de recortes de elementos paratextuais de edições literárias atuais em Língua Portuguesa, buscaremos compreender os valores difundidos pelas políticas linguísticas lusófonas contemporâneas e o papel dos diversos países de língua oficial portuguesa. Para isso, revisitaremos conceituações importantes nas ciências da linguagem que procuram compreender o funcionamento da exterioridade constitutiva da língua, como a noção de hiperlíngua (AUROUX, 1997). Num segundo

momento, refletiremos sobre as diferenças e implicações da institucionalização de políticas linguísticas específicas na política de sentido das línguas para, em seguida, discutir como esses aspectos marcam os discursos sobre a lusofonia, em especial no que concerne a um imaginário de unidade linguística lusófono baseada na construção de um discurso literário que coloca em cena jogos de força específicos e decalcados da desigualdade de relações entre as nações em questão. Com base, finalmente, em recortes de elementos paratextuais de edições literárias em Língua Portuguesa, mostraremos as sobreposições e encobrimentos de sentido para as línguas e as nações que as decisões editoriais e catalográficas formulam. Esperamos que as discussões a seguir contribuam para a consideração da literatura como espaço político em que as línguas atualizam tensões e contradições colocadas pelas condições históricas entre os diferentes países levados, pela história da colonização e da mundialização, a participar do espaço lusófono.

1. Língua e hiperlíngua

Para a Linguística, falar uma língua está geralmente associado à ideia de que os homens possuem uma gramática dessa língua. Chomsky afirma que o conhecimento linguístico é o conhecimento de uma gramática, de uma estrutura de regras, princípios e representações que existem na mente dos falantes. A gramática representada na mente é um objeto real a partir do qual a língua deve ser definida. Já a gramática elaborada pelo linguista é uma teoria articulada explícita que se esforça para exprimir as regras e os princípios da gramática presente na mente de um locutor-auditor ideal. Mas esta ideia de gramática não nasce do pensamento gerativista, ela remonta à *Tekhnê* de Dionísio de Trácia, como sendo uma técnica de descrição linguística composta por exemplos canônicos, paradigmas e regras que permitem construir frases ou uma língua gramatical. Podendo criar e recriar enunciados a partir das regras expostas, a língua gramatical não se confunde com a língua empírica, pois não é capaz de prever as frases que serão efetivamente pronunciadas pelos falantes em situações reais e históricas de comunicação.

Para considerar a realidade do conhecimento linguístico e suas produções, Auroux (1997) propõe um modelo explicativo baseado na noção de *hiperlíngua*. No modelo da competência gramatical, a

gramática presente na mente é igualmente implementada em todos os indivíduos falantes de uma mesma língua, sendo também idealmente análoga à gramática produzida pelo linguista. Já no modelo da hiperlíngua, figuram diferentes elementos, como: as relações de comunicação que se estabelecem entre indivíduos diferentes com competências linguísticas diversas; indivíduos que podem ter acesso a instrumentos linguísticos que modificam sua competência; indivíduos que exercem diferentes práticas sociais e relações de comunicação que se dão num certo ambiente histórico. Segundo Auroux, a hiperlíngua é entendida, então, como um espaço/tempo estruturado por falantes social e linguisticamente desiguais, instrumentos linguísticos e situações diversas e reais de comunicação.

Levar a termo essa conceituação, para o autor, significa afirmar que a língua não existe, apenas existem certas porções do espaço/tempo, sujeitos dotados de determinadas capacidades linguísticas (ou gramaticais) não idênticas e rodeados por um mundo com seus artefatos técnicos, dentre eles gramáticas e dicionários, mas também políticas, leis, relações socioeconômicas (AUROUX, 1997, p.112). O interesse, portanto, da noção de hiperlíngua é compreender que indivíduos podem se comunicar porque pertencem a uma mesma rede de comunicação, não porque partilham a mesma gramática. Nessa rede de comunicação incluem-se os sujeitos falantes e suas competências, mas também o ambiente cultural e a realidade não linguística. E, em nosso entender, até gramáticas e línguas diferentes. Daí o argumento da intercompreensão/comunicação ser insuficiente para distinguir as diferenças entre as línguas. Considerando a existência da hiperlíngua, esse critério é sempre político. Nesse sentido, Auroux argumenta que a mudança de hiperlíngua não vai necessariamente até à absoluta incompreensão (como na longa passagem das protolínguas a seus descendentes distantes). Mas, quando se muda de natureza e constituem-se novos espaços para a comunicação, para a vida e para a história dos homens (por exemplo, quando se estende a hiperlíngua portuguesa a territórios americanos, asiáticos e africanos), produz-se uma nova estrutura local de hiperlíngua que se marca bastante rapidamente em diferenças de estrutura linguístico-discursiva. De resto, diz o autor, “compreender como a extensão da hiperlíngua possa não conduzir à incomunicabilidade [como no caso da língua portuguesa] é

um problema teórico e empírico de grande importância” (AUROUX, 1997, p.116).

Uma importante tentativa de descrição da realidade é posta, portanto, em causa por meio da hipótese de uma língua estendida, ou extensiva, que ultrapassa os limites do sistema formal, sendo ao mesmo tempo motor e fruto do mundo extralinguístico. Auroux baseia sua argumentação na análise, sobretudo, do funcionamento social dos instrumentos linguísticos e na tomada de uma posição teórica fundamental: a de que o mundo participa na construção da referência. Sobre o papel dos instrumentos, ele afirma que toda representação de fatos linguísticos contém um conjunto de hipóteses sobre a estrutura de uma hiperlíngua. Uma hiperlíngua pode ser estável ou instável, isotópica ou não, os sujeitos nela encontrados podem ser extremamente puristas ou muito tolerantes, etc. A metalinguagem é essa realidade última que engloba e situa toda realização linguística e limita concretamente toda inovação (AUROUX, 1997, p.114). Em consonância com essa posição teórica, pode-se chegar à conclusão de que a linguagem não é autônoma, ela se situa num mundo dado e entre outros hábitos sociais. Não há possibilidade de linguagem humana sem hiperlíngua. Isso quer dizer que a língua não gera por si só a sua referência. A externalidade da referência é mais do que a simples constatação de que os objetos sobre os quais fala a linguagem são exteriores a ela. É preciso compreender, a partir desse fato, que o mundo externo também participa do sentido. Por exemplo, quando um brasileiro e um português dizem algo, pode ser que a língua gramatical não mude (embora diversos estudos afirmem as diferenças gramaticais entre português europeu e brasileiro, para ficar apenas nessa disjunção), mas o mundo no qual essas línguas são faladas muda, provocando assim uma mudança na hiperlíngua.

O importante é notar que não é da língua gramatical que existe história. As mudanças linguísticas podem até ser recuperáveis em termos cronológicos, mas o tempo não é uma das dimensões da gramática – já que a noção de sistema é eminentemente sincrônica. A história, a temporalidade, a mudança são dimensões próprias da hiperlíngua (AUROUX, 1997, p.117). Nesse sentido, essa noção se mostra bastante produtiva para estudos que pretendem considerar a língua também como um construto extralinguístico – político e

histórico –, como é o caso deste estudo sobre as políticas linguísticas das literaturas em Língua Portuguesa.

2. Política linguística e política das línguas

O conceito de *política linguística* e sua colocação em prática, a *planificação linguística*, estão ligadas ao nascimento da sociolinguística norte-americana nos anos de 1960. Embora a intervenção humana sobre as línguas seja algo presente desde sempre na história, é a partir daí que há um florescimento de publicações coletivas consagradas aos problemas linguísticos dos países colonizados e das minorias linguísticas com um fundamento científico. A descolonização de muitos países africanos e asiáticos recoloca o problema da construção da identidade nacional pelo da língua e leva a estudos sobre estratégias para a modificação do estatuto das línguas locais em relação à língua da metrópole. Esses estudos colocarão numerosas questões (e soluções) sobre as funções sociais da língua e sobre as funções linguísticas da sociedade, inaugurando um campo de pesquisas que traz para o centro das preocupações o caráter *político* das relações entre línguas. Formulam-se, então, conceitos como o de *diglossia* – coexistência conflituosa entre línguas dominadas e línguas dominantes – e tipologias das situações plurilíngues que estabelecem nomenclaturas e classificações ainda hoje vigentes, como: língua padrão, clássica, artificial, vernacular, dialeto, crioulo e pidgin, além de qualificativos sobre as funções das línguas, tais quais: materna, nacional, oficial, franca, veicular.

É o linguista francês Louis-Jean Calvet (1996) quem retoma essa trajetória de emergência da política linguística ligada à da sociolinguística e discute suas implicações teóricas. A história recente de intervenção voluntária no estatuto das línguas mostra que as políticas linguísticas costumam colocar em cena a sua linguística, isto é, uma determinada visão científica sobre as línguas (CALVET, 1996, p.123). Numa época em que a ciência apenas descrevia a estrutura das línguas, os teóricos das políticas linguísticas também só se preocupavam com a ação sobre a *forma* das línguas. Depois, à medida que a linguística se torna sociolinguística, as políticas passam a se interessar pelas *funções* das línguas. Não se pode escapar, então, de uma reflexão sobre a sustentação teórica da possibilidade de que haja políticas linguísticas, mas em que medida é possível intervir no curso das línguas? Calvet

menciona o fato de que, na melhor das hipóteses, as políticas funcionam na base da imitação *in vitro* de processos históricos que acontecem *in vivo*. Sucesso ou fracasso dependem da posição teórica que se toma sobre a língua, sobre a história e os sujeitos.

Por isso, considerando que o sujeito falante é interpelado pelo *inconsciente*, que a estrutura da língua é passível de *falha* e que a *contradição* é o sentido da história, só podemos tomar as políticas linguísticas como efeito de uma ilusão de controle. Mesmo com boas intenções, não se pode determinar os rumos nem da forma linguística nem do estatuto das línguas. A possibilidade de equipar as línguas com literatura, escrita, gramáticas, dicionários, terminologias especializadas, sistemas de ensino e leis faz parte de práticas que intervêm num *imaginário de língua*, na língua que podemos descrever, instrumentar, controlar, comparar, padronizar. Mas a língua não é só objeto de ciência, ela constitui sujeitos, tem uma ordem própria e acontece no curso da história, da vida. A língua é *imaginária* e também é *fluida*, acontece à revelia da ilusão de domínio e unidade (ORLANDI, 2008, p.86). As línguas resistem à planificação linguística não por vingança, mas pela complexidade de sua natureza e funcionamento.

3. Discurso da lusofonia e literatura

Em toda língua e em toda relação entre línguas atua, pois, uma *política linguística* específica que tenta *organizar* as práticas significativas e as forças sociais que estão em jogo. As políticas linguísticas têm um caráter *técnico, restritivo e regulador* dos sentidos e das histórias que estão circulando (MARIANI, 2004, p.44). Se as intervenções *in vivo*, para citar a tipologia de Calvet (2002, p.17), geralmente ligadas à intercompreensão frente à convivência entre línguas (línguas aproximativas e veiculares, neologismos espontâneos e empréstimos de palavras) e a fenômenos identitários (gírias, jargões, socioletos, escolhas e proibições deliberadas de praticar um determinado idioma em situações desiguais entre línguas), são a prova de que as práticas languageiras são um motor importante de mudança na forma e na função das línguas, as intervenções *in vitro*, as políticas linguísticas propriamente ditas, isto é, aquelas que passam pelo Estado, por leis e decretos, gozam de maior legitimidade e alcance social. Segundo Orlandi (1998, p.10 *et seq.*) e Mariani (2004, p.44-45), a formulação dessas políticas assume posições diferentes dependendo das

condições sóciohistóricas. Buscando a identidade nacional em detrimento da diversidade regional e das influências estrangeiras, o Estado e as instituições invocam a *unidade como valor*. No caso do contato entre povos, nações e Estados, como ocorre com as conquistas e colonizações, a *dominação* é tida como valor, impondo uma língua sobre outras, seja pelo contato, pela força ou pela lei. Já quando os falantes são considerados, a *diversidade* passa a contar na formulação de políticas que pretendem garantir as diferenças linguísticas. Tanto as práticas languageiras quanto as políticas linguísticas não são isoladas da ideologia nem da imagem que se tem das línguas, o que, por um lado, acirra formas de dominação e controle linguísticos, mas também provoca resistência e mudança de sentido (MARIANI, 2004, p.45).

Mesmo sendo a colonização violência e imposição, ela não é capaz de impedir a circulação de formas de resistência e transformação. A colonização produz, dessa forma, uma contraparte: a descolonização, e com ela inicia-se um novo processo de internacionalização da língua portuguesa assim como de confirmação de sua heterogeneidade e da necessidade de unificação. Considerando a situação linguística dos países descolonizados, Mariani ressalta que as posições podem se dividir entre o acolhimento da língua do colonizador, reconhecendo-se a ex-colônia como tributária deste legado, ou sua rejeição em favor de um nacionalismo linguístico vinculado a tradições locais. No entanto, a complexidade da questão nos leva a afirmar que a língua da metrópole, aceita ou negada como língua oficial da ex-colônia, *nacionaliza-se*, isto é, transforma-se em língua nacional por recobrimentos e confrontos com outras línguas (locais e de imigração, mesmo não oficiais) em consequência da memória político-histórica da colonização (MARIANI, 2008, p.74). Na contradição entre essas três ordens de inscrição da nação descolonizada na língua do conquistador, forja-se uma relação singular, mas recorrente, da língua portuguesa com espaços e povos outros – tanto no que concerne a Portugal, quanto ao que eram e ao que são esses países, suas línguas e literaturas depois da colonização.

Nesse sentido, a criação da imprensa (que é contemporânea à exploração massiva do planeta) assume um papel fundamental, pois permite a multiplicação do mesmo texto a um custo menor por exemplar, o que contribui para sua divulgação. O fenômeno de escrita da língua muda, assim, de dimensão, já que a imprensa separa a

produção intelectual do texto de sua reprodução material. Pode-se copiar indefinidamente o mesmo texto, mas é preciso fornecer aos impressores que os compram “produtos frescos”, além de renovar e ampliar o mercado leitor. Esse é o primeiro passo na direção da *mercantilização* das línguas e das literaturas. Como operação material de reprodução do mesmo, a imprensa pode alcançar mais leitores e, em termos linguísticos, tem como consequências a normalização dos vernáculos, a instituição de regras ortográficas e de pontuação e a regularização da morfologia (AUROUX, 1992, p.51). Tendo em vista, entretanto, o fato de que as línguas mudam não só com o passar do tempo, mas também com as especificidades materiais de sua produção e com transformações políticas e sociais nos espaços onde circulam, a necessidade mercantil de normalizá-las não cessa de colocar novos temas a equacionar; haja vista o recente acordo ortográfico em vigor desde 2009 e assinado em 1990 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Por conta do fato político da colonização, as literaturas nacionais extrapolam as fronteiras de uma única nação, já que as línguas europeias se tornaram também *línguas* de países descolonizados. Mas nem por isso as fronteiras foram apagadas, pelo contrário, elas estão cada vez mais marcadas, só que por outros mecanismos, diferentes daqueles ligados à emergência da modernidade. As relações entre línguas, contudo, sempre engendraram uma tensão fundadora que movimentava suas *formas-históricas* entre unidade (apagamento das diferenças em favor da uniformização) e singularidade (reivindicação das diferenças em favor da pluralidade). No caso dos países lusófonos, por exemplo, *língua nacional* e *língua de colonização* são as principais formas que atuam, se sobrepõem e se confundem na disputa pelo dizer literário. Historicamente, o português descende do galego-português, que “é a forma que toma o latim no ângulo noroeste da Península Ibérica” (TEYSSIER, 2001, p.03), e se afirma como língua nacional de Portugal no momento de consolidação dos estados nacionais, quando a transformação do latim vulgar nos vernáculos românicos se beneficia de certa estabilidade devido à emergência de territórios unificados. A precoce unificação nacional aliada ao desenvolvimento econômico e tecnológico dá aos portugueses condições para a expansão ultramarina e a conseqüente colonização dos territórios encontrados.

No momento mesmo em que se nacionaliza, a língua portuguesa faz um movimento de internacionalização baseado na força e na imposição: ela toma a forma de *língua de colonização*. Mas para garantir a eficácia da conquista, o português se associa às línguas autóctones, gramatizando-as com base em sua técnica descritiva (AUROUX, 1992, p.74)¹, integrando vocábulos específicos, misturando sintaxes e prosódias, formando, assim, *línguas francas, de contato*.² Como reitera Mariani (2008, p.73), todo processo de colonização impõe de forma violenta a língua do colonizador, mas essa língua irá se confrontar com outras num jogo de forças que produzirá, pelo contato linguístico e social, um lugar de dizer diferenciado e decisivo na constituição da *língua nacional*. A língua resultante da colonização não será nem a do colonizador nem a do colonizado, pois a *colonização linguística* modifica as duas e constrói um território social, política e linguisticamente heterogêneo onde se inscrevem os sujeitos dessas línguas. Ao lado de tentativas de conter a fluidez do convívio entre as diversas línguas, com a descrição/instrumentação de algumas e a determinação de seus contextos de uso, assiste-se também ao cruzamento prosódico, sintático e semântico que produzirá línguas histórica e linguisticamente distintas (MARIANI, 2008, p.74), dando origem também a produções literárias e culturais específicas que têm essa *língua outra* como motor e suporte.

Segundo Auroux, a difusão do livro impresso (meio essencial de circulação literária até cerca de duas décadas atrás) constitui um espaço ilimitado no qual os idiomas ficam liberados das variações geográficas, tornando-se *isótopos*, ou seja, uniformes num determinado território nacional (AUROUX, 1992, p.52). Mas a descolonização, aliada à circulação em rede da literatura, consolida formas *transnacionais* da Língua Portuguesa, engendrando novas formas de variação e, portanto, novas demandas por unificação. A produção literária contemporânea dos países de Língua Portuguesa é marcada por essa história e se, de fato, ela é culturalmente heterogênea, no âmbito das políticas linguísticas há um projeto de uniformização, dentre outros fatores, pela estabilização de um cânone literário supranacional, mas centralizado. Neste contexto, a literatura pode ser considerada como um importante meio de circulação dessa tensão entre unidade e singularidade. A difusão da Língua Portuguesa por meio da diversidade literária pretende restringir a heterogeneidade à esfera cultural e criar uma unidade

linguística para o português que imaginariamente se esquece da história da colonização e coloca essa língua homogeneizada no campo da mundialização, como se as diferenças entre os diversos *espaços de enunciação*³ pudessem ser completamente administradas via legislação.

Interessante é notarmos que mesmo que as línguas, em seu real, não suportem a completude, elas emprestam do idioma a *força aglutinadora* que as identificará como um todo coeso e idêntico às representações sociais. É como *idioma* que a língua se deixa projetar como uma unidade colada ao imaginário social e determinada por imposições de ordem histórica (DIAS, 2005, p.111). E, por sua vez, é como produção vinculada a um idioma que a literatura se disciplina institucionalmente como pertencente ou advinda de uma língua específica, mas representando universos culturais diversos, num processo histórico que confirma e produz efeitos de unidade linguística e nacional.

Esses efeitos estão ligados ao modo como as línguas se historicizam na relação com o espaço e os sujeitos. Em relação à Língua Portuguesa, podemos pensar como, mais contemporaneamente, a história do colonialismo português ganhou novos contornos com a ideia de lusofonia. O argumento utilizado para construir a unidade entre Portugal e suas ex-colônias veio, em grande medida, das teorias raciais do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, as quais sustentavam que a especificidade da identidade brasileira repousava sob a mestiçagem biocultural. Destacava-se, num movimento de decalque e sobreposição, a plasticidade do povo lusitano que projetou a identidade brasileira, capaz de uma intensa mobilidade espacial, de adaptar-se climática e culturalmente e de poder contar com o pecado lascivo para dar lugar ao fenômeno da *miscigenação*. Esta predisposição singular, junto com o caráter cristocêntrico da expansão, teria configurado o que Freyre chamou de *colonização harmoniosa* (FREYRE, 1940). O sociólogo mantinha estreitos laços com o governo Português. A antropóloga francesa Elisabetta Maino relata que:

por ocasião de uma viagem de muitos meses pelas colônias portuguesas, em 1951, a convite do governo via ministro Sarmiento Rodrigues, Freyre forja o conceito de luso-tropical, explicitado em obras posteriores (1952, 53, 61 e 62). [...] O ministério de assuntos estrangeiros utilizou os trabalhos de

Freyre (*Integração portuguesa nos trópicos*, 1958) para convencer a diplomacia internacional dessa especificidade que justificava a manutenção da presença portuguesa na África (MAINO, 2005, p.188-189).

Segundo a teoria *lusotropicalista*, a democracia racial seria um traço cultural essencialista dos portugueses que determina sua *vocação ecumênica de integração*. É a partir da “constatação” da mestiçagem, que G. Freyre fala em “reciprocidade biocultural” entre Portugal e suas colônias, pois não só as colônias teriam gerado povos mestiços, os portugueses mesmos seriam o produto de uma mestiçagem (lusitanos + romanos + árabes + judeus). Da mestiçagem biológica à cultural, a ambivalência da “comunidade de espírito” leva a afirmar que a CPLP nasce como um projeto que visa a reunir países que depositaram na ilusão da descolonização/liberação as raízes de um humanismo ativo, mas que continuam a sempre perseguir os afetos e significações partilhados. As políticas de ensino do português e as temáticas linguísticas adquirem então uma importância que elas não tinham na época do Império (MAINO, 2005, p.196).

Portugal faz de “sua língua uma pátria”, isto é, um fim em si. Em vista disso, para o que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, por exemplo, tendo que se ver com o gigante econômico que é o Brasil, Portugal só pode fazer o papel do avô se fizer valer a história e a língua comuns (PEREZ, 2000, p.616-617). Reaparece, então, o discurso paternalista da “associação natural” que se enraíza no postulado do *destino comum* caro à versão portuguesa do lusotropicalismo. Diversos trabalhos mostram a inadequação dessa visão naturalista sobre o fato histórico da colonização. Apesar de tudo, seu alcance simbólico e utópico continua a fazer parte das representações de si e do outro, construindo clichês que foram integrados pelo imaginário nacional português. As teorias lusotropicalistas são atualmente revisitadas nos termos da lusofonia, que, por sua vez, redesenha o desejo de uma estratégia identitária global.

Segundo Maino, a institucionalização da pesquisa africanista portuguesa, por exemplo, está subordinada ao projeto de expansão colonial, como em outros países, mas ela desenvolverá menos um saber específico sobre a África do que um discurso sobre si (Portugal),

contribuindo assim para reforçar o imaginário da “hiperidentidade” de um Império com vocação ecumênica. Segundo Lourenço (1978), é por revalorizar essa imagem desastrosa de si que Portugal coloniza a África. A teoria do lusotropicalismo não foi um dispositivo de saber específico a serviço de uma ciência imperial; ao contrário, é negando-se como ciência que ela neutraliza um império transformando-o em identidade (MAINO, 2005, p.197).

Língua e literatura sempre foram instrumentos importantes no desenvolvimento do sentimento de pertencimento nacional e, por sua vez, foram também profundamente marcadas por esse pertencimento. A ligação estreita entre língua, literatura e nação que se formou do século XIX se traduziu atualmente pela instauração de um *espaço internacional de literaturas nacionais* que organiza a apreensão da literatura, a organização do ensino literário ou as classificações das bibliotecas (THIESSE, 2009a, p.61). A nação, como espaço de pertencimento que se agrega em torno da língua e da literatura, tem uma relação singular com a temporalidade: ela é concebida como um coletivo com origens muito antigas, mas sua perenidade se dá por meio de figuras míticas intangíveis. Essa singularidade se traduz numa concepção determinada da história literária, por exemplo: da mesma forma que a história nacional, em geral, cobre todos os séculos e não deixa nenhuma lacuna, a história literária deve inventar e valorizar um conjunto de obras que correspondam a cada grande período da história nacional. Mas esta série de obras deve também sublinhar a permanência e a especificidade do espírito nacional. A história literária, visto que ela se inscreve num quadro nacional, é, portanto, menos histórica do que geográfica: ela traça as fronteiras de uma identidade nacional contínua através dos séculos (THIESSE, 2009a, p.65-66).

A era nacional, portanto, marcou fortemente nossa concepção da literatura pela afirmação tácita de que, por um lado, *não há nação sem literatura* e, por outro, *não há literatura que não seja nacional*. Atualmente, o lugar privilegiado que tomou a literatura nacional no sistema de ensino, por exemplo, é colocado em questão no quadro da mundialização e da formação de comunidades transnacionais culturais e econômicas (dentre elas a CPLP). Isso abre uma série de questões sobre a definição do cânone literário, a concepção de manuais transnacionais de ensino, o uso de traduções e recursos textuais eletrônicos e a invenção de novas práticas de circulação editorial.

(THIESSE, 2009b, p.25). Esse último aspecto será objeto de nossa análise a seguir, considerando sempre que os vestígios do processo de significação e apagamento da Língua Portuguesa no contexto da colonização/descolonização linguística ficam marcados, por exemplo, no modo como as literaturas produzidas contemporaneamente são editadas, catalogadas e premiadas.

4. A literatura entre nações e instituições⁴

O livro *O vendedor de passados*, do angolano José Eduardo Aqualusa, circula em Portugal desde 2004 pelas Publicações Dom Quixote. Em 2010 foi editado no Brasil pela carioca Gryphus contendo tanto a menção aos direitos do autor quanto da editora portuguesa, além da referência a sua adequação ao “novo acordo ortográfico da língua portuguesa” e à catalogação do livro como “Romance angolano”. Em 2009, a editora brasileira se associou ao Ministério da Educação para lançar, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), um lote de livros destinados a compor o acervo de bibliotecas escolares em todo o país. Estampada no alto da primeira capa está a inscrição “MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – FNDE – PNBE 2009” seguida de um desenho circular no qual se pode ler “VENDA PROIBIDA”. Na página da ficha catalográfica, encontram-se as mesmas informações da edição da Gryphus, acrescentando-se a coparticipação do governo brasileiro na nova edição e na categorização do romance como pertencendo à “Coleção Identidades”. As duas edições brasileiras trazem uma epígrafe de Jorge Luís Borges e, nas costas da página, uma reprodução em escala de cinza do mapa político e hidrográfico de Angola.

Réquiem para o navegador solitário é escrito por Luís Cardoso, considerado pela crítica o primeiro romancista do Timor Leste. O livro apareceu em 2007 pela Dom Quixote e em 2010 saiu pela Editora Língua Geral, integrando a coleção Ponta de Lança, que pretende apresentar ao público brasileiro autores lusófonos pouco conhecidos. Nesta edição, a Câmara Brasileira do Livro, obedecendo aos dados internacionais de catalogação, classifica o texto do timorense como “Romances: Literatura portuguesa” e abaixo como “Romance português”.⁵ A 4ª capa do livro traz a inscrição “Edição apoiada pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas” seguida pelos logotipos

da *Direção Geral do Livro e das Bibliotecas* e do *Ministério da Cultura* de Portugal.

Caso inverso é o do romance *Os malaquias*, da brasileira Andréa Del Fuego, que foi publicado em 2010 pela Língua Geral na mesma coleção de autores lusófonos e no ano seguinte apareceu em Portugal pelo Círculo de Leitores, o único clube do livro português que desde a década de 70 atenta para as preferências dos leitores na escolha de seus títulos. Em outubro de 2011, *Os malaquias* vence o prêmio luso José Saramago. Curioso é que para a editora portuguesa o romance, apesar de ser brasileiro, integra a coleção “Literatura Portuguesa”.

Outro romance editado como pertencendo à coleção Ponta de Lança revela que o angolano José Eduardo Agualusa é o coordenador geral do projeto e sócio da editora Língua Geral ao lado das brasileiras Conceição Lopes e Fátima Otero.⁶ *O evangelho segundo a serpente*, cujo título faz alusão tanto aos evangelhos bíblicos quanto ao *Evangelho segundo Jesus Cristo*, de Saramago, é de autoria da portuguesa de origem islâmica, Faíza Hayat e foi um dos primeiros títulos lançados pela editora carioca na referida coleção, juntamente com outra autora portuguesa Patrícia Reis, com *Amor em segunda mão* e duas produções brasileiras *Dicionário de pequenas solidões*, de Ronaldo Cagiano, e *Sobre a neblina*, de Christiane Tassis. O livro de Faíza é lançado em 2006 simultaneamente pela Dom Quixote e pela Língua Geral, contando com a apresentação do moçambicano Mía Couto e a catalogação pela Câmara Brasileira do Livro como “Ficção portuguesa”.

Já *Jerusalém*, do escritor português nascido em Angola, Gonçalo M. Tavares, conheceu uma trajetória diferente. O romance é parte da tetralogia *O Reino* e foi publicado primeiramente em 2004 pela Editorial Caminho, tendo recebido os prêmios LER/Millennium BCP de 2004 e José Saramago de 2005. Um ano depois, foi editado pela paulista Companhia das Letras com o apoio do *Instituto Português do Livro e das Bibliotecas* e do *Ministério da Cultura*, sob o slogan “Portugal em acção” e foi agraciado no Brasil com o Prêmio Portugal Telecom de 2007. Ainda na 1ª reimpressão datada de 2011, a folha da ficha catalográfica menciona o fato de que “a editora optou por manter a grafia do português de Portugal”, apesar da vigência do acordo ortográfico, além de reconhecer o texto como pertencente à categoria “Ficção: Literatura portuguesa”.

Palavras finais

Vemos que as filiações nacionais de autores e obras são sobrepostas pela nacionalidade das editoras. O importante no mundo literário contemporâneo é publicar seus livros por casas portuguesas e brasileiras.⁷ A origem pátria dos autores é muitas vezes convocada como fator de exotismo e apologia da diversidade, mas não chega a construir, de fato, literaturas nacionais (como no caso do timorense Luís Cardoso, cujo livro é classificado como romance português ou de Gonçalo M. Tavares, que tem naturalidade angolana, mas é considerado um escritor português que produz literatura portuguesa). Note-se ainda a valoração que se faz ao qualificar um texto literário como ficção, romance ou literatura propriamente dita. Do gênero à expressão artística por excelência os sentidos deslizam na medida do ingresso do autor no cânone literário.

Vemos, portanto, que na conjuntura econômica globalizada, a transposição das fronteiras nacionais determina um fluxo assimétrico das mercadorias que materializam a literatura e as línguas, o que implica em dizer que as tentativas de uniformização das línguas portuguesas e catalogação de suas literaturas apresentam a mesma característica desigual presente nos outros ramos da globalização e também no processo colonizador. A mundialização da língua portuguesa pela literatura é determinada por uma disparidade de forças com relação às línguas nacionais e de imigração, mas por políticas que constroem juridicamente uma unidade imaginária ao mesmo tempo em que se beneficiam da heterogeneidade das produções literárias em Língua Portuguesa.

A produção literária contemporânea, isto é, do período da globalização que se dá no início dos anos 1990, se mostrou um espaço importante de reflexão acerca dessa heterogeneidade linguística e cultural, pois ela materializa tanto a administração da diferença entre as línguas portuguesas quanto a produção da literatura como uma mercadoria que legitima/veicula culturas nacionais inscritas numa determinada conjuntura histórico-econômica, a da mundialização.

Ao final deste breve estudo, afirmamos que mesmo imposta violenta e/ou consensualmente e administrada sob a noção limitadora de lusofonia, a língua portuguesa não é somente uma língua de Estado, autoritária, *língua de madeira* (GADET e PÊCHEUX, 2004, p.23); nem

artificial, cortada de seu espaço enunciativo, *língua de papel* (DELEUZE e GUATTARI, 1977, p.26 *et seq.*).⁸ Vimos que a diversidade das literaturas em línguas portuguesas precisa ser contraditoriamente afirmada e negada para que se produza uma literatura de/em língua portuguesa com a coesão do singular do qual a lusofonia se decalca. Mas as línguas portuguesas e as literaturas produzidas nos países descolonizados são *nacionais* (em sentido forte), isto é, são produções de nações diversas que acontecem na tensão entre um imaginário de unidade e a produção efetiva da diferença – em relação às línguas oficiais/nacionais, maternas e de imigração praticadas naquele espaço nacional. Só que a presunção das organizações supranacionais que representam a unidade do mundo lusófono e colaboram para a publicação internacional das literaturas em língua portuguesa é de que essa pluralidade pode ser administrada com acordos ortográficos e catalogações internacionais que desconsideram as especificidades dessas produções a fim de que os livros, tomados como mercadoria, circulem transnacionalmente, aumentando, assim, o mercado leitor/consumidor e a influência linguística das nações economicamente mais fortes (notadamente Portugal por ser a matriz cultural e Brasil por ser uma das potências emergentes do mundo atual). É como projeção e reflexo desse percurso histórico contraditório que a unificação se produz na literatura contemporânea e a pluralidade é administrada no singular. Pela ideia de lusofonia, a *mundialização literária* afirma as literaturas em línguas portuguesas como irmãs ou como primas distantes, às vezes até já mortas, dependendo da afinidade econômica entre as nações em questão. Unidas pela uniformização e afastadas pela estrangeiridade, essas literaturas são significadas como tendo um vínculo natural, consanguíneo, parental. Mas enquanto não se reconhecer esse vínculo como sendo histórico – relacionado, como dissemos, à colonização e à mundialização, não haverá espaço para a elaboração da diferença que as constitui.

Obras analisadas

AGUALUSA, José Eduardo. *O vendedor de passados*. Lisboa: Dom Quixote, 2004. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2011.

CARDOSO, Luís. *Réquiem para o navegador solitário*. Lisboa: Dom Quixote, 2007. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010.

- COUTO, Mia. *Terra sonâmbula*. Lisboa: Caminho, 1992. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- COUTO, Mia. *Venenos de Deus, remédios do Diabo*. Lisboa: Caminho, 2008. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- DEL FUEGO, Andrea. *Os malaquias*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2010. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.
- HAYAT, Faísa. *O evangelho segundo a serpente*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2006. Lisboa: Dom Quixote, 2006.
- TAVARES, Gonçalo. M. *Jerusalém*. Lisboa: Caminho, 2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad.: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes.
- _____. (1997). "La réaliité de l'hyperlangue". In: *Langages*, 31e année, n°127, p.110-121. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1997_num_31_127_2128>
- BARRETO, R. G. (2006). "Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi". In: *Revista Teias*, ano 7, n°13/14. Rio de Janeiro, jan./dez. Disponível em: <<http://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Analise%20do%20Discurso%20-%20Eni%20Orlandi.pdf>>
- CALVET, L-J. (1996). *Les politiques linguistiques*. Col. Que sais-je?. Paris: PUF.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1977). "O que é uma literatura menor?" In: *Kafka. Por uma literatura menor*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago.
- DIAS, L. F. (2005). "Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal". In: SARAIVA, M. E. F. E MARINHO, J. H. C. (org.) *Estudos da língua em uso: relações inter- e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: Núcleo de estudos da língua em uso, Grupo de estudos funcionalistas da linguagem, Faculdade de Letras da UFMG.
- FEDATTO, C. P. (2012). "Políticas linguísticas e literaturas contemporâneas em Língua Portuguesa". In: *Itinerários*, n.º 35. Araraquara, jul./dez., p.133-144.

- FREYRE, G. (1940). *O mundo que o português criou*. São Paulo: É Realizações, 2010.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. (2004). *A língua inatingível*. Trad. Bethania Mariani e Maria Elisabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes.
- GUIMARÃES, E. (2005). *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes.
- LOURENÇO, E. (1978). *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Dom Quixote.
- MAINO, E. (2005). "Pour une généalogie de l'africanisme portugais". In : *Cahiers d'études africaines*, n° 177, p.166-215. Disponível em : <<http://www.cairn.info/revue-cahiers-d-etudes-africaines-2005-1-page-166.htm>>
- MARIANI, B. (2004). *Colonização linguística*. Campinas: Pontes.
- _____. (2008). "Da colonização linguística portuguesa à economia neoliberal: nações plurilíngues". In: PADILHA, L. C. e Lúcia Helena (org.). *Revista Gragoatá*, n° 24. Niterói: EdUFF.
- ORLANDI, E. P. (1998). "Ética e política linguística". In: *Linguas e instrumentos linguísticos*, n° 01. Campinas: Pontes: jan./jun.
- _____. (2008). *Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp.
- PÊCHEUX, M. (1969). "Análise automática do discurso". In: GADET, F.; HAK, T. (org.). (1997). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp.
- PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. (1982). "Ler o arquivo hoje". In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- PEREZ, M. (2000). "Les enjeux de la lusophonie. Le portugais, langue de communication internationale " In : *Lusotopie*. Paris : Khartala, p.610-620.
- TEYSSIER, P. (1980) *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- THIESSE, A-M. (2009a/1). "Communautés imaginées et littératures". In : *Romantisme*, n°143, p.61-68. DOI: 10.3917/rom.143.0061.
- _____. (2009b/4). "Littérature et éducation au national". *Le français aujourd'hui*, n°167, p.19-26. DOI: 10.3917/lfa.167.0019

VENÂNCIO, J. C. (1992). *Literatura e poder na África lusófona*. Lisboa: Ministério da Educação/ Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Palavras-chave: literaturas em língua portuguesa, políticas linguísticas, lusofonia.

Keywords: literatures in Portuguese, linguistic policies, Lusophony.

Notas

¹ A gramatização é definida por Auroux como sendo uma transferência de tecnologia de uma língua para outra e que não é nunca independente de uma transferência cultural mais ampla. No caso da gramatização das línguas indígenas e africanas, trata-se de uma *exotransferência*, pois os sujeitos que efetuam a transferência não são locutores nativos da língua para a qual ocorre a transferência (AUROUX, 1992, p.74).

² Como foi o caso, por exemplo, da língua geral no Brasil colônia e do tétum no Timor Leste.

³ Na conceituação de Guimarães (2005, p.18) os *espaços de enunciação* são espaços políticos de funcionamento das línguas nos quais “elas se dividem, redividem, se misturam, se desfazem, transformam, por uma disputa incessante”.

⁴ Uma versão preliminar desta análise está publicada em Fedatto (2012).

⁵ Assim acontece também com as edições pela Companhia das Letras dos romances de Mía Couto, catalogados ora como “Ficção portuguesa” e “Ficção: Literatura: portuguesa”, ora como “Romance moçambicano” e “Romances: literatura moçambicana em português”. Essa variação parece não obedecer a critérios cronológicos ou temáticos.

⁶ Conforme jornal O Globo de 24 de outubro de 2006 em matéria publicada sobre as estreias da editora: *Editora vai lançar obras de língua portuguesa: Língua Geral põe nas livrarias oito títulos*.

⁷ José Eduardo Agualusa dá uma declaração sintomática ao jornal O Globo de 24/10/2006: “Não escolhemos o mercado brasileiro por acaso. Diferentemente da Europa, onde o número de leitores não cresce mais, no Brasil há um crescimento da população e, principalmente, da população alfabetizada”.

⁸ *Língua de madeira* é uma expressão dos analistas de discurso franceses Gadet e Pêcheux (2004) para designar a língua tratada como um sistema fechado, doutrinário e normativo como a língua da gramática, do direito e de discursos políticos. *Língua de papel* é um sintagma cunhado por Deleuze e Guattari (1977) num estudo sobre a literatura menor, aquela praticada por minorias oprimidas ou opressoras num espaço exíguo e por meio de uma língua desterritorializada, de papel.

A REALIZAÇÃO DOS OBJETOS DIRETO E INDIRETO ANAFÓRICOS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO E ESPANHOL

Eduardo de Oliveira Dutra

UNIPAMPA

Táise Simioni

UNIPAMPA

Marília dos Santos Lima

UNISINOS

Resumo: Neste estudo, inicialmente, apresentamos as estratégias de realização do objeto direto e indireto anafórico no português brasileiro (PB) e no espanhol para efetuarmos, posteriormente, um quadro comparativo, com aspectos convergentes e divergentes, entre as línguas em questão, no que tange ao fenômeno analisado. A realização do objeto direto e indireto anafórico é um aspecto linguístico que, muitas vezes, traz dificuldades a aprendizes brasileiros de espanhol como LE/L2 (ELE/L2) e, conseqüentemente, é objeto de estudo de diversas investigações na área de aquisição de ELE/L2. A revisão da literatura realizada em nosso trabalho nos permitiu observar que o clítico e a forma nula são possibilidades de realização em ambas as línguas, com a diferença de que o primeiro é a forma preferida em espanhol e é a variante menos frequente em PB (no que diz respeito à fala), enquanto a forma nula é predominante em PB e ainda pouco frequente em espanhol.

Abstract: In this study, initially, we present strategies of realization of anaphoric direct and indirect objects in Brazilian Portuguese (BP), and in Spanish, to make, posteriorly, a comparative frame, with convergent and divergent aspects, between the two languages involved, concerning the analyzed phenomenon. The realization of anaphoric direct and indirect objects is a linguistic aspect that often brings difficulties to Brazilian learners of Spanish as FL/L2, and, consequently, it is object of study of many investigations in the area of FL/L2 acquisition. The review of literature realized in our work allowed to observe that the clitic and the null form are possibilities of

realization in both languages, with the difference that the first is the preferred form in Spanish and it is the less frequent variant in BP (regarding speech), while the null form is predominant in BP, but it is still less frequent in Spanish.

Introdução

Apesar de o português brasileiro (doravante PB) e o espanhol compartilharem uma mesma origem latina, é válido destacarmos que ambas as línguas apresentam estruturas assimétricas em distintos níveis linguísticos. Um exemplo dessa natureza está relacionado à realização dos objetos direto e indireto anafóricos em ambas as línguas. Por exemplo, o espanhol opta preferencialmente pela retomada do sintagma complemento por formas clíticas, ao passo que o PB o faz por sintagmas nominais e preposicionais, pronomes tônicos e, com mais frequência, por formas nulas¹.

No âmbito da aquisição de espanhol como língua estrangeira² (LE)/segunda língua (L2) por falantes de português, os clíticos acusativos e dativos de terceiras pessoas têm sido objeto de estudo de diversas investigações (GONZÁLEZ, 1994, 1998, 2005; VILLALBA, 1995; YOKOTA, 2007; LOZADA, 2007; SIMÕES, 2010; DUTRA, 2015). Cruz (2001) afirma que existe uma tendência de os brasileiros, inclusive em níveis avançados, apresentarem, em suas produções, formas alternativas que coexistem com as formas clíticas, ainda que em menor grau, se comparados aos níveis iniciais de estudo, o que caracteriza como instável a sua língua no que tange à área do sistema pronominal do espanhol. Segundo Dutra (2015), existe uma tendência de predileção pelas formas clíticas de terceira pessoa, como objeto de estudo, nas investigações efetuadas no contexto brasileiro, o que pode ser explicado em virtude de os estudantes terem mais dificuldades com os clíticos de terceira pessoa do que com os de primeira e segunda (VANPATTEN, 1990).

No caso de ensino de LE/L2 tipologicamente próxima à língua materna (LM), Villalba (2002) assinala a necessidade de que se tenha cautela quanto à semelhança, entendida como fator facilitador de acesso e aquisição de língua estrangeira, visto que, no caso do aprendiz brasileiro de espanhol, parece que a dificuldade está relacionada à falsa semelhança e, principalmente, à indefinição da

dicotomia semelhança/falsa semelhança no que se refere à indeterminação dos limites linguísticos entre o PB e o espanhol.

Dito isto, neste estudo, limitamo-nos à apresentação da realização do objeto direto e indireto anafórico no PB e no espanhol, a partir de visões normativas e descritivas, a fim de indicarmos aspectos convergentes e/ou divergentes na área do sistema pronominal de ambas as línguas, o que pode ser útil ao aprendiz de espanhol como língua estrangeira (ELE/L2), bem como a professores dessa língua, que poderão refletir sobre o ensino de línguas próximas e, mais especificamente, elaborar estratégias pedagógicas destinadas ao ensino de aspectos linguísticos que podem trazer maiores dificuldades aos aprendizes.

1. O objeto direto e indireto anafórico no PB

Existe consenso entre os gramáticos tradicionais (BECHARA, 2005; CUNHA e CINTRA, 2010) no que se refere à classificação dos pronomes pessoais. Essas formas pronominais podem ser retas ou oblíquas. Bechara (2005) explica que, para cada uma das formas pronominais do primeiro tipo, existe outra correspondente entre os pronomes oblíquos. A título de exemplo, as formas retas de terceiras pessoas (singular/plural), isto é, *ele(s)* e *ela(s)* possuem, como seus correspondentes pronominais, em função objetiva direta, respectivamente, os pronomes átonos *o(s)*, *a(s)* e *se*. Para fins de ilustração, apresentamos o seguinte exemplo:

(1) Conheceste o professor de espanhol?

Eu *o* conheci ontem.

Na resposta em (1), retoma-se o sintagma nominal “o professor de espanhol” por meio do pronome clítico *o*. Se tivéssemos substituído o sintagma nominal na pergunta por outro sintagma da mesma natureza no plural ou no feminino singular/plural, as formas pronominais correspondentes sofreriam variação de número e gênero e seriam, respectivamente, *os*, *a* e *as*. Esse conjunto de formas pronominais de terceiras pessoas se refere às formas acusativas. Além desses pronomes clíticos, a Gramática Tradicional³ (doravante GT) apresenta outras possibilidades de realização do objeto direto anafórico. Nesses casos, é possível o emprego do pronome *ele(a)* ou precedido da

preposição *a* ou antecedido por *todo* ou *só*, conforme observamos nos exemplos a seguir:

- (2) Cumprimentei *a ele* e não *a ela*.
- (3) Encontrei, no pátio da escola, Maria, Ricardo e Tânia. Cumprimentei *todos eles*.
- (4) Já ouvi os demais estudantes, agora gostaria de ouvir *só ela*.

Conforme observamos, apenas o pronome *ele(a)* é referido como forma alternativa, respectivamente, aos pronomes clíticos *o(s)* e *a(s)* nos contextos linguísticos especificados.

Nesse sentido, Freire (2005) afirma que, nas gramáticas tradicionais, não existe qualquer menção à possibilidade de permitir a forma nula, o uso de pronome tônico (desacompanhado de preposição e das expressões *todo* e *só*) e sintagmas nominais plenos como formas alternativas para expressar o objeto direto anafórico, como mostram os exemplos em (5), logo a seguir. Por conseguinte, apesar de a GT ter aumentado sua abrangência quanto à possibilidade de uso de outras formas linguísticas diferentes dos clíticos *o* e *a*, apresenta-as, em número reduzido, em ambientes linguísticos restritos.

- (5) Conheceste o professor de espanhol?
 - (5.a) Eu conheci [ϕ] ontem.
 - (5.b) Eu conheci *ele* ontem.
 - (5.c) Eu conheci *o professor de espanhol* ontem.

Em contraste, a partir de uma perspectiva descritiva, quanto às mudanças no quadro de pronomes de terceiras pessoas no PB, Castilho (2010), no que concerne à função objetiva, assinala o seguinte: (i) o emprego de *ele/eles* também com função acusativa; (ii) o desaparecimento das formas *o* e seus alomorfes; e (iii) a mudança da forma *lhe* para *li*, que funciona como objeto direto. Segundo esse autor, a perda do clítico *o* é acompanhada de dois ganhos: *ele* e *lhe*, que antes funcionavam como sujeito e objeto indireto, respectivamente, e assumem também a função acusativa.

Nesse sentido, em relação à variação que ocorre na realização dos objetos diretos anafóricos, os estudos sociolinguísticos (DUARTE, 1989; HORA e BALTOR, 2007) têm apontado a forma nula, o

pronome tônico, mais especificamente o pronome *ele*, e a repetição do sintagma nominal como variantes dos pronomes clíticos *o(s)* e *a(s)*, conforme ilustram os exemplos em (5). Autores como Câmara Jr. (2004) e Dillinger *et al.* (2002) salientam, respectivamente, o uso de *ele* como acusativo e a existência da forma nula como traços característicos do PB. Já Schwenter (2006) indica como particularidade desta língua o fato de que ela permite a forma nula em objetos diretos cujos antecedentes são definidos/específicos, conforme discussão realizada adiante.

Cabe destacarmos que, com a queda de frequência dos clíticos, a forma nula é a variante que tem apresentado os maiores índices de ocorrência. Segundo estudo sociolinguístico (DUARTE, 2001), essa forma alternante oscila entre 46% no Distrito Federal e 63% no Rio de Janeiro, ao passo que, em São Paulo e Santa Catarina, apresenta valor de 54%. Autores como Duarte (1989) e Cyrino (1999) apontam que há um favorecimento da ocorrência da forma nula quando o antecedente do objeto direto se caracteriza como [-animado]. Segundo Schwenter (2006), a única situação em que a forma nula não é a preferida entre as variantes é aquela em que o antecedente do objeto direto é [+animado, +específico], contexto em que a variante com maior frequência de uso é o pronome tônico.

Cyrino (1996) relaciona a ocorrência da forma nula à perda da ênclise e à queda do uso do clítico no PB. Nunes (1996) faz o mesmo, destacando as razões fonológicas (relacionadas à estrutura silábica) para o caminho de extinção que os clíticos de terceira pessoa estão traçando nesta língua. Segundo o autor, com a opção pela próclise, os clíticos de terceira pessoa não têm como licenciar seus *onsets* silábicos⁴ subjacentes, ao contrário do que ocorre no português europeu, em que a ênclise fornece contexto para que os clíticos de terceira pessoa se superficializem com *onset*. Ao compararmos as formas *o conhecem* e *conhecem-no*, percebemos que, no primeiro caso, em que ocorre a próclise, o clítico é realizado sem uma consoante no *onset*, embora ela estivesse presente na sua forma subjacente, segundo propõe Nunes (1996). Já no segundo caso, em que temos ênclise, o clítico pode se realizar com uma consoante nasal que ocupa a posição de *onset*. Para Nunes (1996), “a obsolescência das antigas construções com clíticos, então, abriu caminho para a expansão das construções com objeto nulo e para a introdução de

construções com pronome tônico na posição de objeto” (NUNES, 1996, p. 220). A explicação de Schwenter (2006) para o desaparecimento dos clíticos de terceira pessoa toma um caminho diferente. O autor aponta para o fato de que os clíticos de primeira e segunda pessoa não estão sendo eliminados da língua. Segundo Schwenter, isto ocorre porque tais clíticos, ao contrário daqueles de terceira pessoa, caracteristicamente têm como antecedentes elementos [+animados], o que seria uma situação marcada em relação ao objeto direto, cujos referentes são predominantemente [-animados] translinguisticamente. Podemos conjecturar, então, que a situação de os clíticos de primeira e segunda pessoas serem marcados os protege de uma mudança na língua, diferentemente do que está ocorrendo com os clíticos de terceira pessoa. Não nos parece que uma explicação seja excludente em relação à outra.

Quanto às demais variantes, referentes à realização do objeto direto anafórico, ora o sintagma nominal pleno é mais frequente que o pronome tônico, ora os resultados estatísticos apontam o inverso (HORA e BALTOR, 2007; OLIVEIRA, 2007). Por conseguinte, os índices em relação à competição entre essas duas formas alternantes têm sido variados.

Oliveira (2004) propõe as seguintes hipóteses em situação de variação e/ou mudança no que tange ao fenômeno sob análise: i) favorecimento do sintagma nominal pleno na competição com o pronome tônico e ii) existência de mudança em progresso. Portanto, de um lado, se os índices de aplicação se mantiverem favoráveis ao sintagma nominal pleno, conforme observamos anteriormente, no caso de que a mudança em progresso seja efetivada, o pronome tônico será suplantado pelo sintagma nominal pleno e, portanto, desaparecerá como variante. Por outro lado, no caso de variação estável, essas formas alternantes coexistirão como opções de uso.

Duarte (1989) pode trazer um argumento favorável à segunda situação. Segundo a autora, o uso do pronome tônico é estigmatizado em contextos formais. Essa avaliação, entretanto, só tem validade no caso de estruturas simples, como aquela exemplificada em (6), em que o objeto direto é constituído unicamente pelo pronome. Tal estigma decresce quando são avaliadas estruturas complexas, como aquela em (7), em que o objeto direto é constituído por um pronome acompanhado de uma sentença no gerúndio⁵.

(6) Eu vi *ele* ontem no cinema.

(7) O senhor não pode acreditar neles. Eu vi *eles* abrindo a porta do meu carro.

O fato de haver menos estigma no uso do pronome tônico em estruturas complexas pode favorecer uma variação estável na sua competição com a realização de um sintagma nominal pleno.

O uso dos clítics acusativos e de suas variantes está relacionado à modalidade espontânea de língua falada. Por conseguinte, existe uma realidade linguística, no PB, em relação à realização do objeto direto anafórico, que não condiz com o paradigma prescritivo (SANTOS e SANTOS, 2011). Nesse sentido, conforme Ramos (1999), o paradigma de formas pronominais de terceiras pessoas das variedades do PB pode ser sumarizado da seguinte maneira:

Quadro 1: O paradigma de formas pronominais de terceiras pessoas das variedades do PB

PESSOA/NÚMERO	FUNÇÃO	
	SUJEITO	OBJETO DIRETO
3ª singular	ele, ela	o, ele/ela, lhe
3ª plural	eles/elas	os, eles/elas, lhes

Fonte: Adaptado de Ramos (1999)

Segundo observamos no Quadro 1, os pronomes tônicos acompanham a forma clítica *e*, somado a isso, as formas clíticas *lhe(s)* funcionam como acusativo. Castilho (2010) exemplifica esse fenômeno linguístico, a partir da realização fonética de *lhe*, como em (8).

(8)

Eu não *li* vi.

Eu não *li* conheço.

Esses exemplos apontam para a situação na qual as formas linguísticas *lhe(s)* sofrem alteração de caso no sentido de que, além de manterem sua função inicial como formas dativas, funcionam também como pronome clítico acusativo.

Em linhas gerais, de um lado, na GT, salvo casos restritos, o objeto direto anafórico se realiza com o clítico acusativo de terceiras pessoas. Por outro lado, os estudos descritivos têm apontado o objeto nulo, o sintagma nominal pleno e o pronome tônico como variantes de clíticos acusativos de terceira pessoa. Além disso, as formas pronominais *lhe(s)* não se restringem ao caso dativo, visto que têm se estendido à função acusativa.

Passemos agora à discussão sobre o objeto indireto anafórico no PB.

Do ponto de vista dos estudos tradicionais, as primeiras e segundas pessoas das formas pronominais podem representar os casos acusativo e dativo com a mesma forma. Entretanto, a partir dessa visão, entre os pronomes átonos pertencentes ao grupo de clíticos de terceiras pessoas, não há a possibilidade de equivalência da forma linguística do mesmo modo que nos clíticos de primeiras e segundas pessoas, visto que, entre as formas clíticas de terceiras pessoas, há uma forma linguística exclusiva para cada tipo de caso, gênero e número (ALMEIDA, 2011). Vejamos, a seguir, os exemplos:

- (9) O diretor escreveu recados *ao pai*.
- (10) Eu *lhe* disse a notícia.
- (11) Eu disse a notícia *a ela*.

De um lado, os exemplos (9) e (10) estão consoantes à tradição gramatical, uma vez que, a partir de uma visão normativa (BECHARA, 2005), os sintagmas complementos, em função de objeto indireto, são introduzidos pela preposição *a* (e, muito raramente, pela preposição *para*) e, também, são comutáveis por *lhe(s)*.

Em decorrência, a sentença (11) está parcialmente de acordo com a tradição gramatical. Bechara (2005) explica que o registro formal, especialmente o escrito, difere do registro informal em relação ao uso das formas oblíquas átonas *lhe(s)*, uma vez que, enquanto este prefere as formas tônicas, aquele opta pelas formas átonas. Portanto, a partir dessa visão, o exemplo (11) seria uma situação de registro informal.

Por outro lado, Morais (2010) assinala que estudos que tratam da realização do objeto indireto, a partir da modalidade da língua falada do PB, têm mostrado que, além dos pronomes clíticos e tônicos de terceiras pessoas, existem outras formas linguísticas utilizadas para

realizar a anáfora, tais como: pronome lexical dentro da frase preposicional iniciada por *para* ou *pra* (12); uso dialetal do pronome fraco (13); objeto nulo fonologicamente (14). Sobre a última variante, cabe mencionar que, levando em consideração os resultados de Dillinger *et al.* (2002), é possível afirmar que, na comparação entre objetos diretos e indiretos, os últimos são mais propensos à realização com forma nula.

Vejamos os casos⁶ a seguir:

(12) João deu o livro *para/prá ela*.

(13) João deu *ela* o livro.

(14) João viu a Maria, mas não deu [ϕ] carona.

Nos casos de (12) a (14), observamos que o uso do objeto indireto como sintagma complemento não se limita exclusivamente às possibilidades apresentadas em (9), (10) e (11), conforme prescreve a visão tradicional. Segundo Morais (2010), os dados de fala espontânea têm apontado a existência de decréscimo no emprego da preposição *a* e do uso do clítico dativo de terceira pessoa *lhe(s)*, os quais são substituídos, respectivamente, pela preposição *para/prá* e pelas estratégias de pronominalização referidas em (13) e (14).

O contraste entre os casos apontados pela tradição gramatical, a respeito das formas átonas dativas, com os exemplos oriundos das pesquisas da língua falada, permite-nos conjecturar, entre outros aspectos, que a variante forma nula integra predominantemente o grupo da modalidade falada. Em decorrência disso, existe diferença entre os paradigmas pronominais em função da modalidade de língua, e, portanto, do tipo de registro. A seguir, apresentamos o Quadro 2, referente aos clíticos dativos de terceiras pessoas, que abrange as modalidades de língua escrita e falada, respectivamente.

Quadro 2: O paradigma de formas pronominais de terceiras pessoas do caso dativo nas modalidades de língua escrita e falada

PESSOA/NÚMERO	FUNÇÃO		
	SUJEITO	OBJETO INDIRETO (ESCRITA)	OBJETO INDIRETO (FALA)
3ª singular	ele, ela	lhe	lhe, para

			ele/ela
3ª plural	eles/elas	lhes	lhes, para eles/elas

Fonte: Adaptado de Ramos (1999)

A partir do Quadro 2, podemos perceber que as variantes do objeto indireto anafórico, presentes na quarta coluna, estão em consonância com os estudos sociolinguísticos de Freire (2000) e Gomes (2003), os quais têm apontado que, em vez das formas clíticas dativas, são utilizados, com maior frequência, sintagmas preposicionais, representados por pronomes tônicos ou sintagmas nominais, seguidos de formas nulas. Portanto, estudos descritivos permitem uma série de opções de realização alternada da forma dativa, em comparação à visão tradicional (BECHARA, 2005), que apresenta possibilidades mais limitadas, conforme percebemos na terceira coluna do Quadro 2.

Em resumo, a GT alude aos pronomes clíticos *lhe(s)* como recursos linguísticos para a função de dativo. Contudo, essas formas, com realização fonética como *li(s)*, ampliaram sua função objetiva, isto é, além de exercerem essa função sintática, são empregadas também como pronomes clíticos acusativos. Sob uma visão descritiva, é possível o uso da preposição *para* e de sua variante *pra* a fim de introduzir o sintagma complemento como objeto indireto, além da possibilidade da forma nula. Logo, existe diferença entre o que prescreve a GT e os estudos que levam em conta situações reais de uso no que diz respeito às realizações possíveis dos objetos direto e indireto anafóricos.

2. O objeto direto e indireto anafórico no espanhol

De igual maneira que o PB, os clíticos acusativos de terceiras pessoas em espanhol apresentam formas linguísticas determinadas em função do caso, ou seja, apresentam uma relação unívoca entre forma e função, diferentemente do que ocorre com as formas pronominais de primeiras e segundas pessoas, em que uma forma pode assumir mais de uma função. Vejamos as frases⁷ a seguir:

(15) Ya pegué *la tela* = Ya *la* pegué.

(16) Ya pegué *el sello* = Ya *lo* pegué.

(17) Pregunta la hora *a María* = Pregúntale la hora.

Nos exemplos anteriores, os correspondentes das formas átonas no plural são, respectivamente, *las*, *los* e *les*. Os pronomes clíticos *lo*, *los*, *la* e *las* satisfazem unicamente as formas acusativas de terceiras pessoas, ao passo que *le* e *les* representam os pronomes clíticos dativos (TORREGO, 2000). Observamos que, embora a próclise seja a colocação pronominal característica do espanhol, assim como ocorre em português, na primeira língua os clíticos de terceira pessoa não têm problemas com seus *onsets*, pois eles já são naturalmente preenchidos por uma consoante, o que favoreceria sua manutenção na língua se levarmos em consideração a explicação de Nunes (1996) para o desaparecimento dos clíticos de terceira pessoa em PB.

Apesar de as formas átonas supracitadas se restringirem aos casos de acusativo e dativo, Torrego (2000) explica que, na situação em que qualquer dessas formas pronominais de um subsistema passe ao outro, incide-se nos “*ismos*”⁸. A título de exemplo, apresentamos a seguinte frase⁹:

(18) A mi hijo *le* castigaron (no lugar de “A mi hijo *lo* castigaron”).

O exemplo (18) aponta para uma variante da forma átona *lo*, considerada correta unicamente no caso de substituição de *lo* por *le* referido a pessoas no masculino e apenas no singular. Nesse sentido, o uso da forma dativa *le* com função acusativa é o único caso admitido pela RAE¹⁰.

Além das formas átonas ocorrerem como formas únicas, elas também podem aparecer acompanhadas de um sintagma nominal pleno ou dos pronomes tônicos em caso de duplicação. Não se trata, aqui, de um caso de anáfora em um sentido tradicional, uma vez que o clítico está anteposto ao elemento a que se refere. Incluímos este fenômeno, entretanto, para que pudéssemos apresentar um quadro mais abrangente sobre o uso dos clíticos nas funções de objeto direto e indireto em espanhol. Vejamos os exemplos¹¹ a seguir:

(19) *Les* iba a remitir un regalo *a sus nietos*.

(20) *Le* llevó la carta *a ella*.

A partir dos exemplos acima, é possível observarmos que o pronome clítico coexiste com sintagma nominal pleno, como em (19). Outra possibilidade de duplicação consiste no uso simultâneo da forma átona com o pronome tônico, no exemplo (20). Em ambos os casos, há uma situação de correferencialidade entre o clítico e o sintagma nominal pleno ou o pronome tônico, respectivamente.

Nas frases de (19) e (20) ocorre a duplicação dos clíticos, tendo em vista o mesmo caso, isto é, o uso do pronome átono acompanhado de sintagma nominal pleno ou pronome tônico remete unicamente ao caso dativo. Contudo, existe também a possibilidade de coexistência dos pronomes dativo e acusativo (não se trata, aqui, do fenômeno de duplicação de clítico), situação na qual esse tipo de clítico sucede àquele, como no exemplo¹² a seguir:

(21) *Le dará un beso a María* → *Se lo dará.*

O último exemplo indica a combinação das formas dativa e acusativa, situação na qual ambos os pronomes clíticos se antepõem ao verbo simples. Nesse caso, a forma correspondente ao pronome clítico em função de dativo de terceira pessoa, independentemente do número, converte-se em *se*, em decorrência de efeitos fonéticos¹³.

Em linhas gerais, até o momento, tratamos dos clíticos acusativo e dativo de terceiras pessoas do espanhol, sob uma visão tradicional, a partir da qual discutimos, entre outros aspectos, casos de duplicação, em que as formas pronominais átonas coexistem com outras formas linguísticas (nome, grupo nominal ou pronome tônico). Acrescentamos a isso o fato dessa duplicação referir-se especificamente a um tipo de caso, diferentemente do que ocorre com a realização dos pronomes clíticos que obedece à ordem clítico dativo + clítico acusativo, como em (21), que abrange ambos os tipos de caso.

Por outro lado, a fim de expandirmos, a partir de uma visão descritiva, a questão da duplicação dos clíticos tratada anteriormente, apresentamos os exemplos¹⁴ a seguir:

(22) *Lo vi a él.* (él=Felipe)

(23) *Los conozco a todos/a los cuatro.*

(24) *Si la ven a una* copiando se ponen furiosos.

- (25) *(Le)* dijeron a *Juan* que viniera.
(26) *(Le)* di el regalo a *él*.
(27) **(Le)* gusta el cine a *Juan*.
(28) **(Le)* hice los deberes a *la niña*.

Em relação à sentença (22), por um lado, é possível observarmos que o clítico coexiste com um pronome tônico, o qual remete a um referente [+humano], condições necessárias para duplicação de clítico de caso acusativo (FERNÁNDEZ, 1999). Nessa linha, os exemplos (23) e (24), respectivamente, com a presença de um quantificador como *todo(s)* ou artigo + numeral e de pronome indefinido, são também casos de duplicação de objeto direto (FERNÁNDEZ, 1999). Franco (1993) e Estigarribia (2006) usam exemplos como aquele em (24) para questionar o fato de que o clítico duplo acusativo exigiria como referente um elemento [+específico], como alguns autores defendem.

Por outro lado, as demais sentenças remetem a exemplos de duplicação de clítico em função de dativo. Segundo Fernández (1999), esse caso está diretamente relacionado ao papel semântico atribuído ao objeto indireto. Em (25) e (26), o clítico pode ser omitido, pois são dativos destinatários, ao passo que nos demais casos a manutenção do pronome átono é obrigatória. Portanto, o papel semântico do objeto indireto pode ser utilizado como critério para o estabelecimento da obrigatoriedade do clítico em casos de duplicação. Franco (1993) aponta para uma diferença importante entre a duplicação do clítico acusativo e dativo. Segundo o autor, o segundo tipo se tornou praticamente categórico, enquanto o primeiro apresenta uma maior variação. Estigarribia (2006) analisa a duplicação com clítico acusativo no espanhol rio-platense (falado em Buenos Aires e arredores). Segundo o autor, esta variedade permite a duplicação mais livremente do que outras variedades.

Em resumo, de um lado, as sentenças de (22) a (28), alusivas à duplicação dos clíticos, permitem-nos observar a coexistência de um pronome átono e um sintagma complemento. No caso acusativo, a duplicação é obrigatória em ambientes em que há pronome tônico, quantificador ou pronome indefinido (*uno/una*). Por outro lado, o uso do clítico dativo duplicado ocorrerá sempre que o papel semântico do objeto indireto não é de destinatário. Apesar de parecer ser possível

fazer tais generalizações, atenta-se para o fato de que há grande variação na realização da duplicação do clítico em função acusativa, diferentemente do que ocorre com a função dativa.

Nesta seção, discutimos, até aqui, o uso dos clíticos de terceiras pessoas como formas acusativas e dativas, sem menção a sua não realização fonética. Entretanto, ainda que a forma nula não ocorra no espanhol na mesma proporção de frequência do PB, língua na qual essa variante é frequente e ocorre, entre outros fatores, condicionada pelo fator semântico [-animado] (DUARTE, 1989; CYRINO, 1999), no espanhol, é possível a não realização fonética do clítico. Para fins de ilustração, vejamos o exemplo a seguir:

(29) ¿Quieres zumo?/No, gracias. Ya [ϕ] tomé.

A resposta à pergunta (29) apresenta a forma nula como opção de preenchimento do sintagma complemento. Em relação à aplicação do objeto nulo, no espanhol, Clements (1994; 2006) afirma que a não realização fonética do objeto está restrita pelo traço especificidade. Segundo esse autor, referentes específicos devem ser realizados, enquanto que os argumentos que não são referenciais e não contáveis podem ser nulos. Portanto, o traço [-específico] do referente possibilita o uso da variante objeto nulo em vez do pronome clítico. Nesse sentido, se *zumo*, complemento da pergunta (29), fosse substituído por *un vaso de zumo*, necessariamente a resposta seria acompanhada do clítico *lo*.

Schwenter (2006), por outro lado, aponta para a variação que ocorre na realização do objeto direto anafórico em espanhol. Segundo o autor, variedades como a quitenha e a paraguaia (especialmente a falada em Assunção) são bastante similares ao PB, no sentido de que há uma preferência pela forma nula quando o antecedente é [-animado], independentemente de sua especificidade. Conforme Schwenter, nestas variedades do espanhol, o objeto direto é preferencialmente realizado com *le(s)* quando o antecedente é [+animado] e preferencialmente realizado com a forma nula quando o antecedente é [-animado].

Schwenter (2006) estabelece um paralelo entre a realização do objeto direto anafórico nas variedades mencionadas acima (tanto a do português quanto as do espanhol) e a marcação diferencial do objeto

(doravante MDO) que ocorre em espanhol (e em outras línguas), como no exemplo abaixo¹⁵, em que o objeto direto é marcado pela partícula *a*.

(30) Ayer vi *a* tu hermana.

Como destaca o autor, o objeto direto que caracteristicamente recebe a MDO é aquele que carrega os traços [+animado, +específico], como ocorre em (30). Este, não coincidentemente para o autor, é o mesmo tipo de referente que dá origem a um objeto direto foneticamente realizado em PB e nas variedades quitenha e paraguaia do espanhol. Por outro lado, a MDO não ocorre em casos de objeto direto [-animado], como mostra a agramaticalidade do exemplo em (31). Novamente não coincidentemente, este é o contexto preferido para a ocorrência de objetos diretos anafóricos com formas nulas nas variedades recém mencionadas.

(31) *Ayer vi *a* tu libro.

Para Schwenter (2006), levando em consideração o fato, mencionado anteriormente, de que os objetos diretos têm, preferencialmente, referentes [-animados] translinguisticamente, a ocorrência de MDO e a realização fonética de objetos diretos anafóricos seriam motivadas pela necessidade de apontar a existência de objetos diretos “atípicos”, marcados em relação aos demais. Por oposição, objetos diretos “típicos”, não marcados, não precisariam ser apontados na língua, o que levaria à ausência de MDO e a uma realização com forma nula.

Uma vez que é possível inserir a realização do objeto direto anafórico dentro de um sistema gramatical maior, estabelecendo relação com outros fenômenos linguísticos, Schwenter (2006) rejeita a ideia, muito presente na literatura, de que a realização do objeto direto anafórico em variedades do espanhol que aceitam a forma nula, como as mencionadas anteriormente, refira-se a “anomalias dialetais que são (de alguma forma) induzidas pelo contato [com outras línguas]” (SCHWENTER, 2006, p. 34). Reig Alamillo e Schwenter (2007) reforçam a defesa da não regionalidade estrita para a realização da forma nula com o argumento de que todas as variedades do espanhol

admitem tal realização em contextos em que o referente do objeto direto se encontra na situação discursiva imediata, como mostra o exemplo em (32).

(32) [Duas pessoas deixando uma sala, uma diz para a outra]
Apaga [ϕ] (isto é, a luz, a televisão etc.)

Outro caso que alude ao não uso do objeto direto pronominal, em espanhol, ocorre em (33).¹⁶

(33) El libro que te pedi ayer se me perdió.

Nesse exemplo, o complemento direto é desempenhado por uma oração de relativo. Salvo orações de relativo explicativas, no caso de *Mis alumnos, que los quiero mucho, irán mañana de excursión*, em que o emprego de pronome clítico é admitido, em orações restritivas não é aconselhável, em um sentido normativo, que se repita o objeto direto por meio de forma átona correspondente (TORREGO, 2000).

A não realização da forma clítica não se restringe aos casos relacionados a verbos com apenas um sintagma complemento que aludem ao caso acusativo, uma vez que, no espanhol uruguaio, o clítico acusativo pode não aparecer em situação de coocorrência dos objetos direto e indireto (GROPPI, 1997). Observemos o exemplo seguinte¹⁷:

(34) ¿Le dijiste a María que no vas a ir?
(a) Ya se lo dije.
(b) Ya le ϕ dije.

As respostas à pergunta (34) diferem no que tange à estratégia de retomada do objeto direto, visto que, enquanto (a) utiliza o clítico neutro *lo*, como recurso linguístico de retomada, devido ao fato de o objeto direto ser uma oração, em (b) há a presença da forma nula no lugar do clítico objeto direto. Nesse caso, a não realização do objeto pronominal é opcional e não categórica (YOKOTA, 2007), ou seja, pode ser considerada um exemplo de variação linguística, mais especificamente o uso alternado do clítico acusativo de terceira pessoa

em estruturas em que existe coocorrência do clítico dativo com o pronome átono acusativo.

Em conclusão, em espanhol, os objetos diretos e indiretos anafóricos são preenchidos com os clíticos acusativos e dativos, respectivamente, segundo a prescrição gramatical. Entretanto, quanto ao uso real da língua, vemos que o quadro é mais complexo. No que diz respeito à duplicação, observamos que a duplicação com dativo é mais regular do que aquela com acusativo. Com relação ao primeiro tipo, o uso obrigatório do clítico duplicado está relacionado ao fato de o sintagma complemento não ser o destinatário. Quanto à duplicação com acusativo, de maneira genérica, é possível afirmar que há a atuação do traço de especificidade, no sentido de que a duplicação se realiza quando o clítico é correferente com um elemento [+específico]. Essa generalização, entretanto, não abarca todas as possibilidades de ocorrência da duplicação com acusativo, uma vez que se constata variação nesta realização. Além disso, foi possível observar a realização dos objetos diretos como formas nulas a partir da atuação de traços de animacidade e especificidade. Por fim, no espanhol uruguaio, no caso de coocorrência de objeto direto e indireto anafórico, parece ser possível o emprego de forma nula no lugar do clítico acusativo.

3. Estabelecendo paralelos

A fim de sumarizarmos as principais diferenças nas estratégias de realização dos objetos diretos e indiretos anafóricos no PB e no espanhol, a seguir, apresentamos o Quadro 3.

Quadro 3: Realização dos objetos diretos e indiretos anafóricos no PB e no espanhol

PB	Espanhol
O PB apresenta um maior conjunto de possibilidades de realização do objeto direto anafórico: clítico, forma nula, pronome tônico, repetição do sintagma nominal e <i>lhe</i> (com a realização [li]).	Em espanhol, o pronome tônico não parece ser uma possibilidade de realização do objeto direto anafórico.

<p>No que diz respeito ao objeto indireto anafórico, o PB pode realizá-lo como: clítico, preposição seguida de pronome tônico ou de sintagma nominal pleno, pronome fraco e forma nula.</p> <p>Em PB, o clítico é a variante menos frequente (no que se refere à fala).</p> <p>A forma nula é a variante mais frequente na fala em PB.</p>	<p>O pronome fraco e a forma nula não parecem ser opções de realização do objeto indireto anafórico em espanhol.</p> <p>Em espanhol, o clítico é a variante predominante.</p> <p>A forma nula não é tão frequente em espanhol, mas pode ocorrer como forma de realização do objeto direto anafórico nos casos em que o antecedente é [-específico] ou, nas variedades quitenha e paraguaia, quando o antecedente é [-animado]. Além disso, na variedade uruguaia, a forma nula pode expressar o objeto direto anafórico, desde que este esteja coocorrendo com um objeto indireto.</p>
--	--

4. Considerações finais

Quanto à realização do objeto direto e indireto anafórico, podemos observar que o PB e o espanhol apresentam algumas diferenças. Embora ambas as línguas não se limitem ao emprego do clítico, o espanhol opta preferencialmente por esta realização, ao passo que o PB, na modalidade espontânea de língua falada, tem esta variante como a menos frequente. Com relação às formas nulas, seu uso é mais frequente no PB do que no espanhol, que apresenta contexto linguístico restrito nesse sentido. Além disso, o PB apresenta opções de realização que não parecem possíveis em espanhol. Trata-se do emprego do pronome tônico, no caso do objeto direto anafórico, e do uso do pronome fraco (e da forma nula) no que diz respeito ao objeto indireto anafórico.

É necessário que se veja com cautela a semelhança interlingüística entre o PB e o espanhol, visto que, embora sejam línguas tipologicamente próximas, a área do sistema pronominal de terceiras pessoas de ambas as línguas apresenta aspectos peculiares. A semelhança entre as línguas envolvidas no processo aquisicional não pode ser compreendida como facilidade. Segundo Villalba (2002), é importante que o aprendiz tenha consciência da proximidade entre o PB e o espanhol e da delicada relação entre a semelhança e a falsa semelhança, as quais parecem promover problemas no que tange à aquisição de espanhol por brasileiros. Nesse sentido, ainda com base em Villalba (2002), é possível conjecturarmos que, em relação à ausência da percepção dos limites de proximidade e de distância entre o PB e o espanhol, nos distintos níveis lingüísticos de ambas as línguas, mais especificamente na realização dos objetos direto e indireto, o aprendiz brasileiro, pautado na semelhança interlingüística, parece recorrer ao seu conhecimento prévio da LM durante o processo de aprendizagem do ELE/L2 por supor que essa área da gramática é similar em ambas as línguas. Há uma série de estudos (GONZÁLEZ, 1994, 1998, 2005; VILLALBA, 1995; LOZADA, 2007; DUTRA, 2015) que apontam casos de transferência lingüística, os quais abrangeram o não uso das formas clíticas ou o emprego de formas alternativas no lugar das formas-alvo, tais como: tendência de emprego da forma nula em vez da forma clítica e a presença do pronome tônico no lugar das formas átonas. Os resultados do estudo de Dutra (2015) sugeriram que o uso de uma série de estratégias pedagógicas, para o direcionamento da atenção para formas clíticas de terceiras pessoas, propiciou a redução de casos de formas alternativas no lugar dos clíticos acusativos e dativos de terceiras pessoas. Dito isto, a percepção dos limites de distância entre o PB e o espanhol, no que tange ao uso de estratégias de retomada dos objetos direto e indireto, por parte dos aprendizes, pode ser desencadeada por meio da elaboração e aplicação de intervenções pedagógicas destinadas ao ensino das formas clíticas de terceiras pessoas do espanhol.

Para finalizar, destacamos a importância de os professores terem conhecimentos sobre as variadas formas de realização dos objetos anafóricos em ambas as línguas, conforme foi mostrado aqui, a fim de que suas intervenções pedagógicas sejam “mais realistas e eficazes”, como sugere Duarte (1989).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, G. de S. (2011). Prescrição gramatical e uso: o caso do pronome “lhe” no português brasileiro. XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2011, Rio de Janeiro. In: *Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, v. 15, p. 2398-2408.
- BECHARA, E. (2005). *Moderna gramática portuguesa*. 37ª Edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna.
- CÂMARA JR., J. M. (2004). *Dispersos*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- CASTILHO, A. T. (2010). *Nova Gramática do Português Brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Editora Contexto.
- CLEMENTS, J. C. (1994). “Notes on topicalization and object drop in Spanish”. In: MAZZOLA, M. (Ed.) *Issues and theory in Romance linguistic: selected papers from the linguistic symposium on Romance languages XXIII*. Washington, DC: Georgetown University PRESS, p. 219-237.
- _____. (2006). “Null direct objects in Spanish”. In: CLEMENTS, J. C.; YOON, J. (Eds.) *Functional approaches to Spanish syntax*. New York: Palgrave, p. 134-150.
- CRUZ, M. L. O. B. (2001). *Estágios de interlíngua: estudo longitudinal centrado na oralidade de sujeitos brasileiros aprendizes de espanhol*. Tese. Doutorado em Estudos da Linguagem. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. (2010). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 6º Ed. São Paulo: LEXICON.
- CYRINO, S. M. L. (1996). “Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos”. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 163-184.
- _____. (1999). “Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo”. In: NEVES, M. H. de M. (Org.) *Gramática do português falado* (v. VII). Campinas: Editora da UNICAMP, p. 595-625.
- DILLINGER, M. *et al.* (2002). “Padrões de complementação no português brasileiro”. In: KATO, M. A. (Org.) *Gramática do português falado* (v. V). Campinas: Editora da UNICAMP, p. 277-326.

- DUARTE, M. E. L. (1989). “Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil”. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, p. 19-34.
- _____. (2001). “Ensino da língua em contexto de mudança”. In: *Cadernos do IV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, n. 12, p. 51-61.
- DUTRA, E. de O. (2015). *Os efeitos da Instrução com Foco na Forma na aprendizagem dos clíticos de terceiras pessoas do espanhol por universitários brasileiros*. Tese. Doutorado em Linguística Aplicada. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- ESTIGARRIBIA, B. (2006). “Why Clitic Doubling? A Functional Analysis for Rioplatense Spanish”. In: FACE, T. L.; KLEE, C. A. (Eds.) *Selected Proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, p. 123-136.
- FERNÁNDEZ, S. O. (1999). “El pronombre personal: formas y distribuciones. Pronombres átonos y tónicos”. In: BOSQUE, I.; DEMONTE V. (Orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española1. Sintaxis básica de las clases de palabras*. Madrid: Espasa, p. 1209-1273.
- FRANCO, J. (1993). “Conditions on Clitic Doubling: The Agreement Hypothesis”. In: *ASJU*, n. XXVII, p. 285-298.
- FREIRE, G. C. (2000). *Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana*. Dissertação. Mestrado em Letras. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. (2005). *A realização do dativo e do acusativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. Tese. Doutorado em Letras. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GOMES, C. A. (2003). “Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro”. In: PAIVA, M. da C. de; DUARTE, M. E. L. (Orgs.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, p. 81-96.
- GONZÁLEZ, N. (1994). *Cadê o pronome? O gato comeu*. Tese. Doutorado em Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- _____. (1998). “Pero qué gramática es ésta? Los sujetos pronominales y los clíticos en la interlengua de brasileños adultos

aprendices de Español/LE”. In: *Revista Rilce Filología Hispánica*, n. 14, p. 243-263.

_____. (2005). “Quantas caras tem a transferência? Os clíticos no processo de aquisição/aprendizagem do Espanhol/Língua Estrangeira”. In: BRUNO, F. C. (Org.) *Ensino-Aprendizagem de línguas estrangeiras: reflexão e prática*. São Carlos: Claraluz, p. 53-70.

GROPPI, M. (1997). *Pronomes pessoais no português do Brasil e no espanhol do Uruguai*. Tese. Doutorado em Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo.

HORA, D. da; BALTOR, C. da S. (2007). “Estudo variacionista do objeto direto anafórico no falar pessoense”. In: CASTILHO, A. *et al.* (Orgs.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, p. 49-59.

LOZADA, P. R. (2007). *A aquisição dos pronomes pessoais da Língua Espanhola por falantes de Português do Brasil: aspectos linguísticos e psicotipológicos*. Dissertação. Mestrado em Linguística Aplicada. Brasília: Universidade de Brasília.

MORAIS, M. A. T. (2010). “Conversando sobre o objeto indireto nulo no português brasileiro”. In: *Estudos da Língua(gem)*, n. 8, p. 37-35.

NUNES, J. M. (1996). “Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro”. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 207-222.

OLIVEIRA, M. de. (2004). “A natureza do SN e do ‘clítico’ acusativo de 3ª pessoa no processo de aprendizagem do PB”. In: *Revista de Estudos Linguísticos*, n. XXXIV, p. 229-234.

OLIVEIRA, S. M. (2007). “Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares”. In: *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, n. 5, p. 1-30.

POSSENTI, S. (2010). *Por Que (Não) Ensinar Gramática na Escola*. São Paulo: Mercado de Letras.

RAMOS, C. M. A. (1999). *O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro/espanhol peninsular*. Tese. Doutorado em Linguística. Alagoas: Universidade Federal de Alagoas.

- REIG ALAMILLO, A.; SCHWENTER, S. A. (2007). “Null Objects and Neuter *lo*: A Cross-Dialectal Variationist Analysis”. In: HOLMQUIST, J.; LORENZINO, A.; SAYAHI, L. (Eds.) *Selected Proceedings of the Third Workshop on Spanish Sociolinguistics*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, p. 113-121.
- SANTOS, M. H. B.; SANTOS, E. (2011). “Uma análise comparativa do pronome acusativo no Português Brasileiro e no Espanhol”. In: *Leitura*, n. 1, p. 147-159.
- SCHWENTER, S. A. (2006). “Null Objects across South America”. In: FACE, T. L.; KLEE, C. A. (Eds.) *Selected Proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, p. 23-36.
- SELKIRK, E. O. (1982). “The syllable”. In: VAN DER HULST, H.; SMITH, N. *The structure of phonological representations*. Dordrecht: Foris, p. 337-383.
- SIMÕES, A. M. (2010). *Clítico, objeto nulo ou pronome tônico? Quanto e como a variação/mudança no paradigma do preenchimento pronominal do objeto acusativo de terceira pessoa no português brasileiro se reflete na aquisição/aprendizagem do espanhol pelos aprendizes brasileiros ao longo das gerações*. Dissertação. Mestrado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- TORREGO, L. G. (2000). *Manual de Español Correto*. Madrid: Arco Libros.
- VANPATTEN, B. (1990). “The Acquisition of Clitic Pronouns in Spanish: Two Case Studies”. In: VANPATTEN, B.; LEE, J. *Second Language Acquisition- Foreign Language Learning*. Clevedon: Multilingual Matters, p. 118-39.
- VILLALBA, T. K. B. (1995). *A transferência na aquisição da anáfora pronominal em espanhol por universitários brasileiros*. Dissertação. Mestrado em Letras. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- _____. (2002). *Pepe vio que no tiene jeito, su mujer es así mismo: as delicadas relações lexicais entre a L1 e a L2 na aquisição de espanhol por universitários brasileiros*. Tese. Doutorado em Letras. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- YOKOTA, R. (2007). *O que eu falo não se escreve. E o que eu escrevo alguém fala? A variabilidade no uso objeto direto anafórico*

na produção oral e escrita de aprendizes brasileiros de espanhol.
Tese. Doutorado em Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: clíticos, português brasileiro, espanhol

Keywords: clitics, Brazilian Portuguese, Spanish

Notas

- ¹ Adotamos o termo “forma nula” como sinônimo de “objeto nulo”.
- ² Não distinguimos língua estrangeira (LE) de segunda língua (L2).
- ³ Esse termo é sinônimo de gramática normativa (POSSENTI, 2010).
- ⁴ Em conformidade com a estrutura silábica defendida por Selkirk (1982).
- ⁵ Exemplos extraídos de Duarte (1989).
- ⁶ Extraídos de Morais (2010).
- ⁷ Extraídas de Torrego (2000).
- ⁸ Remete aos fenômenos linguísticos de *leísmo*, *laísmo* e *loísmo*.
- ⁹ Extraída de Torrego (2000).
- ¹⁰ Sigla da *Real Academia Española*.
- ¹¹ Extraídos da obra “El buen uso del español”, publicação da RAE.
- ¹² Adaptado da obra “El buen uso del español”, publicação da RAE.
- ¹³ Refere-se à união de clíticos acusativos e dativos iniciados por segmento lateral, como em *Le lo doy=Se lo doy*.
- ¹⁴ Exemplos oriundos de Fernández (1999).
- ¹⁵ Adaptado de Schwenter (2006), assim como (31) e (32).
- ¹⁶ Extraído de Torrego (2000).
- ¹⁷ Yokota (2007).

MUITO PRAZER, SOU LINGUISTA POR QUE TODO PROFESSOR DE PORTUGUÊS DEVE SER UM LINGUISTA?

PLEASED TO MEET YOU, I AM A LINGUIST WHY SHOULD ALL TEACHERS OF PORTUGUESE BE A LINGUIST?

Bruno de Andrade Rodrigues*

***Resumo:** Todo professor de português deve ser um linguista. Esta é a tese que nós defendemos neste artigo com base no pressuposto segundo o qual o linguista é um agente sócio-político cujos saberes se constituem num incessante diálogo com os saberes produzidos por outras ciências que se interessam, de algum modo, pela linguagem. Dentre essas ciências, destacam-se a Sociologia e a Antropologia Social, as quais fornecem os subsídios necessários para que o linguista, em seu trabalho descritivo da estrutura e funcionamento da língua, produza estudos que consideram os fenômenos da variação linguística e da constituição da identidade como inerentes às práticas de linguagem. Por isso, o professor de português deve atuar como um linguista, se ele estiver interessado em ser o principal agente de uma pedagogia linguística que favoreça a inclusão social pelo combate ao preconceito linguístico e pela compreensão da emergência incessante da alteridade nas práticas linguísticas. Refletir sobre a língua e ensiná-la deve ser mais do que refletir sobre seu mecanismo gramatical e ensinar regras de estruturação de frases.*

***Abstract:** All the teachers of Portuguese should be a linguist. This is the thesis that we defend in this paper starting with presumption according to which the linguist is a social-political agent whose knowledge is constituted in an incessant dialogue with others forms of knowledge produced by others sciences that someway are interested on language. Among these sciences, the Sociology and the Social Anthropology are distinguished ones, because they provide necessary subsidies in order that the linguist in his descriptive work of the*

structure and the functions of the language produces studies that consider the phenomenon of the linguistic variation and constitution of the identity as inherent to the practices of language. Thus, the teacher of Portuguese should act as a linguist, if he is interested in being the main agent of a linguistic pedagogy that contributes for the social inclusion through the combat against the linguistic prejudice, and through the understanding of the incessant emergence of the otherness in linguistic practices. Thinking about the language and teaching it should be more than thinking about its grammatical mechanism, and teaching rules for the construction of sentences.

Introdução

A cada vez que tornamos a refletir sobre as condições em que se desenvolve a prática de ensino de português a falantes nativos dessa língua, quão necessária e desafiadora se nos revela a tarefa, mormente porque, a despeito das inúmeras propostas¹ que se destinam à transformação radical dessas condições, em seus aspectos radiculares, elas praticamente não mudaram. Os aspectos a que nos referimos são a normatização das práticas linguísticas, geralmente trabalhada com nossos estudantes pela apresentação de frases descontextualizadas segundo um padrão ideal de “correção”, e a conseqüente censura das suas variedades linguísticas, cujo domínio se deu antes de eles ocuparem os bancos escolares. No esforço improfícuo de suprimir os hábitos linguísticos dos estudantes, que lhes são tão familiares quanto naturais, o professor se lança à tarefa hercúlea e inócua que consiste em educá-los na prática de hábitos linguísticos conformes a um padrão de uso prestigiado, em substituição àqueles hábitos arraigados cuja prática por si mesma é considerada um sinal de “deficiência linguística”. Acresça-se que, naquele esforço em que se empenha e que lhe parece, não raro, como a sua irrevocável missão, o professor se esquece de que a variedade linguística ensinada na escola não constitui a língua materna dos estudantes; essa variedade é quase uma língua estrangeira para eles, para cuja aprendizagem, por isso, exige-se um treinamento que tem de ser tão cuidadoso quanto pertinente às esferas sociais em que ela é usada. O que se segue daí é uma frustração mútua: o professor se frustra porque os alunos parecem relutar em aprender os novos e prestigiosos hábitos linguísticos; e os

alunos se frustram e se enfadam porque não encontram finalidade alguma na aprendizagem de regras de usos que são inoperantes na lida diária com a língua.

Das considerações acima, é forçoso que se depreendam os dois horizontes à luz dos quais se encaminhará nossa discussão neste artigo: o primeiro dos quais recobre nossa preocupação com a necessidade de envidar esforços orientados para o desenvolvimento de um ensino de língua materna, ou circunscritamente, de língua portuguesa, afinado com a promoção da diversidade linguística, com a compreensão da diferença² em sua relação necessária com a constituição da identidade³ e com o conseqüente combate ao *preconceito linguístico*⁴; pelo segundo, se estende nosso interesse em argumentar que tal promoção e combate demandam a transformação da identidade do professor de língua portuguesa⁵.

A tese fulcral de nossa discussão tem a forma de uma proposição deôntica: *todo professor de língua portuguesa deve ser um linguista*. Acreditamos que, somente assumindo a identidade de um linguista, ele poderá atingir, com boa margem de êxito, a despeito das dificuldades que lhe prejudicam o exercício da profissão, os dois objetivos fundamentais cujo cumprimento passou a ser-lhe imputado, especialmente a partir da década de 1980, quando novas concepções da língua começaram a permear o terreno escolar⁶: *o desenvolvimento da competência comunicativa dos falantes nativos e um tratamento, sem preconceito, da diversidade linguística que atravessa a realidade do português brasileiro nas suas modalidades escrita e falada*. Não podemos nos escusar de acrescentar que a sustentação da referida tese será feita mediante um exame da problemática da construção da identidade, a qual não pode ser definida e pensada fora de sua relação necessária e constitutiva com a diferença. Desde já, é importante salientar que tanto a identidade quanto a diferença são uma relação social. Ao abordarmos esse fenômeno, em cuja complexidade, no entanto, não pretendemos nos aprofundar, esperamos fique claro que ele atravessa os dois horizontes a que aludimos e à luz dos quais se desenvolverá nossa discussão: tanto o trabalho, em sala de aula, com a diversidade linguística quanto o combate ao preconceito linguístico pressupõem um saber sobre a dimensão social e simbólica da identidade e da diferença (a indispensabilidade desse saber será demonstrada quando nos ocuparmos da referida questão); da mesma

forma, um professor que trabalha na condição de linguista não pode escusar a compreensão de como os atos linguísticos concorrem para a produção tanto da identidade quanto da diferença.

Antes de pôr termo a esta seção, gostaríamos de dizer que a assunção da necessidade de o professor de português atuar como um linguista não é uma proposta exclusivamente nossa. Se houver uma verdadeira contribuição nela, tal se dará em virtude do modo como a desenvolveremos, pois que não é suficiente concordar em que é profícuo ao ensino de português que o professor atue como um linguista; é necessário demonstrar de que modo o é tanto como é indispensável dar a conhecer não só a ordem de saberes (que são muitos e variados) que é precondição para tal atuação, mas também, e principalmente, quais são as atitudes, os pressupostos e a metodologia adotados que qualificarão o professor para atuar como um linguista. Dissemos que tal proposta não é nova, e nós a encontramos esboçada em Bagno (2002)⁷. Tendo reconhecido a precariedade das condições de trabalho do professor no Brasil – fato que, inegavelmente, obsta a qualquer empreendimento que vise à transformação radical do modelo tradicional de ensino de português nas escolas, o autor faz a seguinte ponderação:

Diante disso, a sugestão que faço é usar, sim, esse material que já está à disposição, mas usá-lo de maneira *crítica*, como ponto de partida para uma conscientização dos alunos de que língua e linguagem são coisas mais ricas e fascinantes do que a velha descrição mecânica de conceitos, a velha nomenclatura falha da gramática tradicional e, principalmente, a velha distribuição de rótulos de certo e errado para a produção linguística dos cidadãos (e de todos os demais comportamentos sociais) (...). (BAGNO, 2002, p.69).

No excerto supracitado, Bagno recomenda que o uso da gramática normativa seja amparado por um olhar crítico, etapa indispensável para que o professor assuma a posição de um linguista, a saber, de um estudioso da língua interessado em descrever os fatos linguísticos e não em valorá-los como “certos” e “errados”. Para Bagno, o linguista é um pesquisador, mas é também aquele a quem compete, na condição

de professor, conscientizar os alunos de que “língua e linguagem são coisas mais ricas e fascinantes do que a velha descrição mecânica de conceitos, a velha nomenclatura falha da gramática tradicional (...)”. Em seguida, Bagno mantém que a transformação do modelo tradicional de ensino de língua portuguesa, que se serve da gramática normativa e de seu aparato ideológico⁸, não é possível se o professor tiver sido privado de uma formação científica consistente e, no caso de tê-la recebido, não for um linguista (acrescente-se “em tempo integral”)⁹.

Para empreender esse tipo de trabalho, evidentemente, é necessário que o professor tenha recebido e continue a receber uma formação científica consistente, que se apodere dos resultados da pesquisa linguística, que tome consciência das etapas de evolução e progresso do campo científico ao qual pertence, que é o das ciências da linguagem e da educação. Um professor de língua portuguesa que não for, em tempo integral, um pesquisador, um curioso, um linguista, um teorizador, enfim, não poderá empreender essa transformação. (BAGNO, 2002, p.69-70).

1. O professor linguista: por uma postura não-normativista no ensino de português

É comum que as pessoas, em geral, perante um professor de português sintam-se intimidadas para falar. Tal timidez ou receio se baseia na crença, arraigada nas representações coletivas¹⁰ de nossa sociedade, de que todo professor de português é, necessariamente e ao mesmo tempo um guardião da “pureza” da língua pátria e uma espécie de policial linguístico. Destarte, de acordo com essa representação muito disseminada em nossa sociedade, ao professor de português compete o dever de zelar pela língua de prestígio (conhecida geralmente quer por professores, quer por não-especialistas como a “língua correta”) e de patrulhar o uso linguístico, com vistas a capturar os recorrentes “desvios” ou “erros” cometidos pelos usuários da língua, relativamente a uma norma idealizada e balizada por um conjunto de práticas, valores e ideologias recoberto pelo termo *Gramática Tradicional* (doravante, GT).

Não menos comum é o recorrer-se ao professor de português, a fim de saber se uma palavra grafa-se com “s” ou “z”, ou se o correto é dizer “para mim fazer” ou “para eu fazer”. Em qualquer caso, o falante que busca esclarecimento deseja obter uma resposta que acene para o comportamento linguístico que lhe parece o “correto”. Esse fenômeno da obsessão pela correção idiomática é geral e não carece que sobre ele estendamos nossas considerações para tornar razoável a visão de que, no imaginário dos falantes em geral, o professor de português é dentre os falantes aquele que se destaca por mais bem conhecer a língua e, portanto, socialmente, é dele esperado que assuma uma postura pedagógico-normativista em face do uso da língua.

Há, no entanto, muitos professores de português, dos quais uma grande parcela atua como pesquisadores nos mais diversos centros de pesquisa em linguagem nas grandes universidades de nosso país que, sendo linguistas, ou seja, estudiosos que se ocupam do fenômeno da linguagem atentos à sua natureza heterogênea e heteróclita, não assumem uma postura normativista no tratamento dos fenômenos linguísticos. Não estão eles preocupados em ditar o que é “certo” ou “errado” no uso que os falantes nativos de português fazem de sua língua. Sendo pesquisadores, estudiosos da linguagem, especialistas cujos estudos se desenvolvem na esteira da Linguística moderna, eles estão interessados em descrever e explicar a estrutura e o funcionamento da língua portuguesa, para o que produzem pesquisas que levam em conta as contribuições de outras áreas do saber humano que são perpassadas, de um modo ou de outro, por questões de linguagem¹¹. Dizer que eles são cientistas da linguagem significa dizer que são profissionais cujas pesquisas se valem de hipóteses, métodos, procedimentos de coleta de dados e de análise, à luz de pressupostos teóricos bem definidos, que lhes tornam possível mostrar como uma língua se organiza para a produção de sentidos¹². O trabalho do linguista, portanto, deve também atender às exigências de qualquer empresa científica: ele precisa dispor de hipóteses, de certos pressupostos teóricos que estão na origem da constituição do objeto teórico¹³ a ser investigado e que orientarão a constituição de um *corpus* representativo de uma dada variedade linguística, a qual, por sua vez, deve tornar possível a observação e a descrição do fenômeno

lingüístico a ser investigado. Em suma, definição, observação, comparação, análise e síntese, etapas contempladas em todo empreendimento científico, fazem parte do trabalho do linguista quando ele se debruça sobre um dado fenômeno lingüístico.

Não nos interessa descer a investigações sobre os aspectos epistemológicos da Linguística, tampouco sobre as condições institucionais que fazem um professor de português ser reconhecido como linguista. Por conseguinte, é necessário reconduzir nossas reflexões ao momento inicial dessa seção, quando descrevíamos a imagem sócio-cultural, geralmente, associada ao professor de português, com vistas a assinalar o contraste entre essa imagem, que resulta de crenças, valores e expectativas socialmente projetados e que definem o lugar identitário desse profissional, e o que caracteriza, fundamentalmente, a prática do linguista, que consiste em estudar a língua, em abordá-la sem fazer quaisquer juízos de valor sobre suas variedades. O linguista considera as variedades lingüísticas como diferenças lingüísticas, como formas diferentes de usar a língua, o que não significa dizer que ele não reconheça que elas não têm o mesmo estatuto social, ou seja, que elas não trazem em si índices valorativos, cuja atribuição decorre de julgamentos feitos sobre o falante que as usa.

2. Os saberes do professor linguista

2.1 A orientação ideológica da gramática normativa

Cumpre-nos fornecer um quadro descritivo, não exaustivo, dos saberes indispensáveis à constituição dos alicerces da prática do professor de português na condição de linguista. Principiemos por referir o que nos escreve Bagno, em seu mais recente e monumental trabalho – *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (2011). Nesse livro, Bagno reitera, sumariamente, o que tem sido consenso entre os especialistas, no tangente aos objetivos das aulas de português na escola.

Ler, escrever e refletir sobre a língua. Essas três tarefas – que no fundo são uma só: desenvolver o *letramento* – constituem toda a missão da escola no que diz respeito à educação em língua materna. Não há tempo a perder com outras práticas que já se

comprovaram absolutamente irrelevantes e inúteis para se cumprir essa missão. (Bagno, 2011, p.29 – grifo no original).

Essas “outras práticas irrelevantes” a que se refere o autor dizem respeito à forma como o português vem sendo tradicionalmente ensinado e estudado nas salas de aulas de nossas escolas, a saber, como um objeto cujas partes constitutivas devem ser reconhecidas e classificadas. Exemplos dessas práticas são a elaboração de atividades em que se solicita ao aluno o reconhecimento do complemento verbal e sua classificação em objeto direto, objeto indireto, complemento relativo, etc. O material linguístico oferecido ao aluno e sobre o qual ele se debruça em sua tarefa enfadonha e despropositada de dissecação da língua e de taxionomia de suas unidades constitutivas consiste em um conjunto de frases ou criadas pelo próprio professor, ou extraídas de textos, ou colhidas de coletâneas de exercícios de gramática; em qualquer caso, trata-se de frases descontextualizadas, e não de *unidades de comunicação*. Trata-se de fragmentos de linguagem exauridos de sua funcionalidade, porque desvinculados do todo linguístico a que se integravam (texto) e dos contextos (socio-ideológicos, político, cultural, cognitivo) na base dos quais funcionavam.

Escusa dizer que o trabalho com frases isoladas que se prestam apenas à análise de seus constituintes não contribui em nada para o desenvolvimento da competência comunicativa dos aprendizes. Em virtude disso, os estudiosos da linguagem, especialmente, vêm advogando a necessidade de se desenvolver um ensino de português focado na leitura e produção de textos, bem como na reflexão sobre o funcionamento da língua *em textos*. Evidentemente, essa mudança de foco exigirá do professor também uma mudança de pressupostos, quer no que diz respeito ao que significa ensinar língua materna a falantes nativos dessa língua, quer no que diz respeito ao que significa saber gramática. Para responder a essa questão de modo adequado à proposta de ensino, que se segue necessariamente da determinação do objetivo fundamental a que deve atender o ensino de português a falantes nativos, o professor deverá romper com a visão tradicional e unívoca de gramática e reconhecer nesse termo a designação de um

conhecimento inato e intuitivo que habilita todo ser humano a falar uma língua¹⁴. Aqui, vale citar Bagno, novamente, ao referir-se ao conhecimento gramatical do falante nativo: “(...) saber gramática é algo tão entranhado em cada pessoa que é simplesmente impossível falar, ouvir, ler, escrever ou refletir sobre a língua sem ativar esse conhecimento gramatical intuitivo e poderoso (...)” (Bagno, 2011, p. 30).

Note-se que o autor se refere à gramática como “um conhecimento intuitivo e poderoso”. A gramática é, assim, esse sistema de regras e unidades que, inscrito em nossa mente/cérebro na forma de conhecimento, habilita-nos a fazer uso normal de nossa língua. É claro que o saber usar uma língua, seja nossa língua materna, seja uma língua estrangeira, envolve muito mais do que saber operar com sua gramática. Mais do que deter uma competência linguística, o falante nativo é possuidor de uma competência comunicativa, a qual, por sua vez, se relaciona a outras formas de competência que são ‘ativadas’ quando ele se envolve nas mais diversas práticas discursivas ao longo da vida. Uma discussão sobre essa inter-relação extrapola os limites deste texto¹⁵.

Até o presente momento, pontuamos tanto a necessidade da assunção de uma posição crítica em face do material que está imediatamente à disposição do professor quando do trabalho com a língua em sala de aula, quanto a necessidade de ruptura com a visão tradicional de gramática que subsidia o ensino de português. No entanto, a pré-condição para que seja possível a crítica e a ruptura é o saber a respeito das bases ideológicas em que se esteiam a GT e a gramática normativa. Destarte, vamo-nos ocupar em discorrer sobre essas bases, visto que o esclarecimento sobre elas é indispensável para a atuação do professor como linguista.

Se, por um lado, a GT é o espírito, a mentalidade, a doutrina, o sistema de crenças, de valores, de reflexões que deram ensejo ao surgimento de uma disciplina e pedagogia de orientação prescritivo-normativista; por outro lado, a gramática normativa dá corpo à GT (Bagno, 2010). A gramática normativa constituirá um conjunto de regras que se destinam a fixar uma variedade ideal de excelência (a variedade padrão) da língua. A gramática normativa prescreve as regras dessa variedade, que devem ser seguidas pelos usuários que pretendam falar/escrever “corretamente”.

A gramática normativa se ocupa apenas com os fatos da língua padrão. O que se conhece como norma culta é a norma que se tornou oficial e prestigiosa para os indivíduos num dado contexto sócio-histórico. A gramática normativa, de que nossas gramáticas escolares são exemplares, constitui um manual de regras para o bom uso da língua. Acompanhemos o que nos ensina Bagno, em sua *Dramática da Língua Portuguesa* (2010), ao nos ensinar a respeito do fato de a gramática normativa ter-se tornado um instrumento ideológico de poder e controle sociais:

(...) Com a instrumentalização da gramática normativa em mecanismo ideológico de poder e controle de uma camada social sobre as demais, formou-se essa “falsa consciência” coletiva de que os usuários de uma língua é que precisam da gramática normativa, como fonte mística, invisível da qual emana a língua “bonita”, “correta” e “pura”. A língua ficou subordinada à gramática. O que não está na gramática normativa “não é português”, assim como as palavras que não estão no dicionário simplesmente não existem... (BAGNO, 2010, p.27).

É, portanto, por um efeito ideológico, que as pessoas, em geral, passam a acreditar que quem não domina as regras de uso prescritas pela gramática normativa não sabe falar português. Essas pessoas acreditam também que precisam da gramática para falar “corretamente” a sua língua materna. Daí se segue que os usos não contemplados e abonados pela gramática normativa não são considerados pertencentes à língua portuguesa. Essas pessoas não se percebem mais como os verdadeiros agentes e construtores linguísticos. A língua não pertence à gramática, tampouco aos seus supostos guardiães; mas a todos os seus falantes nativos que dela se servem não só para interagir socialmente, mas também para construir, definir e reafirmar sua identidade (individual, linguística, social e cultural).

Franchi (2006, p.16) dá-nos a conhecer uma definição de gramática normativa bastante concisa e esclarecedora, que cumpre referir aqui: “[a gramática normativa] (...) é o conjunto de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua

consagrado pelos bons escritores”. Nessa definição de gramática normativa, que capta bem a base em que se apóia a normatividade de sua orientação, destaca-se o valor assumido pelo uso da língua feito pelos considerados “bons escritores” da literatura tomados para modelo a partir do qual se determina uma norma padrão, a qual é valorada como “correta”. Essa norma padrão, segundo Bagno (2007, p.106), “não corresponde a nenhum uso real da língua, constituindo-se muito mais como um *modelo*, uma entidade abstrata, *um discurso sobre a língua, uma ideologia linguística* (...) (ênfases no original). A norma padrão, ou seu correlato língua padrão, é um corpo ideológico que exerce grande poder simbólico no imaginário coletivo, mormente sobre o imaginário dos indivíduos mais escolarizados. Essa norma padrão não se identifica com a *norma culta*. Esta, por sua vez, é a norma real que compreende as variedades linguísticas de prestígio, ou seja, as que são usadas pelos membros das camadas socioeconomicamente favorecidas da população. Seus usuários são definidos por critérios rigorosos postulados pela cientificidade dos estudos sociolinguísticos, quais sejam, antecedentes biográfico-culturais urbanos e grau de escolarização superior. No entanto, atento à problemática suscitada pelo uso do termo “culto” relativamente à norma, Bagno, na mesma página em que se acha a citação anterior, prefere falar em *variedades de prestígio*, termo com o qual designa as variedades usadas pelos falantes socialmente prestigiados, e *variedades estigmatizadas*, que recobrem as formas linguísticas usadas pelos falantes socialmente desprestigiados. Como se vê – e nós nos estenderemos sobre esse ponto adiante – o que faz com que certas variedades linguísticas sejam consideradas como dignas de prestígio e outras sejam censuradas, rejeitadas é justamente a origem socioeconômica e cultural dos seus falantes, de modo que é sobre as variedades linguísticas usadas pelos falantes provenientes das classes sociais mais favorecidas socioeconomicamente que recairá o prestígio social; por outro lado, as variedades linguísticas de que se servem os menos favorecidos socioeconomicamente serão alvo de desprestígio, de censura.

Cabe esclarecer os critérios por que determinadas formas e usos linguísticos são inseridos ou excluídos da norma de prestígio. Vejamos quais são esses critérios, todas eles previstos pela Gramática Tradicional. A primeira ordem de critérios é *estética*. Nesse caso, são

incluídas na norma as formas linguísticas consideradas elegantes, belas, eufônicas; e dela são excluídas as formas cacofônicas (p.ex. boca dela), os pleonasmos “viciosos” (p. ex. subir para cima), o eco, etc. A segunda ordem é de natureza *elitista*. Já nos referimos a ela. O preconceito e a discriminação linguísticos são de ordem elitista. Nesse caso, contrapõe-se o uso da língua feito pelos indivíduos pertencentes às classes favorecidas ao uso feito pelos indivíduos das classes menos favorecidas. A terceira ordem é *política*. Nesse caso, combatem-se os neologismos e os estrangeirismos. Valoriza-se a pureza do idioma e a vernaculidade. A quarta ordem de critérios é *histórica*. Aqui tem peso a tradição. Deve-se evitar as inovações e valorizar as formas consagradas pelo uso feito pelos usuários da língua (especialmente, escritores da literatura clássica) considerados de excelência. Por essa razão é que se proscvem formas como “vende-se carros” ou “custei a acreditar nele”.

2.2. Língua, ideologia e discriminação

Já vimos, ainda que de modo sucinto, que a gramática normativa se transformou num mecanismo ideológico de poder e controle sociais. Nesta seção, desceremos a pormenores sobre o papel desempenhado pela ideologia na legitimação de práticas e atitudes que visam a avaliar os padrões linguísticos em termos de noções como “certo” e “errado”. Ademais, não descuraremos de considerar as consequências sociais desse patrulhamento linguístico generalizado que se põe a serviço da manutenção do *status quo*.

Se quisermos compreender como os processos ideológicos atuam no sentido de produzir hegemonia, a saber, *de produzir a adesão e o consentimento das massas*, necessário se faz que nos detenhamos a investigar a materialidade linguística dos processos de produção de sentido no discurso. Claro é que a esse intento deve preceder uma concepção de discurso, clara e adequada aos propósitos estabelecidos para a análise. Os limites dessa exposição e o objetivo central a que ela atende impedem-nos de nos estender sobre a concepção de discurso que supomos consistente com as considerações ulteriores; não obstante, é forçoso que a anunciemos. Seguimos Fairclough (2001) e esposamos a compreensão de discurso como prática social, como um modo de ação, uma forma pela qual as pessoas agem sobre o

mundo e sobre os outros. Como modo de ação, o discurso é constituído socialmente e é constitutivo de identidades sociais, de relações sociais e de sistemas de conhecimento e crença. Há uma dialética incessante entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, ao mesmo tempo em que é constitutivo dessa estrutura. À luz dessa perspectiva, não se pode admitir uma relação externa entre linguagem e sociedade. O uso da linguagem é uma prática social, é um modo de ação historicamente situado. Não menos importante é dizer que o discurso é também uma forma de representação. O discurso contribui para a constituição, a reprodução e a mudança das estruturas sociais. Porque é uma forma de prática social, o discurso está intimamente ligado a outros elementos da vida social. O discurso, acompanhando de perto a visão de Fairclough, é, assim, um momento da prática social; esta, por sua vez, recobre relações sociais, poder, práticas materiais, crenças, valores, desejos e instituições/rituais. As práticas são maneiras habituais, situadas em tempo e lugar particulares, mediante as quais as pessoas se servem de recursos – materiais e simbólicos – para agirem no/sobre o mundo. As práticas constituem a vida social em sua totalidade, a saber, nos domínios da economia, da política, da cultura e da vida cotidiana.

Transitando pelo terreno teórico da Análise Crítica do Discurso, deve-se pontuar que o discurso será considerado ideológico, sempre que suas representações e pressupostos estiverem ligados a relações de dominação e estiverem a serviço de sua reprodução. As relações de poder são, assim, mais eficazmente sustentadas por meio de significados que se veiculam de modo tácito. A não-percepção desses significados pelos indivíduos garante o estabelecimento da hegemonia, ou seja, *da universalização de perspectivas de classes particulares*. Uma teoria crítica de ideologia mantém que toda ideologia tem caráter hegemônico, desde que ela está a serviço do estabelecimento e da manutenção de relações de dominação.

Com base em Thompson, em *Ideologia e Cultura moderna* (2000), pode-se distinguir entre cinco modos gerais de operação da ideologia. Elencamos esses modos e os definimos abaixo:

1) *legitimação*: a legitimação torna possível que as relações de dominação se estabeleçam e se sustentem por serem representadas como justas e, portanto, como merecedoras de apoio.

2) *dissimulação*: na dissimulação, as relações de dominação são produzidas e sustentadas por meio da negação ou ocultamento de sua realidade injusta e necessariamente assimétrica.

3) *unificação*: a unificação permite que as relações de dominação se estabeleçam e se sustentem por meio de construções simbólicas que engendram relações ou comportamentos percebidos como expressão de uma unidade.

4) *fragmentação*: nesse modo de operação, as relações de dominação podem ser reproduzidas pela separação de indivíduos ou fragmentação de grupos que, quando unidos, podem obstaculizar a manutenção do poder.

5) *reificação*: através desse modo, a ideologia faz parecer permanente, definitiva e inalterável uma realidade transitória, por meio da ocultação de sua natureza sócio-histórica que é, por definição, o devir (ou seja, o que, embora existindo, está destinado a transformar-se ou a desaparecer).

Cada um dos modos de operação da ideologia inclui certo número de estratégias discursivas em que eles se baseiam. Não cabe aqui examinar cada uma delas. No entanto, a título de ilustração, tomemos apenas duas das quatro estratégias abrigadas pela *reificação*, quais sejam, a *naturalização* e a *eternalização*, dada a importância delas para a nossa discussão. Por meio da estratégia de *naturalização*, uma realidade social é apresentada como se fosse um dado natural, independente da ação humana. Na estratégia de *eternalização*, os fenômenos históricos são considerados como realidades permanentes e inalteráveis. Por exemplo, com base na primeira estratégia, já se justificou, no passado, as desigualdades sociais como fatos decorrentes de diferenças ou desigualdades biologicamente determinadas. A segunda estratégia pode servir, por exemplo, para manter relações de dominação com base na ideia de que “as coisas sempre foram assim e não há como mudá-las”, produzindo o conformismo social.

Vamo-nos concentrar na elucidação do conceito de ideologia, à luz da teoria marxista. *Ideologia*, não custa lembrar, é um termo que congrega várias perspectivas¹⁶. São muitas as definições de ideologia, dependendo de quem emprega o termo e da abordagem teórica que adote. Não obstante, não se pode negar que sua importância para as

ciências humanas torna-se patente na obra *A ideologia Alemã*, de Marx e Engels. Nela, o termo *ideologia* aparece para referir-se, criticamente, à concepção idealista de filósofos como Hegel e Feuerbach, cujas análises filosóficas eram orientadas pelo plano das ideais, sem contemplar o domínio material donde aquelas se originam, ou seja, sem levar em conta as relações sociais e a estrutura econômica da sociedade.

Marx situa a ideologia como um fenômeno pertencente à superestrutura e a define como uma espécie de *falsa consciência*, como uma forma de pensamento que mascara as causas reais das condições sociais de existência, ou seja, os valores, representações, práticas, instituições, que são de natureza material, a saber, social e econômica. Paraphrasing Marx, não é a consciência que determina as relações sociais; ao contrário, são as relações sociais que determinam a consciência. Em outras palavras, a infra-estrutura, o domínio das relações econômicas, é que determina o domínio da produção das ideias (superestrutura). A *infra-estrutura* é a causa e o substrato da superestrutura ideológica (crenças religiosas, morais, estéticas, jurídicas, filosóficas, etc.). A estrutura econômica da sociedade constitui a base real por que se deve explicar a superestrutura das instituições políticas e jurídicas. A superestrutura compreende o domínio da cultura, das instituições, das ideologias de uma sociedade. Os críticos de Marx não deixaram de notar que ele exagerou ao sustentar uma determinação direta do domínio econômico sobre a consciência dos agentes sociais.

A ideologia, para Marx e Engels, serve à reprodução e à legitimação das condições sociais de existência, produzindo a aceitação pelos indivíduos dessas condições. Ela inverte a relação entre as ideias, que representam o real, e o próprio real, que deveria explicá-las. Na ideologia, o mundo aparece para a consciência dos agentes sociais de modo invertido. A ideologia serve à satisfação dos interesses da classe dominante, na medida em que faz parecer que esses interesses são os interesses da sociedade como um todo.

A ideologia, na medida em que serve para legitimar as relações que não expressam senão os interesses de uma classe dirigente, contribui para manter a coesão social, evitar conflitos e conservar as condições de dominação, que não são percebidas como tais (por força mesmo dos mecanismos ideológicos). As ideias dominantes expressam, no

plano ideal, as relações materiais dominantes. As relações materiais dominantes assumem a forma de ideias. Essas ideias refletem as relações que conferem o poder de dominação a uma classe. As ideias que exercem domínio são as ideias da dominação dessa classe.

Destarte, a ideologia, em Marx e Engels, é vista como um instrumento de poder de que se serve a classe dominante para exercer sua dominação e legitimá-la, de modo a reproduzi-la. Atentemos para o que acontece quando as ideias dominantes passam a existir independentemente, ou são vistas como tal, da classe que as produziu. Não se pode perder de vista o fato de que a ideologia, em Marx, deve ser compreendida na dinâmica das relações materiais (econômicas). A ideologia envolve duas operações espirituais básicas: a *inversão* e o *ocultamento*. A inversão ideológica se dá quando se parte da consciência para explicar a realidade, ou melhor, quando se considera a realidade como reflexo das ideias. O ocultamento operado pela ideologia consiste no processo por meio do qual se mascaram as causas reais de uma dada realidade (social, política, cultural, etc.), com racionalizações que não são outra coisa senão reflexos do *parecer social*, das formas como a realidade social aparece à consciência imediata dos indivíduos.

Em certo sentido, Marx segue a tradição platônica de dicotomização do real, ao postular, quando enfoca a noção de ideologia, a distinção entre a esfera das aparências (o mercado) e a esfera das essências (das relações no domínio da produção). A ideologia, assim, impediria que a consciência atingisse o nível da essência das relações sociais, fazendo crer que a totalidade do real se reduz ao *parecer social*, ao nível do imediatamente experienciado. É assim que a ideologia faz crer ao homem comum que, em seu trabalho, ele se encontra numa relação de igualdade com o seu empregador, pelo simples fato de que, nessa relação, ele recebe um salário que acredita ser justo. O que a ideologia lhe oculta é que ele é despossuído dos meios de produção, do produto de seu trabalho, da força de trabalho, que ele vende como uma mercadoria; o que a ideologia mascara é o fato de que, ao final de um mês, o trabalhador recebe um salário cujo valor não corresponde à totalidade de tempo que consumiu trabalhando.

No modo de representação ideológica, os indivíduos consideram o parecer social como se fosse a realidade social mesma. A ideologia oculta à consciência dos indivíduos as verdadeiras causas de suas condições de existência. Acrescente-se também que a ideologia consiste no processo pelo qual as ideias das classes dominantes se tornam as ideias dominantes numa dada conjuntura social. As ideias das classes dominantes se tornam, por força da ideologia, as ideias de todas as classes sociais. Isso é particularmente verdadeiro quando observamos que avaliar o comportamento linguístico de outrem é uma prática comum aos indivíduos de todas as classes sociais. Essa prática, que expressa os interesses das classes privilegiadas, torna-se também prática dos indivíduos das classes subalternas. Sob o embotamento da consciência, provocado pela ideologia, os indivíduos não se reconhecem mais como agentes responsáveis pelos processos sociais. Eles não percebem que a realidade de sua classe decorre da atividade de seus membros.

Na ideologia, pelo menos no contexto teórico em que a situamos, dá-se a inversão entre as ideias e o real. Ao invés de o real explicar as ideias produzidas pela consciência (que é ela mesma produto socioideológico) de indivíduos que se relacionam em condições de existência concreta, são as ideias que explicam o real. As ideias são decalcadas do real e passam a ter existência independentemente das condições sócio-históricas em que foram produzidas. Os indivíduos não mais percebem as condições sócio-históricas como a verdadeira causa de suas ideias. Eles imaginam que suas ideias independem de tais condições e que valem para todo o sempre. Na ideologia, a realidade *aparece* à consciência dos sujeitos como algo dado, já pronto, acabado, para que seja simplesmente ordenado, classificado e julgado.

Do que precede, resulta, portanto, que a ideologia nos ajuda a explicar por que os indivíduos costumam avaliar as formas e usos linguísticos uns dos outros na base da produção de noções valorativas como “certo” e “errado”. Em primeiro lugar, a ideologia mascara as condições sócio-históricas que explicam por que eles tendem a avaliar os padrões linguísticos em termos de “certo” e “errado”. Em segundo lugar, é também por meio dela que eles buscam, sem estar conscientes disso, justificar tal prática. Por exemplo, é a ideologia que está na base de uma justificação que apela para a autoridade do professor, do

gramático ou da gramática normativa para rejeitar como errada uma construção como “Eu se cuida”. Nesse caso, a justificação não dá conta de revelar o mecanismo socioideológico que torna possível considerar “errada” tal construção. Na verdade, a justificação que apela para a autoridade de uma pessoa ou uma instituição é efeito do próprio mecanismo socioideológico. Essa justificação reproduz aquilo mesmo que a permitiu aparecer. A ideologia cristaliza a crença de que existem formas linguísticas essencialmente corretas e formas linguísticas essencialmente erradas, mascarando o fato de que “correto” e “errado” são valores com que é julgado o comportamento linguístico dos indivíduos numa sociedade, já marcada por desigualdades em todos os níveis. Considerar certo um determinado uso e errado outro resulta de valoração social, em cuja origem se acha um forte sentimento de estratificação social.

Cumpramos esclarecer a noção de *valor cultural*, a essa altura, já que as variedades linguísticas se distribuem numa escala valorativa, de acordo com o tipo de inserção social de seus usuários. O valor, entendido no âmbito da Antropologia Social, é uma ideia comum que sinaliza o modo como alguma coisa é *classificada*, tendo em conta desejabilidade, perfeição e mérito. Valorar é atribuir valores (bom, ruim, aceitável, desejável, etc.) a qualquer coisa. Valores podem servir virtualmente para classificar qualquer coisa, desde abstrações (lógica acima de intuição), a experiências e comportamentos. O que torna uma ideia um valor é seu uso para categorizar coisas em relação a outras. Portanto, quando se valora uma expressão linguística como errada, faz-se em relação a outra que é avaliada como “correta”. A autoridade dos valores transcende o indivíduo, existe fora dele. Valores são partes importantes de todas as culturas, porquanto influenciam a maneira como as pessoas escolhem e como os sistemas sociais se desenvolvem e mudam.

É preciso, portanto, insistir – para o que seremos enfáticos: *as formas e usos linguísticos não são inerentemente certos ou errados*; é a sociedade como um todo que atribui os valores de certo e errado às expressões linguísticas e, ao fazê-lo, reflete e reforça os interesses das camadas sociais dominantes. Igualmente importante é reter que uma forma não é errada porque a gramática normativa diz que é errada. Tal crença mascara o fato de que uma forma linguística só é errada porque

é produzida por indivíduos pertencentes às camadas sociais desprivilegiadas. Disso se segue que a avaliação é negativa apenas porque as formas linguísticas usadas por uma dada pessoa não correspondem ao ideal de correção idiomática atribuído ao comportamento linguístico de usuários mais prestigiados. As gramáticas normativas legitimam isso fazendo-nos crer que toda forma que não seja agasalhada pela norma avalizada por elas é “errada” e deve, por isso, ser evitada.

Uma política e pedagogia linguísticas comprometidas com o combate ao preconceito linguístico e à discriminação social, que, embora reproduzidos cotidianamente nas práticas discursivas, quase nunca são percebidos como tais, devem orientar-se pelo reconhecimento de que a avaliação é essencialmente social e incide sobre o sujeito social. Não é propriamente a língua que está sendo avaliada, mas a pessoa que a está usando. Os juízos de valor feitos sobre os usos linguísticos não são imanentes aos usos, mas resultam de relações sociais ou sócio-políticas marcadas por conflitos entre classes que expressam interesses antagônicos. Assim é que, quando se avalia negativamente uma forma linguística como “chicrete”, avalia-se negativamente o seu usuário e, por extensão, toda a classe social a que pertence. É sua origem sócio-cultural que é estigmatizada. A grande maioria das pessoas ignora o fato de que toda palavra é uma arena de conflitos sociais e de que a língua é o lugar privilegiado onde se encenam as lutas de classes com mais ou menos clareza¹⁷. Uma consciência clara do papel que desempenha a língua no robustecimento do preconceito e da discriminação social está intrinsecamente ligada à percepção de que a língua é um poderoso instrumento de controle social, de manutenção e ruptura de vínculos sociais, de inclusão e exclusão, de constituição, legitimação, preservação e destruição de identidades individuais (Bagno, 2007).

A ideologia também ofusca a percepção do fato de que o uso da língua é inseparável das esferas de poder. Em *Linguagem, Escrita e Poder* (2003, p.22), Gnerre nos lembra o seguinte: “A começar do nível mais elementar das relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”. (grifo nosso). O autor ainda nos chama a atenção para o papel desempenhado por certas linguagens especializadas, tais como a linguagem jurídica, a linguagem jornalística, etc. Essas formas de

linguagem excluem da comunicação as pessoas de comunidades linguísticas externas ao grupo que as usa. Ademais, elas servem para reafirmar a identidade dos membros desse grupo reduzido que tem acesso a elas. Segundo Gnerre, “a linguagem pode ser usada para impedir a comunicação de informações para grandes setores da população. Todos nós sabemos quanto pode ser entendido das notícias políticas de um jornal Nacional por indivíduos de baixo nível de educação (...)”. (p.21). Destarte, somente os indivíduos já familiarizados com a linguagem usada nesses tipos de notícias e capazes de reconhecer os conteúdos associados às informações conseguirão compreender alguma coisa. Gnerre observa, outrossim, que a variedade de prestígio incorpora conteúdos ideológicos que podem ser facilmente manipulados, uma vez que as formas às quais se ligam ficam imobilizadas (vejam-se as palavras *democracia* e *ditadura*), o que favorece a restrição da comunicação entre grupos que sabem a que domínio conceitual se prendem as palavras. Disso resulta que fica garantida a impossibilidade de as grandes massas terem acesso ao significado dessas palavras atualizado contextualmente, malgrado estarem familiarizadas com a forma delas.

Conquanto escape à alçada deste trabalho uma investigação sobre a relação entre poder e discurso, cremos necessária assinalá-la, uma vez que, sendo o discurso o palco onde se reproduzem os conflitos sociais que se apresentam na forma de disputa pelo direito de ter acesso ao poder e de beneficiar-se de seus privilégios, o próprio discurso é objeto de disputa, pois controlá-lo é uma forma eficaz de exercício do poder.

No seu *Discurso e poder* (2008, p.17), o linguista holandês Dijk define o *poder social* como “controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros”. Quando esse controle se exerce sobre as *ações comunicativas* dos outros (sobre seus discursos, portanto), pode-se falar em controle sobre o discurso dos outros. Esse controle é uma das formas óbvias pelas quais o poder e o discurso se relacionam.

(...) as pessoas *não são livres* para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma empresa interessada

na supressão da liberdade de escrita e da fala (tipicamente crítica). (DIJK, 2008, p.18, ênfase nossa).

Pode suceder também que as pessoas tenham de falar ou escrever segundo os modos que lhe são prescritos. O controle é extensivo não só ao discurso como prática social, mas também à mente daqueles que são submetidos ao controle, ou seja, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, crenças, ideologias, bem como às outras formas de representações pessoais e sociais. Geralmente, esse controle da mente é indireto, embora possa ser intencional, e apenas provável consequência do discurso.

Na medida em que as ações das pessoas são influenciadas por suas atitudes, conhecimento, ideologias, crenças, valores, normas, o controle da mente redonda em controle indireto da ação. Quando a ação submetida ao controle é ação discursiva, o discurso poderoso pode, indiretamente, influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detêm o poder. Como observa Dijk, muito perspicazmente, “não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas”. (p. 23).

2.3. Há erros mais errados do que outros

Do ponto de vista sociolinguístico, o chamado “erro linguístico” baseia-se numa avaliação negativa que, não sendo de ordem linguística, é estritamente calcada sobre o *valor social* atribuído ao falante, considerando sua classe socioeconômica, seu grau de escolarização, seus antecedentes geográficos, sua maior ou menor participação nas esferas de poder, seu sexo, sua cor de pele e outros preconceitos culturais e socioeconômicos. O suposto “erro” linguístico desencadeia, assim, uma série de avaliações negativas sobre o falante e supõe uma cadeia de causas e consequências que, por ser de natureza ideológica, é, necessariamente, falsa: acredita-se que quem fala errado, pensa errado, age errado, não é nem estimável nem confiável, etc.

Uma lição elementar da sociolinguística é que não há variação linguística sem alguma avaliação social. Numa sociedade tão fortemente hierarquizada como a sociedade brasileira, todos os valores culturais e bens simbólicos se situam também em escalas hierárquicas

que se organizam segundo valorações como “bom”, “ruim”, “certo”, “errado”, “feito”, “bonito”, etc. A língua é o bem simbólico mais importante de uma sociedade, e seu uso, portanto, é submetido àquelas escalas hierárquicas de valoração.

Não menos importante é levar em consideração o fato de que, entre as formas de uso valoradas como “erradas”, há formas que se consideram mais “erradas” do que outras. A medida da gravidade desses “erros” é inversamente proporcional à escala de *prestígio social*: *quanto menos prestigiado socialmente é o usuário da língua; quanto menor é seu nível socioeconômico, maior é a gravidade atribuída aos supostos “erros” de sua fala.*

Não custa insistir em que as valorações positivas ou negativas que recaem sobre os usos linguísticos assentam em pressupostos, orientados ideologicamente, sobre a origem sócio-cultural e econômica dos falantes. Ademais, a classificação das variedades linguísticas em “certas” e “erradas” se faz com base em critérios políticos e ideológicos. Quem detém o poder dispõe das condições pelas quais pode impor (e impõe) a sua variedade linguística como aquela pela qual se deve pautar o comportamento linguístico de todos os membros da sociedade. Como toda seleção implica exclusão, todas as demais variedades linguísticas dos grupos dominados serão tomadas como variedades “erradas”, “imperfeitas”, “inadequadas” e serão designadas com termos que carregam grande teor de pejoratividade.

Destarte, quando os linguistas observam que não há usos linguísticos “certos” e “errados” em si, estão chamando a atenção para o fato de que “certo” e “errado” não são defeitos das formas linguísticas, mas efeitos da valoração socioideológica a que não só elas são submetidas, como também, mormente, seus usuários. Quem discrimina o modo de falar de alguém está discriminando, na realidade, a pessoa que fala e, por extensão, a classe social a que ela pertence. Por isso, o *preconceito linguístico* é, fundamentalmente, um *preconceito social*.

Gostaríamos de acrescentar, antes de pôr termo a esta seção, que, nas múltiplas práticas de valoração e discriminação de usos da língua, há erros que carregam mais desaprovação do que outros. Em outras palavras, há erros que são mais percebidos do que outros, o que

contribui para gerar uma situação sociolinguística de valoração e discriminação bastante hipócrita, visto que a mesma pessoa ou grupo que acusa “erros” na fala do outro, muitas vezes, não se dá conta de que também comete “erros”, embora sutis ou não reconhecidos como tais. É também com base num ideal de língua que muitas pessoas apreciam apontar erros na fala de personalidades públicas de quem esperam um comportamento linguístico adequado à norma de prestígio. O que essas pessoas não percebem é que, se tais personalidades fazem uso de formas desaprovadas pela gramática normativa, é sinal de que tais formas já encontram abrigo na norma de prestígio, pois que quem faz a norma são os próprios usuários da língua (evidentemente, no caso da norma de prestígio, os que gozam de acesso à educação plena e à cultura letrada).

Basta atentarmos à fala de um ou uma repórter da Rede Globo, para constatar que ele/ela usa, com frequência, o verbo *ter*, no sentido de *existir* (p. ex. tinha muitos buracos nesta rua)¹⁸. Se a repórter usa o verbo “*ter*” em tal caso, é porque esse uso já é parte da norma dos falantes mais escolarizados. Ou seja, é um uso abonado na norma de prestígio, em que pese a insistência com que ainda é censurado. O uso do verbo “*ter*”, no sentido de “*existir*”, é normal no português brasileiro e figura na fala de muitas pessoas bem educadas de nosso país. Não há razões para condená-lo. A língua varia e muda; segue sua deriva. É claro que os usos linguísticos sofrem pressões que vão na direção da inovação, que tende à mudança, e da conservação, que tende a refrear a mudança. Lembramos, novamente, que a língua é palco de conflitos.

A mesma pessoa que condena uma forma como “Eu preocupo com você” ou uma forma como “Nós se vemos amanhã” usará, normalmente, “Custei a acreditar que isso era verdade” ou “O ônibus que eu entrei estava lotado”. São justamente as formas usadas por indivíduos que não pertencem à sua classe social, que não gozam dos privilégios dessa classe, que ela condena. São formas que ela não usa; no entanto, usa também formas que, se estivesse realmente preocupada em basear seu comportamento linguístico pelo padrão prescrito pela gramática (um padrão ideal, como dissemos), deveria evitar. Em “custei a acreditar...”, reza a tradição que o verbo “*custar*” tem de ser construído com sujeito “*oracional*” e que deve preservar seu sentido original de ‘*ser dificultoso*’ (cf. *Custa-me acreditar...*). Em

“custa-me acreditar”, o sujeito é a oração de infinitivo “acreditar” e o “me” é o objeto indireto (a mim, a alguém). Já em “custei a acreditar”, uso corrente, embora ainda mal avaliado por vários indivíduos das classes dominantes (e, certamente, por professores e profissionais da linguagem mais resistentes à mudança da língua), o verbo “custar” tem a acepção de “demorar para”, “levar tempo”. Sintaticamente, ele rege a preposição “a” e se acompanha, portanto, de um objeto indireto. Já em “O ônibus que eu entrei estava lotado”, temos uma forma chamada de “cortadora”, já que, com a supressão da preposição “em” regida por “entrar”, a função sintática correspondente a “o ônibus” na oração introduzida por “que” não é atualizada (O ônibus estava lotado / Eu entrei (que)). Analogamente, é possível ocorrer “O ônibus que eu entrei nele estava lotado”, caso em que figura o constituinte “nele”, introduzido para retomar a forma “ônibus” na função de adverbial locativo. O “que” é destituído de sua função como pronome relativo e passa a funcionar como conectivo apenas. A função anafórica é desempenhada pelo constituinte “nele” que “copia” o sujeito “o ônibus” da oração principal, inscrevendo-o formalmente na função adverbial na oração introduzida por “que”.

Vejam-se outros exemplos análogos:

(1) O carro que eu andei nele era um fusca.

O menino que eu falei era irmão de minha amiga

(2) O homem que o filho dele falou comigo conhece meu pai.

2.4. O paradoxo da identidade

No momento em que já não é mais razoavelmente sustentável um ensino de língua que não se oriente pela concepção de linguagem como *prática social*, o professor não poderá renunciar a todas as implicações sociopolíticas que uma concepção tal carrega. O reconhecimento de que a língua/linguagem é uma prática social tem sérios desdobramentos não só teórico-metodológicos (por exemplo, sendo prática social, o que fazemos, ao usar uma língua, é produzir atos de fala, é agir sobre os outros e em conjunto com os outros; é negociar constantemente significados, é participar de práticas discursivas como sujeitos situados historicamente, etc.), mas também

– sobretudo – político-pedagógicos (por exemplo, visto que a língua é uma prática social, seu ensino visa à promoção da mobilidade social de seus usuários, visa à instrumentalização deles para que tomem parte como agentes nos processos sociais, para que se beneficiem dos privilégios da cultura letrada, para que participem conscientemente e com autonomia das esferas de poder, etc.).

Nesta seção, ocupar-nos-emos com a consideração de uma questão que encontra registro na concepção de língua como *prática social* e que não pode ser ignorada pelo professor que pretenda assumir a atividade de linguista. Trata-se da questão da constituição da identidade que, na (pós-)modernidade, suscita problemas tanto no plano teórico quanto no plano da prática histórica, isto é, do viver em comunidade. Uma característica fundamental da (pós-) modernidade é o fato de ela ser “inerentemente globalizante” (GIDDENS, 1991, p.69). O fenômeno de globalização, profundamente enraizado na (pós-)modernidade, ao mesmo tempo em que intensifica as relações sociais em escala mundial, conectando e integrando comunidades em novas combinações de espaço-tempo, acarreta efeitos significativos às identidades culturais¹⁹. Para os nossos propósitos, é suficiente assinalar que o sujeito (pós-)moderno se caracteriza por assumir diferentes identidades, em diferentes momentos. Suas identidades carecem de um eixo unificador; elas são flutuantes e contraditórias, de modo que “se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos e uma confortadora “narrativa do eu””. (Hall, 2006, p.13). A tarefa que nos propomos é elucidar a dimensão simbólica da identidade, é demonstrar em que medida a questão da constituição da identidade se impõe como uma questão que não pode ser negligenciada pelo professor de português que atue na condição de linguista.

A constituição da identidade supõe, necessariamente, o princípio da alteridade; dito de outro modo, a identidade se constitui na relação necessária com a diferença. Precisamos da relação com o outro para constituir e afirmar o “eu” que somos. Tanto a identidade quanto a diferença são uma *relação social*.

No processo de constituição da identidade, que só é possível na relação necessária com o outro, Charaudeau (2009), identifica dois acontecimentos, dos quais o da *rejeição* nos importará para fins de

discussão²⁰. Segundo Charaudeau, a rejeição se dá “porque a diferença percebida, mesmo sendo necessária, não deixa de ser, para o sujeito, uma ameaça”. (p.1)²¹. Sucede que, aos olhos do sujeito, essa diferença suscita-lhe um sinal de superioridade, de perfeição. Quando da relação com o outro, o sujeito passa a questionar o seu próprio lugar no horizonte hierárquico que se abre por ocasião da relação. Disso se segue o fato de a percepção da diferença se acompanhar de um julgamento negativo que lança suspeitas sobre a legitimidade da própria diferença. O que está em jogo é a própria sobrevivência do sujeito; a ele se lhe afigura intolerável o ter de aceitar outros valores, outras normas e hábitos diferentes e mesmo melhores que os seus. A rigor, a existência de tais normas, valores e hábitos supostamente superiores é já razão suficiente para a formulação de julgamentos negativos pelos quais se expressam as atitudes de rejeição por parte do sujeito do lugar da alteridade.

No momento em que o outro é percebido como uma ameaça pelo sujeito é que se pode ver claramente o paradoxo sobre o qual se esteia a identidade. No que toca a esse paradoxo, Charaudeau, esclarece o seguinte:

Cada um precisa do outro em sua diferença para tomar consciência de sua existência, mas ao mesmo tempo desconfia deste outro e sente necessidade ou de rejeitá-lo, ou de torná-lo semelhante para eliminar a diferença. O risco está no fato de que, ao rejeitar o outro, o eu não disponha mais da diferença a partir da qual se definir; ou, ao torná-lo semelhante, perca um pouco de sua consciência identitária, visto que esta só se concebe na diferenciação (...). (CHARAUDEAU, 2009, p.2).

Do referido passo, segue-se, em primeiro lugar, que a constituição da identidade do “eu” é dependente da relação com o “outro” que faz emergir, nesse espaço necessariamente dialógico, a instância da diferença; segue-se daí também, em segundo lugar, que a emergência dessa instância da diferença, sempre relacional, faz surgir no bojo mesmo dessa relação, o paradoxo que se expressa no conflito entre o interesse do sujeito ou de rejeitar o outro, ou de assimilá-lo (em qualquer dos casos, com a intenção de suprimir a diferença), e a

consequência que tal supressão acarretaria, a saber, a fratura da própria identidade do sujeito, cuja constituição é inconcebível sem a relação com a diferença.

No parágrafo precedente, referimo-nos ao fato de a relação em que se funda a construção da identidade ser uma relação, essencialmente, dialógica. Assim caracterizada essa relação, esperamos, doravante, que fique claro o papel desempenhado pela língua na constituição da identidade. É pela palavra que o eu se constitui constituindo o eu do outro e que por esse eu-outro é constituído. Por sua propriedade de *interiorização*, a palavra é o único meio de contato entre a consciência do sujeito, constituída de palavras, e o mundo exterior, também construído por palavras. É pelo uso da palavra (da língua), no seio de relações sociais historicamente determinadas, que os sujeitos constroem reciprocamente sua identidade.

Ao longo do exame dos traços de identidade, Charaudeau vai distinguir entre duas espécies de identidade, as quais, a despeito da distinção, são indissociáveis uma da outra. A primeira espécie é a *identidade social*, cuja característica básica é a necessidade que tem ela de ser reconhecida pelos outros. É a identidade social que legitima para o sujeito o direito a fazer uso da palavra. A legitimidade não se circunscreve ao domínio político. Legitimidade designa, de um modo geral, “o estado ou a qualidade de quem é autorizado a agir da maneira pela qual age”. (p.3). O processo de legitimação de alguém se dá pelo reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos, com base num valor reconhecido e aceito por todos. Nas palavras de Charaudeau, “a legitimidade depende de normas institucionais que regem cada domínio da prática social e que atribuem funções, lugares e papéis aos que são investidos através de normas” (ib.id).

A identidade social é, a rigor, uma identidade psicossocial, porquanto é constituída de traços psicológicos. Ela é um “pré-construído”²², pois sua constituição envolve um saber reconhecido por todos, um saber-fazer que se apreende na performance do indivíduo, a posição de poder reconhecida, quer por filiação, quer por atribuição, ou ainda a posição de testemunha por ter vivido um acontecimento. Importa enfatizar que a identidade social é, em parte, determinada pela situação de comunicação, porquanto ela deve satisfazer a condição de um sujeito falante que se reconhece na obrigação de responder à questão: “estou aqui para dizer o quê?” (Charaudeau, 2009, p. 4). Essa

questão é ela mesma ensejada pelo status e pelo papel determinado ao sujeito pela situação em que ele se encontra.

Sem perder de vista o alcance da identidade social, considere-se agora a segunda espécie de identidade, designada por Charaudeau *identidade discursiva*. Essa forma de identidade é construída pelo sujeito falante no espaço dialógico instaurado pela palavra com vistas a responder à questão: “como devo falar na presença do outro aqui e agora?”. Sem pretendermos descer a pormenores sobre as estratégias implicadas na constituição dessa espécie de identidade, cumpre-nos tão-só notar que ela se constrói com base nas formas pelas quais tomamos a palavra, na organização enunciativa do discurso e na construção e mobilização de imaginários sócio-discursivos. Não menos importante é fazer ver que a identidade discursiva está sempre “em construção”, ou “se construindo”. Ela resulta ao mesmo tempo das escolhas operadas pelo sujeito falante por ocasião da interação verbal e de aspectos constitutivos da identidade social.

A identidade social e a identidade discursiva se influenciam reciprocamente, de sorte que a identidade discursiva pode aderir à identidade social, resultando daí uma identidade “essencializada” (eu sou o que eu digo/ ele é o que ele diz), ou bem pode se diferenciar da identidade social, resultando dessa diferenciação uma identidade dupla, em que o “ser” e o “dizer” não se identificam (“eu não sou o que eu digo/ ele não é o que ele diz).

É a situação de interação verbal que determina, de modo prévio, a identidade social dos interlocutores. Essa determinação se dá em função do contrato tácito que preside à troca verbal. Trata-se do *contrato de comunicação* que pressupõe que os sujeitos que tomam parte nas práticas sociais sejam capazes de chegar a um acordo sobre as representações linguísticas dessas práticas sociais (CHARAUDEAU, 2010). A noção de contrato implica a dimensão intersubjetiva, a qual põe em contato dois sujeitos interessados em se fazer entender mutuamente; a existência de convenções e normas que regulamentam as trocas verbais; a existência de saberes compartilhados pelos sujeitos, graças aos quais eles podem alcançar a intercompreensão, bem como as circunstâncias da situação como um todo, por exemplo, o tempo e o lugar.

Por fim, não devemos perder de vista o fato de que a identidade social não esgota a totalidade da significação do discurso, pois que a medida de influência dessa identidade não é total e previamente dada; isso significa dizer que sua influência, em parte, só se mede na constituição do próprio discurso. Todavia, é certo que o discurso não se esgota na linguagem; ele é um acontecimento sócio-histórico e, por isso, sua significação depende também da identidade social dos falantes. A significação do discurso não se resolve no texto que o materializa; ela remete a uma memória discursiva, supõe a inscrição da língua na História (o repetível, a memória discursiva).

A identidade social precisa ser reforçada, reiterada, recriada, ou mesmo ocultada pelo comportamento linguístico do falante; assim também a identidade discursiva não se constrói sem apoiar-se na identidade social.

2.4.1. As dimensões social e simbólica da identidade e da diferença

Consoante Woodward (2009), os processos social e simbólico, conquanto, por natureza, distintos, são necessários à construção e à manutenção das identidades. Pelo processo simbólico, as práticas e as relações sociais ganham sentido. É nesse processo que se fixa o ‘lugar’ dos excluídos e dos incluídos. É no processo social, caracterizado pela diferenciação, que aquelas classificações são vividas nas relações sociais.

A identidade e a diferença são produtos de atos linguísticos. Portanto, elas são ativamente produzidas nas práticas linguísticas. Como sejam instâncias do mundo cultural e social, somos nós que as fabricamos nas diversas relações culturais e sociais de que participamos.

Silva (2009), por seu turno, nota que a afirmação da identidade e a marcação da diferença envolvem sempre procedimentos de inclusão e exclusão. Quando dizemos “o que somos”, demarcamos também “o que não somos”. Ao enunciar o que somos, instauramos uma esfera relacional por exclusão de outra esfera em que situamos “o que não somos”, ou seja, espaço onde se instala o outro. Essa dinâmica de exclusão pela qual a identidade se vai construindo e afirmando é facilmente apreensível no uso da língua, em circunstâncias em que censuramos o modo de falar do outro. Se um falante A, pertencente a uma classe socioeconômica mais favorecida, dotado de um grau de

escolarização maior, ridiculariza a fala de um falante B, pertencente a uma classe social menos favorecida e dotado de um grau de escolarização menor, o que faz A é justamente afirmar o que é pelo não pertencimento à classe social de B. A afirmação do não pertencimento à classe social de B se acompanha de julgamentos negativos sobre ela, sobre o modo de falar de B; em suma, sobre quem é B. É a diferença que não é tolerada – diferença sócio-econômica, cultural e linguística. O falante A afirma sua identidade demarcando uma fronteira entre o seu mundo sócio-cultural, os grupos sociais a que pertencem, e o mundo sócio-cultural de B, os grupos a que este pertence. Acompanhem as palavras de Silva, referidas a seguir:

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. (SILVA, 2009, p.82).

No esforço por argumentar em favor da necessidade de o professor de português assumir a identidade de um linguista no tratamento das questões que advêm do trato diário com a língua em sala de aula – trato que se realiza em conjunto com outros (os alunos), numa dinâmica em que identidade e diferença estão constantemente sendo afirmadas, recriadas e negociadas, nas trocas verbais entre professor e alunos (e dos alunos entre si), estamos interessados, sobretudo, em tornar patente que é indispensável o reconhecimento pelo professor de que o modelo tradicional de ensino de português, orientado pela prescrição de uma variedade de prestígio em substituição às variedades familiares e dominadas pelos aprendizes torna intransponível o abismo entre “nós” (os que dominam a variedade de prestígio, os que, por isso, têm acesso à cultura letrada) e “eles” (os que não a dominam, ou não chegarão a dominar, estando, por isso, excluídos da cultura letrada). Como vimos, essa separação se deixa notar viva e acentuadamente numa sociedade fortemente estratificada e hierarquizada como a sociedade brasileira. Na demarcação de fronteiras sócio-culturais, políticas e econômicas, na separação e na

distinção de grupos sociais, produzem-se e reproduzem-se relações de poder. Como bem nota Silva (2009, p.82) “nós e eles não são, neste caso, simples distinções gramaticais”. Na verdade, tais pronomes são “evidentes indicadores de posições de sujeito fortemente marcadas por relações de poder” (ib.id.).

Não há, portanto, vida social sem processo de classificação. A própria dinâmica do viver em sociedade é entretecida e dependente de classificações que servem à divisão do mundo social entre “nós” e “eles”. A identidade e a diferença estão intimamente ligadas às formas mediante as quais os grupos sociais produzem e se utilizam de classificações. Toda divisão da sociedade em classes é uma forma de hierarquização. O grupo social que detém o privilégio de classificar outros grupos goza também do privilégio e do poder de atribuir diferentes valores a esses grupos classificados.

É no uso da língua que se pode apreender o grau de estratificação social, pois as variedades linguísticas são indicadores do grau de inserção social dos seus usuários. Quanto maior é a incidência da estigmatização sobre as variedades linguísticas, mais marcada se revela a estratificação social. No Brasil, há uma estreita relação entre grau de escolarização e nível socioeconômico. Esses dois fatores são bastante influentes na variação linguística. Os que são socioeconomicamente mais privilegiados tendem a exibir um grau de escolarização maior e, conseqüentemente, usam as variedades linguísticas de prestígio. Por outro lado, os que são socioeconomicamente menos favorecidos tendem a ter um baixo nível de escolarização e a usar variedades linguísticas que, por isso mesmo, são desprestigiadas.

A língua é lugar e meio de conflito, porque a sociedade em que vivem os seus falantes também é conflituosa. Embora o linguista diga que NÓS VAI e NÓS VAMOS são variantes, isto é, “duas formas de dizer a mesma coisa”, o uso de cada uma delas comunica coisas que não são as “mesmas” para quem ouve a construção gramatical A e a construção gramatical B – comunica a origem social de quem fala A ou B, seu status socioeconômico, seu prestígio ou desprestígio na hierarquia da comunidade, sua inserção maior ou menor na cultura letrada, sempre mais valorizada que a cultura oral... Por isso, o discurso

do linguista não pode dispensar o discurso do sociólogo, do antropólogo, do filósofo, do psicólogo, do pedagogo para dar conta do que realmente acontece quando a gente abre a boca para falar ou quando se põe a escrever... (BAGNO, 2007, p.83).

Conclusão

Partindo do pressuposto segundo o qual o linguista não pode esquivar-se de ser um agente sócio-político, cujas contribuições teórico-metodológicas na abordagem dos fenômenos linguísticos devem ser orientadas para a promoção de uma pedagogia linguística que questione os mecanismos ideológicos que estão na base dos processos sociais de discriminação e exclusão dos sujeitos falantes das variedades linguísticas desprestigiadas, advogamos a necessidade de todo professor de português atuar como um linguista, caso esteja interessado em ser o principal agente de tal pedagogia. Na condição de linguista, o professor de português deverá ser um pesquisador da linguagem, particularmente um sujeito social interessado na descrição dos usos da língua portuguesa; em suma, um sujeito interessado na apropriação do saber produzido pela ciência linguística, com vistas a se tornar suficientemente instrumentalizado para a compreensão dos modos como a língua é usada como um instrumento de poder a serviço da dominação de certos grupos, socioeconomicamente privilegiados, sobre outros, socioeconomicamente desprestigiados.

Neste estudo, esforçamo-nos por chamar a atenção para o fato de que, quando nos debruçamos sobre o estudo da língua segundo pressupostos e metodologias científicas e quando nos dedicamos a ensiná-la segundo os resultados auferidos pela pesquisa científica, devemos, forçosamente, levar em conta questões que extrapolam o seu nível gramatical (seu sistema de regras e unidades) e que encontram abrigo na dimensão sócio-cultural de seu uso. Um ensino de português que tenha como escopo o *uso da língua* deve contemplar questões que se situam nesse ‘lugar-entre’ em que se situam as complexas relações entre língua e sociedade, língua e cultura.

Referências bibliográficas

BAGNO, M. (2003). *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial.

_____. et. al. (2002). “A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística”. In: *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, p.13-82.

_____. (2004). *Português ou Brasileiro: um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial.

_____. (2007). *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.

_____. (2010). *Dramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Loyola.

_____. (2011). *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

CHARAUDEAU, P. (2009). “Identidade social e Identidade discursiva: o fundamento da competência comunicacional”. In: PIETRLUONGO, M. (Org.). *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p.309-326. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>. Acesso em: 10 de abril de 2012.

_____. (2010). *Linguagem e Discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto.

_____.; MAINGUENEAU, D. (2006). *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto.

DIJK, T.A.V. (2008). *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto.

EAGLETON, T. (1997). *Ideologia*. São Paulo: Editora Boitempo.

FAIRCLOUGH, N. (2001). *Discurso e Mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

FARACO, C. A. (2008). *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial.

FRANCHI, C. (2006). *Mas o que é mesmo gramática?* São Paulo: Parábola Editorial.

GNERRE, M. (1998). *Linguagem, Escrita e Poder*. São Paulo: Martins Fontes.

GUEDES, P. C. (2006). *A formação do professor de português: que língua vamos ensinar*. São Paulo: Parábola Editorial.

_____. (2009). *Da Redação à produção textual: o ensino de escrita*. São Paulo: Parábola Editorial.

- GUIDDENS, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- HALL, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- MARTIN, R. (2003). *Para entender a Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.
- MARX, K.; ENGELS, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.
- NETO, B. J. (2004). *Ensaio de filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola.
- NEVES, M. H. M. (2001). *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto.
- _____. (2003). *Que gramática estudar na escola: norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo: Contexto.
- _____. (2004). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- RODRIGUES, B. A.; CECÍLIO, L. A. (2013). “A formação do professor de português: desafios para a prática”. In: *Linguagem, Educação e memória*. Disponível em: (<http://www.giacon.pro.br/1em/EDICOES/05/Arquivo/rodriguescecilio.pdf>.) Editora responsável: Prof. Dra. Eliane Maria de Oliveira Giacon. Número 5, Mato Grosso do Sul, Outubro de 2013, p.1-10. Acesso em: 24 de Julho de 2015.
- SCOTT, J. (org.). (2010). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SILVA, T. T. (2009). “A produção social da identidade e da diferença”. In: SILVA, T.T. (org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.73-102.
- THOMPSON, J. B. (2000). *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- WOODWARD, K. (2009). “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.7-72.

Palavras-chave: Linguista; Variação Linguística; Identidade; Alteridade.

Keywords: Linguist; Linguistic Variation; Identity; otherness.

Notas

* Doutor em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Especialista em Português como Segunda Língua para Estrangeiros (PL2E) por essa mesma instituição. Atualmente, graduando em Filosofia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: brunolettras@bol.com.br

¹ Referimo-nos, evidentemente, ao grande número de publicações que, afinadas com os pressupostos da Linguística Aplicada, se destinam a repensar o ensino de língua portuguesa nas escolas. Vejam-se, por exemplo, Neves (2001; 2003); Bagno (2002; 2003; 2004; 2007; 2011); Faraco (2008); Guedes (2006; 2009).

² Diferença aqui não é só linguística, mas recobre a emergência da alteridade nas relações estabelecidas pelo sujeito no mundo social (Silva, 2009).

³ Nesse estudo, vamo-nos debruçar sobre dois tipos de identidade, tematizados por Charaudeau (2009), a saber, identidade social e identidade discursiva.

⁴ Combater toda forma de preconceito é uma prática que, especialmente na sociedade brasileira, deve continuar a ter um lugar de destaque na ordem do dia. Por isso, a insistência no combate ao preconceito linguístico torna este nosso trabalho concernente à temática a cujo tratamento se deve a sua elaboração.

⁵ Nesse tocante, é oportuno lembrar que a transformação da identidade do professor envolve também uma mudança radical em seu *ethos* (imagem de si) que, à semelhança da identidade, se constitui nas práticas discursivas. A questão da constituição do *ethos* do professor de português, embora possa ser entrevista ao longo de nossa discussão, não estará sob seu foco.

⁶ Para a compreensão da transformação que se dá, nessa época, nas práticas de ensino de língua portuguesa, ver Rodrigues (2013). Disponível em: <http://www.giacon.pro.br/lem/EDICOES/05/Arquivos/rodriguescecilio.pdf>.

⁷ Para a sistematização da proposta, ver Bagno (2004).

⁸ Assumiremos o conceito marxista de ideologia e a definiremos como um conjunto de crenças, valores e atitudes culturais que servem para legitimar o *status quo*. Descreveremos a pormenores sobre o conceito numa seção mais adiante.

⁹ Embora seja esta uma situação desejável, sabemos que sua realização, para uma grande maioria, é extremamente dificultada pelas próprias condições em que se dá o exercício do magistério em nosso país. Para um esclarecimento das dificuldades enfrentadas pelos professores em sala de aula, ver Neves (2001).

¹⁰ As representações coletivas compreendem *as crenças, as ideias, os valores, os símbolos, os pontos de vista* que estruturam modos de pensamento e de sentimento que são gerais e estáveis numa sociedade ou grupo social. As representações coletivas são compartilhadas pelos indivíduos em coletividades e servem para nortear suas práticas e organizar suas vidas. Elas são elementos constitutivos da cultura (SCOTT, John (org.) *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010).

¹¹ Após quase um século da publicação do *Curso de Linguística Geral* (1916), de Ferdinand de Saussure, a Linguística não pode ser definida simplesmente como ‘a ciência que estuda a língua’, sem que quem o faça se sinta instado a prestar esclarecimentos sobre os pressupostos teórico-metodológicos com os quais está comprometido. A *langue* de Saussure – o sistema abstrato de signos – já não encontra

terreno fecundo, pelo menos desde a virada funcionalista, ocorrida a partir de 1970, quando ainda predominavam os estudos de orientação formalista. A partir daí, a Linguística viu-se cindida por dois modelos concorrentes e incomensuráveis entre si – o formalismo e o funcionalismo, cujas origens remontam a estudos desenvolvidos no final do século XIX, assumindo sua forma programática com os estudiosos da Escola Linguística de Praga, cujas Teses viriam a ser publicadas a partir de 1929. Desde então, a concepção do que é a língua mudou e o discurso, com toda uma série de questões que esse âmbito passaria a suscitar, atraiu o interesse dos pesquisadores. A Linguística é, hoje, uma ciência pluridisciplinar, estando em constante diálogo com disciplinas tais, como a Sociologia (sociolinguística), a Psicologia (psicolinguística), as Ciências Cognitivas (Linguística Cognitiva), a História, a Psicanálise (as Análises do Discurso), a Antropologia e a Filosofia. A interdisciplinaridade que atravessa o campo da Linguística é, em última instância, uma consequência da natureza do próprio objeto de estudo dessa ciência - a *língua*, que se revelou aos estudiosos como uma realidade heterogênea e heteróclita. Língua é, fundamentalmente, uma *prática social, uma atividade intersubjetiva, uma realidade sócio-histórica*. A língua só existe no uso, nas práticas linguageiras de que participam sujeitos históricos.

¹² Para uma compreensão do trabalho do linguista, ver Martin (2003).

¹³ A distinção entre o *objeto observacional* e o *objeto teórico* só pode ser compreendida se considerarmos que toda observação é já condicionada por pressupostos teóricos. Assim, tal distinção é dependente do nível de abstração feita pela teoria sobre a realidade fenomênica. O objeto observacional de uma teoria é a “região” da realidade, que é delimitada e privilegiada pela teoria. Nesse momento, se determinam os fenômenos a serem observados por ela. Por sua vez, o objeto teórico é uma construção resultante da determinação de entidades básicas, do objetivo geral do estudo e do nível de adequação pretendido. Assim, delimitado o objeto teórico, o cientista só poderá ver aquilo que a teoria lhe permitir ver (Neto, 2004).

¹⁴ Salvo em condições em que se verifica alguma patologia que dificulte a aquisição normal da linguagem, toda criança, quando exposta a uma dada língua, é capaz de adquiri-la e fazer uso dela graças a uma faculdade natural que toma a forma de uma *gramática universal* (GU), a qual, por sua vez, constitui um conjunto de princípios, que são regras invariáveis e comuns a todas as línguas, e parâmetros, que são regras variáveis segundo as diferentes línguas. Cabe a criança escolher, a partir de um *input*, o valor que um determinado parâmetro deve tomar na língua a que ela está sendo exposta. O resultado desse processo será a constituição de uma *gramática internalizada*, a qual constitui um conjunto de regras que, dominadas pelo falante, permitem-lhe fazer uso normal de sua língua. É essa gramática internalizada que configurará sua competência linguística, a saber, a capacidade que tem o falante de produzir e compreender sentenças em sua língua materna.

¹⁵ O leitor pode encontrar uma apresentação dessas outras formas de competência em Neves (2004).

¹⁶ Como observamos, *ideologia* constitui um fenômeno que mereceu diversas abordagens, segundo quadros teóricos diversos ao longo do tempo. Por isso, não pretendemos assumir que a perspectiva marxista seja a que esgota a compreensão do fenômeno. Essa perspectiva foi submetida à crítica pelos próprios seguidores da

doutrina de Marx. É notável o fato de Marx não ter dado margem a um potencial transformador da ideologia, característica essa que Fairclough e Bakhtin acentuarão. Um dos méritos de Bakhtin, no tocante à questão da ideologia, foi ter insistido que não há ideologia fora da linguagem. Ele mostrou que tudo que é ideológico é signo, que o discurso é o lugar próprio onde se constitui a ideologia. Para o filósofo e linguista russo, a linguagem é sempre uma realidade social. Nela, o sujeito se constitui na relação com o outro. Fora da linguagem, não há sujeitos. Para uma discussão exaustiva do conceito de ideologia, recomendamos EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

¹⁷ O discurso tanto pode revelar quanto mascarar a luta de grupos com interesses antagônicos. Isso se deve ao caráter ideológico de todo signo linguístico. No discurso, as relações de conflito podem ser apagadas, produzindo-se, assim, um efeito de consentimento. O consentimento é feito de um cuidadoso trabalho discursivo. Segundo Bakhtin, todo signo (palavra) é signo ideológico. Como signo ideológico, a palavra reúne as entonações dos diálogos vivos aos valores sociais, incorporando em seu cerne as modificações ocorridas na infra-estrutura (base econômica, material de uma sociedade), mas também, ao mesmo tempo, pressionando uma mudança nas estruturas sociais. Os sujeitos inscrevem nas palavras, nos acentos apreciativos, nas entonações, na escala de valores, nos comportamentos ético-sociais, as mudanças sociais. As palavras funcionam, assim, como agente e memória social, visto que uma mesma palavra figura em contextos diferentes e variados. Toda palavra é entrecidada de inúmeros fios ideológicos, contraditórios entre si, uma vez que se construíram e freqüentaram todos os campos de relações e conflitos sociais (BAKHTIN, Mikhael & V. N. Volochínov. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006).

¹⁸ Tivemos a oportunidade de verificar tal emprego na fala de repórteres do RJ TV, programa jornalístico exibido pela Rede Globo de Televisão. Trata-se de um uso já incorporado ao vernáculo brasileiro (ver. Bagno, 2007).

¹⁹ Para a compreensão desses efeitos, consulte-se Hall, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

²⁰ O outro acontecimento é o da *atração*.

²¹ Seguimos a numeração de página da versão on-line, que se acha em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>

²² O termo supõe uma oposição entre algo anteriormente estabelecido com o que está sendo construído por ocasião do discurso (CHARADEAU & MAINGUENEAU, 2006).

LÍNGUA/FALA, COMPETÊNCIA/DESEMPENHO, LINGUÍSTICA/PSICOLINGUÍSTICA? ¹

Carlos Eduardo Borges Dias
UNICAMP/CNPq/CAPES

Resumo: *Um relativo consenso na literatura sobre a Psicolinguística sugere que esse domínio se fundamentou na Linguística de Saussure e se desenvolveu em eventuais vínculos com a Linguística de Chomsky. Nos debates históricos que a marcaram desde sua oficialização até atualmente, a essência epistemológica da Linguística (as distinções língua/fala e competência/desempenho) é considerada amiúde como contributo tanto de seu advento quanto de seus progressos. Esse artigo denuncia uma antinomia nessa literatura: para conceber a fala e/ou desempenho (os conceitos de Saussure e Chomsky) como objeto de sua ciência, é preciso ignorar que a Linguística só alcança objetividade na linguagem (a condição para de sua cientificidade) precisamente ao reconhecer a impossibilidade de depreendê-la entre as marcas individuais da fala e/ou singulares do desempenho. Pretende-se, pois, partir da própria recusa da Linguística para compreender a problemática da fala/desempenho.*

Abstract: *A relative consensus in the literature on psycholinguistics suggests that this field is based on the linguistics of Saussure and developed through connections with that of Chomsky. The distinctions between language and speech, on the one hand, and differences between competence and performance, on the other, are often considered as having been factors in the advent and progress of psycholinguistics. We call attention to an antinomy in the literature: in order to conceive speech or performance (concepts of Saussure and Chomsky) as objects of psycholinguistics, one must ignore that linguistics attains objectivity in language (a condition of scientificity) precisely by recognizing the impossibility of considering it among the individual aspects of speech or among the singularities of performance. The objective here is to begin with the refusal of linguistics to understand the problems of speech or performance.*

1. Duas proposições sobre a *fala* e o *desempenho*.

Uma antinomia na articulação entre duas disciplinas dos estudos da linguagem pode ser vislumbrada de modo sintético (conquanto redutor) através da oposição entre duas proposições: por um lado, [I] a condição da constituição científica da **Linguística**, tanto na tradição instaurada por Saussure quanto na estabelecida a partir de Chomsky, depende de uma mesma *diretiva epistemológica*, que submete [a] a possibilidade de cernir uma objetividade na linguagem (representada pelos conceitos de *língua* e *competência*) à [b] denúncia da impossibilidade de considerar fenômenos abarcados pelos conceitos de *fala* e/ou *desempenho* de forma objetiva em seu modelo de ciência. Por outro lado, [II] a literatura sobre a história da **Psicolinguística** alega amiúde que [c] sua disciplina fora tão amplamente afetada pela Linguística que [d] ela teria concebido a *fala* e o *desempenho* (supostamente os *mesmos conceitos* da tradição saussuriana e chomskyana) como seu próprio *objeto*.

A oposição entre as proposições acima reside propriamente no fato de que a *asserção d* coloca as *proposições I* e *II* em relação de contradição, pois, ao conceber o ato *individual* da *fala* e/ou *singular* do *desempenho* como seu *objeto*, a Psicolinguística incorre forçosamente na rejeição da diretiva que sustenta a epistemologia da Linguística, o que inviabiliza qualquer pretensão de harmonia entre as duas proposições. Para tornar evidente essa antinomia, o objetivo preliminar desse trabalho será o de explicitar suas marcas no discurso que difunde a existência de uma filiação entre essas disciplinas através da metodologia que se segue.

Pela *proposição I* constatar-se-á que, no emaranhado de elementos heterogêneos que compõem a linguagem, a eleição da *língua* e/ou da *competência* como objeto da Linguística mediante a recusa da *fala* e/ou do *desempenho* implicou na circunscrição de seu domínio de análise a fenômenos marcados necessariamente pela face *social* e/ou *universal* da linguagem (o que permitiu à disciplina, em conformidade com seu desejo, a reivindicação de sua cientificidade²). No entanto, essa mesma eleição implicou também em uma exclusão, para fora do domínio de análise da Linguística, de todo um conjunto de fenômenos típicos da *fala* e/ou do *desempenho*, marcados por aquilo que Saussure e Chomsky consideraram como a face *individual* e/ou *singular* da

linguagem, como as *hesitações* e os *erros* (entre outros), que particularizam a atividade linguística dos sujeitos falantes.

Ainda que, diante do conseqüente silêncio da Linguística no que diz respeito a esses fenômenos, a Psicolinguística tenha o grande mérito de ter elaborado abordagens que propiciaram diversas formas para a sua investigação (em suas manifestações na atividade linguística adulta e nas que caracterizam o processo de aquisição da linguagem, tanto em condições consideradas como normais quanto nas consideradas como patológicas), ofuscada pelo ideal de cientificidade, ela só pôde enxergar neles o que, a seu ver, se adequaria à *objetividade*, ignorando que a *recusa* da Linguística a conceber esse domínio como próprio à sua ciência incluía justamente um *reconhecimento* da especificidade do *ato individual da fala e/ou singular do desempenho*: sua *imprevisibilidade*, ou, dito de outro modo, a *liberdade* do falante.

Quanto à *proposição II*, antes de questionar a ideia de filiação entre essas disciplinas, a seção 2 desse artigo, intitulada “Fala/desempenho: objeto da Psicolinguística?”, será dedicada a uma investigação sobre a utilização desses conceitos desde a oficialização da Psicolinguística até o cenário atual. No intuito de explicitar os motivos de sua incidência na antinomia supramencionada, as seções seguintes deverão incluir uma minuciosa análise das condições, conceptualizações e desdobramentos da distinção saussuriana entre os conceitos de *língua* e *fala*, bem como certas considerações sobre a distinção chomskyana entre os conceitos de *competência* e *desempenho*.

A seção 3, “Sobre a epistemologia pré-saussuriana” será dedicada a uma apresentação dos problemas em relação aos quais o aparecimento dessa primeira distinção veio a responder na história da Linguística, ou seja, suas condições de produção. Essa será a ocasião para uma breve revisão dos fundamentos epistemológicos nos quais se pautaram as reflexões da Linguística no final do século XIX e início do século XX.

A seção 4, “O (não-)objeto da Linguística”, por sua vez, consistirá, em uma arqueologia da distinção *língua/fala* na obra de Saussure e de suas implicações na distinção *competência/desempenho* no trabalho de Chomsky³. Nela serão explicitadas as justificativas epistemológicas que os conduziram a um eventual embargo ao desenvolvimento de

uma Linguística que mantivesse suas pretensões científicas e, ao mesmo tempo, tomasse a *fala* e/ou o *desempenho* como objeto. Nelas se pautará a afirmação de que a pretensa de filiação entre as disciplinas, implícita no emprego dos *mesmos conceitos* para a definição de seus objetos, incide em uma *antinomia epistemológica*.

Essa denúncia pode, entretanto, ser inversamente propedêutica na proposta de um reposicionamento do domínio de análise dos fenômenos típicos da *fala/desempenho*. Para isso é necessário entender a *recusa* da Linguística não apenas como uma constatação das limitações do *âmbito epistemológico* na intenção/tarefa (até certo ponto quimérica) de cernir a totalidade da linguagem através das leis especulativas da ciência, mas também como um ponto de partida para o desvelamento de outro âmbito no qual o estudo do ato *individual/singular* da *fala/desempenho* possa se ancorar sem contradizer a ciência da *língua/competência*. *O objetivo central desse artigo é, portanto, o de apresentar os prolegômenos para a constituição desse outro âmbito.* Na quinta seção, “De uma antinomia epistemológica”, *eles se configurarão na denúncia do caráter parcial da adesão da Psicolinguística à epistemologia da Linguística*, pretendendo romper radicalmente com suas pretensões científicas.

Articulando as implicações do dito “reconhecimento” da Linguística à clássica divisão da filosofia em suas duas partes fundamentais – a *epistemologia*, que encontra a condição das ciências no julgamento dos *objetos* segundo leis *necessárias*, e a *ética*, que reconhece que as leis que regem as *ações humanas* não se situam no plano da necessidade, mas no da *liberdade*, no qual representam *deveres* que podem apenas coagir essas ações – a seção “6. Consequências” consistirá em uma abreviada exposição da posposta, apresentada anteriormente (cf. DIAS, 2015), de que a divisão dos estudos da linguagem se estabeleça entre uma *ciência da língua* e uma *ética da fala*, essa última norteadada pela correlação entre a incidência coercitiva da lei sobre a ação e a incidência coercitiva da *língua/competência* sobre a *fala/desempenho*.

2. Fala/desempenho: objeto da Psicolinguística?

A literatura sobre a história da Psicolinguística costuma apresentar um paradoxo a respeito das origens de sua disciplina. Mesmo que sua

oficialização tenha ocorrido apenas na década de 1950, as articulações entre os estudos da linguagem e a Psicologia remontam a grande parte da história do pensamento ocidental. Autores como Altmann (2006, p.258, entre outros) indicam que ela teria, por exemplo, recebido influências de diversas partes do pensamento greco-romano e da neuropsicologia da linguagem do século XIX. Outro consenso é o de que, antes da geração da década de 1950, uma vertente preliminar da Psicolinguística foi introduzida por Wundt (1900), a qual mantinha relações de aliança com a Linguística de Herman Paul, como explicam de forma similar Blumenthal (1970), Osgood (1980) e Levelt (2013).

Ainda assim, os acontecimentos históricos reconhecidos por essa literatura como a *oficialização da Psicolinguística* foram propriamente os seminários na Universidade de Cornell em 1951 e, dois anos depois, na Universidade de Indiana, cujos resultados foram publicados por Osgood & Sebeok ([1954] 1965)⁴. Neles, a Linguística de Saussure não é ignorada. Muito pelo contrário: “o modelo do circuito da fala é uma antecipação do que será o objeto da Psicolinguística” (SCLiar-CABRAL, 1991, p.11-12), de forma que os trabalhos ali reunidos oficializam a *Psicolinguística* precisamente em relação aos conceitos que estruturam a epistemologia da *Linguística*:

A atividade que pretendemos chamar de Psicolinguística cresceu na periferia da Linguística. Porque existe um campo conhecido como Psicolinguística? A melhor resposta a essa pergunta é que os linguistas tradicionalmente são limitados quanto aos horizontes da linguagem. Eles menosprezam temas considerados ‘irrelevantes’, ‘desinteressantes’ [...]. Tradicionalmente, a Linguística não se preocupou tanto com a *parole* [fala], que Saussure considerava um aspecto atualizado e material – o comportamento verbal [...]. A razão disso não é difícil de ser encontrada, especialmente se concentramos nossa atenção na linguística descritiva e na teoria linguística: é claro que os linguistas se preocupam principalmente com a *langue* [língua], no sentido em que Saussure usou este termo (OSGOOD & SEBEOK [1954] 1965, p.206)⁵.

Desde a década de 1950, a Psicolinguística é, então, entendida como um domínio não só *vinculado* à Linguística, mas também

consciente de suas teorias, como alegou Weinreich (1955)⁶. Desde então, mesmo que esse vínculo apareça certas vezes em enunciados de natureza negativa, como “linguistas desconsideram a *fala*”, a epistemologia da Linguística sempre foi, em maior ou menor grau, estimada (seja pelos autorizadores, desenvolvedores ou por historiadores da Psicolinguística) como um fator de forte impacto e/ou determinante para esse domínio, como se a base epistemológica em que a Linguística se ancora para poder reivindicar um status de ciência (notadamente a *distinção* entre *língua* e *fala*) tivesse representado uma contribuição decisiva tanto para o advento quanto nos desenvolvimentos da Psicolinguística.

A respeito desse momento específico da história da Psicolinguística, é interessante notar que, no final dos anos 1960, uma importante edição do *Curso* de Saussure, a do linguista italiano Tullio de Mauro, também apresenta a Linguística como uma das bases da Psicolinguística:

Conceitos e temas contidos no Curso de Linguística Geral foram usados no âmbito de diferentes direções de pesquisa. Recorrem ao Curso: [...] a linguística psicológica de Sechehaye [...] a Psicolinguística de Bresson e Osgood (DE MAURO, [1967] 1995, p.iv).

Mais tarde, De Mauro retoma o tema para explicar o papel da distinção *língua/fala* na fundação da Psicolinguística:

Nas fronteiras entre a Linguística e outras disciplinas, as ideias de Saussure foram aproveitadas na psicologia da linguagem (Delacroix 1930.9, p.53-54, Sechehaye, 1930 [...]. Para as relações com Kantor ver Garvin 1.944,54, Kantor 1.952,69, 162, 172), ciência na qual Osgood (1966, p.204-205) se remeteu à distinção entre *língua* e *fala* para fundar a distinção entre a *Linguística* e *Psicolinguística*” (DE MAURO, [1967] 1995, p.378).

E posteriormente, referindo-se ao trecho acima, o autor menciona (*en passant*) a Psicolinguística de Osgood como uma “linguística da fala”, vinculando-a novamente à teorização saussuriana:

Para ‘Psicolinguística como Linguística da *fala*’ (segundo Osgood) v. *supra*, p.378. (DE MAURO, [1967] 1995, p. 428).

Embora essa exposição de De Mauro possa conduzir o leitor a, desse modo, delimitar a fronteira entre *Linguística* e *Psicolinguística*, após a análise da constituição epistemológica da Linguística e dos motivos e implicações da distinção *língua/fala* (cf. *infra.*, seção 4), será possível afirmar, junto a De Mauro, que a identificação entre *Psicolinguística* e *Linguística da fala* também gera uma *antinomia epistemológica*.

Tal denuncia não pode, no entanto, obliterar as grandes conquistas da disciplina. Entre elas se encontra certamente a construção de um conjunto de pesquisas sobre fenômenos da linguagem que não haviam sido explorados pela Linguística. Como afirmam Dascal, Borges-Neto & Françaço (1985, p.345), um dos principais méritos do programa de Osgood é o fato de que a constituição desse domínio engendrou o que mais tarde seria chamado de *as teorias* ou *os modelos* do *desempenho*, abordando diversos fenômenos *singulares* da atividade linguística na vida adulta (como as *hesitações* e os *erros*) e também certas mudanças na fala da criança durante o processo de aquisição da linguagem.

Isso porque, com o nascimento e a ascensão da Linguística gerativa, bem como com sua crítica ao paradigma que dominou a Psicolinguística anterior – a saber, o comportamentalismo –, uma “influência”, bastante semelhante à saussuriana, acarretou na adesão da distinção chomskyana *competência/desempenho* por grande parte dos psicolinguistas, sobretudo a partir da década de 1960. É o que sintetizam as afirmações de Osgood (nove anos após a anterior, junto de Sebeok) sobre o fato de que, para além da distinção *língua/fala*, conceitos gerativistas também terem sido vinculados ao programa da Psicolinguística:

Evidentemente há diferenças entre as abordagens linguísticas e psicológicas para a linguagem que vão além da questão da inclusão. Foi o linguista Ferdinand de Saussure quem, pela primeira vez, fez a frequentemente citada distinção entre *la langue* e *la parole*. *La langue* refere-se a linguagem como um sistema abstrato; *la parole* refere-se à linguagem como eventos concretos de fala. O linguista é caracteristicamente interessado no

primeiro, o psicólogo no segundo. A concepção de Chomsky sobre a gramática de uma língua como uma teoria que gera um conjunto infinito de sentenças que são gramaticais e nenhuma agramatical está claramente no campo da *la langue*” (OSGOOD, 1963, p.739).

O fraco impacto do gerativismo na posição de Osgood fica melhor esclarecido no momento em que, nos anos 80, quando os estudos gerativistas já dominavam a Psicolinguística, o autor buscou demonstrar a razão de sua preferência pelo modelo comportamental, a partir do qual a disciplina tinha se estruturado na década de 1950:

Estou totalmente ciente de que um dos impactos da revolução chomskyana na Linguística foi o de criar uma aversão, em muitos psicólogos e linguistas, contra o associacionismo e o behaviorismo em particular; no entanto, exorto o leitor a lutar por eles comigo neste contexto atualizado para que chegue em uma posição melhor para avaliar o que segue (OSGOOD, 1980, p.24).

O argumento da total ciência acerca da revolução gerativista não parece gratuito: se, no começo dos anos 70, tanto o trabalho de Osgood, como o de Hormann sustentavam que a distinção saussuriana era uma das influências capitais para a concepção do objeto da Psicolinguística⁷, grande parte dos psicolinguistas da época já reconheciam, na distinção chomskyana entre *competência* e *desempenho*, um valor muito análogo ao antes atribuído a distinção de Saussure⁸.

É, pois, entre os psicolinguistas dessa época que nasce a ideia de que o papel da disciplina seria o de fornecer uma *teoria do desempenho* à luz das referências conceituais da Linguística gerativa. Ao republicar os principais artigos da psicolinguística sobre o estudo dos *erros* na linguagem (considerados por Chomsky como próprios ao *desempenho*), a coletânea ‘Erros da fala como evidência linguística’, editada por Fomkin (1973), também representou um marco dessa nova perspectiva. Nela foram incluídos os textos que, desde o fim da década de 60, representavam o desenvolvimento de diversas formas de estudo da linguagem que podiam ser considerados como os *modelos teóricos do desempenho*, como afirma a própria organizadora:

Meu objetivo nesta introdução não é desempenhar o papel de crítica, avaliando todos os artigos que se seguem. Eles foram incluídos porque eles são interessantes e perspicazes, apesar do fato de que em muitos casos as opiniões neles expressas diferem das minhas. O objetivo é, em vez disso, o de discutir alguns dos requisitos para o desenvolvimento de um modelo do desempenho linguístico à luz dos dados de erros na fala. Se, no entanto, a ideia de que ‘A teoria do desempenho terá que incorporar a teoria da competência – a gramática gerativa de uma língua – como uma parte essencial’ (Chomsky, 1972) é correta, então é necessário reconhecer as ‘constantes e parâmetros’ de tal teoria em relação a um modelo do desempenho (FROMKIN, 1973, p.15).

Desse modo, assim como a Psicolinguística de Osgood (a da década de 1950) concebeu seu objeto a partir do conceito saussuriano de *fala*, a partir dos anos 70, tornou-se comum afirmar que esses novos estudos sustentavam uma *teoria do desempenho* nos moldes gerativistas. Já nos anos 80, a influência chomkyana se tornou comum na Psicolinguística, como descrevem Blumenthal (1987, p.318-321) e Forrester (1996, p.1-15). Mais tarde, **o discurso que afirma que os conceitos de fala e de desempenho deveriam ser tomados como objeto da Psicolinguística se vulgarizou amplamente**, como nos trabalhos de McNeill (2002, p.1)⁹, Field (2005, p.59)¹⁰, Garnham, Garrod & Sanford (2006, p.9)¹¹, Altman (2006, p.260-261)¹² e Cowles (2011, p.16)¹³, entre outros.

Tendo em mente essa breve exposição (não exaustiva e eventualmente redutora) da história da literatura sobre a articulação entre as duas disciplinas, é possível dizer que, ainda atualmente, há uma pretensão de filiação epistemológica entre elas, já que a Psicolinguística:

toma o domínio da performance (o qual foi negligenciado tanto por Saussure quanto por Chomsky sob o fundamento de que ele constitui o ‘meramente individual’, para os quais são esperados fenômenos imprevisíveis e misteriosos) *como o seu próprio objeto* (DASCAL, BORGES-NETO & FRANÇOZO, 1985, p.345-346, grifos meus).

Quanto aos fenômenos abordados pela Psicolinguística, é possível dizer que, aliada à Análise da Conversação, à Neurologia, à Psicologia da Aprendizagem (entre outras), ela só pode fomentar suas pretensões de cientificidade quanto ao domínio da *fala/desempenho* obliterando o caráter *individual/singular* da linguagem ao difundir hipóteses como a de que (1) *erros seriam completamente pautados em regras*, que (2) as hesitações *não são fenômenos distribuídos de forma aleatória* e que (3) a análise das mudanças na fala infantil poderia “exibir uma ordem de aquisição que comprovasse uma hierarquia de complexidade definida por alguma teoria linguística” (LEMOS, 2014).

Antes de avaliar tais hipóteses, assim como a suposta “filiação” que a levou a conceber o *ato individual* da *fala* e/ou *singular* do *desempenho* como seu *objeto*, valendo-se dos *mesmos conceitos* da Linguística, cumpre doravante explorar a epistemologia que conduziu a Linguística a “recusar-se” a constituir um *objeto* a partir da *fala/desempenho*.

3. Sobre a epistemologia pré-saussuriana.

O argumento inaugural da “proposição I”¹⁴ se pauta no paradigma epistemológico que permeia o Curso de Linguística Geral (CLG), obra editada por Charles Bally e Albert Sechehaye em 1916, cuja autoria atribuída a Ferdinand de Saussure [*1857 †1913] conferiu ao linguista genebrino a reputação póstuma de fundador da Linguística moderna. A literatura sobre a história da Linguística frequentemente interpreta seu relativo desinteresse em relação ao conceito de *fala (parole)* em favor da ênfase ao conceito de *língua (langue)* – essa última concebida como o seu objeto – como o resultado de certas influências na elaboração do curso. Doroszewski ([1931] 1933), por exemplo, foi o responsável por explicitar, pela primeira vez, os liames irrefragáveis entre a Sociologia de Émile Durkheim [*1858 †1917] e questões epistemológicas cruciais implícitas no CLG, incluindo inquietações metodológicas e sobretudo a distinção entre esses dois conceitos.

O cenário idealista/positivista francês do século XIX despertara em Durkheim o desejo de que a Sociologia alcançasse o rigor metodológico identificado em outras ciências. Para isso, desde o prefácio às ‘Regras do método sociológico’, o autor buscava definir um objeto próprio à Sociologia, diferenciado do de outras ciências, como a Psicologia. Essa responsabilidade era considerada como

crucial para que a Sociologia pudesse se tornar, de seu ponto de vista, uma ciência autônoma. Em vez de estudar as representações individuais, incumbência que caberia à psicologia, a Sociologia deveria então se ocupar só das representações pautadas no ‘pensamento coletivo’:

em circunstância alguma a sociologia poderia tomar pura e simplesmente de empréstimo à psicologia esta ou aquela de suas proposições, para aplicá-la tal qual aos fatos sociais. O pensamento coletivo inteiro, em sua forma e na sua matéria, deve ser estudado em si mesmo, por si mesmo, com o sentimento do que ele tem de específico, e cabe deixar ao futuro a tarefa de saber em que medida ele se assemelha ao pensamento individual. Esse é inclusive um problema relacionado antes à filosofia geral e à lógica e abstrata do que ao estudo científico dos fatos sociais (DURKHEIM [1894] 1919, p.xix).

Entre as características que Durkheim insistia no que diz respeito aos fatos sociais, as primordiais encontravam-se precisamente na diferença entre os estados psíquicos dos grupos sociais e os estados das consciências individuais. Embora ambos sejam compostos, de modo semelhante, por ‘representações psíquicas’, o substrato dos grupos é particularmente calcado na ‘consciência coletiva’, o que mais uma vez difere a Sociologia da Psicologia:

Os fatos sociais não diferem apenas em qualidade dos fatos psíquicos; eles têm outro substrato, não evoluem no mesmo meio e não dependem das mesmas condições. Isso não quer dizer que eles também não sejam psíquicos de certa maneira, já que todos consistem em formas de pensar ou agir. Mas os estados da consciência coletiva são de natureza diferente dos estados da consciência individual; são representações de outro tipo. A mentalidade dos grupos não é a dos particulares; ela tem suas próprias leis. As duas ciências são, portanto, tão claramente distintas quanto podem ser duas ciências, não importam quais as relações possam existir entre elas (DURKHEIM, [1894] 1919, p. xvi).

A segunda característica crucial dos fatos sociais, segundo o autor, é a de que eles constituem “maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem à ele” (p.8).

Essa abreviada exposição da proposta epistêmico-metodológica da sociologia de Durkheim permite conceber o que Doroszewski ([1931] 1933) considerou, no que diz respeito ao CLG, como os “caracteres que se atribui à língua quando qualificada como ‘fato social’ no sentido durkheimiano do termo” (op. cit., p.87)¹⁵. Doroszewski atesta que é por estar nesse contexto epistemológico que, para Saussure ([1916] 2006) (a) o rigor científico e a autonomia da Linguística seriam assegurados mediante a definição de seu “objeto integral e concreto” (p.15), a saber, a língua, “seu único e verdadeiro objeto” (p.7); (b) uma vez localizada na face psíquica da linguagem, seu estudo “constituiria uma parte da psicologia social” (p.24) e; (c) seu traço essencial consiste na imposição ao indivíduo pela coerção do uso coletivo, pois “se se quiser demonstrar que a lei admitida numa coletividade é algo que se suporta e não uma regra livremente consentida, a língua é a que oferece a prova mais concludente disso” (p.85). Pode-se adicionar ainda um traço sincrônico em vez de histórico ao pensamento do sociólogo¹⁶. Por consequência, para Doroszewski, a influência durkheimiana teria levado Saussure a (d) se ocupar dos sistemas linguísticos “tais como são percebidos pela consciência coletiva” (p.116) e, principalmente, (e) à ideia de que, para assim compreender o papel da língua como sistema, “impõe-se sair do ato individual [da *fala*] que não é senão o embrião da linguagem, e abordar o fato social” (p.21).

Outras influências que marcam a distinção *língua/fala* são oriundas mais propriamente da Linguística pré-saussuriana. Entre elas, algumas contribuições do linguista Herman Paul [*1846 †1921] são visíveis em certos pontos do CLG: o conceito de *Lautbild*, por exemplo, corresponde exatamente ao que Saussure ([1916] 2006) chama de “imagem acústica” (p.19-23), assim como *Sprachzustand* corresponde ao “estado de língua” (*passim*). Para Paul ([1880] 1920), a gramática seria formada pelo conjunto de enunciados da ‘linguagem usual’ (*Sprachusus*) de uma comunidade em uma determinada época, ou seja, uma confluência que assinalaria ao ‘uso individual’ (*individuellen*

Sprechtätigkeit)¹⁷ um alto grau de uniformidade Linguística. O contraste entre o conceito de *Sprachusus* e o de *individuellen Sprechtätigkeit* não eram estranhos para Saussure, como aponta, com segurança, Koerner ([1972] 1978):

Saussure deve ter visto as dificuldades a que Paul foi confrontado quando tentou fazer a investigação das expressões linguísticas individuais o objeto da Linguística, na esperança de alcançar a partir daí um ‘meio termo’ para definir o *Sprachusus*. Portanto, não é surpreendente que Saussure nunca tenha fornecido uma *Linguística da fala*, como os editores do Curso notaram com pesar” (*op. cit.*, p.92).

Além do aporte de Hermann Paul, outro linguista figura como principal precursor da distinção saussuriana entre *língua* e *fala*: trata-se de William Whitney [*1827 †1894], um dos linguistas mais respeitados por Saussure. Ainda que sua principal contribuição – não apenas para Saussure, mais para toda a Linguística – consistiu na crítica radical ao naturalismo da escola comparatista – como abordamos extensamente em Dias (2015) – Whitney também refutava uma hipótese recorrente entre os linguistas que consideravam a linguagem individual como a única realidade linguística e a linguagem coletiva apenas como uma abstração¹⁸. Considerando a linguagem como uma *instituição social*, o autor insistia que ela constitui um sistema de signos que, de essencial, apresentaria dois predicados: o *convencional* e o *arbitrário*¹⁹. Por consequência do primeiro predicado, contra a postura individualista, Whitney entendia que, para integrar-se à linguagem, todo ato de fala deve ser determinado por convenções sociais:

A fala não é uma possessão pessoal, mas social; ela pertence não ao indivíduo, mas ao membro da sociedade. Nenhuma espécie de linguagem existente é fruto do trabalho de um indivíduo; pois aquilo que podemos individualmente dizer não é linguagem até que seja aceito e utilizado pelos nossos semelhantes. Todo o desenvolvimento da fala, embora iniciado pelos atos de indivíduos, é elaborado pela comunidade (WHITNEY, [1867] 1874, p.404).

Enquanto a *fala* conduziu Whitney à ideia do convencionalismo, foi a *aprendizagem* que o levou ao predicado da arbitrariedade. Para chegar a ele, o autor se lançou a uma dedução sobre o momento em que, *da perspectiva de quem aprende uma nova concepção*, sua associação a uma *palavra* poderia ter sido representada por outra qualquer. Para um genérico aprendiz, afirma Whitney ([1875] 1887) “um laço interno e necessário entre a palavra e a ideia é absolutamente inexistente; [...] para ele, o único motivo e a razão suficiente pela qual ele deve usar aquele signo específico é que outras pessoas o usam” (p.18-19). Em suma, a “palavra” (termo que, em Whitney, se confunde com o conceito saussuriano de *signo*) assim aprendida, a representante da “concepção”, se apresenta então como:

“*arbitrária*, porque qualquer uma das milhares de outras palavras que os homens empregam, ou das dezenas de milhares que poderiam ser fabricadas, poderiam ter sido igualmente aprendidas e aplicadas para esse fim específico; *convencional*, porque a razão para o uso dessa em vez de outra reside unicamente no fato de que ela já é usada na comunidade a que o falante pertence” (p.19).

Embora a teoria de Whitney sobre os signos arbitrários da linguagem se diferencie substancialmente daquela proposta por Saussure, aliada ao convencionalismo, ela de certo maneira a prenuncia. Pois, quando Saussure ([1916] 2006) afirma que “Whitney insistiu, com razão, no caráter arbitrário dos signos; com isso, colocou a Linguística em seu em seu verdadeiro eixo” (p.90), não se pode atribuir ao “eixo” em questão nada além do próprio “princípio primeiro” do CLG, a saber, a teoria da arbitrariedade dos signos da língua²⁰.

De acordo com a hipótese de Coseriu ([1967] 1980), a distinção saussuriana entre *língua* e *fala* também poderia ser um tipo de reflexo do esforço de Georg von der Gabelentz [*1840 †1893], que buscou definir o objeto de sua Linguística (*Die Sprachwissenschaft*) não como a somatória das representações discursivas dos indivíduos de um grupo, mas como a totalidade de representações formais que determinam esses discursos²¹. Mas, fadada ao descrédito após as análises de Godel (1967, *apud* De Mauro, [1967] 1995) e, mais tarde, de Koerner ([1971] 2012), a sugestão de Coseriu parece mais refletir

as insídias do que Mounin (1959) descrevia como a “forte impressão de velhos textos aparecerem como ‘premonitórios’ [que torna] difícil combater o sentimento de que se percebe precursores por toda a parte” (p.8).

Contra elas, ainda que Saussure tenha sido influenciado (a) pela doutrina do *fait social* de Durkheim, desejando conceber a língua como objeto de uma ciência, localizada no psíquico e imposta aos indivíduo pela consciência coletiva; (b) ou que, tal qual o *Sprachusus* de Paul, ela seja uma tentativa de estabelecer, entre os indivíduos unidos pela linguagem, uma espécie de ‘meio termo’ que uniformizaria seu uso individual; (c) ou ainda que, como a *language* de Whitney, se encontre no CLG, por mais de sete vezes, as afirmações de que a língua é uma instituição humana e o resultado de uma convenção arbitrária; é preciso considerar o fato de que, até a publicação das ideias de Saussure, a *Linguística ainda era incapaz de demarcar os limites precisos entre a consideração do individual e do coletivo na linguagem*, como admitiu o linguista Joseph Vendryes ([1916] 1921, p.274), pouco tempo antes de ter acesso ao Curso de Saussure.

Por esse motivo, no que diz respeito à proposição epistemológica da Linguística (cf. *supra.*, seção 1), é necessário conceber as influências das teorias pré-saussurianas, externas ou internas à Linguística, apenas como contributos à reflexão, e passar a considerar a distinção entre os conceitos de *língua* e de *fala* em seu próprio contexto instituidor, a saber, o texto do CLG, atribuído a Saussure²².

4. O (não-)objeto da Linguística.

Antes distinguir *língua* e *fala*, Saussure ([1916] 2006) caracteriza a linguagem como uma faculdade humana que, em sua totalidade proteica, apresenta dualidades, sendo ao mesmo tempo *psíquica* e *fisiológica*, *articulatória* e *acústica*, *individual* e *social*, *dinâmica* e *estática*. Composta por faces tão heterogêneas, a linguagem não poderia ser reivindicada concomitantemente como objeto de diversas ciências? Para Saussure, isso só seria possível “por culpa de um método incorreto” (p.16), já que, sendo “multiforme e heteróclita”, jamais se conseguiria classificá-la “pois não se sabe como inferir sua unidade” (p.17).

Essa objeção não procedeu, contudo, de uma crítica às contribuições provenientes das várias perspectivas que abordam suas faces, e sim da afiliação de Saussure à epistemologia predominante

em sua época²³. Considerando, nesse contexto, que a *homogeneidade do observado era um requisito para a observação* e que sua *cientificidade dependia da unidade do objeto*, a linguagem (como um todo) não se prestaria a essa condição para nenhuma ciência. Se a Linguística pôde reivindicar um lugar entre as ciências foi primeiramente porque seu objeto, a *língua*, é, por definição, essencialmente representável como **Uma**²⁴.

Para encontrar o elemento que forneceria uma unidade à linguagem, Saussure explica que “se faz necessário colocarmo-nos diante do ato individual que permite reconstituir o circuito da fala” (p.19). Na esfera psíquica de quem fala (indivíduo A), o que Whitney propunha como vínculo entre uma *concepção* e uma palavra é reelaborado em termos do vínculo entre um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante)²⁵. O circuito da fala se completa quando esse vínculo é recobrado na esfera psíquica de quem o escuta (indivíduo B):

Suponhamos que um dado conceito suscite no cérebro uma imagem acústica correspondente: é um fenômeno inteiramente psíquico, seguido, por sua vez, de um processo fisiológico: o cérebro transmite aos órgãos da fonação um impulso correlativo da imagem; depois, as ondas sonoras se propagam da boca de A para o ouvido de B: processo puramente físico. Em seguida, o circuito se prolonga em B numa ordem inversa: do ouvido ao cérebro, transmissão fisiológica da imagem acústica; no cérebro, associação psíquica dessa imagem com o conceito correspondente (SAUSSURE, [1916] 2006, p.19).

Para que os dois sujeitos *reconheçam* o signo como o *mesmo*, é preciso supor que a relação entre o *conceito* e a *imagem acústica* permaneça inalterada até que o circuito se complete. Ao se interrogar sobre qual elemento da linguagem poderia garantir essa **permanência**, o fisiológico e o acústico são facilmente descartados: se assim fosse, eles deveriam também assegurar a compreensão de línguas desconhecidas; por outro lado, embora ambos indivíduos sejam capazes de reproduzi-lo “não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 21) é questionável que, do ponto de vista individual, o *conceito* e a *imagem acústica* do lado executivo (A) se reflita fielmente no *conceito* e na *imagem acústica* do lado receptivo (B)²⁶.

Por conseguinte, faz-se necessário explicar o modo pelo qual, para os indivíduos de um grupo linguístico, “se formam as marcas que chegam a ser sensivelmente as mesmas em todos” (p.21). Já que um vínculo individual (*livre*) entre conceito e imagem acústica não asseguraria a **identidade** (requisito para o mútuo reconhecimento do signo no circuito), é só através da mobilização de “uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (p.22) que um vínculo socialmente assentado (*necessário*) a autorizará: “entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem estabelecer-se-á uma espécie de meio termo” (p.21).

Definida como um “sistema de signos onde de essencial só existe a união do sentido e da imagem acústica”, a língua (*langue*), dessa forma, pode então ser considerada como um *objeto*: “enquanto a linguagem é de natureza heterogênea, a língua, assim delimitada, é homogênea”, raciocínio que responde à questão epistemológica acima levantada: é “a língua [que] faz a unidade da linguagem”. Propondo que a Linguística fosse então “uma ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social” (*passim*), a partir do Curso de Linguística Geral, pela primeira vez na história dessa disciplina, as heranças de uma típica vocação epistemológica e de seu desejo de cientificidade pareciam entrar, por assim dizer, numa perfeita harmonia.

Mas, do ponto de vista saussuriano, essa conciliação deveria ser defendida contra as ameaças da não-identidade e da não-permanência proveniente de qualquer consideração da face individual da linguagem. Para certificar-se dessa proteção, foi preciso distinguir radicalmente a *língua* (*langue*) da *fala* (*parole*). No CLG, essa distinção foi realizada principalmente sob as duas óticas seguintes:

- No elemento psíquico do circuito, a *fala* é essencialmente caracterizada por “combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal” (p.22). Esse aspecto permite diferenciá-las diametralmente: enquanto na língua a cristalização social – que a institui como “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções **necessárias** adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade nos indivíduos” (p.17) – não permite a liberdade de escolha, mas, pelo contrário, se impõe ao indivíduo²⁷, a fala, por outro lado, constitui um

“ato individual de vontade e inteligência” (*ibid.*) caracterizado mais especialmente pela “**liberdade** de combinações” (p.144);

- Os demais elementos do circuito caracterizam “o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações” (*ibid.*). Com esse aspecto é igualmente possível diferenciar os dois conceitos: no conjunto da linguagem, enquanto a língua é **homogênea** – uma vez que se reduz à união psíquica entre conceito e imagem acústica – fala é **heterogênea** – uma vez que todos outros elementos pertencem seu domínio, ao que se chega pela equação: “a língua é para nós a linguagem menos a fala” (p.92, grifos nossos).

Sob as duas óticas acima, pode-se dizer que a **necessidade** e a **homogeneidade** são traços essenciais da *língua*, assim como, de modo oposto, a **liberdade** e a **heterogeneidade** são traços essenciais da *fala*. Perante esse paradigma epistemológico, tais características conduziram Saussure afirmação de que “**a língua, distinta da fala, é objeto que se pode estudar separadamente** [...] e] não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como **só se torna possível** quando tais elementos não estão misturados” (p.23, grifos meus). Por outro lado, embora no CLG se chegue a supor a possibilidade de uma *Linguística da fala*, Saussure a exclui imediatamente do domínio da *Linguística científica*, pois “não se deverá confundi-la com a linguística propriamente dita” (p.39).

A esses princípios iniciais de distinção, adicionar-se-á uma problemática referente às faces dinâmica e estática da linguagem, que fazem de cada língua existente, a cada instante, “uma instituição atual e um produto do passado” (p.16). A dualidade, nesse sentido, retoma o caráter arbitrário do signo (não mais em termos de *conceitos* e *imagens acústicas*, mais de *significantes* e *significados*).

Enquanto a consideração histórica (própria à reflexão da escola dos neogramáticos) se pautava apenas no fato da *evolução das línguas* (do latim ao português, por exemplo) – ou, visto sob outro ângulo, na constatação da existência de modificações linguísticas que impunham à teoria a consequência de que, pela arbitrariedade do signo, “a língua é radicalmente incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre significados e significante” (p.90) –; ao conceber uma ciência que permitiu *excluir a consideração do tempo*, Saussure tornou possível vislumbrar a relação entre os signos

existentes em um *estado de língua*, no qual “a arbitrariedade do signo põe a língua ao abrigo de toda tentativa que vise a modificá-la” (p.87). Essa nova concepção oporá, novamente, a *língua e fala*:

tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala. É na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada, a princípio, por um certo número de indivíduos, antes de entrar em uso. O alemão moderno diz: *ich war, wir waren*, enquanto o antigo alemão, do século XVI, conjugava: *ich was, wir waren* (o inglês diz ainda: *I was, we were*). Como se efetuou essa substituição de *was* por *war*? Algumas pessoas, influenciadas por *waren*, criaram *war* por analogia; era um fato da fala; esta forma, frequentemente repetida e aceita pela comunidade, tornou-se um fato de língua. Mas todas as inovações da fala não têm o mesmo êxito e, enquanto permanecem individuais, não há porque levá-las em conta, pois o que estudamos é a língua; elas só entram em nosso campo de observação no momento em que a coletividade as acolhe (SAUSSURE, [1916] 2006, p.115).

Essa proposta de Saussure permitiu então diferenciar duas formas de Linguística: primeiramente a *sincrônica*, que “se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva”, e, em segundo lugar, a *diacrônica*, que “estudará, ao contrário, as relações que unem os termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si” (p.116).

Ainda que diacronia suponha a incidência da *fala* no processo de evolução, não se pode considerá-la parte de uma ‘linguística da fala’ porque a *analogia*, operação que sustenta a possibilidade de inovações na *língua*, tem por base o próprio sistema sincrônico. Para demonstrá-lo, Saussure recorreu ao princípio da *quarta proporcional*, como no exemplo do aparecimento de “honor” no lugar do termo anterior, *honōs* no latim. Seguindo esse princípio, tem-se “oratore : orator = honore : x” (ao qual, o “espírito associa”) “x = honor”. Na evolução de um termo ao outro, o papel da *fala* se resume ao “resultado sugerido pela comparação, a forma improvisada pelo falante”,

cabendo atribuir à *língua* a toda a “compreensão da força geradora que une as duas formas entre si” (p.192). Com o papel da fala assim reduzido, apenas a *língua* novamente salta aos olhos da ciência:

É, pois, um erro acreditar que o processo gerador só se produza no momento em que surge a criação; seus elementos já estão dados. Uma palavra que eu improvise, tal como *in-decor-ável*, já existe em potência na *língua*; encontramos-lhe todos os elementos em sintagmas como *decor-ar decor-ação : perdo-ável, manej-ável : ins-consciente, in-sensato*, etc., e sua realização na fala é um fato insignificante em comparação com a possibilidade de formá-la (SAUSSURE, [1916] 2006, p.193).

Nesse contexto, o estudo da linguagem mantém na *língua* não só seu conceito essencial, mas o seu único *objeto científico*, enquanto a *fala*, permanece como um termo relativo ao que é “acessório e mais ou menos acidental” (p.22), e seu estudo é considerado secundário (p.27), como demonstra o esquema ilustrado no CLG (p.115).

Para conceber a *distinção* entre a *língua* e *fala* é, por fim, necessário entender a importância da *teoria* saussuriana *do signo*. Como explica De Mauro ([1967] 1995), “**o ponto de partida das reflexões de Saussure é a consciência aguda da individualidade absoluta, única, de cada ato expressivo, esse ato que ele chama de fala**” (p.v, grifos nossos). A partir do que, diante da constatação espontânea de uma exclamação *individual* como “a guerra, eu lhes digo, a guerra!”, se pode questionar, por exemplo, que o orador tenha *repetido* duas vezes uma *mesma* palavra, já que essa constatação só é possível *em um sentido bastante específico*.

Isso porque, segundo o autor, “se nos interessamos pelo conteúdo psicológico (...) efetivo e concreto que ‘guerra’ comunica a cada vez, ou ao ato fonatório concreto pelo qual ‘guerra’ é a cada vez realizado, nos encontramos a cada vez diante de uma coisa diferente” (p.v), pois, pela via da realização psicológica efetiva e concreta, a cada ocasião em que diz ‘guerra’ o indivíduo pode ter em mente uma gama infundável de significações distintas, “como demonstram os testes de análise psicológica e de associação”; pela via da realização fonatória concreta, “os instrumentos de análise eletroacústica” (e pode-se adicionar aqui também certas vertentes da fonologia contemporânea)

atestam que a pronúncia dificilmente será eximida de alguma alteração. A constatação de Saussure sobre a singularidade de cada ato expressivo de fala implica que a *mesma* palavra, no plano da execução concreta (de sons e de significados), repetida pela mesma pessoa duas vezes nunca terá, pois, uma realização **idêntica**²⁸. Não é, por esse motivo, especificamente *no plano da execução da fala que é possível reconhecer que se trata de uma repetição*; mas, conforme De Mauro,

observando não nossa maneira de utilizar, mas nossa maneira de apreciar a língua que nós utilizamos, é justamente no discurso concreto que, como locutores e auditores, nós reconhecemos, de uma ocorrência a outra, as diferentes repetições de ‘guerra’ precisamente como repetições, ou, dito de outro modo, como variações de certa coisa que, para variar, deve continuar idêntica de algum ponto de vista (DE MAURO, [1967] 1995, p.vi).

Se o ponto de vista em questão não pode ser aquele da substância *psicológica* e/ou *fônica* implicada na *execução da fala*, ele deve ser encontrado, segundo o autor, não no que os falantes **fazem** (pelo que cada ato individual é único), mas pelo fato de que eles **sabem** “que as (...) repetições de guerra são, além de toda variação de sentido ou de fonia, réplicas de uma mesma entidade”. À substância contida na execução da *fala*, que envolve “a união de uma fonia concreta e de um sentido concreto”, Saussure oporá a forma determinada no saber (na “maneira de apreciar”) da língua, uma “cristalização social” através da qual “todos os indivíduos” podem reproduzir “não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente” as mesmas ligações entre significante e significado. A língua constitui, desse modo, um “sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica” (SAUSSURE, [1916] 2006, p.21)²⁹.

Embora as definições expostas até aqui *distingam* radicalmente os conceitos de *língua* e *fala*, a consideração de uma relativa **determinação** do primeiro sobre o segundo tende a aproximá-los. Se, por um lado, a relação entre sincronia e diacronia corrobora amplamente com a ideia de que a *fala* “é necessária para que a língua se estabeleça”, por outro lado, para considerar uma *determinação* da *língua* sobre a *fala* é preciso observar que “a língua é necessária para que a fala seja inteligível

e produza todos os seus efeitos” (p.27). Para tanto, faz-se necessário recorrer à concepção saussuriana da língua como “sistema gramatical” (p.21).

De acordo com Saussure, “à sincronia pertence tudo o que se chama gramática geral” (p.117), o que significa que, sob a ótica *social*, o sistema sincrônico da língua pode ser compreendido como um “sistema gramatical que existe virtualmente [...] no cérebro dum conjunto de indivíduos” (p.21) – o que significa que, num dado grupo lingüístico, há uma partição que divide as formações languageiras entre *gramaticais* e *agramaticais*. Por outro lado, sob a ótica *individual*, o sistema gramatical, para Saussure, “é o conjunto de hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender” (p.92). Nesse sentido, como afirma De Mauro ([1967] 1995) a *língua*, no CLG é um sistema que “governa a fala, existe acima dela; e é aí que reside sua única razão de ser [...] tanto que pode-se dizer que a língua vive penas para governar a fala” (p.420). É como um *ideal imaginário* e como uma *determinação coercitiva* que a estrutura objetiva da *língua* pode se aproximar da execução individual da *fala* (cf. DIAS, 2015).

Isso porque *governar* significa *determinar*, mas não *completamente*. Não ao menos quanto ao julgamento que faz com que uma inovação na *fala* seja aceita pela comunidade ou permaneça individual. Assim, a *fala* se torna também o registro das *formações languageiras cuja identidade* (que, no circuito, permite o reconhecimento social dos signos) já não *pode ser garantida*. Os erros (ou agramatismos) que um falante pode cometer não descredita o sistema sincrônico aceito socialmente; pelo contrário, se eles se limitam à face individual da linguagem: “pode-se comparar a língua a uma sinfonia, cuja realidade independe da maneira por que é executada; os erros que podem cometer os músicos que a executam não comprometem em nada tal realidade” (p.26).

Essa exegese do conceito de *fala* no CLG, por distinção em relação ao conceito de *língua*, não pretendeu ser completa. Coube somente demonstrar, no que diz respeito à *proposição F³⁰*, a impossibilidade que o modelo epistemológico da Linguística impôs à definição da *fala* como um objeto próprio à ciência. Com efeito, quanto à segunda parte dessa mesma proposição, mesmo que a Linguística de Chomsky apresente, em vários pontos, críticas radicais em relação à do *Curso* de

Saussure, no que concerne especificamente ao princípio epistemológico da distinção saussuriana, não houveram mudanças consideráveis. Em 1963 e 1964, por exemplo, embora Chomsky apresente críticas a Saussure (como, por exemplo, a de ter ignorado o fato da recursividade das regras sintáticas), por outro lado, ele também declarou sua adesão à doutrina saussuriana, concordando com a distinção entre *língua* e *fala*³¹.

No entanto, Chomsky (1986) atribuiu ao conceito saussuriano de *língua* uma indistinção entre o que pode ser representado por uma língua internalizada (I-language), tomada como uma gramática presente na mente de um falante individual, e uma língua exteriorizada (E-language), tomada no sentido comum (como o *português*). Na visão do autor, Saussure teria recorrido a uma “comunidade de fala idealizada” e homogênea (p.16 e 147) para conceber a língua “como um sistema de sons e um sistema de conceitos associados” e, *relegando a noção de sentença* “a uma espécie de limbo, talvez para ser acomodado no estudo do uso da língua”, não pôde responder ao paradoxo, postulado de certo modo desde Platão, da criatividade da linguagem frente a pobreza de estímulos. Para isso, sua Gramática Gerativa supõe um sistema inato de regras finitas, internalizado em cada falante, que permitiria a descrição estrutural das sentenças infinitas que podem ser consideradas como gramaticalmente corretas em uma determinada língua.

Guardadas as divergências entre os dois autores, a preocupação de definir um sistema gramatical de maneira coerente, afastando, para isso, a execução concreta da atividade linguística, se mantém no gerativismo. Isso fica bastante claro no momento em que Chomsky (1965) diferencia a *competência* do *desempenho* linguístico, tomando apenas a primeira como objeto para sua ciência. Embora apareçam, a partir daí, cisões teóricas específicas em relação ao conceito de *língua*, a *distinção* entre o *sistema gramatical* e a *atividade linguística* permanece inalterada e de forma decisiva para sua teorização:

A distinção que aqui assinalo está relacionada com a distinção língua/fala de Saussure; é, no entanto, necessário rejeitar o seu conceito de língua uma vez que é meramente um inventário sistemático de itens, e regressar à concepção humboldtiana da competência subjacente como um sistema de processos gerativos (CHOMSKY, 1965, p.4).

Isso porque a delimitação do objeto, nessas duas vertentes da Linguística, se constitui a partir do mesmo princípio epistemológico, que fornece as condições de cientificidade (homogeneidade do objeto, etc.)³², de modo que, de Saussure a Chomsky, a mesma inspiração epistemológica define não só o método, mas também a própria reflexão sobre a linguagem no interior da disciplina Linguística:

Esta parece para mim ter sido a posição dos fundadores da Linguística geral moderna, e não há razão convincente para modificar o que foi por eles oferecido. Para estudar de fato ao desempenho linguístico, nós precisamos considerar a interação de uma série de fatores, dos quais a competência subjacente do falante-ouvinte é apenas uma (CHOMSKY, 1965, p.4).

Por isso, para Chomsky, o estudo da gramática como um sistema pretensamente **universal** não pode ser afetado pelas **singularidades** do desempenho. Elas permanecem, então, na teoria Linguística, como:

condições gramaticalmente irrelevantes, tais como limitações de memória, distrações, alterações de atenção e interesse, e erros (aleatórios ou característicos) na aplicação de seu conhecimento da linguagem no desempenho corrente (*ibid.*, p.3).

Pela *proposição I*, com Saussure, a gramática entra no discurso da ciência; Chomsky repete o gesto saussuriano³³: enquanto o *desempenho* está sujeito a idiosincrasias, a *competência* é supostamente *objetiva*. Em síntese, ao se **recusarem** a constituir uma ciência pautada na *atividade da linguagem*, as duas vertentes da Linguística encontram a objetividade necessária para satisfazer seu desejo de cientificidade no *saber* sobre a *língua* e/ou na *competência* que governa essa atividade.

No contexto de Saussure e de Chomsky, definidas como um conhecimento relacionado à gramática, *língua/competência* só são possíveis do ponto de vista científico porque, como um *objeto* da ciência, são eximidas da *liberdade* e da *heterogeneidade* da linguagem. Isso não implica, porém, que o **recusado** seja **desconhecido**, como explicou o linguista francês Jean-Claude Milner. Pelo contrário, trata-se do efeito de um recorte epistemológico *totalmente consciente*:

Notar-se-á que supor a possibilidade de linguística como ciência não significa dizer que todos os fatos da linguagem reconhecidos por ela sejam estabelecidos: critica-se a frequentemente a posição saussuriana e seus análogos por não poderem considerar todos os fatos (por exemplo os lapsos, a poesia, as causalidades históricas ou sociais), mas eis o que está em questão: a linguística pode, ao mesmo tempo, estar relacionada ao ideal da ciência, e ainda assim ser ‘total’? Se, como Saussure explicitamente o fez, se responde pela negativa (este é o verdadeiro significado da distinção entre língua e linguagem), a crítica é infundada: é com plena consciência que a parcialidade do ponto de vista é adotada (MILNER, 1978b, p. 10).

Em face do panorama epistemológico da Linguística, cumprirá, a seguir, reexaminar a *proposição II* e as pretensões da Psicolinguística a considerar a *fala e/ou o desempenho* como seu próprio *objeto*.

5. De uma antinomia epistemológica

A Linguística, na tradição de Saussure e de Chomsky, compromete-se com uma diretiva epistemológica específica: ela se **recusa** a construir uma ciência que pautada na consideração da face *individual/singular* da linguagem e, *exatamente por essa recusa*, pôde distinguir a *língua* do todo da linguagem, de forma que, na construção de seu objeto, *entraram em jogo regras envolvidas na epistemologia das ciências, como sua determinação pela constatação de sua homogeneidade, regularidade e permanência*, e, por outro lado, pela *exclusão do heterogêneo, do irregular e do fortuito*³⁴. A partir dessa diretiva, é possível reavaliar as pretensões científicas da Psicolinguística no que diz respeito a fenômenos típicos da *fala/desempenho (proposição II)*.

Ao valer-se dos *mesmos conceitos* estabelecidos pela Linguística (a saber, o de *fala* e o de *desempenho*) e considerá-los como seu *objeto*, a Psicolinguística entra em antinomia radical com o próprio princípio epistemológico por meio do qual a Linguística os concebeu. Isso porque a pretensão de conceber *objetivamente* algo da face da linguagem que Saussure e Chomsky julgaram como não-objetiva sempre foi, no *âmbito do programa geral, a principal meta da*

Psicolinguística, antes mesmo de sua oficialização até os projetos atuais. Para isso, ao reivindicar os conceitos da Linguística, ela precisou desconsiderar grande parte da *proposição 1*, que, no entanto, representava o motivo pelo qual esses conceitos tinham sido criados (cf. seção 1 e 4).

É o que apontam suas claras tentativas de conceber objetivamente fenômenos como *os erros* na linguagem desde a primeira vertente da Psicolinguística (anterior à de Osgood). No caso específico do estudo do **erro** na fala, por exemplo, a grande reflexão que influenciou toda a Psicolinguística resultou da parceria entre o gramático indo-europeísta Rudolf Meringer (*1859 †1931) e o neurologista e psiquiatra Carl Mayer (*1862 †1936), que, juntos, analisaram um corpus com mais de 8.800 erros de fala, que foram publicados em 1985 em um trabalho intitulado “*Eine psychologisch-linguistische Studie*”³⁵. Mais tarde, no artigo “*Aus dem leben der sprache*”, Meringer (1908) afirmou que a hipótese que o tinha levado a categorizar os erros tinha se confirmado: “o acaso está excluído no que concerne aos erros na fala porque eles são totalmente baseados em regras” (p.3).

Como propôs Meringer, trata-se de **regras**, e não de **tendências**. Ao supor que essas *regras que regem os erros* poderiam ser estabelecidas independentemente (1) das condições particulares em que eles surgem em situações enunciativas concretas e (2) dos sujeitos falantes que os produzem, o gesto de Meringer não apenas refletia o princípio fundador da tradição gramatical³⁶, mas também o princípio epistemológico da tradição de Saussure e de Chomsky (que buscaram elevar a gramática ao estatuto de ciência³⁷). A diferença é que, no contexto de Meringer, todavia, ele foi aplicado à *face individual/singular* da linguagem³⁸.

De acordo com Fromkin (1973, p.14), foi justamente sob a influência do trabalho de Meringer que, no início da década de 1970, constituiu-se um conjunto de pesquisas que somou mais trabalhos sobre erros do que em toda história dos estudos da linguagem. O sucesso dessa vertente, predominante de certa forma até hoje no interior da Psicolinguística, não parece gratuito: em maior ou menor grau, ele se deve ao fato de que a pretensão dos limites do conhecimento científico atingir, através dela, até mesmo àquilo que, na Linguística, é considerado como ocorrência individual da *fala* e/ou fruto das singularidades do *desempenho*, ou seja, como o que resiste à

sistematização pelo âmbito epistemológico. Para constituir, a partir deles, o *objeto* de sua ciência, não seria preciso, então, que a Psicolinguística negasse o que foi afirmado pela Linguística?

Diante do que foi antecipado nas seções anteriores, essa indagação pode ser reformulada da seguinte forma: a contestável filiação entre as disciplinas (sempre mais ou menos declarada, mesmo quando manifesta apenas em enunciados negativos como “a linguística não se ocupa da *parole*”) não seria a demonstração de que a “recusa” da linguística (a considerar a face *individual/singular* da linguagem como seu *objeto*) deveria ter sido interpretada antes como um ponto de interdição a ser transgredido para permitir a construção de um estudo científico da *fala/desempenho*? Se a Psicolinguística reivindicasse seu status de ciência por essa via, essa antinomia não poderia de modo algum ser resolvida, já que, quando os conceitos da Linguística são utilizados, a orientação epistemológica que os construiu é completamente violada.

Poder-se-ia também minimizar a consideração acerca da influência das reflexões da Linguística – ignorando tanto o consenso na literatura da Psicolinguística como sua reivindicação de conceitos da Linguística – e explicar que *não é na Linguística, mas na Psicologia (e, atualmente, na neuropsicologia-cognitivista) que a Psicolinguística encontra seu abonador científico*. Essa parece ter sido a estratégia de Reber (1973), que vinculou ambas disciplinas tanto ao estudo da *competência* quanto do *desempenho*, relativizando a dupla origem da disciplina. Para o autor, a *teoria da competência* e a *do desempenho* obtêm *apenas* um respaldo maior, respectivamente, na *Linguística* e na *Psicologia*:

as teorias da competência e/ou desempenho serão claramente Psicolinguísticas em natureza, embora uma possa ser mais ou menos psicológica ou linguística do que a outra. A teoria da competência será principalmente uma teoria Linguística, um conjunto de hipóteses sobre a natureza subjacente da linguagem. Da mesma forma, uma teoria do desempenho será principalmente uma teoria psicológica, um conjunto de hipóteses sobre o comportamento linguístico de um falante-ouvinte de uma língua particular” (*op. cit.*, p.305-306).

Mas, mesmo que a Psicolinguística encontre a cientificidade de sua *teoria do desempenho* na Psicologia e não na Linguística, não o faz sem levantar certas desconfianças. É o que apontam suas tentativas de considerar fenômenos como as *hesitações* na fala adulta e os *erros* no *processo de aquisição da linguagem*.

Quanto às **hesitações**, desde Henderson, Goldman-Eisler & Skarbek (1966), a Psicolinguística sustenta sua hipótese descritiva na ideia de uma *distribuição não aleatória* das hesitações no fluxo da fala. Tal hipótese, todavia, dificilmente se sustenta totalmente diante de dados empíricos extraídos de conversação espontânea. Isso porque, ainda que as *tendências* de seu aparecimento possam ser facilmente apreensíveis – incidindo, por exemplo, em certos clíticos que antecedem elementos lexicais³⁹ – a *imprevisibilidade das manifestações das hesitações* se marca muitas vezes pelo rompimento de constituintes que estão entre os mais elementares da estrutura linguística (como, por exemplo, os do nível da sílaba, como é o caso de *alongamentos* e de *pausas hesitativas* que incidem sobre consoantes na posição de *onset*)⁴⁰.

A respeito do *erro* na fala da criança no processo de **aquisição de linguagem**, a Psicolinguística também sustentou, durante longa data, a hipótese de que eles seriam sistematizáveis pelo âmbito epistemológico. É o que ilustra a corrida da Psicolinguística, nos anos 1970, na busca de constituir definições metódicas que tornassem possível a descrição das *regras* através das quais as mudanças na fala da criança poderiam ser representadas. Nos anos 1980, por exemplo, a compreensão do *erro* na fala da criança foi alvo para a aplicação de uma teoria homogeneizante proveniente da Psicologia, como explicou Lemos (1997)⁴¹. Apesar das contribuições dessas pesquisas, a insistente busca por regularidades que explicassem esse processo de modo sistemático também deparou-se com aquilo que causa o problema epistemológico essencial da Linguística, de forma que, recentemente, como afirmou Lemos,

a corrida de psicólogos e linguistas, gravador em punho, em busca de falas de crianças que pudessem exibir uma ordem de aquisição que comprovasse uma hierarquia de complexidade definida por alguma teoria linguística, parece ter cessado. E por questões de ordem tanto empírica quanto teórica, se é que,

nesse caso, seja possível separá-las. Tanto investigadores da aquisição de uma mesma língua como investigadores que se reuniram para comparar dados da aquisição de línguas diferentes se viram diante de falas que exibiam, ao contrário do esperado, uma forte resistência à sistematização. Tentativas de superá-la resultaram em uma verdadeira deriva teorizante e, por fim, no balde de água fria representado pela posição dissonante de Chomsky ao afirmar que os estados (não estágios) intermediários entre o estado 0 e o estado estável eram irrelevantes do ponto de vista linguístico (LEMOS, 2014, p. 959).

Essas análises apontam para a própria antinomia da Psicolinguística em relação à epistemologia da Linguística, pois, ao tomar as *tendências* de aparecimento de fenômenos do domínio da *fala/desempenho* como *regras* do âmbito epistemológico (seja recorrendo à Linguística ou à Psicologia), ela ignorou a diretiva que levou a Linguística a se recusar a considerar esse domínio como próprio à sua ciência.

Com efeito, ainda que a face *individual/singular* da linguagem seja, para a Linguística, incompatível com a noção de ciência – de modo que a ‘linguística da fala’ e a ‘teoria do desempenho’ mantenham-se como uma espécie de questão residual –, afirmar simplesmente que há uma *recusa* por parte da Linguística é extrair dela muito menos do que ela pode oferecer para a investigação da face *individual* e/ou *singular* da linguagem. Isso simplesmente porque *recusar-se* nem sempre significa *desconhecer* totalmente, já que para se *recusar* a algo é necessário que haja, em maior ou menor grau, certo *reconhecimento* daquilo que se pretende recusar. E aquilo que a Linguística reconhece no domínio da *fala* e/ou do *desempenho* para recusar-se a considerá-lo como seu *objeto* é precisamente o que caracteriza a própria essência desses conceitos: a **liberdade** do sujeito falante e a conseqüente **imprevisibilidade** de toda atividade linguística concreta⁴².

O *reconhecimento* (e não simplesmente *a recusa*) é delineado pela via de sua oposição em relação à epistemologia: mesmo que o sujeito falante seja coagido a orientar-se (geralmente de forma inconsciente) por regras objetivas (que são extraídas da *fala/desempenho*, através de

operações epistemológicas, para determinar a *língua/competência*, uma vez que “a *língua* governa a *fala*”), *ele sempre e a qualquer momento pode transgredi-las* na execução concreta da *fala* e/ou do *desempenho*; por outro lado, como foi antecipado, se a Linguística pôde reivindicar sua cientificidade, foi por considerar a *língua/competência* como *Uma* (resultado de um recorte no tempo, um sistema gramatical, homogêneo, regular e destituído de toda subjetividade), configurando seu *objeto*, como o das ciências naturais, em termos de leis **necessárias**.

Para instaurar um saber sobre a *fala* e/ou o *desempenho* que não incidisse em uma antinomia em relação a essa ciência, seria preciso partir do *reconhecimento* da Linguística de que aquilo que distingue mais o *objeto língua/competência* do “não-objeto” *fala/desempenho* é (1) a *não submissão do todo da linguagem* ao caráter *representável* da ciência⁴³, (2) a *imprevisibilidade* dos atos *individuais* e/ou *singulares*, ou, em suma, (3) a *liberdade do falante*.

6. Consequências

Dizer que, na Linguística, os conceitos de *fala* e *desempenho* estão irrevogavelmente atrelados a consideração da liberdade inerente a toda atividade da linguagem, configurando o domínio da *imprevisibilidade*, não significa dizer também que as supostas *regras* dos psicolinguistas não possam ser consideradas como *tendências*. Muito pelo contrário, significa tão somente que a *proposição* que organiza a epistemologia da Linguística inclui uma *diretiva* (da qual a própria definição desses conceitos deriva) que limita sua consideração através do mesmo ideal de cientificidade. Por essa razão, cabe colocar a seguinte questão: qual seria o papel do desvelamento de *tendências* ou mesmo a possibilidade do desenvolvimento de um saber em torno da *fala/desempenho* que estivesse alocado *fora* do âmbito epistemológico?

Para oferecer *uma* resposta a essas questões, buscou-se reconstituir, em Dias (2015), a origem dos conceitos de *necessidade* e de *liberdade* no interior da história da filosofia, chegando à concepção clássica da **necessidade** das leis naturais (como a física newtoniana as revela), em oposição à **liberdade**, possibilidade essencialmente *humana* de se distanciar das leis que lhe são impostas imperativamente, motivo pelo qual apenas os *seres humanos* podem *criar* e *transgredir*⁴⁴. Foi em

torno do problema da *necessidade* que se configuraram saberes *especulativos* que caracterizam o âmbito epistemológico; já em relação ao problema da *liberdade*, se estabeleceram saberes *práticos*. No interior da chamada *filosofia moderna*, e mais especificamente a partir da filosofia crítica de Immanuel Kant, a distinção entre as **leis invioláveis** que determinam os objetos do mundo natural e as **leis violáveis** que coagem as *ações humanas* foi usada para a distinção entre a *ciência* e a *ética*.

Quanto à *necessidade*, as críticas de Kant ao realismo de Newton (que enaltecia a abstração filosófica desqualificando a forma leiga de julgar os objetos) e ao empirismo de Hume (que questionava a centralidade do papel da razão na origem do conhecimento, deslocando-a para uma associação de impressões sensíveis frutos de experiências habituais) apontam para o ponto nevrálgico do âmbito epistemológico: a ciência só chega de fato a resultados sólidos e plausíveis como os da física porque a razão humana engendra a sua *condição de direito*. Já que todo objeto aparece no *tempo* e no *espaço* através da sensibilidade, esses foram tomados por Kant como duas formas transcendentais da intuição sensível. Assim, quanto a Newton, como dirá Alquié (1972), “a física concebe o mundo no âmbito absoluto do tempo e do espaço. Kant transpõe esse âmbito para o interior do homem”. Já quanto a Hume, Kant demonstrou que os objetos intuídos na sensibilidade são submetidos ao julgamento através dos conceitos da razão (como o de unidade⁴⁵), os quais não teriam correlatos em impressões sensíveis, mas consistiriam, em vez disso, em condições transcendentais (*a priori*) de toda experiência possível.

Se o **âmbito epistemológico** assim justificou a ciência, concebendo uma faculdade humana de julgar aplicada aos **objetos**, por outro lado, no **âmbito ético**, a justificativa da moralidade foi efetuada através da *mesma faculdade de julgar* aplicada às **ações humanas**. Mas, enquanto no primeiro caso, o julgamento dos objetos é **necessário**, pautado apenas em leis racionais (para as quais a transgressão é impensável⁴⁶), no segundo, o julgamento das ações é **livre** (já que o homem sempre pode transgredir as normas que ele mesmo se impõe)⁴⁷.

Para constituir um *saber* concernente ao domínio *fala/desempenho*, tomado como uma *ação humana* e não como objeto de ciência e,

ainda assim, não recair na antinomia aqui denunciada, é preciso, antes de tudo, reconhecê-lo no *âmbito ético* e não no *epistemológico*, como proposto em Dias (2015). Caberá então, às publicações posteriores, demonstrar a relevância da **ética da fala** como domínio profícuo para a análise dos fenômenos *individuais/singulares* da linguagem.

Nelas serão consideradas duas relações entre *os conceitos-chave da Linguística*: a **coercitiva**, em que deve se pautar toda a *tendência* que aproxima *fala/desempenho de língua/competência* (e que, por outro lado, possibilita a existência do âmbito epistemológico da Linguística, reconhecido pela *necessidade* que reside no “saber sobre a linguagem”, na *competência*), e a **criativa**, que distingue radicalmente tais conceitos pela *liberdade* do falante, representada pela imprevisibilidade de sua atividade linguística, ou seja, pelo inocultável fato de que, a qualquer momento, ele pode transgredir a quaisquer regras.

Assim, para que a proposta de divisão dos estudos da linguagem se estabeleça entre **ciência da língua** e **ética da fala**, é preciso conceber essa última como norteada pela correlação entre a *incidência coercitiva da lei sobre a ação* e a *incidência coercitiva da língua/competência sobre a fala/desempenho*. Por oposição à *ciência da língua*, na qual são postuladas *leis invioláveis* como as naturais, a ética da fala deve tomar como ponto de partida o fato de que, enquanto *ação humana*, a *fala e/ou o desempenho é livre*, e, portanto, *imprevisível* em sua totalidade. As *tendências* através das quais a Psicolinguística busca tornar *objetiva* a face *individual e/ou singular* da linguagem não podem ser consideradas *como as leis invioláveis das ciências naturais*. Contra essa abordagem predominante, é preciso considerar que, no domínio dos fenômenos da *fala/desempenho*, a transgressão às regras é sempre possível.

Referências bibliográficas

- ALQUIÉ, F. (1972) “Science et métaphysique chez Malebranche et chez Kant”. *Revue Philosophique de Louvain*. Quatrième série, t.70, n° 5.
- ALTMANN, G. (2006). “Psycholinguistics: History”. In: BROWN, K. (org.) *Encyclopedia of Language and Linguistics*, v.10, Amsterdam: Elsevier.
- BLUHME, H. (1973). “Notes on psycholinguistics”. In: *Studia Linguistica*, v.27, issue 1-2, p.93–107.

- BLUMENTHAL, A. L. (1970). *Language and psychology: Historical aspects of psycholinguistics*. New York: John Wiley & Sons.
- _____. (1987) *The emergence of psycholinguistics*. In: *Synthese*, v. 72, issue 3, p.313-323.
- CHOMSKY, N. (1957). *Syntactic Structures*. Mouton, The Hague.
- _____. (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: MIT Press.
- _____. (1986) *Knowledge of language*. Praeger Publishers.
- COSERIU, E. ([1967] 1980). “Georg von der Gabelentz e a Linguística sincrônica”. In: *Tradição e novidade na ciência da linguagem: estudos de história da Linguística*. São Paulo: EDUSP, p.213-263.
- COWLES, H. W. (2011). *Psycholinguistics*. New York: Springer.
- DASCAL, M., BORGES-NETO, J. & FRANÇOZO, E. (1985) “Modeling the psycholinguistic mold”. In: *Journal of Pragmatics*, nº 9, p.345-376.
- De LEMOS, M. T. G. (1994). *A língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição de linguagem*. Tese de doutorado em Linguística – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- DE MAURO, T. ([1967] 1995). “Notes et commentaires” In : SAUSSURE, F. [1916] *Cours de linguistique générale*, Paris : Payot & Rivages.
- DIAS, C. E. B. (2015). *A est-ética da fala: o equívoco em julgamento*. Tese de doutorado em Linguística – Instituto de estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Disponível em:
<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000945923>
- DOROSZEWSKI, W. ([1931] 1933). “Quelques remarques sur les rapports de la sociologie et de la linguistique: Durkheim et F. de Saussure”. In : *Journal de psychologie normale et pathologique*, nº 30, p.82-91.
- DURKHEIM, E. ([1894] 1919). *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: Felix Alcan, 7e édition.
- _____. (1898). “Représentations individuelles et représentations collectives”. In: *Revue de Métaphysique et de Morale*, nº 6 (3), p.273-302.
- FIELD, J. (2005). *Psycholinguistics: the key concepts*. New York: Routledge.

- FORRESTER, M. A. (1996). *Psychology of language: a critical introduction*. London: SAGE.
- FREUD, S. ([1901] 1996). “Psicopatologia da Vida Cotidiana”. In: *Obras Completas*. Edição Standart Brasileira, Imago: Rio de Janeiro.
- FROMKIN, V. (1973). *Speech errors as linguistic evidence*. Paris: Mouton.
- GABELENTZ, G.V.D. ([1891] 1969). *Die sprachwissenschaft: Ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. Revisado por Albrecht Graf von der Schulenburg. Leipzig: Tauchnitz.
- HENDERSON, A., GOLDMAN-EISLER, F. & SKARBEK, A. (1966). “Sequential temporal patterns in spontaneous speech”. *Language and speech*, London, v.9, n° 4, p.207-216.
- HJELMSLEV, L. (1942) “Langue et parole”. In : *Cahiers Ferdinand de Saussure*, n°2, p.29-44.
- HORMANN, H. ([1971] 1979). *Psycholinguistics: an introduction to research and theory*. Second edition, revised and translated by H. H. Sternand Peter Leppmann. New York: Springer.
- HUGHES, H. S. ([1958] 2008). *Consciousness and Society*. New York: Transaction.
- JAKOBSON, R. (1984) “La théorie saussurienne en rétrospection”. (Manuscrito editado por Linda Waugh). In: *Linguistics*, v.22, I. 2.
- KOERNER, E.F.K. ([1972] 1978). “Hermann Paul and synchronic linguistics”. In: *Toward a Historiography of Linguistics: Selected Essays*, Amsterdam: John Benjamins.
- _____. ([1971] 2012). “O problema da “influência”: Georg Von der Gabelentz e Ferdinand de Saussure”. Tradução de Cristina Altman. In: *Todas as Letras*, v.14, n.1.
- LEBRUN, G. (2010). *Sobre Kant*. São Paulo: Iluminuras.
- LE MOS, C. (1995). “Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem”. In: *Letras de Hoje*, vol.30, n°4.
- _____. (1997). *Processos metafóricos e metonímicos: seu estatuto descritivo e explicativo na aquisição da língua materna*. In: The Trento Lectures and Workshop on Metaphor and Analogy.
- _____. (2014). “A criança e o linguista”. In: *Estudos linguísticos*, vol. 43, n°2.
- LEVELT, W. (2013). *A history of psycholinguistics: The Pre-Chomskyan Era*. Oxford University Press.

- MACLAY, H. & OSGOOD, C. E. (1959). "Hesitation phenomena in spontaneous English speech". In: *Word* (Journal of the linguistic circle of New York), v.15, nº 1.
- McNEILL, D. (2002). "Gesture and language dialectic". In: *Acta Linguistica Hafniensia: International Journal of Linguistics*, v.34.
- MERINGER, R. & MAYER, C. ([1895] 1978). *Versprechen und Verlesen: Eine psychologisch-linguistische Studie*. Amsterdam : John Benjamins.
- MERINGER, R. (1908). *Aus dem Leben der Sprache*. Berlin: B. Behr.
- MILNER, J-C. ([1975] 1978). *L'amour de la langue*. Paris: Seuil.
- _____. (1989). *Introduction à une science du langage*. Paris: Seuil.
- MOUNIN, G. (1959) "Une illusion d'optique en histoire". In : *Travaux de l'Institut de Linguistique de Paris*, nº 4, p.7-13.
- NORMAND, C. (1978). "Langue/parole: constitution et enjeu d'une opposition". In: *Langages*, nº 49, p. 66-90.
- OSGOOD, C.E. (1963). "On understanding and creating sentences". In: *American Psychologist*, v.18 (12), p.735-751.
- _____. (1980). *Lectures on language performance*. New York: Springer.
- OSGOOD, C. E. & SEBEOK, T. A. (1965 [1954]). *Psycholinguistics: a survey of theory and research problems*. Baltimore: Indiana University.
- PAUL, H. ([1880] 1920). *Principien der Sprachgeschichte*. Halle: Max Niemeyer.
- PÊCHEUX, M. & GADET, F. (2004). *A Língua Inatingível*. Campinas, SP: Pontes.
- REBER, A. S. (1973). "On Psycho-Linguistic Paradigms". In: *Journal of Psycholinguistic Research*, v.2, nº 4.
- RIEBER, W.R. (1980). *Psychology of Language and thought: essays on the theory and History of Psycholinguistics*. New York: Plenum Press.
- SAUSSURE, F. ([1916] 2006). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- _____. ([1916] 1995). *Cours de linguistique générale*, édition critique par Tullio de Mauro, Paris : Payot & Rivages.
- SCLIAR-CABRAL, L. (1991). *Introdução à Psicolinguística*. São Paulo: Ática.

VENDRYES, J. ([1916] 1921). *Le langage*. Paris : Renaissance du livre.

WEINREICH, U. (1955). “One man's psycholinguistics”. In: *American Speech*, v.30, n.2.

WHITNEY, W.D. ([1867] 1874). *Language and the Study of Language*. New York, C. Scribner & Company.

WUNDT, W. (1900). “Die Sprache”. In: *Völkerpsychologie*, v. I & II. Leipzig: Alfred Kröner Verlag.

Palavras-chave: Linguística; Psicolinguística; Epistemologia.

Keywords: Linguistics, Psycholinguistics; Epistemology.

Notas

¹ Trata-se de parte de um trabalho desenvolvido entre 2008 e 2015 no Centro de Pesquisas OUTARTE do IEL/UNICAMP, com o apoio de uma bolsa de doutorado concedida pelo CNPq e também de uma bolsa PDEE concedida pela CAPES (estágio “sanduíche” no complexo universitário francês *Sorbonne Paris Cité*).

² A esse respeito, cumpre lembrar das palavras com as quais o linguista e psicanalista francês Jean-Claude Milner inicia o prefácio de um de seus livros: “a linguística deseja ser uma ciência. Fora desse desejo, ela não tem nenhum estatuto [...]. É claro que o nome ciência não é evidente em si mesmo; sabemos que cabe à epistemologia especificar seu conteúdo; sabemos também que existem várias doutrinas epistemológicas, de forma que a linguística é afetada por todos os equívocos e hesitações que marcam a questão da ciência” (MLNER, 1989, p. 9).

³ Nas seções “2. Fala/desempenho: objeto da Psicolinguística?” e “4. O (não-)objeto da linguística”, restringimos os limites dessa argumentação a uma abordagem que concerne apenas as influências da distinção *língua/fala* sobre a distinção *competência/desempenho*, já que uma análise completa dos fundamentos do conceito de *performance* em Chomsky, e mesmo de suas diferenças em relação ao conceito de *parole* de Saussure mereceria por si só um intenso (e extenso) trabalho.

⁴ A respeito da oficialização da Psicolinguística, cf. de Lemos (1994, p.45 *et seq*).

⁵ Nesse e nos próximos trechos citados de obras escritas em línguas estrangeiras (inglês, francês e alemão), visando facilitar a leitura, o critério metodológico utilizado aqui se constituirá na manutenção de nossas próprias traduções no corpo do texto.

⁶ Quanto às contribuições de Osgood, o autor afirma que “Biochemistry does not require either chemistry or biology to renounce its achievements. Psycholinguistics' would also be on surer ground if the elementary principles of both constituent disciplines were respected; and recent interdisciplinary explorations by others have shown that it is possible to have a psycholinguistics which is mindful of basic linguistic theory” (WEINREICH, 1955, p. 124).

⁷ “For psycholinguistics the genesis of *parole* is the central issue; Saussure had practically no interest in it. An even greater problem is the fact that the relationship of

langue and parole to each other remains as unclear as the relationship of each of these concepts to the everyday reality of spoken language” (HORMANN, [1971] 1979, p. 14).

⁸ De acordo com Bluhme (1973), tais distinções cumpririam uma função análoga para a Psicolinguística: “It is true that both terminologies are not identical, but the notions are similar enough to suggest that Chomsky should either have avoided his terminological creation or at least have pointed out the distinction from de Saussure (who reflected Aristotelian thinking) when he first used his now well-known terms—provided he knew about de Saussure at that time” (p.99).

⁹ “A classic psycholinguistic problem is parole; in its modern formulation, ‘performance’”.

¹⁰ “In psycholinguistics, those who work within the Chomskyan tradition follow a theory-driven approach which seeks evidence of the psychological reality of Chomsky’s constructs. However, they face a problem in attempting to tap into competence rather than relying on performance data”.

¹¹ “Thus, linguistics has tended to concentrate on developing generative grammars and related theories for isolated sentences; and psycholinguistics has tended to develop processing theories that draw upon the rules and representations assumed by generative linguistics”.

¹² “Chomsky’s influence on psycholinguistics cannot be overstated. He drew an important distinction between ‘competence,’ or the knowledge we have about a language, and ‘performance,’ the use of that language (a distinction that was reminiscent of Saussure’s earlier distinction between langue and parole)”.

¹³ “Chomsky reintroduced the idea of mental representations back to the study of language. He also drew an important distinction between the knowledge that one has about a language, called “competence” and the use of the language, “performance” (similar to the distinction of langue and parole drawn by Ferdinand de Saussure roughly 60 years earlier). Chomsky’s influence on modern linguistics and psycholinguistics is profound, and his focus on competence (as opposed to performance) drew linguistics heavily in this direction. On the other hand, psychology continued to be quite interested in the concept of language performance”.

¹⁴ Cf. seção 1.

¹⁵ “Tels sont les traits distinctifs des ‘faits sociaux’ : ce sont 1° des représentations ; 2° des représentations extérieures aux consciences individuelles ; 3° des représentations douées d’un pouvoir de coercition en vertu duquel elles s’imposent aux individus ; 4° des représentations ayant pour substrat et support la ‘conscience collective’. Voilà donc les caractères que l’on attribue à la langue lorsqu’on la qualifie de ‘fait social’ au sens durkheimien de ce terme” (DOROSZEWSKI, [1931] 1933, p. 87).

¹⁶ “Finally, we should note the unhistorical character of Durkheim’s thought. His formulation were more static than dynamic; they were cast in terms of structure rather than process” (HUGHES [1958] 2008, p. 286).

¹⁷ “Es ergibt sich demnach, dass sich die ganze Prinzipienlehre der Sprachgeschichte um die Frage konzentriert: wie verhält sich der *Sprachusus* zur *individuellen Sprechfähigkeit*?” (PAUL, [1880] 1920, p. 33, grifos meus).

¹⁸ “C’est à cet ordre d’idée que la linguistique est redevable de sa thèse suivant laquelle le langage individuel présente l’unique réalité linguistique et le langage d’une collectivité ne serait qu’une abstraction savante. Cette thèse soutenue par les néogrammairiens d’autorité a fait fortune et même des linguistes aussi critiques et

pénétrants que Baudouin de Courtenay l'ont reconnu [...] Ses travaux publics dans les années soixante et soixante-dix différaient profondément de la tendance extrêmement individualiste marquant à l'époque les courants principaux de la linguistique en Europe". (JAKOBSON, [s/d] 1984, p. 168).

¹⁹ A conjunção desses dois predicados remonta o *Crátilo* de Platão ([380 a.C] 1997), obra na qual a ligação entre a arbitrariedade e o convencionalismo foi pela primeira vez postulada, notadamente, por Hermógenes.

²⁰ Cf. *infra.*, nota nº 29.

²¹ "Sprache in diesem Sinne ist nicht sowohl die Gesamtheit aller Reden des Volkes, der Classe oder des Einzelnen, -als vielmehr die Gesamtheit derjenigen Fähigkeiten und Neigungen, welche die Form, derjenigen sachlichen Vorstellungen, welche den Stoff der Rede bestimmen" (GABELENTZ, [1891] 1969, p.3).

²² No entanto, como dizia Pêcheux, "qualquer apresentação da Linguística saussuriana já é um posicionamento e um partidarismo em relação às condições históricas da cientificidade da Linguística" (PÉCHEUX & GADET, 2004, p. 56).

²³ A respeito do final do trecho do CLG no qual se lê que "se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, [...] abre-se a porta a várias ciências — Psicologia, Antropologia, Gramática normativa, Filologia etc. —, que separamos claramente da Linguística", De Mauro ([1967] 1995, p. 417, nota 51) denuncia a ausência do inciso "que separamos claramente da Linguística" nas notas manuscritas de onde o trecho provém, assim como o fato de que ele diverge da tese de Saussure segundo a qual a Linguística seria uma parte da Semiologia, que por sua vez integraria o domínio da Psicologia Social. Para De Mauro, essa talvez fosse uma postura própria dos editores do curso, e não propriamente de Saussure.

²⁴ Para além da herança da reflexão filosófica quanto a ideia saussuriana segundo a qual *o ponto de vista cria o objeto*, no âmbito epistemológico, para conhecer fenômenos calculáveis, "a linguística, e pode-se adicionar aí a gramática, só encontram o real que as governa lhe conferindo certas propriedades que o tornam representável: permanência, univocidade, regularidade" (MILNER, 1978, p. 14). A atribuição de tais propriedades corresponde ao requisito da constituição científica da linguística: o conhecimento objetivo torna-se possível somente porque a unidade do signo (que, em sistema, compõem *uma* língua) implica um *juízo determinante da forma relação à substância* (estratificando a fala em unidades discretas – cf. DIAS, 2015, p. 143-153). É assim que, partindo da fala, se chega a forma de um objeto bem definido: "uma língua, como um objeto possível de uma proposição validável para todos, e ainda mais da menor escrita científica, necessita ser sempre distinguível do que não é uma língua, sempre distinguível de outra língua, sempre idêntica a ela mesma, sempre inscritível na esfera da univocidade e sempre isotópica. Em suma, ela deve ser *Uma*" (MILNER, *op. cit.*, p. 20). A unidade do objeto, na linguística, é o conceito chave para que ela reclame seu lugar entre as ciências modernas.

²⁵ Reelaboração efetuada pela ideia de que, no cérebro, "os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos signos linguísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los" e mais tarde com a proposta de "conservar o termo signo para designar o total, e a substituir conceito e imagem acústica respectivamente por significado e significante" (SAUSSURE, [1916 (2006), p.81).

²⁶ Uma exposição mais detalhada desse argumento será fornecida no momento de reflexão sobre a teoria do signo e a distinção *língua/fala* (cf. nota 28).

²⁷ “Se, com relação à ideia que representa, o significante aparece como escolhido livremente, em compensação, com relação à comunidade Linguística que o emprega, não é livre: é imposto” (SAUSSURE, [1916] 2006, p.85).

²⁸ Eis a resposta a questão deixada em aberto na apresentação do “circuito da fala”.

²⁹ Dessa forma, ainda que Hjelmslev (1942) defenda que a tese primordial de Saussure, da qual toda a teoria supostamente decorreria, seja a distinção entre língua e fala, conforme De Mauro ([1967] 1995, p.420-422), mesmo que amparada pela cronologia do ensino de Saussure e pela ordem dos capítulos na edição do CLG, essa ideia contrasta com a hipótese exposta no terceiro *Curso*, no qual Saussure apresenta a arbitrariedade do signo como ‘princípio primeiro’; como dirá Milner, “[Le signe] est chez Saussure ce qui opère à la fois toutes les exclusions” (MILNER, 1978, p.61).

³⁰ Cf. *supra.*, seção 1.

³¹ Cf. De Mauro ([1967] 1995, p.400).

³² Cf. *supra.*, nota 24.

³³ Cf. *infra.*, nota 37.

³⁴ Como desenvolvido aqui (cf. *supra.*, seção 5, nota nº 23), e também anteriormente (DIAS, 2015, p. 142-166).

³⁵ Meringer & Mayer ([1895] 1978).

³⁶ Cf. Dias (2015, p.1-5).

³⁷ A reivindicação de cientificidade é a forma epistemológica pela qual a *lingüística* se distinguiu da gramática, como explica Milner (1989, p.68): “sem dúvida, não convém abolir suas diferenças. Mas elas se resumem a apenas uma que verdadeiramente é essencial: a linguística recorre ao ideal da ciência, sendo admitido que esse ideal pode se incarnar de diversas formas, de acordo com as epistemologias. A gramática não recorre sistematicamente a esse ideal”. A esse respeito, cf. Dias (2015, p.1-6).

³⁸ Uma investigação crítica da vertente instaurada por Meringer foi efetuada em Dias (2015), onde se opôs a ela a vertente inaugurada por Freud ([1901] 1996).

³⁹ Em relação aos quais são elaboradas suposições cognitivistas como a de acesso ao léxico, formulação sintática ou defesa contra o assalto ao turno. Macklay & Osgood (1959), por exemplo, observam que quando o falante “tem pouco controle do seu turno”, ele produz *pausas silenciosas* maiores, e quando quer manter seu turno, elas diminuem em quantidade e duração, sendo substituídas por pausas preenchidas e pelos alongamentos, já que o silêncio poderia levar a uma eventual perda do turno.

⁴⁰ Para uma análise mais abrangente da visão da Psicolinguística acerca do fenômeno da hesitação, bem como para uma visão crítica da hipótese que prega sua previsibilidade face aos constituintes da língua, conferir Dias (2015, p.33 *et seq* e p.104 *et seq.*).

⁴¹ “Na tentativa de apreender o que se conceitualiza como desenvolvimento da linguagem, muitos autores (cf. por exemplo, Bowerman 1982 e Karmiloff-Smith 1986, entre outros) retomaram da literatura psicológica a figura conhecida como Curva-em-U, elegendo-a como a melhor representação da mudança do ponto de vista empírico. Dando visibilidade a ciclos em que acertos precedem erros que desaparecem para dar lugar a uma fase final de acertos, a Curva-em-U foi tomada como base empírica para a proposta de que o desenvolvimento da linguagem se dá por

reorganizações ou redescrições sucessivas de estados de conhecimento da língua pela criança”.

⁴² Sobre o conceito de *imprevisibilidade*, cf. Lemos (1995, p.11 et seq.) A respeito de sua relação com o conceito de *liberdade* aqui em jogo, cf. *infra.*, seção 6, e também Dias (2015, p. 135-141 e 155-166).

⁴³ Cf. *supra.*, nota nº 24.

⁴⁴ Cf. *infra.*, nota nº 47.

⁴⁵ Cf. *supra.*, nota nº 24.

⁴⁶ Considere-se, a título de exemplo, a *necessidade* do conceito de causalidade no julgamento de objetos: como explica Lebrun (2010) “a água que fervesse sem eu acender o fogo seria sonho e não um ‘objeto’, pois um evento só se diz ‘objetivo’ se a mudança que expõe remete, segundo uma regra determinável, a um evento antecedente” (p.10).

⁴⁷ A diferença entre a necessidade com que o homem julga os objetos e a liberdade que sustenta o julgamento da moralidade de suas ações, tema respectivo das duas partes da filosofia, fica evidente desde que Rousseau explicou a diferença entre os animais e os homens. Enquanto os primeiros são guiados apenas pelo instinto que a natureza lhes prescreve, participando, junto dos objetos do mundo, do plano da necessidade, uma vez que não podem transgredir àquilo que lhes é prescrito nem, por isso, desenvolver naturalmente qualquer conhecimento, mas apenas valer-se daquele já impresso em seu material genético, o homem é tão pouco determinado apenas por seus instintos (e, por consequência, afastado de uma determinação puramente natural que fomentaria sozinha suas ações) que ele pode chegar a contradizê-los: “vejo em todo animal somente uma máquina engenhosa, a quem a natureza deu sentidos para funcionar sozinha e para garantir-se, até certo ponto, contra tudo quanto tende a destruí-la ou desarranjá-la. Percebo precisamente as mesmas coisas na máquina humana, com a diferença de que a natureza faz tudo sozinha nas operações do animal, ao passo que o homem concorre para as suas na qualidade de agente livre. Um escolhe ou rejeita por instinto e o outro por um ato de liberdade; é por isso que o animal não pode afastar-se da regra que lhe é prescrita, mesmo quando lhe for vantajoso fazê-lo, e que o homem afasta-se dela amiúde para seu prejuízo. Assim é que uma pomba morria de fome perto de uma bacia cheia das melhores carnes, e um gato sobre pilhas de frutas ou de grãos, conquanto ambos pudessem muito bem nutrir-se com os alimentos que desdenham, se tivessem a ideia de prová-los; Assim é que os homens dissolutos se entregam a excessos que lhes causam a febre e a morte, porque o espírito deprava os sentidos e a vontade ainda fala quando a natureza se cala”. É essa liberdade no que concerne às regras que a natureza lhe prescreve que fará com que o homem, ao contrário do animal, crie um duplo processo de historicidade: do ponto de vista de sua história individual (representado pelo “Emílio”), sendo guiados pela natureza, os animais quase não precisam de cuidados e educação (na maioria dos casos não há qualquer sinal disso); já o homem, sendo livre, precisará ser guiado no curso de seu desenvolvimento por outros humanos mais experientes; do ponto de vista coletivo (representado pelo “Contrato Social”), sendo regidas apenas pela natureza, as sociedades animais mantêm uma ausência de história, repetindo eternamente as mesmas atitudes. Já as sociedades humanas, guiadas pela liberdade, são marcadas por infindáveis mudanças e/ou variações, como por exemplo no plano político e cultural.

H(A) LÍNGUA

Manifesto de Provocação

Em 1971, Jacques Lacan comete um ato falho do qual extrairá inúmeras consequências: ao referir-se ao famoso dicionário de filosofia *Lalande*, num lapso pronuncia “*lalangue*”, que em francês é homofônico a “a língua”. A partir de então Lacan cria o neologismo “*lalangue*” com o qual passa a operar enquanto a dimensão da linguagem que realmente tem a ver com o inconsciente: o inconsciente real. Observe-se que em *Lituraterra*, alguns anos antes, Lacan já havia anunciado que o discurso analítico remete antes à homofonia e à homonímia do que à etimologia, esta última sendo da ordem do discurso universitário.

Desde essa formulação de *alíngua*, entretanto, várias questões se impõem aos linguistas e psicanalistas, já que Lacan havia ao longo de seu ensino, afirmado inúmeras vezes que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, ou seja, determinado pelo significante, sendo esse a causa do gozo, cuja incidência no vivente produzirá a extração de um objeto, definido por sua vez como objeto causa de desejo.

Brincando com sua língua materna, portanto, Lacan fala sério e toca no ponto fundamental da intersecção entre Linguística e Psicanálise. É verdade que em alguns momentos, a partir dos anos setenta, esboçou-se uma certa oposição entre a Linguística – ciência que tomaria a linguagem como instrumento de comunicação – e *Linguisteria*, outro termo forjado por Lacan para abarcar o que da linguagem se refere ao inconsciente e, portanto, ao discurso da histórica. Mas é igualmente verdade que em vários de seus Seminários pós anos setenta, encontramos novamente um Lacan revisitando a linguística e, inclusive, renovando sua leitura de Saussure e sua interlocução longa e frutífera com Jakobson, presente desde o início de suas primeiras elaborações.

Aliás, a esse respeito, é muito importante ressaltar que, para Lacan, a linguagem jamais se restringiu a um mero instrumento de comunicação e, justiça seja feita, é fundamental também não

subestimarmos os linguistas a esse respeito. Muitas reflexões, nas Ciências da Linguagem, buscaram explicar as mudanças de afinidades epistemológicas da Linguística e as transformações que afetaram sua rede de alianças teóricas. O objeto da linguística, um ponto sensível na história de sua epistemologia, não é uma construção delirante: o próprio da linguística é o real da língua (formulação importante de Michel Pêcheux, em 1982).

Essa formulação, que desorganiza a relação da linguística com as Ciências Humanas e Sociais, abre o conhecimento linguístico para um processo de desterritorialização da noção de língua. Ligar a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia e a ideologia ao inconsciente são questões que atravessam e constituem teoria e política nas Ciências da Linguagem. Frente ao real da língua, a língua capaz de falha, reivindica-se o real da história: o equívoco é a falha da língua na história, na sociedade. (A)língua serve para comunicar e não comunicar.

Em *O aturdido* (1972), Lacan propõe uma articulação bastante complexa entre linguagem, língua e *alíngua*: “o inconsciente, por ser ‘estruturado como uma linguagem’, isto é, como a *alíngua* que ele habita, está sujeito à equivocidade pela qual cada uma delas se distingue. Uma língua entre outras não é nada além da integral dos equívocos que sua história deixou persistirem nela. É o veio em que o real – o único, para o discurso analítico, a motivar seu trabalho, o real de que não há relação sexual – se depositou ao longo das eras”.

Alíngua enquanto língua gozada, impõe uma série de questões às quais essa publicação se propõe a debater.

Em *O Amor da Língua*, obra em que se pode localizar um dizer primeiro sobre *alíngua*, há três suposições de Milner que se resumem em uma questão: o que é a língua se existe a psicanálise? Pode-se daí construir uma série: O que é a língua se há lapso, se há sonho, se há chiste, enfim se há o inconsciente? O fato de haver *alíngua* é da ordem do incontrolável do significante, da pura combinação do discernível, pois a relação do homem com a linguagem é única. *Alíngua* é assim exceção, algo exorbitante na relação entre língua e linguagem. Tudo não se diz. Há o impossível. Há real da língua.

Alíngua é um o modo funcionar e viver em cada língua, pois a língua é uma figuração de *alíngua*. Numa língua, aquilo que quebra, que corta, isso convoca *alíngua*, lugar onde há saber que não se sabe.

Alíngua é o funcionamento antes da palavra, já que começa pela indistinção sendo, assim, causa material de todo discernimento. E a partir das últimas formalizações lacanianas com o nó borromeano, podemos afirmar que ela é o real do nó, lugar de bifurcações e encruzilhadas. Isso, porque o nó é um evento contingente, e a contingência é a matéria de que se tecem os nomes.

Marcos Aurelio Barbai
Ana Laura Prates Pacheco

O QUE É A LÍNGUA SE A PSICANÁLISE E O MATERIALISMO HISTÓRICO EXISTEM?

Lauro José Siqueira Baldini*

IEL-UNICAMP

Thales de Medeiros Ribeiro*

IEL-UNICAMP

Resumo: Neste ensaio, buscamos compreender como se dá a relação da língua com a língua em Gadet e Pêcheux, considerando a posição materialista dos autores. Colocamos em questão a aliança contraditória de Gadet e Pêcheux com o trabalho de Milner. Dividimos esse ensaio em duas partes. Na primeira, situamos o momento em que Pêcheux aposta na existência de um real próprio à língua e à história. Na segunda, produzimos um gesto de leitura sobre um aspecto específico que materializa o posicionamento de Gadet e Pêcheux quanto à relação entre o real da língua e o real da história: o poético, percurso atravessado por reflexões de Saussure, Jakobson e Milner.

Abstract: In this essay, we try to understand the relation between language and language in Gadet and Pêcheux, considering the materialistic position of these authors. We question the contradictory alliance of Gadet and Pêcheux with Milner's work. We divide this paper in two parts, in the first, we situate the moment when Pêcheux stands for the existence of a real proper to language and to history. In the second, we produce a reading gesture on a particular aspect that embodies the positioning of Gadet and Pêcheux regarding the relation between the real of language and the real of history: the poetic, a path crossed by reflections of Saussure, Jakobson and Milner.

A esse preço a linguística pode se fazer ouvir: entediante, às vezes, em relação a essa Outra via a que ela se fecha; inoportuna, frequentemente, por se sustentar no vértice de um impossível; mas não infeliz — se, ao menos, ela não fracassar na escrita de suas decifrações. Operação difícil, sem dúvida, mas que conheceu sucessos: raros, incomensuráveis uns aos

outros, inimitáveis, dependendo da pura sorte... eles são, contudo, testemunhas. Ainda é preciso, para que eles sejam reconhecidos, que o ser falante, convocado pelo linguista a se admitir como tal, aceite o mínimo: *que ninguém é mestre de língua; que nela insiste um real; que, por fim, língua sabe*. Então, por pouco que o linguista não falhe em possuir um certo tato, poderá realizar-se nalgum ponto das escritas científicas a feliz coincidência da regra e do *Witz*. (MILNER, [1978] 2012, p. 126, grifo nosso).

1. Introdução

Ao longo de seu percurso, “Michel Pêcheux constantemente fazia referência ao pensamento lacaniano na construção do objeto teórico complexo e contraditório que até hoje move nosso desejo: o discurso” (BALDINI; ZOPPI-FONTANA, 2015, p. 11). O modo como a psicanálise comparece na obra de Pêcheux é sinal de aproximações, distanciamentos e angústias que marcam momentos distintos da elaboração do conceito de discurso em suas relações com a língua, com a história e com o inconsciente. Como sabemos, não há leituras inocentes: não se trataria, portanto, de qualificarmos (ou desqualificarmos) a leitura que Pêcheux faz de Lacan, mas de flagrarmos “os momentos em que algo dessa leitura pode ser extraído e compreendido enquanto tomada de posição com relação ao campo da psicanálise” (BALDINI, 2012, p. 1).

Talvez não seja excessivamente simplista afirmar ainda que, além da presença da psicanálise, o que caracteriza a Análise de Discurso, ou, pelo menos, o trilhamento teórico percorrido por Pêcheux, é uma aliança entre uma certa leitura de Marx, via Althusser e uma certa leitura de Saussure para além da vulgata do *Curso*¹.

Se podemos afirmar que o discurso (objeto complexo e contraditório) é compreendido por Pêcheux a partir das problemáticas da linguística, da história e da psicanálise, seria impossível pensar que essas relações de “aliança” se deram de forma homogênea em seu percurso teórico. Desde o início de seu trabalho, Pêcheux já havia notado que a sustentação de uma teoria materialista do discurso supunha um trabalho incessante de *reconfiguração* de seu próprio lugar no interior da dita aliança sem abandonar tais campos.

No texto publicado em 1975 como reformulação de algumas teses iniciais de *Análise automática do discurso* (AAD-69), Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014) propõem um quadro epistemológico geral do empreendimento da Análise de Discurso que, na época, residia na *articulação* de três regiões do conhecimento:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que *estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)*. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2014, p. 160, grifo nosso).

O leitor notará que a psicanálise não comparece aqui como um “quarto termo”, mas como algo que atravessaria as três regiões do conhecimento destacadas. Nessa citação, a psicanálise atravessaria tais campos na medida em que os articularia sob a forma de uma “teoria da subjetividade”. Diante desse quadro, não seria trivial indagar: a que psicanálise se refere Pêcheux e o que se pode entender por uma teoria da subjetividade a partir da psicanálise²? Também não seria trivial questionarmos como a própria *concepção de língua* da Análise de Discurso é – em diferentes momentos — afetada pela psicanálise: nossa questão aqui não é outra, senão, “o que é a língua se a psicanálise existe?” (MILNER, [1978] 2012, p. 25). E ainda: como essa compreensão de língua é igualmente afetada por um posicionamento materialista? Nesse sentido, quando tratamos do percurso teórico de Pêcheux, devemos imediatamente acrescentar um termo à pergunta de Milner: o que é a língua se a psicanálise e o *materialismo histórico* existem?

Em um momento dado de sua teorização, a aliança entre marxismo, psicanálise e linguística se prolonga e procura se articular, mas sem absorção de um lado pelo outro. Em “La double faille”, Françoise

Gadet aponta que, diferentemente da forma como Jean-Claude Milner e Judith Milner compreendem a sintaxe e o sujeito da enunciação,

é, com efeito, a partir de uma certa concepção das relações entre língua, discurso e história, e também de uma certa análise da configuração epistêmica da linguística (vide *A Ferramenta Imperfeita* de Paul Henry) que eles [Michel Pêcheux e Paul Henry] definem os “efeitos discursivos”, produzidos a partir da *base linguística que é a língua em sua relativa autonomia, mas ligados à inscrição de um sujeito no processo histórico*. (GADET, 1978, p. 513, grifo nosso)³.

A conclusão do artigo de Gadet encaminha-nos a pensar a irrupção da história e do inconsciente no interior da língua, saindo de uma oposição aparente entre psicanálise e história. Essa é a questão que range nos trabalhos “tardios” de Pêcheux, produzindo uma mudança significativa na sua forma de conceber a língua, especialmente no livro *La langue Introuvable*, escrito em coautoria com Gadet, e que recebeu o título *A língua inatingível* no Brasil. Nessa obra, o conceito lacaniano de lalíngua (*lalangue*⁴), tal como relido por Milner, produz um verdadeiro deslocamento da compreensão de língua na Análise de Discurso de Pêcheux.

Neste ensaio, buscamos compreender como se dá a relação da língua com lalíngua em Gadet e Pêcheux, considerando a posição materialista dos autores. Colocamos em questão a aliança contraditória de Gadet e Pêcheux com o trabalho de Milner. Dividimos esse ensaio em duas partes. Na primeira, situamos o momento em que Pêcheux aposta na existência de um real próprio à língua e à história, assim como apresentamos brevemente a obra *A língua inatingível*. Na segunda, produzimos um gesto de leitura sobre um aspecto específico que materializa o posicionamento de Gadet e Pêcheux quanto à relação entre o real da língua e o real da história: o poético, percurso atravessado por reflexões de Saussure, Jakobson e Milner.

2. Da “articulação” à tripla asserção

De 1978 a 1981, Pêcheux abriu uma série de interrogações e questionamentos para a Análise de Discurso, produzindo uma

verdadeira modificação na forma em que mobilizava a relação entre Marx, Freud e Saussure. Em nosso ponto de vista, não é possível pensar a trajetória de Pêcheux de forma estanque, linear e evolutiva. Por esse motivo, não consideramos que sua obra se divida em duas (antes e depois da reflexão sobre o real da língua) ou em três épocas tal como o próprio Pêcheux ([1990] 2014) pareceu indicar em um esboço publicado postumamente. No entanto, reconhecemos que a problematização do real como impossível específico à língua e à história é tomado como um deslocamento em relação a certas concepções e posicionamentos até então vigentes⁵.

De acordo com Malidier (2003, p. 71), o texto de lançamento do colóquio *Materialidades Discursivas*, “redigido em junho de 1979, se despedia, não sem ferocidade, da ‘teoria do discurso’ apresentada como um ‘fantasma teórico unificador’”. Pêcheux endereçava a sua provocação não somente à Análise de Discurso, mas também aos trabalhadores dos campos da linguística, da história e da psicanálise, afirmando que *a existência de um real próprio a cada campo produz, ao mesmo tempo, um terreno de encontros problemáticos e a impossibilidade de articulação desses campos*, ou seja, um “campo minado” de conjunções e disjunções entre teorias que não podem nunca se fundir, mas que comportam politicamente algo em comum:

Materialidades discursivas: quais materialidades são colocadas em jogo na análise dos fatos de discurso pela história, pela psicanálise e pela linguística?

Há um *real* da língua.

Há um *real* da história.

Há um *real* do inconsciente.

Essa **tripla asserção**, onde se manifesta uma relação problemática com o real, exclui, imediatamente, uma posição teórica que venha a organizar seu dispositivo de respostas: trata-se, antes de tudo, de resistir ao sistema de falsas respostas que contorna a materialidade do que está em jogo na língua.

(PÊCHEUX, 1981, p. 11, itálico do autor, negrito nosso).

Em relação a essa citação, não podemos deixar de fazer três apontamentos que são fundamentais na compreensão da problemática do real na Análise de Discurso.

Em primeiro lugar, o questionamento que Pêcheux faz à tentativa de articulação dos campos do materialismo histórico, da psicanálise e da linguística já podia ser sentido em sua retificação ao livro *Semântica e Discurso*, escrita em 1978, mas publicada somente em 1982 como anexo (o “Anexo 3”) à edição inglesa. Nesse texto, o autor afirma que a tentativa política de articulação do triplo campo da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise — em que a própria Análise de Discurso não estava isenta na época do “estruturalismo filosófico dos anos 60” — foi o *sintoma* de que alguma não ia bem e, simultaneamente, ia bem demais: “não há fumaça sem fogo” (PÊCHEUX, [1982] 1995).

Se, na história, a revolta é contemporânea à extorsão do sobretrabalho (e os “pequenos furtos” que o capital realiza do tempo reservado às refeições e ao descanso do trabalhador) é porque *a luta de classes é o motor da história*; e se, na psicanálise, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque *a própria possibilidade da linguagem é sustentada na existência de uma divisão do sujeito inscrita no simbólico* (PÊCHEUX, [1982] 1995). Diante dessas duas teses, “a especificidade dessas duas ‘descobertas’ impede de fundi-las sob qualquer teoria que seja, mesmo sob uma teoria da revolta. Mas a constatação do preço pago por esse impedimento obriga a admitir que elas têm, politicamente, algo a ver uma com a outra”. (PÊCHEUX, [1982] 1995, p. 302, grifo nosso). Na abertura do colóquio *Materialidades Discursivas*, Pêcheux desloca uma perspectiva que poderia ser considerada como “articulatória” entre tais campos.

Em segundo lugar, quando dá consequências à questão lacaniana de *lalíngua*, Milner ([1978] 2012, p. 26) afirma que esta é o motivo de um único e mesmo movimento: “num só golpe, há língua (ou seres qualificáveis como falantes, o que dá na mesma) e há inconsciente”. Dessa forma, dizer que há um real do inconsciente — até o ponto em que conhecemos, essa expressão não retornará em nenhum trabalho posterior de Pêcheux — é, ao menos, problemático. Nesse direcionamento, é necessário, portanto, considerar que a noção de real em Análise de Discurso não tem um direcionamento unívoco. Em certas passagens da obra de Pêcheux, o real é referido juntamente com os registros lacanianos do simbólico e do imaginário. Em outros momentos, o real é ligado à condição de existência dos campos da linguística, da história e da psicanálise e de seus *objetos de*

conhecimento. A partir do trabalho singular de Pêcheux, introduz-se uma diferença em relação ao campo psicanalítico. Diante desse ponto de vista, o autor não concebe o real como *Um*⁶ (BALDINI, 2015).

Por último, diante dessa tripla asserção, isto é, da aposta teórica na existência de um real próprio à língua, à história e ao inconsciente, Pêcheux reitera a importância de um deslocamento das fronteiras entre as disciplinas que afetaria profundamente seus regimes de verdade. Entre a história, a língua e o inconsciente (e a poeira dos arquivos, o giz das lousas e o suor dos divãs), as *materialidades discursivas* não aparecem como certo nível de generalidade em que todos os campos falariam imaginariamente sobre a “mesma coisa”, mas sim como uma heterogeneidade irreduzível (PÊCHEUX, 1981).

O colóquio foi, em nosso ponto de vista, uma preparação de terreno para o amplo debate sobre a questão da língua e de lalíngua que é produzido no livro *A língua inatingível*, escrito por Gadet e Pêcheux e publicado em 1981 pela *Maspero*.

Apesar de não ter a pretensão de ser uma história da linguística moderna, o livro interroga, frequentemente, a trama histórica no interior em que a disciplina linguística tomou forma, pondo em causa as modalidades sobre as quais a disciplina representa a sua própria história. E mais: o que, nessa trama, “*a linguística foraclui no interior de si mesma?*” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 19, grifo nosso).

Por ser um livro extremamente plural e que não se rende a uma abordagem linear, apresentá-lo pode ser uma tarefa extremamente “reducionista”, se não destacarmos que, durante todo o trajeto da obra, os autores são obstinados em mostrar que a história e a língua mantêm uma relação incontornável de inscrição, e que o equívoco — sob a forma do enigma, do jogo e do *Witz* — não deixa de irromper na trama imaginária das teorias linguísticas. A denegação da história, que não cessa de aparecer no horizonte da linguística, teria por consequência recobrir parcialmente no imaginário de um sujeito pleno (mestre da sua língua) a descoberta *teórica* de que o real da língua é afetado pela luta de classes: o equívoco “aparece exatamente como ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 64).

Os autores rejeitam que a linguística seja inscrita em um movimento progressivo interno (um movimento retilíneo) em direção à cientificidade, assim como a tese idealista de que haja uma oscilação conflituosa (um movimento pendular) entre algumas tendências na história da linguística, como a oposição entre o “racionalismo” e o “empirismo”. No lugar da “evolução” ou da “oscilação”, os autores defendem a hipótese histórica de uma dupla estratégia de instauração do poder burguês fundada na articulação contraditória das figuras do Direito (logicismo) e da Vida (sociologismo). Essa tomada de posição sobre a história permitiu levantar a inscrição do *político* na aparição (moderna ou antiga) da ciência linguística. Isto é, nos pontos em que o horizonte “científico” aparece *como lugar de denegação da história*.

Os autores norteiam as discussões heterogêneas que marcam o livro a partir de três eixos.

No primeiro eixo, Gadet e Pêcheux mostram como a dupla forma de uma “logofilia” levou à oposição aparente entre o desejo de reconstrução de uma língua originária perdida e o desejo de construção de uma língua perfeita em que os significantes coincidiriam logicamente com os significados: “a dupla figura da Língua-mãe e da Língua Ideal aparece assim como o sintoma, específico ao real da língua, disso que se inscreve sob a forma da dualidade Vida/Direito” (GADET; PÊCHEUX, 1980, p. 361, grifo nosso). O amor da língua apareceria como uma loucura subterrânea sobre a história oficial das gramáticas e das filosofias.

No segundo eixo, os autores procuram mostrar como o real da língua “dá de encontro” com o real da história. Falamos de um encontro entre os terrenos limítrofes da língua e da história e não de uma absorção ou articulação. A relação da história e da língua é produzida na ordem de um encontro, de um tropeço: “não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, *dá de encontro com ele, o encontra*” (PÊCHEUX, [1988] 2008, p. 29, grifo nosso).

Nessa orientação, um dos pontos privilegiados do trabalho desses autores é justamente pensar como o espaço revolucionário produz efeitos na língua. Para tanto, eles tomam a relação entre a Revolução Francesa (de 1789) e a instauração do Francês Nacional, assim como a relação entre a existência e o fim das vanguardas literárias e poéticas do Outubro russo de 1917 até o começo dos anos 30. Se, por um lado, é possível estabelecer um paralelismo nos efeitos do processo

revolucionário na língua, em termos de um jogo analógico e metafórico sobre a língua (tanto em 1789 quanto em 1917), deve-se destacar, por outro lado, que há uma diferença essencial entre as duas revoluções. Durante a Revolução Francesa, não existia uma ciência própria ao estudo da língua. Assim, os autores traçam como o encontro da linguística e da Revolução Russa foi abortado diante do stalinismo nascente e da dominância do marxismo, linguística tomada como oficial nesse período.

Por fim, na terceira conjuntura histórica traçada no livro, Gadet e Pêcheux examinam o papel decisivo da “linguística moderna”, especialmente em torno das pesquisas americanas da Gramática Gerativo-Transformacional após a Segunda Guerra Mundial. Nesse ponto, os autores consideram que a ideia de um percurso progressivo e contínuo até a “modernidade” — que se erigiria sob os nomes de Descartes, Humboldt, Saussure, os estruturalistas europeus, Harris e Chomsky — é uma *reconstrução ilusória e insustentável da história*. A questão da “Grande Travessia” dos intelectuais da Europa até os Estados Unidos (como Jakobson) sob a pressão do nazismo e a reflexão histórico-filosófica dos anos 60-75 apontam para os momentos cruciais em que as *falhas linguísticas* e as *contradições históricas* desnudam a lógica de uma “razão sem falhas”.

Retornaremos ao que parece sintomático no percurso de Jakobson, particularmente a partir da relação estabelecida por esse autor sobre linguística e poética para comentarmos como o real da língua e o real da história se dão na obra de Gadet e Pêcheux.

3. O poético e o político: língua e história

Na conclusão de “Linguística e poética”, Roman Jakobson ([1960] 2003) conta que, em 1919, o Círculo Linguístico de Moscou tentou delimitar o campo dos *epitheta ornantia*. Esse projeto foi logo censurado por Maiakovski, dado que, para o poeta, qualquer adjetivo, no domínio da poesia, se tornava um epíteto poético. “Por outras palavras, a ‘poeticidade’ não consiste em acrescentar ao discurso ornamentos retóricos; implica, antes, numa total reavaliação do discurso e todos os seus componentes, quaisquer que sejam” (JAKOBSON, [1960] 2003, p. 160). Ao afirmar que o poético não é um ornamento retórico, mas que *faz parte da própria língua*, Jakobson

recorre ao *Witz* do missionário *posto a nu* a partir de sua própria “lógica” colonizadora:

Um missionário censurou seu rebanho africano por andar despido. “E o senhor?”, responderam os nativos, apontando-lhe para o rosto, “não anda também despido em alguma parte?” “Bem, mas é meu rosto.” “Pois bem”, retorquiram os nativos, “conosco tudo é rosto”. (JAKOBSON, [1960] 2003, p. 161).

Jakobson parte do campo da poética em sua relação constitutiva com a linguagem. Sua compreensão de poesia excede uma posição meramente “poetológica” já que abarca desde Homero até os *slogans* políticos e os *jingles* publicitários modernos. Jakobson reivindica, sobretudo, que integremos à linguística uma investigação sobre a matéria verbal em *toda* a sua amplitude e em *todos* os seus aspectos.

Se existem alguns críticos, que ainda duvidam da competência da Linguística para abarcar o campo da Poética, tenho para mim que a incompetência poética de alguns linguistas intolerantes tenha sido tomada por uma incapacidade da própria ciência linguística. Todos nós que aqui estamos, todavia, compreendemos definitivamente que *um linguista surdo à função poética da linguagem e um especialista de literatura indiferente aos problemas linguísticos e ignorante dos métodos linguísticos são, um e outro, flagrantes anacronismos*. (JAKOBSON, [1960] 2003, p. 161, grifo nosso).

Diante dessa perspectiva, não há dimensão da língua que não possa ser crucial à poética e vice-versa. Em sua apresentação à edição dos *Cahiers de critique litteraire et de sciences humaines* dedicada a Jakobson, Roland Barthes ([1978] 2004) enfatiza a afirmação escandalosa do linguista soviético de que “a língua não existe sem literatura, e a literatura é sua utopia”. Na literatura, “infiltram-se as pulsões, as fantasias e o mundo onírico. Na verdade, a poesia caminha para o *limite da língua*”. (BARTHES, [1978] 2004, p. 305-306, grifo nosso). Barthes compara ainda o projeto de Jakobson ao do linguista genebrino Saussure. Há em Saussure a “intuição” de que o sistema da língua comporta um princípio de não classificação em que os fatos de

língua vêm a confundir-se com os fatos de fala. Nesse sentido, “as enunciações poéticas são falas, mas essas falas são codificadas como fatos de língua. É a essa espécie de dialética enigmática que Jakobson visa. Lendo-o, percebemos até que ponto ele impediu a linguística de cair no mecanicismo rígido” (BARTHES, [1978] 2004, p. 306).

Nesse mesmo dossiê, Milner (1978) sublinha que o essencial da poética de Jakobson pode ser resumido em duas proposições: “a poesia é homogênea à língua” e “a língua não pode ser pensada completamente se não for integrada pela possibilidade do poético”⁷ (MILNER, 1978, p. 55). A figura feliz de um ser falante (*falasser*) que guardaria o segredo de segurança na certeza de que toda realidade é homogênea à linguagem e de que toda linguagem é homogênea a si mesma é um projeto irremediavelmente suscetível à *falha*.

Se a poesia é homogênea à língua e se a matéria verbal deve ser trabalhada em toda a sua amplitude e em todos os seus aspectos, esse imaginário de homogeneidade e completude da língua entrevê uma dissimetria (não isotópica) constitutiva à ordem da língua: *é preciso admitir a existência de singularidades heterogêneas no “éter” da língua* (MILNER, [1978] 2012). É necessário, ainda, demarcar que, por mais que possamos imaginar a língua enquanto uma totalidade numerável e homogênea, ela é, antes de tudo, marcada pelo heterogêneo e pelo não superponível. Milner adverte que a língua só se concebe claramente na isotopia absoluta: “de qualquer ponto que se a considere, ela deveria oferecer uma mesma fisionomia. No entanto, isso é o que os dados mais simples não confirmam: na série de lugares homogêneos sempre despontam algumas singularidades” (MILNER, [1978] 2012, p. 20).

Para Milner, a língua — não a língua dos linguistas ou a dos gramáticos, nem mesmo a língua materna, que é uma das figurações de a língua⁸, mas apenas *uma língua entre outras* — se constitui na heterotopia:

é por isso, também, que ela constitui igualmente substância, matéria possível para as fantasias [*fantasmes*], conjunto inconsistente de lugares para o desejo — *a língua é, desse modo, aquilo que o inconsciente pratica*, prestando-se a todos os jogos imagináveis para que a verdade, no compasso das palavras, fale. (MILNER, [1978] 2012, p. 22, grifo nosso).

Como ponto nodal dessa tese, falar de língua e da natureza de sua partição é reconhecer, sobretudo, que “tudo não pode ser dito”. Em outros termos, a língua sustenta o real de lalíngua: “o puro conceito de língua é o de um não-todo marcando lalíngua; ou, ainda é o que sustenta lalíngua na qualidade de não toda” (MILNER, [1978] 2012, p. 28). É nesse direcionamento que Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 52, grifo dos autores) afirmam que “O Édipo linguístico corresponde ao fato de que *toda a lalíngua* não pode ser dita, em qualquer língua que seja”. Dessa forma, contra Wittgenstein (“aquilo sobre o qual não se pode falar, deve ser calado”), Milner valoriza, segundo os autores, o lugar da proibição como prova de que há pelo menos um lugar “do qual se fale do que não se pode falar: esse lugar é lalíngua” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 52).

Como esse lugar afeta a ciência que tem a língua por objeto?

Em “Le bonheur par la symetrie”, Milner (1978) estabelece a relação estrita entre Saussure e Jakobson na busca por um *saber*. Nessa busca, os autores se deparam com *algo que excede o saber do linguista*. Segundo o autor, Saussure acreditou perder sua reputação e sanidade por ter encontrado *anagramas*. Jakobson os reencontra e os adapta nas vias elegantes de uma *Razão poética*.

Em *O amor da língua*, sobre os anagramas saussurianos ou sobre a poética jakobsoniana, o *real da homofonia*, condição do lapso e do *Witz*, vem a ocupar o lugar e a função (ou uma das funções?) do excesso (que é *lalíngua*) em face do qual a linguística simplesmente não tem o que fazer. As consequências desse trabalho sobre o saber da língua incidem em três desdobramentos proferidos por Milner: a) o anagrama revela-se ambíguo, pois a homofonia pertenceria à língua como sendo objeto da linguística, *apesar de ser inassimilável a esta*; b) o anagrama representa, dentro da rede de impossível da língua, um “a mais” que dela se destaca, dado que é inscrita em uma representação calculável (o fonema, por excelência), mas excede a toda fonologia possível; c) no entanto, talvez o essencial ainda não tenha sido atingido, uma vez que a ambiguidade do anagrama pode servir facilmente a qualquer ciência humana e, por meio dele, o real da homofonia daria lugar ao discernimento e à notação. Nesse sentido, Milner argumenta que:

é, aliás, o que se observa, visto que, graças a Jakobson, aquilo que era fracasso aos olhos da filologia tornou-se mensurável com sucesso aos olhos da linguística estrutural, mediante a Poética. Ao mesmo tempo, a língua como rede de impossível recobre seu império e recua seus limites — o que poderia parecer excedê-la não é mais atribuível a um efeito de real, mas a figura imaginária: o gênio poético. Como frequentemente acontece, o inassimilável às representações calculáveis resvalou para o domínio da cultura humanista. (MILNER, [1978] 2012, p. 90).

A despeito das derivas equívocas dos anagramas (desde Saussure), a afirmação mais escandalosa de Milner consiste precisamente em reconhecer uma unidade que atravessa o trabalho de Saussure, a sua loucura:

Tal é, acredito eu, a chave de Saussure enquanto sujeito: sua loucura, na verdade, não começa *nos anagramas*, *ela já está no Cours* — é o mesmo movimento que o conduz a querer sustentar, através do diferencial, o Um no seio dos equívocos sonoros do verso latino e no seio de toda língua possível. *O Cours, reconhecido pelos universitários, e as folhas de poética, ignoradas por eles, proferem a mesma frase* — aquela que, sem dúvida, articulava o desejo de Saussure —: *o Um que marca as línguas vem de outro lugar*. (MILNER, 2012, p. 106-107, grifo nosso).

As pesquisas de Jakobson sobre a poética ou as pesquisas saussurianas sobre os anagramas deixam aparecer, portanto, uma *desordem* inassimilável à linguística, mas ligada intrinsecamente a ela. Para Milner, essa desordem não seria causada pelas guerras e revoluções marcadas no itinerário de Jakobson e de tantos outros trabalhadores da língua (os poetas, literatos e linguistas de uma geração inteira do começo do século). Isto é, *a desordem não é exterior à língua*, ela irrompe a partir da própria simetria meticulosamente buscada pelo linguista, no ponto em que ele encontra *o limite de seu saber*: o seu objeto, a língua, produz um “a-mais” (aquilo que excede) (ORLANDI, 2012) e que vem a faltar

irremediavelmente (fatalmente); e se mostra sob um ponto de vista inapreensível, inencontrável, inatingível: a verdadeira desordem não estaria alhures, na posição de Milner, senão na própria linguagem, no instante poético ou patético em que o linguista encontra o limite de seu saber. A língua, o seu objeto, se mostra de um ponto sobre o qual o linguista não pode apreender: “o real da língua irrompe pelo real de uma ausência [absence]” (MILNER, 1978, p. 56).

Milner sustenta que, nesse instante singular de irrupção do real da língua pela falta e pela ausência, “não é mais o linguista que sabe, e sim a língua que sabe por ele – pois esta é a verdade de sua competência: não o domínio, e sim o assujeitamento e a descoberta de que *la língua sabe*” (MILNER, [1978] 2012, p. 122, grifo do autor). Esse limite do saber do linguista o coloca diante de um impossível próprio à língua: “há um impossível próprio da língua que sempre retorna a seu lugar e pelo qual há quem chegue [...] a morrer de amores: os ‘diga isso, não aquilo’, a regra, o uso predominante. Dito de outro modo, um *real*” (MILNER, [1978] 2012, p. 7, grifo do autor). O autor questiona o que haveria de surpreendente na tentativa de *domesticar* esse real através da arte de amar (a gramática) e da ciência (a linguística). Nesse ponto, Milner ainda se interroga: “o que, de fato, é preciso que a língua seja para que possamos designá-la tanto como objeto de uma ciência quanto como objeto de um amor?” (MILNER, [1978] 2012, p. 25). Ora, sem dúvida, representações da língua são o que não faltam:

sustentar que o real da língua é representável é fatalmente o passo inicial de toda gramática: consiste em reconhecer o impossível próprio da língua naquilo que ele tem de repetível e, além do mais, em constituí-lo em rede [...]. A partir daí o real pode ser objeto de regras e de tabelas que delineiem seus contornos. A linguística acrescenta, então, apenas o seguinte: a representação entra na órbita da ciência. (MILNER, [1978] 2012, p. 30).

Enfatizemos ainda que esse real não é representável: nada de tabelas, regras gerais ou qualquer escrita simbólica, mas apenas a asserção de um impossível: “diga isso, não aquilo”.

Em suma, a partir da retomada de Jakobson e Saussure, Milner considera que, em face da homogeneidade, uma desordem irrompe no interior da própria língua. O trabalho do gramático e do linguista consistiria, portanto, em construir a rede desse real que autoriza construções de regras, de forma que o real forme Um, “não como efeito de decisões que viriam arbitrariamente rasgar essa unidade em fluxo, mas por um reconhecimento desse Um enquanto real, ou seja, como causa de si e da sua própria ordem” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 53). A consequência forte da tese de Milner é que o linguista é assujeitado ao real da língua.

Segundo Gadet e Pêcheux, o real da língua residiria naquilo que faz nela Um para os que sustentam que a língua trabalha com a *existência de um próprio* (uma ordem própria). O termo “barbarismo”, aquilo que seria tomado como o inferno ininteligível para os Antigos, é *o sintoma de um campo do interdito na linguagem* estruturalmente produzido no interior da própria língua. O “barbarismo” seria, portanto, a designação arcaica do exterior da língua, sintoma da relação do fora da língua com o nada, primeira percepção do impossível. Mais uma vez, o *Witz* do missionário produz efeitos no corpo sócio-histórico da linguística: “conosco tudo é rosto” se torna um sintoma do retorno do estranho (o arcaico) no território familiar da linguística moderna, desnudando o seu domínio sobre a língua e inutilizando seus instrumentos de domesticação. “Uma inclinação suspeita que, sob ares científicos, abriga o retorno de um ponto recalçado da linguística” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 22). Como consequência teórica, trabalhar o real da língua implica necessariamente tomá-lo como *subjacente à condição de existência da linguística* com pretensão científica. Ao não confundir a realidade empírica (na sua positividade) com o real (o impossível), os autores afirmam que o concreto com o qual a linguística trabalha é *o efeito propriamente linguístico desse real*. Esse concreto é de natureza negativa, levando-nos ao conceito de *valor* enquanto baliza fundamental da linguística.

Assim como Milner, Gadet e Pêcheux referem-se ao real da língua enquanto um impossível que lhe é próprio. No entanto, eles se distanciam do posicionamento teórico e político de Milner em relação ao lugar do poético e da história.

Fundamentalmente, os autores criticam a distinção entre “ética da ciência” e “ética da verdade” em *O amor da língua* como uma deriva equívoca em que o conceito de valor não seria reconhecido.

O mais espantoso é que J.-C. Milner, cuja reflexão constitui um questionamento do narcisismo em linguística, refere-se aqui à distinção entre “a ética da ciência” (a semana de trabalho dos linguistas) e “a ética da verdade” (a leitura dos poetas no dia do Sabbat). Em *L’amour de la langue*, em que a indissociabilidade dos dois Saussure é, entretanto, reconhecida, *a tese saussuriana do valor não é aplicada*. Isso poderia ser o corolário da posição sustentada por Milner em relação ao equívoco, cuja percepção ele restringe ao “ponto de poesia” e algumas coincidências felizes com as escritas eruditas: sem a poesia, afirma ele, nós não teríamos a ideia de que a língua se inscreve no real, e os trocadilhos, lapsos etc. seriam acidentes. (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 63-64, grifo nosso).

Para os autores, essa separação entre ética da ciência e ética da verdade *suturaria*, como uma forma de reconstrução metonímica, a ferida narcísica aberta por Saussure, uma verdadeira *perturbação* com a rede de memória da linguística de sua época¹⁰, a partir da noção de valor, e teria como consequência a certeza de que a poesia é um ponto privilegiado de cessação. O ato da poesia consistiria em “transcrever em lalíngua mesma, e por suas próprias vias, *um ponto de cessação da falta ao escrever*” (MILNER, 2012, p. 39, grifo nosso). Para Milner, seria exatamente nesse ponto que a poesia tocaria de perto a questão da verdade (aquilo com que a língua está em falta) e da ética (uma vez que o ponto de cessação, uma vez circunscrito, exige ser dito). O autor defende ainda que todo mundo sempre soube reconhecer diversos *nomes do ponto de cessação*, que poderia se chamar, inclusive, de ponto de poesia: a morte, o obsceno ou o sentido mais puro que se pode atingir arrancando as palavras do círculo de referência ordinária. Poder-se-ia, ainda, reconhecer o ponto em que a falta cessa na própria fonia (a homofonia tal como trabalhada por Mallarmé e Saussure)...

Mas de onde viria tal certeza sobre a poesia? De acordo com Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 64, grifo nosso), a partir daí, “poder-se-ia também entender, *sob o princípio saussuriano do valor*, que a poesia

não tem um lugar determinado na língua *porque ela é literalmente coextensiva a esta última*, do mesmo modo que o equívoco: talvez ‘não haja poesia’”. Em outros termos, o que afeta o princípio de univocidade da língua não é localizável nela (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010).

A questão do materialismo histórico é o ponto em que Gadet e Pêcheux se separam da posição política de Milner, isto é, do seu ceticismo¹¹:

Ao mesmo tempo, a questão do materialismo histórico é o ponto em que nos separamos politicamente de Milner. Que Milner não aceite, hoje, conceber a história de outra maneira que não seja a forma parodística de um materialismo de síntese, narcísico e cego, no qual a história só pode apresentar a forma de um desenvolvimento sintético progressivo da consciência e que, por conseguinte, ele negue a ela toda possibilidade de real, isso é outro caso. (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 52).

Considerar a existência de um real da história é fazer uma aposta política sobre o funcionamento da contradição a partir de uma tomada de posição materialista. A complexidade contraditória do real da história não se reduziria a uma oposição simplista entre a ditadura e a liberdade.

Se considerássemos que a *categoria materialista de real* especifica-se exclusivamente pela sua relação com o impossível, com que real poder-se-ia afirmar que o materialismo histórico trabalha? A questão do materialismo excede, portanto, o puro terreno da epistemologia: ela engaja uma *aposta política baseada na existência de um real da história*. O materialismo histórico pretende basear-se em uma percepção desse real como contradição.

É precisamente isso que J.-C. Milner recusa, considerando atualmente a história como um puro efeito imaginário, eventualmente destruidor, mas não principalmente como um real contraditório: a história como espaço imaginário só é suscetível de conclusões práticas, por exemplo, o confronto entre a ditadura chegaria ao ponto de levar Milner a resgatar

praticamente algum interesse pela posição sociologista, desqualificada por razões teóricas bem convincentes? A história viria colocar Milner em... uma contradição? (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 35, grifo nosso).

Gadet e Pêcheux tomam *as políticas da língua* (por exemplo, a questão da alfabetização, aprendizagem e utilização legal do “francês nacional”) no modo de produção capitalista como forma de exame dos efeitos do real da história no território da língua. O destino do “socialismo existente” — que conduziu seus poetas, escritores e linguistas ao silêncio e ao mutismo — não chegou a um lugar diferente da *démarche* histórica da burguesia: nos dois casos, a questão de língua (e de seus mestres) se torna uma questão de Estado¹².

Mais uma vez, retornemos a Jakobson, particularmente à sua conclusão de “Linguística e poética”. A evocação feita pelo autor aos debates poéticos do Círculo Linguístico de Moscou, e da participação do poeta Maiakovski nessa série de embates literários e linguísticos, não é casual. O amplo esforço dos “formalistas” (como Brik, Chklovski e, posteriormente, Tynianov e Eikhenbaum) de empreenderem um estudo científico da língua e das leis da produção poética nas formas de conto fantástico, de narrativas e poemas populares, trouxe a “contribuição à revolução proletária, desmistificando as obscuridades místico-literárias da ‘linguagem dos deuses’, eles pretendem ser os ‘coveiros da poesia idealista¹³” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 73). Em “La linguistique hors d’elle-même : l’histoire absolument”, Gadet e Pêcheux (1980) afirmam que é necessário colocar em causa a interpretação “marxista” que consiste em afirmar que o formalismo não passa de um índice do idealismo, em função de seu “estruturalismo” refugiado na pesquisa das causalidades internas da língua e tendencialmente desligado da prática revolucionária e das massas.

No cenário da Rússia pós-revolucionária, enquanto os decadentes, simbolistas e acmeístas permaneceram em sua prudente reserva ou na sua franca hostilidade, “homens preocupados com a ‘força das palavras’ engajam-se na revolução e decidem sacudir o velho mundo” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 73): marxistas do *Prolekult*, futuristas, *Scythes* eslavófilos e formalistas mantiveram-se na frente

da “cena ideológica”: a língua russa trabalhada pelo funcionamento da metáfora “*telescopia* a atualidade política [...] e as formas poéticas (rimas, jogos de palavras, enigmas...) da literatura popular; experimentação maciça das profundezas fonológicas, morfológicas e sintáticas, dos equívocos do sentido com a matéria verbal” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 73). A evocação de Jakobson textualiza, portanto, o empreendimento de uma geração inteira (de uma conjuntura histórica) que possibilitou o encontro da *modernidade política* com a *fundação da linguística*. Novamente, um encontro do real da língua com o real da história.

Se Saussure pôde reconhecer *o princípio do valor no espaço da Linguística Geral e dos anagramas*, os formalistas e outros escritores, poetas e linguistas russos também encontraram o mesmo fundamento. Mais do que uma forma de “recepção” dos textos saussurianos na Rússia (como é possível observar nos trabalhos do Círculo Linguístico de Moscou por Jakobson¹⁴ ou Karcevski¹⁵), o que Gadet e Pêcheux defendem é *que o princípio do valor foi desenvolvido em “estado prático”*, afetando, a partir de um imenso trabalho de massa, as línguas da futura União Soviética:

O encontro da linguística nascente com a *modernidade política* se produz na Rússia de outubro de 1917. *O princípio do valor encontra-se desenvolvido “em estado prático”* nesse imenso trabalho de massa que afeta, nesse momento, as línguas da futura União. Fazendo parte da *intelligentsia* revolucionária, os formalistas (linguistas, poetas e escritores) começam a pensar nesse processo e tentam administrar seus efeitos (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 22, grifo nosso).

Esse encontro e esse trabalho efetivo sobre a língua acabam mal: os trabalhadores da língua são paulatinamente evitados, condenados, excluídos e liquidados e se tornam as primeiras vítimas do stalinismo nascente e da dominância da linguística marrista que passam a se instalar, cada um a seu modo, no lugar do mestre: “surdez política crescente com relação à ordem da linguagem e à do inconsciente?” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 22).

O que fez com que esse trabalho efetivo sobre a língua viesse a fracassar, levando os linguistas, poetas e escritores a serem expostos a

ataques cada vez mais violentos, acompanhando uma disseminação da morte em uma série impressionante, sobre poetas ainda jovens (suicídios, longas agonias, execuções)? “Blok, Khlebnikov, Iessiênin... — E o próprio Maiakovski, esse gigante do trabalho poético, [...] esfacela-se em 1930 contra o rochedo da vida cotidiana... O que foi que levou Maiakovski ao suicídio?” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 74).

O que surge no interior da ideologia stalinista de Estado nada mais é do que uma forma particular de “*seriedade*”, “cega à ordem da linguagem”. As consequências dessa “*seriedade*” culminam na *denegação política do real da língua*, isto é, no aborto da tentativa de revolução cultural e na *anulação do jogo metafórico*: o Estado e a ciência, na seriedade do mestre que reconstrói as perturbações metafóricas, separam o canto da locomotiva¹⁶. “A *instalação espontânea do princípio do valor em outubro de 17* encontra aqui a sua base ideológica e política: daqui para frente, *o sentido se isola do nonsense*, porque o sentido coincide com as palavras no real da ideologia stalinista” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 98, grifo dos autores).

De forma semelhante, em “La linguistique hors d’elle-même : l’histoire absolument”, os autores afirmam que a disjunção mortal entre a seriedade do sentido e espaço do não-sentido (declarado como loucura ou poética) se instalaram no interior da revolução soviética, no exato momento em que a Europa Ocidental desenvolvia o neopositivismo. De um a outro lado, formou-se uma surdez, “uma mesma surdez à ordem da metáfora, uma mesma negação do real próprio à língua, concebido como (instrumento) servo do pensamento” (GADET; PÊCHEUX, 1980, p. 363). Contra o projeto formalista, o realismo literário e político do stalinismo viria a fazer coincidir realidade, discurso e pensamento, uma forma de “*revanche sinistra*” do *não-sentido* no interior daquilo que tende a foracluí-lo.

Em que consistiria a surdez do Estado aos trabalhadores da língua? Ou melhor: em que consistiria a surdez que Jakobson denuncia na linguística após as quatro décadas que separam a Revolução Russa de sua conferência sobre a poética apresentada nos Estados Unidos? Ousaremos dizer, brutalmente: surdez à língua, surdez ao real da língua, surdez ao poético e à incidência inconsciente

do *Witz*, e, sobretudo, a surdez ao jogo dos significantes. Enfim, *uma insistência no ensurdecimento*.

4. Considerações finais

Gadet e Pêcheux ([1981] 2010) afirmam que a linguística (ciência da língua e das línguas, ciência da divisão sob a unidade) traz inscrita em seu percurso o desejo irrealizável de curar a ferida narcísica aberta pelo conhecimento de sua divisão. “Essa surdez interna da linguística ganha terreno cada vez que essa disciplina deixa *o real da língua, seu objeto próprio*, e sucumbe às realidades psicossociológicas dos atos de linguagem...” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 19, grifo nosso). Em outros termos, a linguística não pode se reduzir a uma concepção de mundo, pois ela comporta uma prática teórica que toma a língua como objeto próprio (o real da língua). Por outro lado, a história da linguística revela uma tendência (inelutável) de fazer das filosofias espontâneas e das concepções de mundo a própria teoria linguística, tal como Jakobson acusou no final de seu célebre artigo sobre a poética: “tenho para mim que a incompetência poética de alguns linguistas intolerantes tenha sido tomada por uma incapacidade da própria ciência linguística” (JAKOBSON, 2003, p. 161).

Como podemos apreender essa tensão entre o reconhecimento de uma ordem própria à língua (enquanto uma insistência do trabalho do significante no registro do político, sob as formas do poético, do *Witz* e do jogo) e de sua exclusão (enquanto uma insistência no ensurdecimento)?

O posicionamento de Gadet e Pêcheux, ao problematizarem o encontro do real da língua e do real da história, tem que ver com uma *insistência*, ao mesmo tempo, teórica e política. Assim como Jakobson que, no começo da década de 1960, insistiu no trabalho do poético sobre a língua, contra o mecanicismo da linguística, os autores apontam para a necessidade de trabalhar o *simbólico no registro do político*.

Tudo aquilo que a arte de amar chamada gramática ou que a ciência chamada linguística desejou ter arrancado do jogo da linguagem vem à luz: o jogo, o poético e o *Witz* aparecem constantemente na descoberta do fracasso da linguística e da gramática diante do fato de que há algo na língua que não cessa de não se escrever. É, portanto, com o impossível que a linguística está

obcecada desde seu início, seja sob a forma de uma língua inatingível, a construção de uma teoria em que o sentido seria visto como inequívoco, seja sob o reconhecimento desse impossível enquanto constitutivo do que não pode ser apreendido (mas é fundamental) em linguística: há *real*.

Referências bibliográficas

- BADIOU, A.; MILNER, J.-C. (2014). *Controversia: diálogo sobre la política y la filosofía de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Edhasa.
- BALDINI, L. (2014). “A análise de discurso e “uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”. In: *Letras*, n. 48, p. 117-129.
- _____. (2012). “Lalíngua inatingível”. In: MARIANI, B.; ROMÃO, L. M. S.; MEDEIROS, V. (Orgs.). *Dois campos em (des)enlaces: discursos em Pêcheux e Lacan*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- _____. (2015). *O que resta de Althusser na Análise de Discurso de Michel Pêcheux*. Disponível em: <<http://filosofiaemvideo.com.br/video-jornadas-louis-althusser/>>. Acesso em 25 ago. 2016.
- BALDINI, L. J. S.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (2015). “A Análise do discurso no Brasil”. In: *Decaláges*, v.1, n.4, p.1-20.
- BARTHES, R. (2004). “Introdução à “Jakobson””. In: _____. *Inéditos I: teoria*. São Paulo: Martins Fontes. p.305-307.
- CARVALHO, F. Z. F. (2008). *O sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan*. Belo Horizonte: UFMG. Tese de Doutorado inédita.
- FINGERMANN, D.; RAMOS, C. (2009). “Lalíngua nos seminários, conferências e escritos de Jacques Lacan”. In: *Stylus — Revista de Psicanálise*, Rio de Janeiro, n.19.
- GADET, F. (1978). “La double faille”. In: *Actes du Colloque de Sociolinguistique de Rouen*, Roen, p.511-515.
- _____. (2000). *Jakobson sob o pavilhão saussuriano*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_06.html>. Acesso em 25 ago. 2016.
- _____. (1981) “Tricher la langue”. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J. M.; PÊCHEUX, M. (Orgs.). *Matérialités discursives*. Lille: Presses universitaires de Lille. p.117-126.
- _____. (1979). “Un dialogue de sourds : Marr et Polivanov au début des années trente”. In : GADET, F.; GAYMAN, J.-M.; MIGNOT, Y.;

ROUDINESCO, E. (Orgs.). *Les maîtres de la langue : avec des textes de Marr, Staline, Polivanov*. Paris : François Maspero/ Action Poétique. p.77-85.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. ([1981] 2010). *A língua inatingível*. Campinas: Pontes.

_____. (1980). “La linguistique hors d’elle-même: l’histoire absolument”. In: *Actes du colloque « L’histoire des sciences humaines : pourquoi et comment ? »*, Nanterre, Presses de l’Université. p.360-369.

GASPARINI, E. N. (2011). *Língua e lalangue na análise do discurso de Michel Pêcheux*. Tese de Doutorado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

JAKOBSON, R. ([1931] 2006). *A geração que esbanjou seus poetas*. São Paulo: Cosac Naify.

_____. “Linguística e poética”. In: _____. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2003. p.118-162.

MALDIDIER, D. ([1990] 2003). *A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes.

MILNER, J.-C. ([2002] 2003). *El periplo estructural : figuras y paradigma*. Buenos Aires: Amorrortu.

_____. (1978). “Le Bonheur par la symetrie”. In : *Cahiers de critique littéraire et de sciences humaines*, n.5, p.53-56.

_____. ([1978] 2012). *O amor da língua*. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. ([1983] 2006). *Os nomes indistintos*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

ORLANDI, E. (2012). *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2ª ed.

PÊCHEUX, M. ([1990] 2014). “A análise de discurso: três épocas (1983)”. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 5ª ed., p.307-315.

_____. ([1988] 2008). *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas: Pontes, 5ª ed.

_____. (1981). “Ouverture du colloque”. In: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (Orgs.). *Colloque Matérialités Discursives*. Lille: Presses universitaires de Lille, p.15-19.

_____. ([1982] 1995). “Só há causa daquilo que falha ou inverso político francês: início de uma retificação”. In: _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Pontes, 2ª ed., p.293-308.

_____ ([1982] 1998). “Sobre a (des-)construção das teorias linguísticas”. In: *Linguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 2, p.7-32.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. ([1975] 2014). “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva (1975)”. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 5ª ed., p.159-250.

RIBEIRO, T. M. (2016). *Jogo nas regras, jogo sobre as regras: jogo, valor e real da língua na obra de Michel Pêcheux*. Dissertação de mestrado em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

ROUDINESCO, E. (1979). “Marr, Staline et Polivanov: deux maîtres pour un manchot”. In: GADET, F.; GAYMAN, J.-M.; MIGNOT, Y.; ROUDINESCO, E. (Orgs.). *Les maîtres de la langue : avec des textes de Marr, Staline, Polivanov*. Paris : François Maspero/ Action Poétique. p.9-26.

SÉRIOT, P. (1999). *Structure et totalité : les origines intellectuelles du structuralisme en Europe centrale et orientale*. Paris : Presses Universitaires de France.

Palavras-chave: Análise de Discurso, língua, linguística.

Keywords: Discourse Analysis, language, Linguistics.

Notas

* Professor do Departamento de Linguística do Instituto de estudos da Linguagem da UNICAMP.

* Doutorando em linguística na UNICAMP. Algumas reflexões apresentadas neste artigo compõem parte da dissertação *Jogo nas regras, jogos sobre as regras: real da língua, jogo e valor na obra de Michel Pêcheux* (RIBEIRO, 2016).

¹ A Análise de Discurso tem como um de seus pilares um gesto de leitura dos textos saussurianos e um engajamento teórico e político sobre o “legado de Saussure”. Quando afirmamos que a leitura de Pêcheux se dá para além da vulgata, isso não significa uma “virada de página” em relação ao *Curso*, mas uma problematização

sobre a constituição histórica de leituras dos textos saussurianos no século XX. Cf., por exemplo, Pêcheux ([1982] 1998).

² Sobre esse aspecto, cf., particularmente, Baldini (2014) e Baldini e Zoppi-Fontana (2015).

³ As traduções dos textos em francês são de nossa responsabilidade.

⁴ Trataremos aqui especificadamente das leituras de Milner e de Gadet e Pêcheux. No entanto, não poderíamos deixar de mencionar o aparecimento de *lalíngua* na obra de Lacan a partir da década de 70, indicando um modo de articular com mais precisão as relações entre gozo e linguagem, ponto em que Lacan vinha insistindo em sua obra. Para uma compilação das ocorrências de *lalíngua* na obra de Lacan, cf. Fingermann e Ramos (2009); para uma discussão sobre *lalíngua* em Lacan e em Pêcheux, cf. Baldini (2012).

⁵ Tomamos como ponto de partida que o trabalho sobre o *real da língua* como o impossível específico da linguística produz um deslocamento na obra de Pêcheux com a compreensão de língua enquanto ordem relativamente autônoma. Sobre essa questão, cf. a tese de Edmundo Narracci Gasparini (2011) intitulada *Língua e lalangue na análise do discurso de Michel Pêcheux*.

⁶ De forma semelhante, Pêcheux também fala sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação: “interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não-logicamente-estável não seja considerado a priori como um defeito, um simples furo no real. É supor que — entendendo-se o ‘real’ em vários sentidos — possam existir um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das ‘coisas-a-saber’ ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, [1988] 2008, p. 43, grifo nosso). A esse respeito, cf. Carvalho (2008).

⁷ Referimo-nos explicitamente à leitura de Milner na primeira publicação de “La bonheur par la symetrie” (1978) nos *Cahiers de Critique Littéraire et de sciences humaines*. Posteriormente, esse artigo foi reformulado no livro *Ordres et Raisons de langue* (1982) e em *Le périple structural (figures et paradigme)*. Citamos a, seguir, a última versão desse enunciado amplamente conhecido pelos analistas de discurso: “— toda língua é capaz de poesia; — nada da poesia é estranho à língua; — nenhuma língua pode ser pensada completamente, se não se integra a ela à possibilidade de sua poesia” (MILNER, [2002] 2003, p. 137).

⁸ Para Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 52), “a posição logofílica da língua materna aparece, retrospectivamente, como a figuração mais direta da *lalíngua*; quanto à posição da língua ideal, parece remeter àquilo pelo qual o ‘nem tudo da *lalíngua*’ venha a se projetar em um tudo que pretenda representá-la. O ‘real da língua’ é, portanto, o impossível que lhe é próprio”.

⁹ Em *Le périple structural (figures et paradigme)*, Milner ([2002] 2003, p. 139) substitui o termo “ausência” por « le réel de la langue fait irruption par le réel d’un manque [falta] ».

¹⁰ Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 53, grifo nosso) afirmam que pensar “na revolução saussuriana como algo que rompe, com certeza, com um passado realizado,

é provavelmente a *pior maneira de representar o efeito Saussure*". Isto porque Saussure não resolveu a contradição que une a língua à língua e, apesar de seu combate, não impediu que a Linguística (tornada "séria", pelo menos desde o Círculo Linguístico de Praga) derivasse ou retornasse a uma tentativa de descrição empírica da "realidade". Enfatizemos: essa deriva e esse retorno são, a um só tempo, marca da tentativa metonímica de reconstrução e marca da perturbação produzida por Saussure. Nesse sentido, para os autores, a revolução saussuriana não é da ordem de uma *ruptura*, mas de um *deslocamento*, de uma ferida narcísica: "Depois de Galileu, Darwin, Marx, Freud... o que aparece com Saussure é da ordem de uma *ferida narcísica*. Um saber aí se libera, o qual, sob o peso da ciência da linguagem acreditava saber, a obcecava sem que ela aceitasse reconhecê-lo: a língua é um sistema que não pode ser fechado, que existe fora de todo sujeito, o que não implica absolutamente que ela escape ao representável" (GADET; PÉCHEUX, [1981] 2010, p. 63).

¹¹ A resposta de Milner ao embate da posição cética e da materialista pode ser vista em um texto publicado em 1983, chamado *Os nomes indistintos*, particularmente no capítulo "Uma geração que desperdiçou a si mesma". Em 2012, em uma série de debates com Alain Badiou mediada por Philippe Petit, Milner retoma as questões que norteiam o seu ceticismo político (como a antifilosofia ou, antes, como a indiferença em política). Cf., especialmente, o capítulo "Una polémica originaria" de *Controversia: diálogo sobre la política y la filosofía de nuestro tiempo*.

¹² Sobre essa questão, cf. Roudinesco (1979).

¹³ Cf. também o artigo "Un dialogue de sourds" em que Gadet (1979) mostra que o interesse pelas questões de língua esteve amplamente ligado à reflexão sobre a literatura e a etnografia na Rússia pós-outubro de 1917.

¹⁴ Em "Jakobson sob o pavilhão saussuriano", Gadet (2000, s/p) afirma que "ao contrário dos outros linguistas 'estruturalistas', Roman Jakobson não se declara herdeiro de Saussure e ainda menos como o único ou o verdadeiro herdeiro de Saussure. Para ele, Saussure é uma fonte de inspiração entre outras [...]. *Mas as referências de Saussure são particularmente numerosas*, ao longo de sua carreira, mesmo se elas parecem, muitas vezes, críticas". Gadet pergunta o que sustentaria uma aproximação não superficial entre tais autores. A autora afirma que Jakobson "encontrou em Saussure algo que lhe é essencial, o princípio da diferença como acesso ao sistema, de que ele fez, tanto quanto sentiu necessidade, uma máquina de guerra contra o historicismo dos Neo-Gramáticos. Saussure é utilizado sem que sua originalidade seja reconhecida de forma global, e sem que a letra do texto seja sempre trabalhada; o que Cornélius van Schooneveld resume na fórmula: 'afinal, era preciso um pavilhão para cobrir o navio'".

¹⁵ Em nota necrológica a Sergei Karcevski, Jakobson (apud GADET, 2000, s/p) escreve: "Ele foi o único que em 1917-1919, durante sua passagem rápida por Moscou, animou a jovem geração de linguistas de Moscou com o *Curso de Linguística Geral* e aplicou seus preceitos ao estudo contemporâneo russo". É igualmente curioso que Karcevski, um russo em terras genebrinas e aluno de Saussure, pôde diferir em um ponto crucial de Jakobson e Troubetzkoy sobre a questão da simetria/assimetria da língua. Segundo Patrick Sériot (1999, p. 233, grifo

do autor): “Em oposição à S. Karcevskij [sic], que apoia grande número de seus raciocínios sobre o conceito de *assimetria*, Jakobson, Troubetzkoy e Savickij são fascinados pela *simetria*. Para eles, um objeto existe se — ou porque — há uma estrutura simétrica”.

¹⁶ No ensaio *A geração que esbanjou seus poetas*, publicado um ano após a morte de Maiakovski, Jakobson ([1931] 2006, p. 51) retoma os versos do poeta (“não basta construir a locomotiva; faz-se rolar as rodas e ela some./ Mas se o canto não estronda na estação,/ de que adianta a corrente alternativa?”), pertencentes à “Ordem ao exército das artes”, para afirmar que “nós vivemos o assim chamado período da reconstrução, e é provável que ainda venhamos a construir muitas hipóteses científicas e locomotivas de toda espécie. Mas nossa geração já está predestinada a cumprir a penosa façanha de construir sem cantar. E mesmo que novos cantos comecem logo a ressoar, serão de uma outra geração, representados por uma outra curva do tempo. Além do mais, nada indica que tenham começado a ressoar”. Milner aponta que Jakobson havia falado da descrença de uma geração (a de Jakobson) que desperdiçava os seus poetas. Sob sua escrita, não faltavam os nomes daqueles cujas vozes houberam de se calar. “Mais que o silêncio, que tem a ver com a fala, o sintoma decisivo era a mudez que a nega” (MILNER, [1983] 2006, p. 113).

“ONDE ESTÁ A VERDADEIRA VERDADE DE SEU DISCURSO”?

Sonia Alberti *
UERJ/CNPq/EPFCL

Resumo: Partindo da diferença entre saber e verdade, conforme Lacan, Wittgenstein e Heidegger, interrogamos a noção de lalangue, em articulação a uma curta passagem, jamais antes observada por nós, da correspondência de Freud com Fliess, segundo a qual haveria uma diferença entre os Wahrnehmungszeichen e os Ubw-Spuren. Se Lacan pôde desenvolver a lógica da função de lalangue como vertente útil ao psicanalista, reencontrá-la em Freud apenas corrobora que ela não representa uma quebra de paradigma, sendo apenas novamente a inserção da intranquilidade necessária a toda nossa prática.

Abstract: Departing from the difference between knowledge and truth, according to Lacan, Wittgenstein and Heidegger, we question the notion of lalangue in conjunction with a short passage never before observed by us in the correspondence of Freud with Fliess, according to which there would be a difference between the Wahrnehmungszeichen and the Ubw -Spuren. If Lacan can develop the logic of the function of lalangue as a useful component to the psychoanalyst, rediscover it in Freud only confirms that it does not represent a paradigm shift, but is only the insertion of the necessary unrest to all our practice.

1. Introdução

Ao retomar a realização do *Vocabulário de psicanálise* por Laplanche e Pontalis, Lacan faz seu ato falho que o leva a propor um novo conceito para a psicanálise em 1971: lalangue. No lugar de dizer *Vocabulário de psicanálise*, diz: *Vocabulário de filosofia*. Este fora produzido por André Lalande e é conhecido pelo nome de seu realizador – o *Vocabulário Lalande*. Provavelmente não é sem importância que o patronímico do filósofo se associa a de um outro intelectual francês, este, astrônomo, de importância conhecida no

meio científico. O nome deste intelectual, nascido em 1732, mais de um século antes de André Lalande, era bem longo: Joseph Jérôme Lefrançois de Lalande e, em função de ser tão longo, como era longo o nome original do *Vocabulário técnico e crítico da filosofia* de André Lalande, passou a ser conhecido como “De La Lande”, às vezes, como “Le Français de la Lande”. Diz então, Lacan, em 1971: Lalangue no lugar de Lalande. Tal como o ato falho *Familionário*, de Hirsh Hyacinth – criação autobiográfica de Heinrich Heine –, analisado por Freud (1905/1999) quase setenta anos antes, e que permitira a Freud verificar como, no campo da fala e da linguagem, as verdades se dizem por contrabando, o ato falho de Lacan permite a este verificar que no contrabando descoberto por Freud está também o fato de que não só a verdade se diz, que é um meio-dizer e que é da ordem do insabido. Insabido porque de outra ordem, diferente do saber, de outra materialidade ou, como é possível equivococar em francês, de outra *moterialidade*, em que *mot* é palavra, aqui tomada como pura matéria. Dizer *Familionário* ou dizer Lalangue no lugar de Lalande testemunha do fato de que o dizer não se reduz à linguagem apesar de dela totalmente depender. A linguagem de que Lacan sempre tratou, que teve o cuidado de cingir no campo em cuja função está a fala – ou seja, o que interessa ao psicanalista –, é aquela que “permite distinguir, entre outros, o código da mensagem” (LACAN, 1971-72a, lição de 4 de novembro) o que não é outra coisa senão a maneira como “o sujeito recebe do Outro a sua própria mensagem de forma invertida” (LACAN, 1956-57/1994, p. 120), levando-o a crer que é aí que deseja. Em consequência e se “o desejo do homem é o desejo do Outro” (LACAN, 1962-63/2004, p. 32), esse Outro é apenas o significado do Outro que se sobrepõe ao código com o qual o sujeito se depara nos primeiros momentos de sua constituição como ser falante (vide a construção paulatina de Lacan do que veio a nomear como o grafo do desejo).

Disjunção entre saber e verdade, tema sobre o qual Lacan se esforça a discorrer para demonstrar, em 1971, que o saber do psicanalista não é o que visa ao sabido, mas justamente o que não se pode dizer. Wittgenstein já o havia indicado quando, terminando o seu *Tractatus*, observava que “sobre aquilo de que não podemos falar, é preciso calar”¹, proposta também retomada por Jean-Claude Milner quando observa que “O que não se diz se mostra e é necessário ser

mantido em silêncio” (MILNER, 1995, p. 168). Nesse contexto Lacan retoma o ato de Bataille que, em seu curso, calara: “no dia de sua conferência [...] ele não proferiu sequer uma palavra, não foi uma forma ruim de ostentar o não-saber” (LACAN, 1971-72a, lição de 4 de novembro). Lacan identifica essa situação em diferentes movimentos daquela época como o que era considerado chique, em particular no meio universitário em que, por preguiça institucionalizada, já não se articulava nada que pudesse testemunhar da disjunção entre saber e verdade.

Eis então a tarefa sobre a qual Lacan se debruça nessas suas conferências sobre o saber do psicanalista. O faz a partir do que identifica, com todas as letras, como sendo o seu discurso: “Enfim, dez anos antes [de Bataille grifar o não saber com seu ato, seu silêncio], fazíamos um outro achado que tampouco era ruim, em relação ao que chamo meu discurso. Eu o havia começado dizendo que 'o inconsciente era estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1971-72a, lição de 4 de novembro). Interessante notar o tempo do verbo nessa frase, quando disse que o inconsciente *era* estruturado como uma linguagem. Há uma nova estrutura que começa a se descortinar para Lacan nesse momento, aquela que se baseia no que está fora do campo da fala e da linguagem e que, em referência ao objeto *a* que teve a função de introduzir o real como consistência em seu discurso, poderíamos derivar como *a*-estrutura. Não seria exatamente a isso que Lacan faz referência quando, no mesmo ano, durante seu Seminário, observa, quanto à questão do desejo, “que ela se refere a bem mais longe, à estrutura, à estrutura graças a que é o pequeno *a* que é a causa da *Spaltung*² do sujeito” (LACAN, 1971-72, lição de 21 de junho)?

A estrutura aqui diz respeito ao saber do psicanalista porque este é, fundamentalmente, que há o insabido. Freud (1895) já o decretara desde o *Projeto para uma psicologia* quando estabeleceu na psicanálise dois destinos para as primeiras experiências de um ser falante: de um lado, aquele em que as *Vorstellungen*³ se associam, modificando-se umas às outras em função das cadeias que integram, de outro, aquele que se conserva como *Ding*⁴, que permanece para sempre imutável. É o insabido porque não se constitui de significantes, é impossível dizê-lo. Por causa dessa impossibilidade, não se encontra nos dicionários, nem de filosofia, nem de psicanálise.

“O dicionário tem a ver com a dicção, quer dizer, com a poesia e com a retórica, por exemplo. [...] Só que é justamente isso o que não tem a ver com o inconsciente. O inconsciente tem a ver com a gramática” (LACAN, 1971-72a, lição de 4 de novembro). E com a repetição, completa Lacan. E conclui: “Contrariamente ao que ainda é muito disseminado, não sei porque, a função de *lalangue*, a vertente útil para nós psicanalistas, para aqueles que têm a ver com o inconsciente, é a lógica” (idem). *Lalangue* é um construto lógico que permite supor a prévia presença de sons que constituem a própria linguagem antes mesmo do nascimento desse campo em cada sujeito. É logicamente que se deduz, a partir do uso da linguagem e de suas funções, a fala, que antes mesmo de o falaser poder dizer, ele balbucia a lalação. Ao mesmo tempo, é esse balbucio que abrirá a possibilidade da emergência do falaser que se utilizará desses sons a darem possibilidade para o dizer. Construção que também encontramos no texto de Wittgenstein de 1922: “Nada é acidental na lógica: se uma Coisa puder aparecer no conjunto dos fatos, a possibilidade do conjunto dos fatos já deve estar antecipada na Coisa⁵. Esse conjunto dos fatos é o que a linguagem pode estabelecer, mas não sem que já esteja, então, antecipado na Coisa. É esta que a *préex-siste*. E por não estar no campo da linguagem, aquele que começara o discurso que Lacan diz ser o dele – campo em que se estrutura a função da fala, que faz o conjunto dos fatos existir através dos significantes, do S2, o saber –, a Coisa, *lalangue* é da ordem do insabido, a visada do saber do psicanalista. Costuma-se associar a referência freudiana a *Ding* com o que mais tarde se tornaria, em sua teoria, o objeto perdido e, por associação, em Lacan, no objeto *a*. Mas sabemos também que faltam exatidões nessas associações, a única definição de *Ding* que encontramos em Freud (1895) é esta: permanece imutável, não se associa. Ora, a partir do *Seminário sobre a Identificação*, Lacan (1961-62) já inicia um trabalho para especificar a relação entre o S1 (o significante unário) e o objeto, justamente, numa tentativa de articulá-los logicamente com o que se pode trabalhar a partir das séries de Fibonacci e o triângulo de Paschal. Tal tentativa permite levantarmos a hipótese de que nessa época há uma equivalência entre objeto e o Um do significante, ao mesmo tempo em que há uma radical impossibilidade na associação entre ambos. Não é inoportuno lembrarmo-nos aqui da própria carta de 6 de dezembro de 1896 de

Freud a Fliess (posterior, portanto, à redação do “Projeto”), em que discute a unaridade das inscrições e a esquematiza: há uma primeira percepção, em seguida, essa percepção deixa um traço de percepção (*Wahrnehmungszeichen*) que é “a primeira inscrição (*Niederschrift*) das percepções, incapaz de consciência, e que se dá via associações por simultaneidade (*Gleichzeitigkeitsassoziationen*)” (FREUD, 1896/1999, p. 218). A segunda inscrição – que se gera provavelmente via outro tipo de relações, “talvez causais” (idem) – são pegadas, pistas, traços inconscientes (*Ubw-Spuren*) que tampouco seriam acessíveis à consciência. Chamo a atenção para esse pequeno detalhe que eu nunca havia valorizado: Freud se utiliza aqui de dois termos diferentes conforme esteja falando dos traços de percepção, completamente impossíveis de um acesso da consciência, e as pegadas, pistas, traços do inconsciente que, no fim das contas, também não são acessíveis pela consciência, diferentemente das anotações no pré-consciente, ligadas às representações de palavra – referência que Freud mantém pelo menos até 1915/1975, segundo a qual apenas essas podem estar no pré-consciente –, que corresponderiam ao nosso “Eu oficial” (sic). Abaixo um pouco, Freud observa: “Quero ressaltar que essas inscrições que se seguem umas às outras, apresentam o trabalho psíquico de sucessivas épocas da vida” (idem). Quando retomaria esse esquema em *A Interpretação dos sonhos*, tal diferença já não aparece entre os traços mnêmicos que se inscrevem apenas como traços de percepção e aqueles que, segundo essa passagem de 1896, se inscreveriam como pegadas, pistas, traços inconscientes. Escreve: “Nossas percepções também se presentificam na memória enquanto ligadas, ou seja, sobretudo pelo encontro unilateral na simultaneidade” (FREUD, 1900/1972, p. 515). Quando chamo a atenção para isso é porque caberia bem aqui uma pergunta: até que ponto Freud não antecipara a possibilidade de haver registros originais para um sujeito em formação, anteriores àqueles que hoje, com Lacan, comporiam o inconsciente do campo da linguagem? Não seria a *lalangue* exatamente dessa ordem, registros de percepções na relação com o Outro, ainda não tornados significantes?

2. A verdade histórica.

Se é nesse início do trabalho de Freud que encontro uma possível orientação para cingir nele um abrigo para o que Lacan viria a lançar

quase oitenta anos depois como conceito, é no final do trabalho de Freud que se avizinha uma noção que não é de todo desinteressante para avançar aqui em minha proposta. Esta se afina: qual é a verdade do discurso psicanalítico a partir do que Lacan pode distinguir nele em relação ao saber em geral? Avancemos.

Historische Wirklichkeit. Sintagma utilizado por Freud sobretudo em um de seus últimos textos, que ficou inacabado, “Moisés e o monoteísmo”: a verdade histórica é aquela que só pode ser construída. *Wirklichkeit* é um conceito que avizinha a realidade sem sê-la (cf. COUTO; ALBERTI, 2013).

3. A verdade do discurso de Lacan

Na lição inaugural de seu *Seminário sobre a Identificação*, quando Lacan está iniciando sua construção lógica para a resposta à pergunta de todo ser falante “Quem sou eu?”, seus alunos gozam do raro direito de escutar uma pequena passagem ocorrida numa sessão de análise de um de seus analisantes. Lacan observa que se trata de um sonho e acrescenta: de um sonho a gente pode falar... Ele nem conta o sonho todo, apenas uma frase com a qual sonha seu analisante: “Por que, sonhava um de meus analisantes, ele não diz o verdadeiro sobre o verdadeiro?” (LACAN, 1961-62, lição de 15 de novembro). O “ele”, do sonho, era uma referência ao analista que, segundo seu analisante, nunca dizia a última palavra. Depois de ironizar a expectativa de que diga a verdadeira verdade, Lacan observa o seguinte:

a verdadeira verdade, esse termo, tem um sentido, e eu diria mais: é sobre esse sentido que está edificado todo o crédito da psicanálise. A psicanálise começou a se apresentar ao mundo como sendo aquela que traria a verdadeira verdade [...] essa verdadeira verdade é o lado oculto das cartas” (LACAN, 1961-62, lição de 15 de novembro).

Lacan então se espanta que ainda não fora feita nenhuma ponta de esforço para iniciar o que quer que seja que responda a essa expectativa em relação à psicanálise. Razão de ele, Lacan, acabar por confessar que se sente até bastante lisonjeado quando é interrogado sobre esse tema: “onde está a verdadeira verdade de seu discurso?”. Voltaria à questão quatro anos depois, citando, *en passant*,

novamente, o sonho de seu analisando. Nesse novo contexto, não está às voltas com o saber do psicanalista, mas com a relação entre psicanálise e ciência, que se fundamenta no fato de ambas terem o mesmo sujeito. A verdadeira verdade na psicanálise está no fato de sua disjunção com a ciência, pois para esta esse ponto está velado e “é por isso que vocês mantêm esse lugar espantosamente preservado no que faz ofício de esperança nessa consciência vagabunda ao acompanhar em coletivo as revoluções do pensamento” (LACAN, 1965-66, lição de 1 de dezembro). Mas é aqui também que Lacan disseca a disjunção entre verdade e saber, referida ao início desse seu seminário que trata da *Spaltung*, a divisão do sujeito entre verdade e saber. Lacan pergunta: “o saber sobre o objeto *a* seria então a ciência da psicanálise?” e responde que essa seria justamente a fórmula a evitar porque esse objeto *a* deve ser inserido “na divisão do sujeito através da qual se estrutura [...] o campo da psicanálise” (LACAN, 1965-66, lição de 1 de dezembro). De certa forma, afirma:

esse objeto *a* não é tranquilo, ou talvez é preciso dizer, seria possível que ele não os deixa tranquilos? E ainda menos aqueles que mais têm de se haver com ele: os psicanalistas, que seriam então aqueles que, de forma eletiva, tento fixar através do meu discurso” (LACAN, 1965-66, lição de 1 de dezembro).

O discurso de Lacan então, que se dirige de forma eletiva aos psicanalistas, visa à estrutura da divisão através da qual se estrutura o campo da psicanálise. Aquele campo que, conforme observamos quando retomávamos a primeira conferência sobre o “Saber do psicanalista”, é o campo que, originalmente, era o da linguagem.

É interessante observar que nessa lição de seu Seminário de 1965-66, Lacan observa, entre outras ciências, a linguística. Dela diz que, sua sutileza decorre do fato de que ela deve “integrar a diferença do enunciado à enunciação, o que é bem a incidência do sujeito que fala enquanto tal” (LACAN, 1965-66, lição de 1 de dezembro). Por isso ela se centra sobre a bateria do significante que prevalece sobre os efeitos de significação, o que a leva bastante longe na elaboração dos efeitos da linguagem, “porque daí se pode construir uma poética que não deve nada à referência ao espírito do poeta, nem à sua encarnação” (LACAN, 1965-66, lição de 1 de dezembro). Se há

diferenças teóricas na linguística, isso se deve à sua relação com o sujeito da ciência, do lado da lógica - “umbigo do sujeito” (porque daí se pode construir uma poética que não deve nada à referência ao espírito do poeta, nem à sua incarnação). Anos depois, Lacan (1976-77), ele próprio diria como o tangencia, não exatamente como poeta, nem suficientemente poeta, reintroduzindo, mais uma vez, a intranquilidade daquele objeto em seu discurso.

Poderíamos então dizer que a verdade do discurso de Lacan implica essa reinserção, a cada vez, do que intranquiliza? Seria então um discurso a visar sempre novamente a quebra de paradigmas, como se quer o avanço do discurso da ciência?

Mas não. Lacan dá aqui, em 1965, a sua resposta: a retoma de seu texto sobre “A coisa freudiana”: Eu, a verdade, eu falo – “Moi la vérité, je parle” (LACAN, 1955/1966, p. 409). É por falar que chega a lalíngua a quebrar a linguagem – e justamente não o paradigma!. Isso é muito importante, porque se confundimos as coisas ficamos com a impressão de que já não se trata mais de linguagem... mas é claro que se trata dela! –, partindo do inconsciente saber em direção ao inconsciente real. Pois “se eu falo de linguagem é porque se trata de traços comuns a serem encontrados em lalangue” (LACAN, 1971-72a, lição de 4 de novembro). Pois naquela época, em 1965, o que interessava a Lacan era reencontrar a via aberta por Freud, “cujo único sentido é o que retomo: o inconsciente é linguagem” (LACAN, 1965-6, lição de 1 de dezembro). E se isso já estava adquirido por todos em 1965, quando dava seu seminário sobre o objeto da psicanálise, era necessário intranquilizar de novo. E é assim que Lacan encontra lalangue. Observa, com Picasso, que não procura, acha; não experimenta, escande, até que um dia escandiu – de Lalande – lalangue “e no campo de lalangue, a operação da fala” (LACAN, 1971-72a, lição de 2 de dezembro). Mais uma vez é se dirigindo aos psicanalistas que o faz pois, logo em seguida, observa: “não há uma única interpretação analítica que não deixe de dar, a qualquer proposição que encontremos, a sua relação com um gozo”; e acrescenta: “o que quer dizer a psicanálise? Que essa relação com o gozo é a fala que assegura a dimensão de verdade” (LACAN, 1971-72a, lição de 2 de dezembro). E isso, por que? Porque o gozo sexual com o qual a psicanálise nos confronta no dia a dia de sua prática só pode se articular quando “exige encontrar isso, que só tem dimensão

em lalangue e que se chama a castração” (LACAN, 1971-72a, lição de 2 de dezembro). É da *Wirklichkeit* freudiana que pude aproximar da real verdade, ou verdadeira realidade, que se trata e que dista de uma verdade verdadeira que não há, da forma como Lacan o pode afirmar de dez em dez anos – 1955, 1965-66, 1976-77 –, ou seja, em “A coisa freudiana”, “O objeto da psicanálise” e, finalmente, “O insabido que sabe...”. É essa última referência que me inspirou a retomar a questão há quase cinco anos (ALBERTI, 2013). De um lado, lalangue, o fora de sentido, *jitanjáfora*. De outro, o poema, que produz um sentido inédito quando é possível sustentar o discurso tendo em conta, sempre novamente, a intranquilidade da castração. Engana-se aquele que julga que o poema é letra de gozo fora de sentido, observa Soler (2011): “O poema, é verdade, manipula a matéria sonora da língua, às vezes de forma genial [...]. Mas o poema é um dizer [...], segundo Lacan, é mesmo ‘o dizer o menos bobo’”, passível de interpretação. Daí Lacan concluir ser um poema um “nó que se centra na não relação, na castração” (DAHAN, 2011). *Là, quand?* Lá, quando? (ler, sobre isso, BOUSSEYROUX, 2007) – eis onde se centra Lacan.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, S. (2013) “Ato e poema: Rimbaud”. In: MIRANDA, E.R.; CERQUISE, G. (Org.). *A Clínica do ato*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- BOUSSEYROUX, M. (2007). “Signé ‘Là quand’”. In: *Objet kleinien et passe*. Disponível em: <<https://goo.gl/TujFAj>>. Acesso em: 9 jan. 2017.
- BURKHARDT, A. (1987). “Verpflichtung und Verbindlichkeit. Ethische Aspekte in der Rechtsphilosophie Adolf Reinachs”. In: MULLIGAN, K. *Speech Act and Sachverhalt*. Reinach and the foundations of realist phenomenology. Dordrecht: Martinus Nijhoff publishers. Disponível: <<https://goo.gl/XLbgIo>>. Acesso em: 9 jan. 2017.
- COUTO, R.; ALBERTI, S. (2013) “Moisés e a verdade: retorno à questão da verdade histórica”. In: *Trivium: Estudos Interdisciplinares: psicanálise e cultura*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jun. 2013, p.85-102.
- DAHAN, P. (2011). “Unidade da linguagem, singularidade d’alíngua”. In: *Wunsch*, Rio de Janeiro, n. 11, out. 2011, p. 33-37.
- FREUD, S. (1895/1999). “Entwurf einer Psychologie”. In:

- Gesammelte Werke*, v. Nachtragsband, p. 375-488. Frankfurt: S. Fischer Verlag.
- _____. (1986) *Sigmund Freud Briefe an Wilhelm Fliess 1887-1904*. Frankfurt: S. Fischer Verlag.
- _____. (1900/1972). “Die Traumdeutung”. In: *Studienausgabe*. Vol. II. Frankfurt: S. Fischer Verlag.
- _____. (1905/1999). “Der Witz und seine Beziehungen zum Unbewussten”. In: *Gesammelte Werke*, v. VI. Frankfurt: S. Fischer Verlag.
- _____. (1915/1975). “Das Unbewusste”. In: *Studienausgabe*, v. III, p.119-174. Frankfurt: Fischer Verlag.
- _____. (1938/1975). “Die Ichspaltung im Abwehrvorgang”, In: *Studienausgabe*, v. III, 1975, p. 389-395. Frankfurt: S. Fischer Verlag.
- HEIDEGGER, M. (1950). “Das Ding”. In: *Vorträge und Aufsätze*. Teil 2. Disponível em: <<https://goo.gl/dhs5i1>>. Acesso em: 25 set. 2016.
- LACAN, J. (1955/1966). “La chose freudienne”. In: *Écrits*. Paris, Seuil, p. 401-436.
- _____. (1956-57/1994). *Le Séminaire, livre IV, La Relation d'objet*. Paris, Seuil, 1998.
- _____. (1961-62). *Le Séminaire, livre IX, L'identification*. Disponível em: <<https://goo.gl/WuKa3f>>. Acesso em: 9 jun. 2016.
- _____. (1962-63). *Le Séminaire, livre X: L'Angoisse*. Paris: Seuil, 2004.
- _____. (1965-66). *Le Séminaire, livre XIII, L'objet de la psychanalyse*. Disponível em: <<https://goo.gl/cfKkph>>. Acesso em: 9 jun. 2016.
- _____. (1971-72). *Le Séminaire, livre XIX, ...Ou pire*. Disponível em: <<https://goo.gl/yoJuwg>>. Acesso em: 9 jun. 2016.
- _____. (1971-72a). *Le savoir du psychanalyste*. Conferências inéditas. Disponível em: <<https://goo.gl/nGyLNC>>. Acesso em: 9 jun. 2016.
- _____. (1976-77). *Le Séminaire, livre XXIV, L'insu qui sait d'une bévue s'aile à mourre*. Disponível em: <<https://goo.gl/bGmKvG>>. Acesso em: 9 jun. 2016.
- MILNER, J.-C. (1995). *L'OEuvre claire*. Paris, Seuil.
- SOLER, C. (2011). “Colocar o real no seu lugar”. In: *Wunsch*, v. 10, jul. 2010, p. 27-30. Disponível em: <<https://goo.gl/CgJ7h8>>. Acesso

em: 9 jan. 2017.

WITTGENSTEIN, L. (1922/2010). *Tractatus Logico-Philosophicus. Logisch-philosophische Abhandlung.* Disponível em: <<https://goo.gl/OU1SmV>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

Palavras-chave: lalangue, verdade, saber, significante, objeto a

Keywords: lalangue, truth, knowledge, signifier, object a

Notas:

* Professora Associada do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); procientista da UERJ; pesquisadora do CNPq; analista membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. Endereço: Rua João Afonso, 60, casa 22, CEP: 22261-040, Rio de Janeiro/RJ. E-mail: sonialberti@gmail.com

¹ “Wovon man nicht sprechen kann, darüber muss man schweigen” (WITTGENSTEIN, 1922/2010).

² Normalmente traduzida por “divisão”, é aqui uma referência de Lacan ao texto freudiano “Die Ichspaltung im Abwehrvorgang” [A divisão do sujeito no processo de defesa] (FREUD, 1938/1975).

³ Normalmente traduzida por “representações”, mas também associada ao conceito de significante, conforme a leitura de Lacan.

⁴ Traduz-se como a Coisa, desde o momento em que Lacan passou a chamar a atenção para esse termo em Freud, associando-o a *La Chose*, tradução francesa de um artigo de Heidegger (1950) que dá ao termo sua acepção na língua alemã.

⁵ Retomo a frase em alemão para justificar minha tradução: “In der Logik ist nichts zufällig: Wenn das Ding im Sachverhalt vorkommen kann, so muss die Möglichkeit des Sachverhaltes im Ding bereits präjudiziert sein” (WITTGENSTEIN: 2012). Utilizei a tradução publicada por José Arthur Giannotti, a partir do site <<https://goo.gl/A0LhXt>>. No entanto, essa tradução não distingue o uso do termo *Ding* do de *Sache* e traduz *Verhalt* por estado – há grandes debates sobre a questão do *Sachverhalt*, mas é possível observar que se referem, necessariamente, aos fatos implicados moral, ética, cultural e socialmente (cf., por exemplo, BURKHARDT, 1987, p. 161), ou seja, na linguagem. Ora, sendo a nossa leitura psicanalítica, não podemos deixar de identificar aí o desenvolvimento feito por Freud, desde 1891, entre ambos os termos: *Ding* e *Sache*. Prova disso é que o tradutor nem mesmo reafirma a Coisa no final da frase, como se *Ding* e *Sachverhalt* se misturassem. Para o nosso discurso, não. Muito ao contrário. (Sugiro a releitura do apêndice do texto “O Inconsciente” (FREUD, 1915/1975), ou seja, os trechos retomados de seus estudos sobre a afasia, de 1891).

“O QUE É A LÍNGUA SE A PSICANÁLISE EXISTE?”¹: UM RETORNO A SAUSSURE A PARTIR DE MILNER, GADET E PÊCHEUX

Juliana Santana Cavallari

PPGCL-Univás

Paula Chiaretti

PPGCL-Univás

Resumo: *O que resta inapreensível na obra de Saussure e que segue produzindo impasses, efeitos e deslocamentos teóricos? O que dessa experiência radical insiste em retornar e (não) se inscrever? Ao longo deste ensaio teórico, buscaremos percorrer e sustentar a hipótese de que o conceito de língua pode afetar a compreensão da Linguística estrutural retroativamente, pois permite um retorno ao Saussure do Curso de Linguística Geral de modo a compreender a língua não mais como um objeto estável, mas como algo que funciona a partir da lógica do não-todo. Para tanto, propusemos um retorno a Saussure, a partir das leituras de Milner, Gadet e Pêcheux para refletirmos sobre o trabalho do linguista que se inscreve nesse espaço de impossível (a impossível correspondência entre termos) que produz significação. É precisamente na/pela ciência que o não-todo se constitui naquilo que ela delimita, bordeia.*

Abstract: *What remains inapprehensible in Saussure's work that keeps on producing theoretical impasse, effects and displacement? What insists on returning and not being inscribed from this radical experience? Throughout this paper, we intend to pursue and support the hypothesis that the concept of language can affect the understanding of structural linguistics backwards, since it allows a return to Saussure's Course in General Linguistics in a way we can understand the language no longer as a stable object, but as something that functions based on a non-whole logic. In order to do so, we proposed a return to Saussure's thoughts, based on the reading of Milner, Gadet and Pêcheux to reflect upon the linguists' work which inscribes itself in this space of the impossible (the impossible correspondence between terms) that produces signification. It's*

precisely in/through science that the non-whole constitutes itself in what it encloses and borders.

Introdução

(...) vejo cada vez mais a imensidão de trabalho que seria necessário a fim de mostrar ao linguista o que ele faz... e, ao mesmo tempo, quanto é vão tudo o que, afinal de contas, se pode fazer em linguística... (Saussure em carta de 1894 a Meillet)

Em carta de 1894 a Meillet (apud AGAMBEN, 2007, p.243), Saussure confessa o seu drama e seu aparente fracasso diante do trabalho que envolve os fatos de linguagem. Esse aparente fracasso de Saussure na construção de uma teoria que só se inaugura postumamente, por intermédio de dois de seus discípulos, Charles Bally e Albert Sécheyaye, também se deixa flagrar em algumas passagens da obra *Curso de Linguística Geral* (CGL), que influenciou fortemente os estudos linguísticos, desde a primeira metade do século XX. Na referida obra, encontramos a seguinte afirmação: “mas sendo a língua o que é, de qualquer lado que a abordemos, não lhe encontraremos nada de simples” (SAUSSURE, [1916] 1995, p.141).

Apesar de ser considerada uma ciência-piloto (DOSSE, 1993) nas Humanidades, a Linguística moderna deve sua fundação a um movimento que estabelece *a posteriori* uma autoria. Se Saussure nunca conseguiu delimitar com precisão o corte entre fala e língua, isso não se configurou como um obstáculo para a inauguração de uma Ciência Linguística, cujos fundamentos se encontram no *Curso de Linguística Geral* (CLG), de 1916. Estaria aí, portanto, o ponto inaugural da Linguística como Ciência.

Paradoxalmente, como nos aponta Agamben (2007), o obstáculo intelectual contra o qual Saussure havia ‘naufragado’ foi o disparador de uma série de resultados positivos, sobretudo se considerarmos o estabelecimento da Linguística com seu método e objeto próprios e bem definidos. Nas palavras de Agamben (idem, p.241):

O que a publicação do *Curso*, nas condições de 1915, revela de modo insofismável é precisamente esta experiência de uma

aporia radical, ao apresentar como uma série de resultados positivos aquilo que era, na realidade, o último obstáculo contra o qual Saussure havia naufragado ao final de uma viagem iniciada quase 15 anos antes [...].

Afinal, o que resta inapreensível na obra de Saussure e que segue produzindo impasses, efeitos e deslocamentos teóricos? O que dessa experiência radical insiste em retornar e (não) se inscrever?

Partindo do pressuposto de que o furo e a incompletude sempre estiveram presentes no pensamento de Saussure sobre a linguagem, desde antes do *CLG*, ao longo deste ensaio teórico, buscaremos percorrer e sustentar a seguinte hipótese: o conceito de língua² pode afetar a compreensão da Linguística estrutural retroativamente, pois permite um retorno ao Saussure do *Curso de Linguística Geral* de modo a compreender a língua não mais como um objeto estável, mas como algo que funciona a partir da lógica do não-todo. Parece-nos que o aparente "fracasso" (teórico) de Saussure, foi essencial para possibilitar outras construções teóricas. Para percorrermos essa hipótese, partiremos de alguns impasses presentes no *CLG*.

Alguns impasses de Saussure

Para Saussure ([1916] 1997, p. 22), a língua como objeto passível de sistematização cuja existência depende de uma espécie de contrato social estabelecido entre os membros da comunidade seria um objeto a ser estudado separadamente de outros. Ao longo do *CLG*, no entanto, Saussure deixa rastros dos impasses que o estudo da língua como um objeto de natureza concreta pode suscitar. Ao definir a língua como um sistema de signos que exprimem ideias, Saussure ([1916] 1997, p. 25, grifos nossos) salienta que “o signo *escapa* sempre, em certa medida, à vontade individual ou social, estando nisso o *seu caráter essencial*; é, porém, o que menos aparece à primeira vista”. Partindo da citação anterior, podemos afirmar que a língua, embora tenha sido o objeto privilegiado pela Linguística, não se apresenta tão consistente como se imaginaria. O que menos aparece, à primeira vista, e ao mesmo tempo, o que mais a caracterizaria seria justamente sua inconsistência. No entanto, o que se observa é que muitas vezes, esse objeto, língua, é tomado como um ponto de partida capaz de possibilitar uma organização e classificação, como podemos observar

em Saussure ([1916] 1997, p. 17): “a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito”.

Para delimitar o objeto da Linguística e propor uma definição de língua, Saussure ([1916] 1997, p. 15) parte do seguinte questionamento: “Qual é o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto, da Linguística? A questão é particularmente difícil: veremos mais tarde por quê.” Para ele, a dificuldade advém do fato de as ciências, de forma geral, trabalharem com objetos “dados previamente”, sem se darem conta do movimento inverso: de que “é o ponto de vista que cria o objeto”.

Podemos observar que Saussure jamais separou o aspecto individual da linguagem do social. Não há um corte preciso e decisivo entre língua e fala, tendo em vista a impossibilidade de conceber o lado individual da linguagem (a fala) sem o seu lado social (a língua). Existe, segundo ele, “interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta” (SAUSSURE [1916] 1997, p. 27). Apesar dessa interdependência que abarca, respectivamente, o domínio social e o domínio individual da linguagem, Saussure ([1916] 1997, p.16) salienta que, “se estudarmos a linguagem sob vários aspectos, ao mesmo tempo, o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si”. Daí a escolha de Saussure pela *língua*, que não se confundiria com a linguagem, mas que seria parte essencial dela. Tal escolha de objeto não atesta um desconhecimento da complexidade dos fenômenos que envolvem a linguagem humana, mas sim uma renúncia dos diferentes domínios que a constituem, de modo a possibilitar a construção de uma ciência cujo objeto (a língua) é passível de sistematização e de classificação.

Ora, quais são as condições da ciência? De modo geral, para que haja uma ciência é preciso que um conjunto de definições esteja presente: de domínio, de objeto, de conceitos, de axiomas. Para Milner ([1978] 2012), o que se nos apresenta são línguas e é justamente esse “conjunto de realidades” que poderia nos permitir supor uma regra que determinasse se tal realidade pertence ou não ao conjunto das línguas. Daí a necessidade de pensar em um “ser autônomo” (a língua) a partir do qual as línguas pudessem se reunir em um conjunto consistente. Como entender a língua (abstrata) como esse objeto que

poderia vir a definir um campo científico e, mais precisamente, delimitar um *conjunto de línguas*, se de partida podemos localizar uma língua absolutamente incomensurável às demais, a língua materna, que não pode juntar-se às outras fazendo a partir daí existir um conjunto consistente de línguas? (MILNER, [1978] 2012).

Diferentes passagens e discussões no *CLG* nos permitem observar que o furo, a inconsistência e a ausência já estavam presentes no pensamento de Saussure, embora tenha sido creditado a ele o nascimento de uma ciência positivista. Ao abordar a língua como pensamento organizado na matéria fônica, Saussure propõe a noção de valor linguístico que constitui um importante elemento da significação. Se, de acordo com o autor, “não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” esta não pode ser senão um sistema de valores puros (SAUSSURE [1916] 1997, p.130). “A linguística trabalha, pois, no terreno limítrofe onde os elementos das duas ordens (das ideias e dos sons) se combinam; *esta combinação produz uma forma, não uma substância*” (idem, p. 131). Não há, pois, uma relação direta, natural e fixa entre o pensamento e a matéria fônica. Essa combinação, necessária para produzir significação, é uma *forma* possível de articulação “em que uma ideia se fixa num som e em que um som se torna o signo de uma ideia” (idem, p. 131) e não uma substância concreta, imutável e predeterminada. Tendo em vista que o vínculo entre a ideia e o som é radicalmente arbitrário, podemos afirmar que a língua é muito mais *ausência* de uma relação natural entre pensamento e som do que *presença* de um sistema concreto e predeterminado.

Saussure postula, ainda, que todos os valores parecem estar regidos por um princípio paradoxal: por uma coisa *dessemelhante*, suscetível de ser *trocada* por outra cujo valor resta determinar; por coisas *semelhantes*, que se podem *comparar* com aquela cujo valor está em causa (idem, p. 134). “Assim, o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia [...] seu valor, pois, depende do que está fora e em redor dele” (idem, p. 135). Saussure conclui que tudo na língua é relativo, arbitrário e diferencial, já que esta ou aquela significação não se fixa às palavras nem é inerente a elas, mas advém da relação diferencial e negativa existente entre os termos do sistema. Algo significa por semelhança e dessemelhança, ao positivar algo que os outros termos não são ou representam. Dito de outro modo, um

termo é o que o outro não é, pois seu valor se dá por oposição, na batida entre presença e ausência, semelhança e dessemelhança, seja no nível fonológico, morfológico ou sintático da língua.

Os impasses atrelados à noção de língua apontam para uma relação problemática com o empirismo. A esse respeito, no trabalho em que endereça algumas questões centrais à interlocução entre Linguística e Psicanálise, Milner (2009) aborda a *insuficiência empírica da linguística* e destaca que a linguística não pode apreender nada que marque a emergência contingente de um sujeito, pois coloca a questão da linguagem como perceptível, ainda que seja “sempre obrigada a concluir que a linguagem não é inteiramente perceptível” (MILNER, 2009, p. 184). A linguística aborda a linguagem de um ponto de vista empírico, recorrendo ao conceito de signo e de significação, sem levar em conta o significante que falta no outro e a positividade como efeito da diferença e da ausência. Para a teorização psicanalítica, diferentemente da Linguística estrutural, os dados de língua constituídos a partir da linguagem e das suas estruturas só interessam “na medida em que marcam a emergência de um sujeito –, porém a Linguística não pode apreender nada de uma tal emergência” (MILNER, 2009, p. 184).

Para além do estruturalismo e da positividade atribuída à Linguística como ciência piloto das Ciências Humanas, observamos que o furo sempre esteve presente no pensamento de Saussure, desde o *Curso de Linguística Geral*. Na mesma direção, Milner (2009, p. 186) afirma que “depois de Saussure é a diferença que funda as propriedades, e não há estatuto possível para a semelhança”. Para o referido autor (2009, p. 187) o termo significante, empregado por Lacan, vem de Saussure, mas não sem uma modificação profunda. “É, pois, significante aquilo que não tem existência e propriedades senão por oposição, relação e negação”. Trata-se de uma existência opositiva, relativa e negativa e que, portanto, não é passível de se tornar substância.

A consideração da *forma* em detrimento da *substância*, na compreensão da língua, seria aquilo que garantiria, por um lado, esquivar-se da série de acidentes presentes no campo da substância e, por outro lado, apoiar-se no campo das relações invariáveis que a forma permite. Observa-se, nessa divisão, uma outra cisão, aquela à qual diferentes correntes linguísticas recorrem: fala e língua. Isso

interessaria à Linguística justamente na medida em que a língua se sustenta na unicidade (idêntica a si mesma) e na distintividade (que apresenta diante de outras línguas).

Milner ([1978] 2012), no entanto, suspeita da formalização que recorre à separação (necessária à ciência) entre língua e fala, apoiando-se no *equivoco*. Isso porque, segundo o autor, o que observamos na experiência imediata é a possibilidade de que uma locução não seja idêntica a si mesma. Essa não-identidade consigo mesma da locução, por sua vez, é referida às diversas qualidades que sustentam o duplo sentido: homofonia, homossemia, homografia. Para Milner ([1978] 2012), o equívoco funciona de modo a refratar a univocidade.

Língua, equívoco e poesia

Maravilhemo-nos. Mas onde estaria a possibilidade do contrário? Onde estaria um só instante o ponto de irradiação positivo em toda a linguagem, dado que não há imagem vocal que responda mais do que outra ao que deve dizer? (SAUSSURE, *Notes inédites*, 1954, apud AGAMBEN, 2007, p. 244)

Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 55), em *A língua inatingível*, retomam o real da língua como sendo “cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do *Witz* e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo”. Assim como Milner ([1978] 2012), Gadet e Pêcheux ([1981] 2010) consideram o não-idêntico como aquilo que faz com que a língua seja pressuposta. A língua é o espaço em que o idêntico retorna de outras formas. A repetição do significante nesse “espaço” (a língua) funda o espaço repetível da língua, ao mesmo tempo em que funda o equívoco que afeta essa última. Isso faria com que “em toda língua um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 55). A língua não cessa de ser desestratificada pelo equívoco.

Vale pontuar algo importante aqui: à série de “acidentes” (homofonia, homonímia e homossemia) indicados por Milner ([1978] 2012), Pêcheux e Gadet ([1981] 2010) acrescentam não só as formações do inconsciente (lapsos e *Witz* [chiste]), mas também o

“bom relacionamento entre os efeitos discursivos”, elemento que marca uma compreensão dos autores sobre o modo como o real afeta o funcionamento da linguagem: há, aí, uma aproximação entre a questão do real da língua e a posição materialista em Linguística. Ou seja, de todos os ângulos que se a observa, a linguagem apresenta pontos incontornáveis de ruptura.

Tomando o signo, por exemplo, que analogamente ao símbolo, se caracteriza por ser constituído por uma dualidade, ele se distingue do último na medida em que a associação entre seus dois termos (significante e significado) não é, de forma alguma, natural. Para Gadet e Pêcheux ([1981] 2010), compreender a arbitrariedade do signo é compreender de que modo a linguagem é afetada pelo social. É precisamente as dimensões social e histórica que levam os autores a pensar no *real da história*, de maneira análoga e, ao mesmo tempo, contraditória à forma como Milner pensa sobre o *real da língua*. A partir daí, a proposta é trabalhar o real da história “como uma *contradição* da qual o impossível não seria foracluído” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 52, grifo nosso). Novamente, o impossível aparece como constitutivo daquilo que, em matéria de ciência ou disciplina, tenta-se cercar.

Com o foco então nas contradições, Gadet e Pêcheux ([1981] 2010) levam em consideração os efeitos paradoxais da obra de Saussure. O primeiro paradoxo se refere à origem da descoberta de Saussure: haveria algo de original em sua obra ou tratar-se-ia da formalização, por parte de Saussure, do que já havia sido dito por outros gramáticos anteriormente? Por outro lado, é possível reconhecer que existe em sua obra algo de fundamental (de ponto de origem) para diferentes escolas linguísticas, segundo as quais os linguistas se dividem. A própria divisão é um dos pontos de destaque e reiteração com relação à obra de Saussure: diversas dicotomias são continuamente invocadas para dizer de uma dicotomia (considerada “fácil” por Gadet e Pêcheux) entre um Saussure diurno e um outro noturno, do *CLG* e dos *Anagramas*. É como se, de certa maneira, a operação (de corte) que garante a homogeneidade de um campo fosse afiançada pela ignorância de tudo aquilo que aponta para o fato de que algo na língua (não) cessa de não se inscrever. Ao mesmo tempo, o modo como o *CLG* é publicado (por uma mediação de seus alunos) aponta para o reconhecimento, por parte de Saussure, de certa

insuficiência ou precariedade da estabilidade relativa ao seu objeto científico (ou mesmo à sua construção), a saber, a língua.

É nesse ponto que diferentes autores (MILNER, [1978] 2012; GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010) convocam a Psicanálise e a sua hipótese sobre o inconsciente na compreensão sobre a língua. A partir daí, torna-se possível rever o papel sintomático que a Psicanálise tem na construção do campo teórico da Linguística:

Se as apropriações que a psicanálise acreditou poder se autorizar com relação a certos conceitos linguísticos fazem a linguística correr o risco de desaparecer como tal com o avanço da primeira, essa ameaça tem, entretanto, a vantagem de constituir em retorno um sintoma para os linguistas: na verdade, eles não podem mais recusar a ideia de que sua ciência organiza sua autonomia em troca de um certo número de ignorâncias e recalques (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 20).

Buscando desenvolver essa discussão sobre a ciência linguística, poderíamos nos perguntar se, no saussurianismo, a série de oposições, que poderiam ser resumidas por uma oposição entre o sociologismo e o formalismo, pareceria retratar “uma nova forma de complementaridade filosófica confrontando a riqueza concreta da vida com os conceitos do direito”³ (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 56).

Mais do que a tomada de uma posição, Gadet e Pêcheux ([1981] 2010) estão interessados em compreender justamente a relação entre esse diurno e esse noturno, entre os elementos que são colocados em relação dicotômica, ou seja, para eles, é a própria relação entre os termos opostos que faz irrupção na Linguística produzindo sentidos. Para entender essa irrupção, que está relacionada, por outro lado, a uma certa trava/obstrução na Linguística (que como vimos assume diferentes roupagens na obra de Saussure), os autores propõem que as duas faces sejam retomadas a partir do conceito de *valor*.

Para Benveniste (em *Natureza do signo linguístico*, de 1939), retomado por Gadet e Pêcheux ([1981] 2010), o primado do arbitrário só pode ser levado a cabo a partir do "ponto de vista de Sirius", que faz referência metafórica à estrela mais brilhante no céu e que pode

ser vista em qualquer ponto da terra. Tratar-se-ia, então, de um lugar privilegiado de verdade e legitimidade sobre o mundo e seus objetos. Um lugar que só poderia ser ocupado por alguém que se coloca fora do jogo em que as identidades são negociadas. Ora, como seria possível conceber esse elemento absolutamente exterior (e até mesmo transcendental)?

Descartando a possibilidade de que um sujeito (privilegiado) ocupe esse lugar a partir do qual poderia abordar as questões de maneira neutra, Benveniste propõe que é a *relação* entre significante e significado, que condiciona a vida em sociedade, que se configura como ponto de partida para a Linguística. No entanto, convocado o terceiro termo tratado por Saussure como a realidade (*substância*), seria possível perceber que, ao contrário de uma relação entre significante e significado, a arbitrariedade diria respeito à relação entre o signo e a realidade. Essa operação, no entanto, é entendida por Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 57) como “uma espécie de materialismo da realidade que deveria permanecer exterior à reflexão linguística”. Essa passagem da consideração das dicotomias para a consideração de um terceiro termo na construção teórica da Linguística nos leva a perceber que a própria Linguística (ou melhor, uma certa Linguística) se funda em uma *exclusão*.

Deslocando o foco da arbitrariedade na relação entre o signo e a realidade, para privilegiar a relativização dos valores uns *em relação* aos outros, Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 58, grifos nossos) formulam:

Saussure não é tão simples assim! Colocar o valor como peça essencial do edifício equivale conceber a língua como rede de “diferenças sem termo positivo”, o signo no jogo de seu funcionamento opositivo e diferencial e não na sua realidade; conceber o não dito, o efeito *in absentia* da associação, em seu primado teórico sobre a “presença” do dizer e do sintagma; o não dito é constituinte do dizer, porque o todo da língua só existe sob a forma não finita do não-tudo⁴ efeito da alíngua; é pelo papel constitutivo da ausência que o pensamento saussuriano resiste às interpretações sistêmicas, funcionalistas, gestaltistas e fenomenológicas que, entretanto, elas não cessam

de provocar. *A revolução saussuriana provoca o esfacelamento da complementaridade.*

Ainda para esses autores, a questão ligada ao valor do signo só poderia ser entendida quando a tomamos a partir da relação entre *Os Anagramas* e o *CLG*. Isso porque o valor diz respeito à relação não do signo com a realidade, mas sim do signo com outro signo, do jogo metafórico e metonímico próprio da linguagem, cujo maior representante é a poesia (que não deve ser colocada à parte, como um “efeito especial”). A partir daí, podemos considerar que o que se escreve de maneira irremediável na obra de Saussure é o próprio deslizamento como uma propriedade da língua, propriedade essa levada às últimas consequências na poesia. Espaço de subversão, do negativo, do absurdo, a poesia, bem como o equívoco e o lapso, é coextensiva à língua (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 64). Isso leva Gadet e Pêcheux ([1981] 2010) a considerarem a necessária relação entre a ciência da linguagem e o inconsciente.

É isso que diferencia o que os autores chamam de uma “língua marciana”, asséptica e dócil à lógica clássica, de uma língua humana, línguas naturais “cujas marcas sintáticas nelas são essencialmente capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 24). É isso que, em última instância, faz com que a língua seja capaz de *política*.

Da perspectiva psicanalítica, partindo do pressuposto de que a linguagem é metafórica por excelência, Lacan afirma que não há metalinguagem, propondo o seguinte questionamento que retoma a questão da não-identidade consigo mesma da língua:

Temos aí uma denotação extremamente problemática. De fato, se é verdade que o simbólico é aquilo que digo dele, ou seja, que está inteiramente inserido na fala, e que não há metalinguagem, a partir de onde podemos designar na linguagem um objeto sobre o qual seja certo ele não diferir dele mesmo? (LACAN, [1971 – 1972] 2012, p. 56).

Em sua elaboração teórica, Lacan se vale das funções da linguagem propostas por Jakobson, na obra *Linguística e Comunicação* ([1919] 2003), na qual a função poética se destaca

como função determinante. Segundo Jakobson (2003, p. 85), sem nos darmos conta, fazemos uso do recurso poético cotidianamente, quando dizemos, por exemplo, *Horrendo Henrique*, ao invés de *medonho* ou *feio*. O autor formula que “O estudo linguístico da função poética deve ultrapassar os limites da poesia” (p. 86), já que a função poética não se restringe à poesia. Lacan ([1971] 2009, p. 159) elabora que, ao tentar denominar algo, toda palavra, seja ela qual for, “nunca pode fazer outra coisa senão remeter a uma conotação”. O autor sugere, então, que não levemos a termo o que a Linguística nos indica, mas que possamos extrapolar, a fim de percebermos “que nada do que a linguagem nos permite fazer jamais passa de metáfora ou metonímia” (LACAN, [1971] 2009, p. 159). Também para a Psicanálise, a poesia é coextensiva à língua(gem). Assim, podemos inclusive nos perguntar se a língua não seria capaz de poesia graças à lalíngua.

Já expusemos, anteriormente, que a ‘ignorância’ estrutura a Linguística que, para se edificar como ciência, precisou ignorar o impossível: aquilo que não cessa de não se escrever. No entanto, a partir do equívoco, da poesia, dos lapsos, que indiciam a presença de um impossível, não seria possível pensar em um ponto no qual algo *cessa de não se escrever*? É justamente nesse espaço da contingência que Milner ([1978] 2012) localiza a poesia.

O que fazer com o impossível da língua?

Com relação ao projeto de uma língua lógica e seu necessário apelo aos axiomas, Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 42, grifo nosso) escrevem que:

Fixar no início convenções arbitrárias necessárias aos símbolos e às regras, depois colocar a máquina para funcionar: assim materializar-se-ia um tribunal linguístico pronto para legitimar a validade das expressões. O *irrealizável* dessas convenções só faz reforçar o fantasma de uma língua universalmente apropriada a seu objeto, suscetível de garantir a unidade comunicacional do gênero humano.

Ainda que a Linguística ou, mais precisamente, uma dada maneira de transmitir e interpretar a Linguística estrutural fundamente-se no

princípio de identidade que permitiria aos seres falantes se comunicar, há algo de *irrealizável* que constantemente retorna de diferentes maneiras.

A ciência Linguística, fundada na ‘desconsideração’ do real como tal⁵, busca, de diferentes maneiras, apreender esse real, formalizando-o em uma estrutura conceitual. Dizemos *desconsideração*, entre aspas, porque é a partir da busca de uma formalização que se pauta ora na regularidade ora na exceção que a Linguística propõe que se trabalhe com a língua. As diferentes *teorias* apareceriam, então, como resposta à demanda por representação daquilo que escapa ao sujeito (o real). Esse real da língua, para Milner ([1978] 2012), se formaliza como o *repetível*, passível de uma escrita científica – notações, símbolos –, ou como *exceção*, onde se instala aquilo que é ou não língua.

Assim, diferentes modos de trabalho com a língua produzem diferentes modos de se aproximar desse impossível que a própria proposição do conceito de língua (por Saussure) sustenta ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, apaga. O incalculável (que surge como efeito da própria língua concebida como calculável ou classificável) é ora silenciado, ora apreendido imaginariamente.

Para Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 30, grifo nosso), “a questão do real da língua inscreve-se nessa *disjunção* maior entre adoção de uma ordem própria à língua, imanente à estrutura de seus efeitos, e a de uma ordem exterior, que remete a uma dominação a conservar, a restabelecer ou inverter”. Em nota de rodapé, os autores ([1981] 2010, p. 33) concluem que “a questão de um real da língua é [...] subjacente à da própria existência da linguística como pretensão científica”.

Pêcheux divide o que ele chama de a “loucura das palavras”, entre esses dois grupos: aqueles que estão ligados ao Direito e aqueles que estão ligados à Vida. Enquanto, de um lado, há aqueles que são “levados por essa deriva, ‘deixando errar seu fluxo no corpo pleno da linguagem’”, haveria outros que “decidem construir ‘seu império de ciência e de texto’” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 46). Ao contrário da aproximação comumente realizada entre esses dois campos (da lógica e da deriva) e os dois gêneros, feminino e masculino, imaginariamente opostos e complementares, Gadet e Pêcheux ([1981] 2010) não acreditam em uma conciliação possível. Retomam, para tratar desse impossível, a lógica da sexuação proposta por Lacan e para o qual “não há relação sexual”, ou seja, não há

complementariedade (mais especificamente, proporcionalidade) entre os dois sexos.

Assim como Lacan postula que a relação sexual não existe, para estabelecer a impossibilidade de correspondência e de proporcionalidade entre o todo e o não-todo (entre o homem e a mulher, respectivamente), a Língua (extraída do *CLG*, distinta da fala, como objeto que se pode estudar separadamente) não existe. Nesse sentido, a própria 'Ciência' linguística, cujo objeto *língua* (apartada da fala) lhe é imprescindível, se encontra ameaçada.

Em nota, Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 53, grifo nosso), descrevem o trabalho do gramático e do linguista como sendo o de:

[...] construir a rede desse real, de maneira que essa rede faça Um, não como efeito de decisões que viriam arbitrariamente rasgar essa unidade em fluxo, mas por um reconhecimento desse Um enquanto real, ou seja, como *causa* de si e da sua própria ordem. Fazer Linguística é supor que o real da língua é representável, que ele guarda em si o repetível, e que esse repetível forma uma rede que autoriza construção de regras.

A Linguística deveria, então, ser pensada como uma ciência que suportaria (em suas regras, em suas classificações e sistematizações) o real? Como isso seria possível? Para compreender de que modo o real aqui pode ser entendido enquanto Um, gostaríamos de destacar, da citação acima, o ponto em que os autores identificam o real à "causa de si de sua própria ordem". A que ordem se referem os autores aqui? À ordem que supõe tudo aquilo que na experiência imediata é rechaçado: isotopia, identidade a si mesmo, comensurabilidade.

Na mesma direção, Miller (2013, p.19), em *Piezas Sueltas*, parece sustentar a ideia do real como *causa* da própria ordem da língua, ao definir a linguagem como elucubração de saber sobre *lalengue*, como suporte de *lalengue*, "uma vez que *lalengua* surge detrás del *lenguaje*, este es rebajado al estatus de uma elucubración de saber sobre *lalengua*, un elucubrado. El *lenguaje* es el sistema gramatical o lingüístico que construimos o inventamos *a partir de lalengua*" (grifo nosso). Quando argumenta que o lingüístico e o sistema gramatical são construídos ou inventados a partir de *lalíngua*, o autor defende

uma primazia de *lalangue* sobre a linguagem, uma vez que o furo, o (in)simbolizável, estariam na base da constituição da linguagem.

E como podemos entender essa “causa de si”? Localizar-se-ia aí o espectro da origem da língua? Tratar-se-ia daquilo que Pêcheux exaustivamente tentou afastar de sua teoria, qual seja, o ideal de uma língua mãe (fosse ela passível de ser construída ou resgatada)?

Se a Linguística se encontra abalada em seu estatuto de ciência, como entender, nesse contexto, o trabalho do linguista? Ele se inscreveria nesse espaço de impossível, que poderíamos descrever também como a impossível correspondência entre termos, de modo a produzir significação.

Por conta de todas as rupturas descritas, Agamben (2007, p. 219) coloca o campo de reflexão sobre a linguagem como sendo o campo “no qual se projeta a experiência da fratura original”. Fratura essa relacionada às próprias divisões que, incansavelmente e paradoxalmente, são colocadas em pauta pela Linguística, mas que vão além, na medida em que estão relacionadas aos impossíveis contemporâneos, a qualquer tentativa de delimitação de qualquer campo teórico. Outras delimitações e elaborações teóricas surgem, portanto, desta *fratura original* provocada pela Linguística estrutural e por sua escolha de objeto (a língua).

Um retorno ao Saussure do *CLG*, a partir das leituras de Milner, Gadet e Pêcheux, que, por sua vez, inauguram outros campos teóricos, nos permite voltar à epígrafe de Saussure, que abre este estudo, sobre o trabalho do linguista que é praticamente *impossível* de ser mostrado e transmitido enquanto *presença* ou a partir da lógica do todo, do idêntico a si mesmo. A partir dessa lógica positivista, o trabalho do linguista parece realmente fracassar e ser vão. Por outro lado, esse trabalho se mostra extremamente produtivo e singular, se compreendermos a língua não mais como um objeto estável, mas como algo que funciona a partir da lógica do não-todo. É precisamente na/pela ciência (lógica do todo, do Um) que o não-todo se constitui, naquilo que ela delimita, bordeia. O representável do não-todo, que não cessa de desfazer/deslocar as bordas e limites, se condensa nessa palavra (tão pouco cuidada em muitos momentos) “real” (da língua). Enquanto esse real for tomado dentro de um “complexo de representações relativamente a um *moi* [eu]” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2010, p. 25), ele não assume seu estatuto. É preciso, nesse

sentido, rever seu papel para as Ciências da Linguagem – papel que aponta à ruptura, ao equívoco, à abertura de sentidos.

Retomando Milner ([1978] 2012, p. 28), “a língua é o que sustenta a língua na qualidade de não-toda”, o que, segundo o próprio autor, pode ser traduzido por “*a língua sustenta o real de a língua*” (*idem*) e isso só pode ser dito ou formulado, a partir do corte epistemológico inaugurado por Saussure.

Assim, a obra de Saussure, sobre a qual a Linguística como Ciência se edificou, segue produzindo impasses, efeitos e deslocamentos teóricos, sobretudo ser for retomada e discutida retroativamente, depois do surgimento de outros campos do saber como a Análise de Discurso e a Psicanálise cujas teorizações passam pela Linguística dita estrutural, ainda que seja para se distanciar dela e para propor um outro olhar sobre a língua, a partir do resto produzido pela Linguística. Algo dessa experiência radical com a língua, diante da tentativa de construção de uma ciência, insiste em retornar e (não) se inscrever, propiciando outras construções teóricas e deixando à mostra o impossível de ser tamponado: o furo que a língua e a ciência tentam bordear ou cercar e que sempre nos escapa, pois é estruturante e constitutivo de ambas.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. (2007). *Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- GADET, F. PÊCHEUX, M. [1981] (2010). *A língua inatingível*. Campinas: Editora RG.
- JAKOBSON, R. [1919] (2003). *Linguística e Comunicação*. Tradução de Izidoro BLIKSTEIN e José Paulo PAES. São Paulo: Editora Cultrix.
- LACAN, J. [1971] (2009). *O seminário livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Tradução de Vera RIBEIRO. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. [1971 – 1972] (2012). *O seminário livro 19: ...ou pior*. Tradução de Vera RIBEIRO. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MILLER, J-A. (2013). *Piezas sueltas: los cursos psicoanalíticos de Jacques-Alan Miller*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós.
- MILNER, J-C. [1978] (2012). *O amor da língua*. Trad. Paulo Sérgio de Souza Júnior. Campinas: Editora da Unicamp.

_____. (2009). “Linguística e Psicanálise”. In: *Revistas de Estudos Lacanianos*. Belo Horizonte, v.2, n.4, Jul – Dez, p.177 – 192.
SAUSSURE, F. [1916] (1997). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix.

Palavras-chave: Língua, Lalíngua, equívoco.

Keywords: Language, lalangue, equivocation.

Notas

¹ Citação de Milner em *O amor da língua* ([1978] (2012), p. 25).

² Optamos pela tradução (do francês para o português) de “lalangue” como “lalíngua”, mas iremos manter, em citações diretas, a variação apresentada pelos diferentes autores e tradutores que consultamos.

³ Gadet e Pêcheux ([1981] 2010, p. 38) apresentam a configuração da Linguística por meio de uma dualidade: do lado do Direito, colocam a ‘ditadura logicista’; enquanto que, do lado da Vida, ‘as múltiplas práticas fragmentárias’.

⁴ No original em francês, *pas-tout*, que pode ser traduzido como não-todo.

⁵ Impossível e contingente.

LALÍNGUA NA CLÍNICA*

Luciano Elia**

LAEP

Resumo: Neste artigo, o autor parte do problema da tradução da palavra “lalangue” em português, dando as razões pelas quais prefere “lalíngua” a “alíngua”, que seria sua tradução mais correta de um ponto de vista puramente formal. Faz então um rápido percurso pelo lugar que o campo da linguagem teve no ensino de Lacan desde seu início, assinalando criticamente a ruptura da psicanálise com todo funcionalismo. Apresenta em seguida as vicissitudes pelas quais este campo passou em seus momentos mais avançados. A escrita vai ganhando um lugar de primazia em relação à fala, o que permite o desenvolvimento de uma lógica que permitirá a abordagem do real, a formulação da sexuação e o tratamento do gozo. O corpo também será ressituaado na psicanálise, na direção de torna-se cada vez mais coextensivo ao sujeito, através da ultrapassagem da dualidade corpo/mente, eminentemente cartesiana, pelos conceitos de substância, significância e, justamente, lalíngua, modo de uso da língua e da fala que não mais compartilha da ideia de um sistema ou mesmo campo, mas que se encarna na experiência que cada um faz da linguagem e seus efeitos sobre o corpo-sujeito.

Abstract: In this article, the author departs from the problem of the translation of the word lalangue in Portuguese, giving the reasons why to prefer lalíngua then alíngua, which would be its most correct translation of a purely formal point of view. Then he makes a quick tour of which place the field of language had in Lacan’s teaching since its inception, critically marking the rupture of psychoanalysis with all functionalism. Then he presents the vicissitudes through which this field has passed its most advanced moments. The writing is gaining a place of priority in relation to speech which allows the development of a logic which will allow real approach, the formulation of sexuation and treatment of enjoyment. The body will also be replaced in psychoanalysis, toward becomes increasingly coextensive the subject by passing the duality body / mind, eminently

cartesian, the concepts of substance, significance and precisely lalangue, language usage mode and speech that no longer supports the idea of a system or field, but that is embodied in the experience that each one makes of language and its effects on the body-subject.

Uma primeira observação que faço sobre este tema, importantíssimo, proposto por esta oportuna iniciativa editorial, consiste em uma precisão a respeito de sua tradução em português. *Lalangue*, fusão do artigo definido feminino singular (*la*) em francês, com a palavra, também da língua francesa *langue*, fruto do inconsciente *lalinguageiro* de Lacan, cuja intenção discursiva suposta era a de dizer *Lalande*, o autor e nome do grande dicionário de filosofia da língua francesa, assumiria, em português, de um ponto de vista estritamente formal, a forma *alíngua*, já que nosso artigo definido feminino singular é *a* e não *la*, como nas demais línguas neolatinas (francês, espanhol, italiano). Muitos psicanalistas brasileiros adotam esta forma - *alíngua* - para respeitar esta particularidade de nossa língua. Mas outros preferem seguir a forma *lalíngua*, que, se introduz um "l", um "la" ali onde em português só temos o "a", traz, por outro lado, a relação preciosa com a *lalação* (*lalation*), termo da língua portuguesa que tem esta função de designar um uso muito íntimo e primeiro da língua, e que se perderia na fórmula gramaticalmente correta. *Lalíngua* me parece, assim, mais respeitosa com a própria noção de *lalangue* do que *alíngua*, é mais *lalinguajeiro*, e por isso a adotamos.

Em seguida, e antes de tratar especificamente dos efeitos clínicos de *lalíngua*, acho importante situá-la no eixo do ensino de Lacan, tentando dizer a que ela veio.

Como sabemos, Lacan sempre insistiu no campo da linguagem, do qual destacou, em primeiríssima hora, a função da fala. Era, naquele momento, absolutamente fundamental conceber a linguagem como um campo dentro do qual o sujeito teria que advir, constituir-se, através da função da fala, e isso, de saída, já representava, de modo extremamente potente, a eliminação de toda forma de *funcionalismo*, que faz parte do método e da lógica das psicologias e da psiquiatria, do discurso médico-psicológico, aplicado à psicanálise. Tomar o sujeito como um indivíduo composto de funções e abordá-lo a partir dessas funções, também chamadas de faculdades mentais (atenção,

consciência, memória, humor, afetividade, inteligência, pensamento, senso-percepção, e – e neste ponto é que se produzia o escândalo – linguagem, sexualidade...). Ora, a psicanálise subverte esta lógica, começando por tomar justamente essas duas últimas categorias – sexualidade e linguagem – antes como campos do que como funções (o que incidentalmente torna ridícula qualquer atribuição de pansexualismo a Freud, como se ele alçasse uma função, a sexual, ao lugar de topo das funções, quando a sexualidade jamais foi, para Freud, uma função, mas um campo), e a faz recobrir de um outro campo, o da linguagem, como lugar do registro simbólico que dá à sexualidade a dimensão de campo do desejo.

A psicanálise não admite o sujeito como dotado de funções e toma, pelo contrário, o sujeito, ele próprio, como uma função, uma função de um campo, o campo da linguagem, homeotópico a uma outra função *princeps* deste campo, a função da fala: função da fala no campo da linguagem. Um psicanalista jamais recebe alguém com sua atenção voltada para o funcionamento de suas funções ("*Como está o humor deste paciente?*", "*Em que condições encontra-se a sua sexualidade?*" "*Será ele inteligente?*"). Ele o convoca a falar, a colocar a função da fala em ação, e, a partir daí, vai situando suas posições propriamente subjetivas. O analista só consegue isso:

...ao preço de uma submissão completa, ainda que advertida, às posições propriamente subjetivas do doente, posições que com demasiada frequência se forçam ao reduzi-las no diálogo ao processo mórbido, com isso reforçando a dificuldade em adentrá-las devida à reticência provocada, não sem fundamento, no sujeito. ¹

Todos nós sabemos a força discursiva que decorreu deste passo inicial de Lacan, sem o qual a psicanálise freudiana teria morrido afogada no mar do discurso médico-psicológico funcionalista, como ocorre mesmo hoje em dia entre muitos psicanalistas de orientação não-lacaniana.

Entretanto, os desdobramentos do ensino de Lacan levaram a experiência analítica a reduzir cada vez mais uma espécie de fosso que se criou exatamente em decorrência deste passo inicial (e, repetimos, fundamental, decisivo) de Lacan.

Lacan foi levado a radicalizar a função do Outro como campo de linguagem, mesmo o desdobrando como lugar da Lei, através do nome-do-pai que, "como significante que, no Outro como lugar do significante, é o significante do Outro como lugar da Lei"; ou seja, mesmo assinalando, desde sempre, que o Outro é furado pela lei, que o nome-do-pai não é o signo da ordem que virá regular um mundo em desordem, como pretendem alguns psicanalistas "lacanianos" amantes do pai (e que nada entenderam em suas análises sobre o que é efetivamente o nome-do-pai, a ponto de clamarem por "seu retorno" para "arrumar a casa do mundo, que teria virado um bordel de gozo irrefreável"), mas que o nome-do-pai é antes a garantia de que o Outro não será consistente, significante que, conjugado a outros dois significantes específicos da álgebra lacaniana, o falo e o $S(A)$, assinalam a castração do Outro, e não sua suposta potência reguladora da ordem social.

Por já estar indicada desde sempre, no ensino de Lacan, esta dimensão fundamental de barra que é própria ao significante, os desdobramentos deste ensino não poderiam conduzir a outra coisa senão ao dizê-lo cada vez mais, melhor e mais claramente. Se Lacan propõe o bem dizer o sintoma, já que ele é um mal-dito, um dito que não se diz bem, podemos aplicar ao próprio ensino de Lacan esta dimensão do bem-dizer, e afirmar que Lacan dirá cada vez melhor o que tem a dizer.

E é nesta direção do dizer melhor que ele chegará a dizer que a linguagem que interessa à psicanálise não é a linguagem própria à Linguística, mas a *linguisteria*, a linguagem que é própria ao inconsciente e ao sujeito, e não aquela que os linguistas estudam. A Lição II do Seminário XX, *A Jacobson*, pode assim ser lida e, portanto, interpretada (já que, neste momento, a interpretação é o equivalente do bem-ler a escrita): *Adeus a Jacobson, adeus à linguística*.

Foi no Seminário anterior, proferido em paralelo ao Seminário XIX (*Ou pior*, de 1971/72) e intitulado *O saber do psicanalista*² que Lacan, atravessado pela sua *linguisteria*, faz o ato falho que substitui *Lalande* por *Lalangué*, a que nos referimos antes, e bem-diz, assim, o que se anuncia, e que proporei aqui como sendo o definitivo golpe na dualidade cartesiana entre uma ordem cogitante e uma ordem extensa,

entre mente e corpo, entre um campo de linguagem e de significantes que se estruturam no simbólico e um corpo que, para constituir-se em sujeito, deve submeter-se a este campo, alienar-se nele, transmutar-se em corpo significantizado, mortificado pelo significante, que reencontrará pela única via do falo a vitalidade do seu desejo.

O fosso entre duas ordens se dissipa com a redução do Outro ao outro, já pronunciada desde o Seminário XVI³, e que levou no seminário seguinte, o XVII⁴, à chamada (um tanto impropriamente, a meu ver) "teoria dos 4 discursos", ou seja, à proposta de uma nova forma da estrutura, que é escrita e, de saída, sem palavras.

Penso que a primazia da escrita sobre a fala corresponde à prevalência cada vez maior do corpo, não um corpo miticamente concebido em seu estado "primeiro e inicial" como pura carne, ou mesmo organismo, que viria a ser transmutado, pela ação do significante, em corpo erógeno, falicizado, mas um corpo que, de saída, é substância gozante, a terceira, que subsume as duas substâncias cartesianas, dispensando-as.

Ora, corpo tem materialidade, assim como letra tem corpo. Trata-se da *materialidade* de que fala Lacan na Conferência de Genebra sobre o sintoma, a mesma em que retoma a questão de lalíngua, e não da materialidade do simbólico, a dimensão material do significante, desde sempre afirmada por Saussure (dimensão material do signo). Não é disso que se trata, mas da materialidade do gozo no corpo, o que só pode tomar a forma da letra de gozo.

Uma noção de linguagem se impõe, e esta noção é lalíngua, a língua que desde o primeiro momento (e não como resultado de uma operação acionada pelo simbólico) opera no corpo do falante, do parlêtre.

Talvez o aspecto mais importante a ressaltar com a introdução de lalíngua seja a mais completa dissolução de uma ideia que, se nunca foi a rigor lacaniana, impregnou e ainda impregna muitos analistas: a de que um corpo se duplica em uma psique. Se articularmos isso com a relação a estabelecer entre corpo e linguagem, entre corpo real e corpo simbólico, teremos reproduzida esta duplicidade. Lacan pergunta, atribuindo esta ideia aos psicólogos, que sempre se mantiveram na mais completa surdez em relação ao que lhes poderia ter transmitido a psicanálise: por que diabos o homem seria um corpo acoplado, ou melhor, adjunto, colado a uma psique?

Ora, se há nas línguas algo que não seria de modo algum teórico, nem passível de uma explicação teórica, é o fato de que determinadas relações entre palavras não são casuais. *Ne* e *noeud*, *pas* e *pas*, em francês. Em português, falo [*hablo, je parle*] e o falo, por exemplo. Por que cargas d'água - cargas que são na verdade filológicas - o ato de falar em português foi ganhar um F no lugar do P que tem em francês e italiano - *parler e parlare* - e que em espanhol torna-se H (*hablar*)? Disso decorre que, na primeira pessoa do presente do indicativo, o ato de falar seja a mesma palavra que designa o *falo*, e é bem claro que isso não é sem consequências para o falante de língua portuguesa, o *parlêtre*, o falasser lusófono.

Lacan evoca a imagem da *peneira* como sendo o corpo pelo qual passa a linguagem deixando detritos, resíduos que não passam, e que formarão o barro de lalíngua, a aluvião lalinguageiro com o qual o sujeito montará seu gozo.

O gozo, este é o último aspecto a tratar, nesta breve articulação sobre lalíngua. Lalíngua, mais do que a linguagem faz do corpo um lugar de gozo, a peneira onde restam os detritos que a linguagem deixou ao passar. Se lalíngua é lalação, algo que diz respeito, no mais alto grau, à fala em sua dimensão mais íntima, ela se encorpa pela via da escrita, ela se escreve no corpo como letras de gozo, pois as letras, mais do que as palavras que são ditas, ganham corpo, ganham o corpo.

Na clínica das psicoses, particularmente a do autismo, temos podido verificar poderosos efeitos que lalíngua propicia na prática psicanalítica, nas concepções teóricas e discursivas, enfim. Crianças que não falam no sentido de usarem o código compartilhado da língua civil, mas que ainda assim falam, pois usam elementos lalinguageiros tais como sons articulados fora deste código, começam a introduzir a prosódia das frases faladas em sua enunciação, desde que os que dela tratam tomem sua lalíngua em conta clínica.

Mas é também na clínica das neuroses que a lalíngua incidira, inflexionando o curso da direção da análise, evidenciando pontos irredutíveis de gozo na redução dos sintomas e das incidências da fantasia, pontos que só se revelam e tomam seu lugar no campo do gozo se houver redução do Outro, da consistência do campo da linguagem e da própria lei do significante, a lei do nome-do-pai, que não deixará de vigor e nem vigorará menos.

Esta relação do final de análise com a lei nos evoca à frase final do Seminário XI, em que Lacan diz, acerca do desejo do analista, que ele engendra um amor fora dos limites da lei:

O desejo do analista não é um desejo puro. É um desejo de obter a diferença absoluta, aquela que intervém quando, confrontado com o significante primordial, o sujeito vem pela primeira vez em posição de se assujeitar a ele. Só aí pode surgir a significação de um amor sem limite, *porque fora dos limites da lei, só onde ele pode viver.*⁵

Não sem a vigência do nome-do-pai e da lei, porém fora dos estritos limites delineados por ele e por ela, e tal como acontece no desenlace da análise, o analista terá que des-ser, perder o estatuto que a função simbólica lhe conferia. Se o analista des-é, é para que, desido, o analisante se o torne, torne-se um analista.

Referências Bibliográficas

LACAN, J. (1957/58). “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. (1963/64). “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”. In: *Seminário, Livro XI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. (1968/69). “De um Outro ao outro”. In: *O Seminário, Livro XVI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. (1969/70). “O avesso da psicanálise”. In: *O Seminário, Livro XVII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. (1971/72). “O saber do psicanalista”. In: *Seminário, Livro XIX: ... ou pior*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

Palavras-chave: lalíngua, linguagem, psicanálise

Keyword: lalangue, language, psychoanalysis

Notas:

* Este texto responde ao "Manifesto de provocação" intitulado *H(a) língua* e ao amável convite de Ana Laura Prates Pacheco, organizadora, ao lado de Marcos Aurelio Barbai, do Dossiê que constitui o número especial desta Revista.

** Psicanalista membro do Laço Analítico Escola de Psicanálise (LAEP), instituição-membro de Convergência, Movimento Lacaniano para a Psicanálise Lacaniana; um dos convidados pela Escuela Freudiana de Buenos Aires, também membro de Convergência, para esta Mesa-Redonda.

¹ Lacan, J. - *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (1957/58), in *Escritos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998, p. 540.

² Documento de trabalho, inédito.

³ Lacan, J. - *O Seminário, Livro XVI - De um Outro ao outro* (1968/69), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2008.

⁴ Idem - *O Seminário, Livro XVII - O avesso da psicanálise* (1969/70), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

⁵ Idem, *O Seminário, Livro XI, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1963/64), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

REMENDOS, DERIVAS OU FALHAS. DA LÍNGUA E DE LALÍNGUA¹

Bethania Mariani
UFF/CNPq/FAPERJ/LAS

Resumo: *Como parte de um caminhar interminável e de muitos outros percursos, esse texto busca estabelecer dois gestos de leitura. O primeiro gesto se dá ao percorrer-se a obra de Ferdinand de Saussure, mais especificamente o Curso de Linguística Geral, visando depreender algumas metáforas e analogias utilizadas em lugares de impasse que tocam o impossível da língua e o impossível da teorização. O segundo gesto se faz percorrendo mais de perto o real da língua, esse real que nos mergulha nos equívocos de lalíngua, essa tal de língua materna que, de acordo com Lacan, nos faz habitar de modo único e singular uma língua que é de todos.*

Abstract: *as part of an endless walk and of many other journeys, this text aims to establish two gestures of reading. The first gesture goes through the work of Ferdinand de Saussure, the General Linguistics Course, more specifically, trying to comprehend some of the metaphors and analogies used in places of difficulty that touch the impossible of langue and the impossible of theorization. The second gesture goes through closer to the real of langue, a real that drowns us in the equivocations of lalanguage, a mother langue that, according to Lacan, make us inhabit in a unique and particular way a langue that is everyone's.*

1. Comentário inicial

Palomar é um livro de contos de Ítalo Calvino que, de diversas maneiras, assinala as dificuldades na produção de conhecimento. Não importa o objeto sobre o qual o Sr. Palomar dirija suas observações, o impossível de conhecer aparece como lugar de resistência aos gestos de significação. Assim está posto logo no primeiro conto, em que o Sr. Palomar tenta contar uma única onda do mar. As repetidas tentativas frustradas fazem com que ele se afaste tenso e inseguro. Em *A espada do sol*, ao nadar durante o sol poente, Palomar se percebe seguido pela espada dourada do raio de sol, como um presente

a ele ofertado. E, contemplando e nadando no reflexo do sol, que aparece e desaparece conforme ele mergulha, abre ou fecha os olhos, procura imaginar o que seria o mundo antes de qualquer olhar. No conto *Museu de Queijos*, que se passa em uma queijaria parisiense, Sr. Palomar percebe dividido: Ou se vê compelido a conhecer de forma completa e exaustiva todos os diferentes tipos de queijos, com suas histórias, origens, premiações e nomes, ou se pensa que deveria haver um único, aquele que seria só seu, com o qual se identificaria de tal forma que poderia reconhecê-lo mesmo que nunca o tivesse provado. Mais ainda, não somente escolheria tal queijo, mas seria escolhido por ele! Mas, no final, nada disso acontece. Na sua vez de comprar o queijo, porém, tudo é esquecido, e ele acaba pedindo o mais óbvio, deixando-se engolfar nos rituais da cultura e repetições automatizadas da civilização.

Nessas representações imaginárias, o jogo consiste em mostrar a divisão do sujeito, sua busca interminável por um conhecimento totalizante e impossível de ser alcançado. Tanto sua sujeição aos rituais, quanto sua resistência aos mesmos automatismos esbarram na espessa e opaca materialidade dos objetos: uma onda, um reflexo de sol, um queijo. Com as certezas diluindo-se em contradições e questionamentos, a vontade e intenções iniciais de Palomar perdem direção de sentido diante do inesperado do pensamento, e seu fracasso em tudo conhecer aponta as dificuldades de apreensão do Um.

Palomar é o nome de um monte na costa da Califórnia onde se situa um potente telescópio. Metáfora que joga com o contraste entre a aparente imobilidade de um observador que se julga potente para tudo observar mais longe e a presença do que não se deixa apanhar nas redes da observação. Metáfora que desmonta essa potência diante da multiplicidade de posições do próprio observador, que se engana em busca da verdade.

O corte efetuado nos contos sobre o modo de se produzir conhecimento incide, assim, tanto na ilusão de apreensão das coisas como totalidades idênticas a si mesmas quanto nos efeitos da divisão subjetiva daquele que se coloca na posição de observador. Esse ponto de impossível, resistente à análise mais atenta, remete para as tentativas de apreensão do objeto de conhecimento bem como para as dificuldades e impasses teóricos decorrentes.

Pretendo, com esse texto, estabelecer dois gestos de leitura. O primeiro me leva a fazer um percurso por um autor clássico nas ciências da linguagem e sobre o qual muito já se falou e escreveu. De Ferdinand de Saussure, mais especificamente do *Curso de Linguística Geral*, visamos depreender algumas metáforas e analogias utilizadas em lugares de impasse que tocam o impossível da língua e o impossível da teorização. O segundo gesto me faz percorrer mais de perto o real da língua, esse real que nos mergulha nos equívocos de lalíngua, essa tal de língua materna que, de acordo com Lacan, nos faz habitar de modo único e singular uma língua que é de todos. Em Saussure, as metáforas são lugares de interpretação na teorização do que escapa à formalização da língua. Em Lacan, o termo lalíngua é também um lugar de interpretação, que, no caso, foi teorizado a partir de um lapso de linguagem.

2. Uma palavra por outra

Metáforas, analogias, esquemas, desenhos e fórmulas são frequentemente utilizados para se refletir sobre o conhecimento, sobre a linguagem e sobre o sujeito. Com metáforas e analogias, busca-se relacionar e estabelecer semelhanças entre algo mais conhecido e algo ainda pouco conhecido, para, assim, explicar, formular ou analisar o que está em jogo. Há uma vasta produção discursiva sobre o uso de metáforas e analogias na discursividade científica. Tais discursos sobre o uso de metáforas instituem uma ordem para o discurso científico que tanto pode abonar quanto pode refutar seu uso, colocando em pauta o que se entende por ciência, (meta)linguagem e o sujeito na posição de cientista.

Em outras palavras, as metáforas entram na aridez das teorizações e nem sempre são bem vistas por epistemólogos ou por interessados em filosofia e história das ciências. Afirmando que uma ideia científica pode perder seu “vetor de abstração”, Bachelard demonstra desconfiar do uso de metáforas e imagens em geral: “Uma ciência que aceita as imagens é, mais que qualquer outra, vítima das metáforas. Por isso, o espírito científico deve lutar sempre contra as imagens, contra as analogias, contra as metáforas. (...) As metáforas seduzem a razão.” (BACHELARD, 2005 [1938], p. 20 e 97). Contemporaneamente, Pavel (1988), sem se referir exatamente aos termos metáfora e analogia, critica a retórica e a beleza literária de

vários linguistas e filósofos que atuaram na assim chamada virada linguística. Já Bourdieu (2000), refletindo no âmbito das ciências sociais, salienta que metáforas e analogias em muitos casos se encontram na raiz de uma (nova) formulação científica, ou podem ser utilizadas para estabelecer comparações e homologias. Utilizadas como forma de reforçar, sustentar ou explicar com alguma coerência a teorização proposta, muitas vezes produzem mais calor do que luz com os muitos efeitos imaginários que produzem.

Metáfora, em sua etimologia greco-latina, traz em si a ideia de mudança, transferência ou transposição. Uma palavra por outra, como já disseram Lacan e Pêcheux, ressaltando que a criação engendrada pelo efeito metafórico é inerente ao sistema da língua. Criticam, dessa forma, uma diferença entre denotação e conotação ou entre sentido literal e sentido figurado, tal como teorias linguísticas formalistas e logicistas propõem.

Com Pêcheux aprendemos que toda ciência tem um ponto inicial *sem regresso*, ou seja, um ponto de ruptura com o momento pré-científico a partir do qual se engendra, um conjunto de representações e formações ideológicas das quais precisa se separar (se libertar) para se constituir. (PÊCHEUX; FICHANT, 1971). Retomando de Canguilhem o conceito de corte epistemológico, Pêcheux sinaliza que, em história das ciências, é necessário estudar as metáforas usadas tanto para a compreensão do objeto em estudo quanto para se fazer, ele próprio, o fazer científico, vir a ser compreendido. Tais metáforas estão na materialidade dos processos discursivos e devem ser analisados tendo em vista suas condições de produção (PÊCHEUX, 2011). As metáforas se inserem nos textos, fazem um transporte, uma substituição entre dois significantes produzindo efeitos ou, como diz o autor, um “curto-circuito simbólico.” (PÊCHEUX, 2011).

2.1 Remendos

Saussure é um mestre na utilização das metáforas, mas não gosta de fazer uso delas². Seu estilo de escrita e seu modo de teorizar incluem a presença de metáforas, muitas vezes produzindo estranhamentos e interrogações, esse curto-circuito simbólico no discurso científico, tal como mencionado por Pêcheux. Algumas dessas metáforas, aquelas a que nos propomos recortar do *Curso de Linguística Geral*, materializam uma impotência em nomear o que

escapa ao seu esforço em teorizar sobre a língua, como veremos mais adiante.

No escopo das ciências da linguagem, remendos, derivas ou falhas são algumas dessas formulações metafóricas que, no imaginário inevitável das significações, tentam cernir os esburacamentos em que teorizações linguísticas esbarram quando se deparam com o impossível das línguas, esse ponto de real incontornável: o não simbolizável e que escapa aos sentidos. Dizer não simbolizável é diferente de dizer censurado ou proibido ou silenciado. Ao dizer não simbolizável pretendo remeter para um efeito de estrutura, uma falta que está virtualmente inscrita na ordem própria de qualquer língua. Não estaria aí a insistência de Saussure em tentar dizer de outra maneira ou tentar dizer melhor aquilo para o que faltam palavras?

De acordo com a estruturação em capítulos proposta por Bally e Sechehaye, que organizaram as aulas saussureanas no assim chamado *Curso de Linguística Geral*, o capítulo V trata de dois processos que se interpenetram: a analogia e a evolução linguística. Nesse capítulo, deparamo-nos com as voltas que o sistema das línguas opera em termos das alterações e mudanças pelas quais as línguas passam. De um lado, supõe-se um sistema homogêneo e estável, mas, de outro, esse mesmo sistema é passível de alterações a partir da fala, mais especificamente, alterações produzidas no que é chamado de esfera do indivíduo ou de uma primeira pessoa responsável por ter improvisado uma criação (verbal) de tal forma que outras passem a repeti-la. (SAUSSURE, 1977, p. 196).

É certo que em capítulos anteriores, já havia a indicação de que “é a fala que faz evoluir a língua”, sendo que fala “é a soma do que as pessoas dizem.” (SAUSSURE, 1977, p. 27). A fala é de natureza individual e heterogênea, e, ao mesmo tempo, para que alguém diga “*homem e cachorro*” é porque isso já era dito antes, por outros, pela convenção presente na massa social. Assim, para que uma evolução possa se instalar no sistema da língua, pressupõe-se que língua e fala sejam interdependentes. A língua está presente na coletividade, é comum a todos os indivíduos; enquanto que a atividade da fala, como produto e instrumento da língua, é tanto a soma do que todos dizem quanto pode manifestar, momentânea e individualmente, alterações que atinjam internamente o sistema de regras da língua, ou seja, justamente o “sistema que conhece somente sua ordem própria.”

(SAUSSURE, 1977, p. 31). Mas é sobretudo após o capítulo sobre a *Natureza do signo linguístico*, particularmente no capítulo II – *Mutabilidade e imutabilidade do signo*, que essa temática das alterações e mudanças retorna, dessa vez revestida por uma aparente contradição, segundo os termos expressos no texto: “pode-se falar, ao mesmo tempo, da imutabilidade e mutabilidade do signo”. (SAUSSURE, 1977, p. 85). O foco a partir dessa primeira parte passa a ser um esforço teórico de conceituação de signo linguístico, também nomeado como “entidade concreta” ou “unidade”, mais adiante. (SAUSSURE, *idem*, p. 119)

Sendo compreendido sempre como encadeado a outros no sistema, sendo regido por relações de valor, e definido como uma entidade de dupla face em que as duas metades não se separam, o conceito de signo produz enigmas: como teorizar sobre alterações que atinjam o signo e o sistema uma vez que os signos formam um sistema internamente solidário, de partes dependentes entre si, e regido pelo valor? Encontra-se neste capítulo a tensão entre o coletivo e o individual, entre o sistemático e o que pode romper o sistema, tensão que começa a ser explicada com a metáfora da “carta forçada”. O que representa uma carta forçada? Nos jogos de cartas, mágicos corriqueiramente se valem do truque da carta forçada, ou seja, a partir de uma hábil manipulação no baralho produzem a ilusão de que é o espectador quem está no comando do jogo, quando o que se tem é uma escolha forçada de antemão. Com o uso da expressão, “a carta forçada”, enfatiza-se que os signos são impostos, forçados do exterior, sinalizando-se que nem um indivíduo pode modificar escolhas feitas nem a coletividade é totalmente soberana.

Indo além, podemos seguir caminhando com Saussure e dizer que o indivíduo foi escolhido ou fisgado pelos signos e, desta forma, está forçado a dizer de um jeito e não de outro. O sistema da língua preexiste, impõe-se ao indivíduo. “Diz-se à língua: ‘Escolhe!’; mas acrescenta-se: ‘O signo será este, não outro.’” (SAUSSURE, *id, ibid*). A liberdade de escolha do signo (“Escolhe!”) é “limitada”, não se restringindo à soma das vontades individuais que se encontram na coletividade. Assim, o signo, e, porque não dizer, o significante é imposto, e o engano está justamente em supor que um é escolhido livremente em relação ao sistema, e que o outro seria escolhido livremente em relação à ideia que o representa.

O signo é forçado e, também, “o signo linguístico pode escapar à nossa vontade”, afirma Saussure. A ação do tempo permite que os signos se alterem justamente porque eles continuam; na persistência da materialidade do que já está posto tensiona-se, ao mesmo tempo, uma infidelidade ao passado. Uma pergunta, neste ponto, é crucial: como se transmite uma língua³? Para responder a esta questão, Saussure tematiza a imutabilidade e a mutabilidade do signo, o que nos permite perguntar como hipótese: um ténue e tenso (des)equilíbrio entre fidelidade (imutabilidade) / infidelidade (mutabilidade) não estaria justamente no cerne da transmissão? Na transmissão, pequenas alterações e modificações se mesclam e se interpenetram, segundo se pode ler no *Curso*. Digamos, ainda por hipótese, que essas alterações são espaços abertos no sistema. Pode-se compreender o sistema, dessa forma, não sendo assim tão homogeneamente encadeado na sua forma constituída por entidades solidárias entre si.

Um sistema linguístico não é tangível, nem atingível ou alcançável, o que não quer dizer que seja fixo ou imutável. E o fato de não ser tangível não impede sua transmissão. Vale lembrar a definição de sistema oferecida na obra: “um mecanismo complexo; só se pode compreendê-lo pela reflexão.” (SAUSSURE, *idem*, p. 87).

Na sequência dessas reflexões saussureanas, o mais relevante, talvez, seja sua suposição de haver “sempre *um deslocamento da relação entre o significado e o significante*.” (SAUSSURE, *id.*, *ibid*, grifos do autor). Situado o sistema de signos na convenção da massa social, e sob a ação do tempo, sua aparente inalterabilidade é suscetível de ser modificada, pois “a arbitrariedade de seus signos implica, teoricamente, a liberdade de estabelecer não importa que relação entre a matéria fônica e as ideias.” (SAUSSURE, *ibid*, p.90, 91). E a seguir, registra-se: “disso resulta que esses dois elementos unidos nos signos guardam sua vida própria, numa proporção desconhecida em qualquer outra parte (...).” (SAUSSURE, *ibid*, p. 91). Essa “vida própria, em proporção desconhecida” não seria indicativa da atividade de significantes e significados, provocando movimentos no sistema, de forma independente da chamada vontade do indivíduo? Ao mesmo tempo, então, supomos escolher, mas somos regidos por uma lei que desconhecemos.

Se o sistema da língua é incapaz de conter os deslocamentos incessantes entre significante e significado, ou seja, é incapaz de

conter as inovações, e se as inovações são individuais, mas não resultam da vontade de quem fala, a pergunta que retorna no *Curso* é: por que e como que algumas inovações entram no sistema?

Ainda às voltas com as alterações linguísticas, com a dicotomia massa social/indivíduo, e com a contradição restrição x liberdade, no capítulo intitulado *Analogia e evolução* encontra-se um esboço de resposta na forma de proporção matemática. Uma proporção relaciona valores comparativos e busca expressar, a partir de um raciocínio lógico, a resolução de um problema. No caso das línguas, o problema é um x , ou seja, um espaço vazio no sistema, a ser preenchido por uma forma linguística possível.

$$\begin{array}{l} \acute{E}teindrai : \acute{e}teindre = viendrai : x \\ x = viendre \end{array}$$

O termo inovador *viendre* pode surgir na fala de um indivíduo porque o sistema é regular, logo o espaço deixado vazio por uma proporção incompleta pode ser preenchido de acordo com as leis que regem a combinação das formas. É possível, em termos da historicidade de uma língua, o surgimento sincrônico de uma forma nova em função de outras que já se colocavam antes. A liberdade do indivíduo ao inovar restringe-se a obedecer à lei do sistema, uma lei que é estranha e anterior ao seu próprio dizer. Por outro lado, “já que por trás de toda analogia há necessariamente uma ideia, é necessário obrigatoriamente passar pela fala e pelo sujeito individual.” (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 1971, p. 95, tradução nossa).

O indivíduo falante é tomado pela língua, mas supõe que pode escolher o que diz, sem perceber que é a língua, essa exterioridade que o antecede, que (se) impõe para ele, (NORMAND, 2009). E a língua se impõe a todos. Conforme Saussure, uma língua se impõe, está na coletividade e, desta forma, cimenta as relações sociais. As inovações analógicas podem criar algo a partir de um movimento de fala de alguma maneira previsto no sistema da língua. Previsto, mas não perceptível para o falante. Nos termos que estão no *Curso*, qualquer que seja a criação, ela é precedida “por uma comparação inconsciente dos materiais depositados no tesouro da língua (...)” (SAUSSURE, *idem*, p. 192). Aqui se destaca uma ausência dos termos “vontade individual”, tantas vezes já utilizado. Pode-se ler o termo

‘inconsciente’ aqui como esse lugar em que, frente “aos materiais depositados no tesouro da língua”, algo escapa. Esse é também o caso do funcionamento das relações paradigmáticas, que podem produzir o inesperado ou o *non sense* em função dos caminhos nem sempre previsíveis das redes associativas. Saussure inclui a associação por homofonia como possibilidade (im)prevista no sistema, fazendo-me lembrar que “a forma como se exprime a linguagem define por si só a subjetividade.” (LACAN, 1953, p. 299).

Para os organizadores do *Curso* e para muitos linguistas, tais associações inesperadas são raras, beiram a anormalidade e representam apenas equivocantes jogos de palavras banais ou inferiores. (SAUSSURE, *idem*, nota 1, p. 145). No entanto, ao longo do *Curso*, depreende-se o cabo de guerra entre o que é da ordem do coletivo, do homogêneo e do previsível do sistema em relação à concretude heterogênea da fala, sempre trazendo os deslizamentos e furos do sistema, sempre materializando o inesperado a partir dos materiais depositados no tesouro da língua.

Por fim, ainda uma outra metáfora saussureana. Ela sinaliza que uma língua se entrelaça a outras em um dentro e fora e em um avesso e direito que se encontram simultâneos na historicidade e na sincronicidade em que os processos de mudança se forjam e se mostram. Ou, nas palavras do *Curso*: “A língua é um traje recoberto de remendos feitos de seu próprio tecido” (SAUSSURE, *idem*, p. 200). Se há remendos, mesmo que quase imperceptíveis, e eles são feitos com e a partir do próprio material de que são tecidos, suas marcas lá estão, sem se confundir com o traje. Como efeito, nessa metáfora não estaria a ilusão UM, ou seja, de uma totalidade de um sistema sem falhas? Porém, não esqueçamos que nessa metáfora saussureana a língua é uma roupa remendada com partes da própria roupa. Se a ordem interna comporta remendos feitos com elementos da própria ordem interna, estes não estariam tamponando o lugar das falhas (como no caso das proporções incompletas)? E uma outra pergunta: quem remenda?

Uma característica da língua, que podemos derivar desta metáfora, é a de não ser um sistema assim tão equilibrado e homogêneo. Dada a potência interna para inovação e criação, a todo momento as sistematicidades podem deslizar, produzindo associações inesperadas, como no caso das homofonias que formam um dos possíveis

paradigmas para *ensinamento*. A poesia está na língua... Além disso, tal entrelaçamento de remendos se realiza no falar dos indivíduos e são transmitidos através de gerações. Vale lembrar aqui uma reflexão de Pêcheux. A respeito dos impasses saussureanos sobre a incessante capacidade de reconfiguração interna das línguas (seu potencial criador e inovador), Pêcheux diz que em Saussure “a fala torna-se o outro da língua”, sendo interior e exterior a ela e “sua causa e seu resultado no sujeito falante.” (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 2004, p. 56).

2.2 Uma palavra por outra...

Lacan teoriza a metáfora no corpo da psicanálise, buscando destacá-la do campo literário ou estético. A partir da releitura dos processos de condensação e deslocamento formalizados por Freud em sua análise das formações oníricas, e a partir de uma ressignificação do signo saussureano, Lacan, em *Instância da Letra* (1998), elabora as fórmulas da metáfora e metonímia. Seu interesse está em discernir que, no funcionamento das formações do inconsciente estruturado como uma linguagem, os processos metafóricos indicam a substituição de um significante por outro. As redes de associações possíveis em função dos processos metafóricos são sempre singulares e específicas de cada um. Na neurose, o sujeito metaforiza. Nessa deriva das substituições entre significantes, o significado resta enigmático. E é justamente esse enigma que o faz relançar-se à linguagem sempre às voltas com sua pergunta ao Outro: Que queres?

Lalíngua se produz a partir de um lapso de fala cometido durante a aula proferida no dia 04 de novembro de 1971, durante o seminário *O saber do psicanalista*, em Saint Anne. Lapsos de fala, segundo Freud, são perturbações psíquicas variáveis que se manifestam na linguagem humana. Os lapsos traem aquele que fala, mostram sua divisão, seu conflito íntimo, suas contradições. Podem ser classificados como transposições, antecipações, contaminações ou substituições, sendo que em relação aos dois últimos casos, Freud afirma que, assim como ocorre no sonho, está em jogo um trabalho de condensação do material inconsciente, produzindo, ou melhor, criando um terceiro elemento. (FREUD, p. 38)

Recorto o trecho em que se dá o lapso de Lacan:

“Enfim, há 10 anos, tínhamos feito um outro achado que também não era ruim, a respeito do que devo chamar meu discurso. Eu o tinha iniciado dizendo que o *inconsciente é estruturado como uma linguagem*. Tínhamos encontrado um troço formidável: os dois melhores caras que puderam trabalhar nessa trilha, tecer esse fio, tínhamos dado a eles um trabalho muito bonito: *Vocabulário de filosofia*. Que foi que eu disse? *Vocabulário da Psicanálise*. Vocês vêem o lapso? Enfim isso vale o Lalande... *Lalangue*, como escrevo agora, não tenho o quadro-negro, bem, escrevam *alíngua* [*lalangue*] numa só palavra; é assim que a escreverei doravante.” (LACAN, 1997 [1971-1972], p. 15).

Nesse pequeno recorte já se encontra o traço do estilo Lacan, no deixar-se apanhar nos efeitos d’Isso que fala pelos buracos da língua. A partir de um lapso de fala, Lacan cria um neologismo: *lalíngua*. Um lapso na raiz de uma determinada substituição significante: *vocabulário da filosofia / da psicanálise*; o Lalande (astrônomo francês do século XVIII) / (Laplanche, que com Pontalis, organiza o *Vocabulário de psicanálise*) / *Lalangue*.

Um vocabulário nada mais é senão um conjunto de palavras associadas a significados mais usuais nas línguas, significados mais usados de acordo com o lexicógrafo que organiza o dicionário. Lembremos aqui que no Seminário 20 (1972-1973), fazendo referência a um debate com Jakobson, Lacan diz que “a palavra não tem outro ponto onde fazer-se coleção senão o dicionário, onde ela pode ser alistada.” (LACAN, 1985, [1972-1973], p. 29). Se podemos tomar vocabulários e dicionários como discurso, podemos também dizer que vocabulários e dicionários são possíveis justamente porque há discurso, ou seja, há laços sociais constituídos discursivamente pela linguagem em dadas condições históricas.

No recorte acima, significantes inscritos nesse curto circuito no simbólico - *achado/encontrado (trouvaille)*, *discurso*, *inconsciente*, *linguagem*, *vocabulário* - vão deslizando metonimicamente no eixo das significações associadas ao campo da própria fala e da linguagem, ali, em ato, Lacan inventa uma palavra para teorizar o sem sentido do saber inconsciente. É um lapso que, como Lacan

diz, “vale o Lalande”, pois é no resto da incompreensão que se pode cernir o real que está em jogo com a invenção de um novo significante, *lalangue*, significante escrito no quadro-negro. Com o deslizamento de um significante nome próprio, e um nome próprio não tem sentido, para o neologismo, Lacan reafirma que o inconsciente “é o testemunho de um saber, no que em grande parte ele escapa ao ser falante. Este ser dá oportunidade de perceber até onde vão os efeitos de alíngua.”⁴ (LACAN, 1985, [1972-1973], p. 190). Lapsos de fala metafóricos incidem no alistamento de palavras, magnificando o valor do significante, cuja função é representar o sujeito [do inconsciente] para outro significante. E o sujeito não é aquele que pensa, mas que diz besteiras (LACAN, *idem*, p. 33), provocando um curto-circuito no simbólico, ou melhor, sofrendo os efeitos de lalíngua, materializando no sem sentido os afetos que permaneceram enigmáticos, conforme Lacan.

“A linguagem, sem dúvida, é feita de alíngua. É uma elocubração de saber sobre a língua”, nos diz Lacan na sequência de suas elocubrações teóricas sobre a elocubração do saber inconsciente. O trabalho de análise incide no saber inconsciente, no que não se sabe e que se mostra, sempre enigmático, sob os efeitos do saber-fazer sobre lalíngua.

“Alíngua nos afeta primeiro por tudo que ela comporta como efeitos que são afetos. Se se pode dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, é no que os efeitos de alíngua, que já estão lá como um saber, vão bem além de tudo que o ser que fala é suscetível de enunciar. É nisto que o inconsciente, no que aqui eu o suporto com sua cifragem, só pode estruturar-se como uma linguagem, uma linguagem sempre hipotética com relação ao que a sustenta, isto é, alíngua.” (LACAN, *idem, ibidem*).

Em Lacan, como nos ensina Soller (2012), linguagem tem a ver com a divisão do sujeito no par ordenado S1 – S2 da cadeia significante, par ordenado que produz um resto (a) e um sujeito (\$). S1 é o significante mestre, aquele que vai mudando de lugar na tentativa de representar o sujeito (\$) perante S2, o exame de significantes do Outro. Já o discurso é o que produz

e ordena o laço social, supõe uma ordem (ou ordenação), portanto. “Canso de dizer que essa noção de discurso deve ser tomada como liame social, fundado sobre a linguagem (...).” (LACAN, *idem*, p. 28).

O significante não tem sentido, é pura diferença. Mais do que tudo, o significante é besta, como já mencionei, e nos faz falar besteiras. Lalíngua nem é linguagem, nem é discurso; nem faz laço social, nem tem ordem de espécie alguma. Em lalíngua não é possível sonhar com o Um, nem com qualquer tipo de todificação. Lalíngua é só besteira? Lalíngua é puro som fluido, desprovido de sentido, sem ponto-de-basta, e que segue produzindo efeitos.

Para Soler, em lalíngua o Um é indeciso. Lalíngua “é uma multiplicidade de diferenças que não tomou corpo.” (SOLER, 2012, p. 30). Ninguém aprende lalíngua, ela é efeito da língua materna em cada um. Lalíngua é indizível e sua nomeação decorre de uma invenção na fala, uma invenção que se produz sob os efeitos do real da língua, o impossível de dizer.

3. Da Linguística e da Linguisteria

Do lado da Linguística, como bem nos esclarece Pêcheux (2004), há nas teorias um sintoma de ensurdecimento. A Linguística é surda o que a faz recalcar no interior de si mesma o real da língua e propor, em seu lugar, um sistema universal. Saussure, posso supor, bem sabia desse impossível de dizer, desse resto que retorna e nos faz correr atrás do dito para redizer e tentar dizer melhor o indizível que nos habita. São dele as palavras recolhidas por Starobinski:

Para mim, quando se trata de linguística, isto é acrescido pelo fato de que toda teoria clara, quanto mais clara for, mais inexprimível em linguística ela se torna, porque acredito que não exista um só termo nesta ciência que seja fundado sobre uma ideia clara e que assim, entre o começo e o fim de uma frase, somos cinco ou seis vezes tentados a refazê-la. (SAUSSURE *apud* STAROBINSKI, 1971, p. 11)

Lacan, por outro lado, se na década de 50 iniciou um caminho de formalização da psicanálise a partir dos escritos saussureanos, nos

anos 70 nomeia o que faz de Linguisteria. No seminário 20, em aula dedicada a Jakobson, afirma mais uma vez: “Meu dizer que o inconsciente é estruturado como uma linguagem não é do campo da linguística.” (LACAN, 1985 [1972-1973], p 25). A Linguisteria tem relação com a fundação do sujeito tal como Freud a formulou e subverteu.

Nosso sujeito, tal como é, o sujeito que fala, se quiser, pode muito bem reivindicar a primazia, mas nunca será possível considerá-lo pura e simplesmente livre-iniciador de seu discurso, na medida em que, sendo dividido, está ligado a esse outro sujeito, que é o do inconsciente e que se verifica ser dependente de uma outra estrutura de linguagem. A descoberta do inconsciente é isso. (LACAN, 2006 [1967], p.64).

Ça parle.

Um percurso de escrita não se faz sem os inúmeros outros percursos que passam por atalhos inesperados e largas estradas já percorridas. Assim é este texto e sua escrita, parte de um caminhar interminável.

Referências bibliográficas

- BACHELARD, G. (2005). *A formação do espírito científico*. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BOURDIEU, P. (2000). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- CALVINO, I. (1994). *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. “a”
- HAROCHE, Cl.; HENRY, P. ; PÊCHEUX, M. (1971). “La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours”. In: *Langages*, 6è. Année, no. 24, p.93-106.
- GADET, F. ; PÊCHEUX, M. (2004). *A língua inatingível. O discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes.
- LACAN, J. (1998 [1953]). “Função e campo da fala e da linguagem”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (1998 [1957]). “A instância da Letra”. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (2006 [1967]). “Lugar, origem e fim do meu ensino”. In: LACAN, J. *Meu ensino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.

- _____. (1985 [1972 – 1973]). *O seminário, livro 20. Mais , ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- NORMAND, C. (2009). *Saussure*. São Paulo: Estação liberdade.
- PAVEL, T. (1998). *A miragem linguística. Ensaio sobre a modernização intelectual*. Campinas, Pontes.
- PÊCHEUX, M. (2011). “As ciências humanas e o momento atual”. In: ORLANDI, E. (org.) *Análise de discurso Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes.
- _____. (2011). “Metáfora e interdiscurso”. In: ORLANDI, E. (org.). *Análise de discurso Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes.
- RIBEIRO, T. (2016). *Jogo nas regras jogo sobre as regras: real da língua e jogo na obra de Michel Pêcheux*. Dissertação de mestrado orientada por Lauro Baldini. Campinas: IEL-UNICAMP.
- SAUSSURE, F. de. (1977). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.
- SOLER, C. (2012). *Lacan, o inconsciente reinventado*. Rio de Janeiro: Cia de Freud.

Palavras-chave: língua, lalíngua, metáfora e analogia.

Keywords: language, lalanguage, metaphor and analogy

Notas

1. Sigo Haroldo de Campos, em sua proposta de traduzir *lalangue* como lalíngua, seguindo a direção dada por Lacan, que em uma de suas reflexões associa homofonicamente *lalangue* à *lallation*, sons iniciais que os bebês fazem antes da língua estruturada.
2. “As metáforas são detestáveis, (...) mas sem elas não podemos ficar.” (NORMAND, 2012, p. 84, *apud* RIBEIRO, 2016).
3. Não é exatamente dessa forma que a pergunta se encontra no *Curso de Linguística Geral*. Lá se pode ler “Como se transmitem as instituições?” (SAUSSURE, *idem*, p.86).
4. Esse termo – lalanguage – produz efeitos no campo da linguística, levando Lacan a melhor dizer: o que interessa à psicanálise é do campo da Linguisteria.

LALÍNGUA E SINTHOMA

Antonio Quinet *

UVA/UFRJ/FAPERJ/EPFCL

Resumo: Neste texto desenvolvemos e articulamos os conceitos de lalíngua e de sinthoma a partir do ensino de Jacques Lacan. Na primeira parte, expomos nosso entendimento do conceito de lalíngua, justificando o emprego dessa tradução, usada por Haroldo de Campos, para manter sua articulação com a lalação e a musicalidade que lhe é própria, para além do sentido e da significação, acentuando seu aspecto de gozo e materialidade sonora. Ilustramos com alguns exemplos da obra de James Joyce. Na segunda parte, desenvolvemos o conceito de letra, como o que se deposita de lalíngua, e que constitui o sinthoma como amarração dos três registros – real, simbólico e imaginário – na topologia dos nós borromeanos. Trata-se da letra de fixação de gozo que, como sinthoma, é a maneira como cada um goza de seu inconsciente, permitindo-lhe as parcerias sexuais.

Abstract: In this paper, we develop and articulate the concepts of lalangue and sinthome from Jacques Lacan's teaching. In the first part, we expose our understanding of the concept of lalangue justifying the use of this translation, used by Haroldo de Campos, to maintain its relationship with lalation and musicality that is beyond meaning and significance accentuating their essence of enjoyment and materiality sound. We show it with some examples of James Joyce work. In the second, part we developed the concept of letter, as it is deposited in lalangue, and which is the sinthome as tying the three registers, real, symbolic and imaginary in the topology of the nodes Borromean. This is the jouissance of the fixing letter as sinthome as the way each one enjoys his unconscious allowing himself to have sexual partnerships.

1. Introdução

Este trabalho propõe articular, a partir do ensino de Lacan, o conceito de inconsciente como saber sobre lalíngua e o sinthoma como letra.

O Inconsciente estruturado como uma linguagem é a primeira relação – inédita e original na psicanálise – estabelecido por Jacques Lacan, nos anos 1950, para reinserir a psicanálise no campo do qual ela nunca deveria ter saído por caracterizar-se como uma *talking cure*, o tratamento através da palavra falada. O campo da linguagem sulcado pela psicanálise trouxe novidades inclusive para a linguística, tais como: a inserção do sujeito da fala como sujeito do Inconsciente e do desejo, que circula pelos desfilamentos do significante; uma outra relação entre significado e significante onde este tem a primazia; o conceito de que nem tudo é linguagem na estrutura psíquica, pois a falta é imanente e o real inominável do gozo jamais será abolido. Em seguida, a partir dos anos 1970, Lacan aborda o campo do gozo e inventa o conceito de *lalíngua* e dá uma reviravolta no seu ensino, trazendo-nos novos conceitos como letra e *sinthoma* e uma nova topologia para abordar a estrutura psíquica, com os nós borromeanos e a amarração dos registros real, simbólico e imaginário.

2. O Inconsciente: saber sobre a língua

Freud chama a atenção, em seu texto inaugural da psicanálise, para a importância da língua em que o sonho é feito e como este utiliza todas as facetas de seu cristal, tornando na verdade os sonhos intraduzíveis, mas nem por isso inexplicáveis. Os sonhos nos mostram que o inconsciente é estruturado pela língua, que Lacan, no desenvolvimento de seu ensino, elevou à categoria de conceito, escrevendo-a em uma só palavra, *Lalíngua (Lalangue)*, termo que remete à anterioridade da articulação de significantes que precipita uma significação, como a lalação ou tatibitati das crianças. *Lalíngua* é o conceito que Lacan cria para falar do efeito da linguagem no sujeito, extraído o seu efeito de sentido. Isso porque a linguagem não tem existência teórica, mas ela sempre intervém sob a forma de uma língua.

Conforme a maneira como a língua foi falada e também ouvida por tal ou qual sujeito em sua particularidade, algo em seguida sairá em seus sonhos, em todo tipo de tropeço, em todo tipo de dizer. Eis o materialismo em que reside a apreensão do inconsciente. (LACAN, 1985, p. 12).

No ensino de Lacan podemos diferenciar linguagem de *lalíngua*.

A linguagem se refere à relação de significante e significado que cada um articula segundo a singularidade de seu inconsciente. A linguagem é a mesma para todo o ser falante, suas regras e leis são universais assim como todo sujeito está submetido às propriedades do significante, que se manifestam na fala consciente e nas formações do inconsciente como os sonhos, os lapsus, os trocadilhos jocosos e também o sintoma, na neurose.

Lacan segue a mesma direção que Heidegger, que afirma que a linguagem é a morada do ser. Seu habitante é o sujeito do desejo, que é mais falado (através das formações do inconsciente) do que fala. É dessa linguagem como habitat que é constituído o inconsciente cujas leis são as mesmas da linguagem: metáfora e metonímia. Para fazer passar o desejo, o inconsciente se serve da articulação dos significantes – e, portanto, da materialidade sonora das palavras –, que conferem sua característica principal: a ambiguidade, o duplo sentido ou, como Lacan propõe que a denominemos, a equivocidade que se manifesta de forma específica em cada língua.

A *lalíngua* é o que resulta para o sujeito do que lhe vem da língua materna. É a língua como idioma – o português, o francês etc. –, mas não só exatamente isso. A linguagem é para todos, a língua é própria de cada um. A linguagem é universal com suas leis para todo sujeito falante. A língua é de cada um, própria a cada ser humano a partir da sua relação particular com a língua falada no lugar onde nasceu e foi criado.

Lalíngua é aquilo da língua materna que o sujeito recebe – e cada um recebe de um modo distinto, resultado de contingências incalculáveis – como chuva, tormenta de significantes próprios àquela língua idiomática que se depositam para ele como material sonoro, ambíguo, equívoco, cheio de mal-entendidos, cheio de sentido e, ao mesmo tempo, sem sentido. Para Lacan (1985, p. 89) é o "depósito, o aluvião, a petrificação deixada como marca da experiência inconsciente por parte de um grupo". Que grupo é esse? Grupo linguístico, grupo familiar. Cada língua tem seus próprios equívocos (ambiguidades) e Lacan chega a dizer que a língua é o conjunto do que foi depositado para um sujeito dos equívocos de sua língua. Em português, o significante *manga* pode ter vários significados dependendo das palavras com as quais se associa: fruta, parte de uma camisa, deboche. Cada língua tem, assim, suas próprias rimas, suas próprias associações

fonemáticas e seus trocadilhos. Além do mais, cada língua possui uma *musicalidade assemântica* própria, com palavras cujos sons se aproximam ou se afastam, independente do que significam. Isso constitui também a sua intraduzibilidade. Ao se passar de uma língua para outra, passa-se de uma musicalidade para outra e, com isso, perdem-se determinadas associações e ganham-se outras.

Lalíngua, termo inventado por Lacan, conjuga a “língua” com a “lalação”, que se refere àquela forma de falar do bebê (aproximadamente entre 1 ano e 2 anos e meio) que parece uma língua própria, antes mesmo da aquisição da fala propriamente dita, ou seja, antes mesmo da articulação significante.

Cada ser humano, como ser falante, nasce e cresce recebendo a chuva – de pequenas gotas até enxurradas – da língua em que nasce e vai dela se apropriando e constituindo a sua língua própria, começando pela lalação, em que a musicalidade – com seu ritmo, cadências, entonações, graves e agudos –, permite à criança expressar seus desejos e afetos – do júbilo ao ódio, da tristeza à exaltação.

É a partir da *lalíngua* que Lacan (1985, p. 104.) fez sua nova definição do Inconsciente: “o Inconsciente é o saber inscrito na *lalíngua*”. Ou, ainda, Lacan (1979, p. 189-190.): o Inconsciente é “um saber lidar com *lalíngua*”. Decifrar o Inconsciente é se confrontar com os enigmas trazidos por *lalíngua* que afetam o sujeito falante.

3. O advento do músico das palavras

Joyce (1982) nos relata em alguns textos os efeitos dessa chuva de língua que o marcaram como escritor e que ele chamou de “epifanias”, em que o som é prevalente em relação ao significado das palavras. “Ao entrar em casa... ele reunia palavras e frases que não tinham sentido”. Porém, tinham uma musicalidade, a mesma que ele encontrava na poesia. É o que se pode constatar a partir de seu comentário literário, assim como de suas experiências infantis, com a língua na convivência com seus pais.

Uma canção de Shakespeare ou de Verlaine, em aparência tão livre e vivaz – e tão afastada de toda intenção consciente quanto a chuva caindo no jardim ou a luminosidade da noite – nada mais é do que a expressão rítmica de uma emoção que nenhum outro procedimento

poderia comunicar com tanta perfeição. (JOYCE, 1982, p. 388)

Para Lacan, *lalíngua* não é só da ordem da linguagem. Ela é feita de gozo (LACAN, 1979, p. 89) e é fonte de "todos os afetos que restam enigmáticos" (LACAN, 1979, p. 189-190). Há um gozo contido em *lalíngua*, com seus efeitos de enxurrada que deixam sulcos, marcas, leitos no ser humano, fazendo, de cada um, um ser arrebatado e traumatizado pela ducha da sonoridade e dos enigmas da língua na qual ele se banha. Toda *lalíngua*, por conter o gozo, é uma obscenidade (cf. Lacan no Seminário 24, "l'Insu que sait de l'une bévue").

Um retrato do artista quando jovem (Joyce, 1916) começa com a voz do pai contando para o *little boy* Joyce a estória de uma vaquinhamu, *a moocow*, que encontra *baby tuckoo*. *Ele era baby tuckoo*. Essa voz vira um canto e esse canto vira uma canção: "O, the wild rose blossoms/ On the little green place. Essa era a sua canção". A mãe toca o piano para ele dançar: *Tralala lala,/ Tralala tralaladdy,/ Tralala lala,/ Tralala lala*. A mãe canta, o menino canta, seu corpo dança. A música aconteceu no corpo – voz e língua. Logo em seguida, os tios vieram visitar seus pais. Quando ele crescesse, iria se casar com Eileen – ele disse e se escondeu debaixo da mesa. Sua tia o ameaçou que, se não se desculpasse, as águias viriam lhe arrancar os olhos. Uma epifania musical irrompe em sua mente. Voz do supereu. Ele ouve: "Pull out his eyes, / Apologize, / Apologize, / Pull out his eyes": "Seus olhos arrancar, / Se desculpar, / Se desculpar, / Seus olhos arrancar". Nesse trecho – que podemos qualificar de originário no contato de Joyce com a língua –, num primeiro momento, ele é nomeado por seu pai: ele é *baby tuckoo* – nomeação que ele recebe como uma encantação, ou seja, um canto que contem a magia da criação –, que logo se transpõe para uma frase musical. A canção paterna se vincula à canção materna, que toma seu corpo fazendo deste um corpo dançante, um corpo musical. Mas, em seguida, irrompe a ameaça, o perigo, a punição corporal através do traumatismo da *lalíngua*, também como uma canção: "pull out his eyes! Apologize". Esses dois tempos apresentam as duas valências do gozo (ou do afeto) de *lalíngua*: prazer e dor, deleite e horror.

4. O sintoma e a música da língua

No texto sobre Joyce, Lacan redefine o sintoma como acontecimento de corpo, afirmando que este corpo está ligado ao que dessa língua se canta: *l'on l'a, l'on l'a de l'air, l'on l'aire, de l'on l'a*. Assim, Lacan põe em cena a *lalíngua*, remetendo-a diretamente à lalação, de onde se origina o termo *lalangue*. Eis por que opto pela tradução, ou melhor, por sua transcrição em *lalíngua*, tal como proposta por Haroldo de Campos, pois incluiu o cantarolado de *lalíngua* presente na criança quando em lalação. O “tralá-lá-lá-lá-lá” da música é componente integrante e fundamental do conceito de *lalíngua* presente nessa tradução criada pelo poeta. Lalíngua é composta por significantes da língua materna adicionados à música com a qual foram ditos.

Os significantes de *lalíngua* são lalados. O sintoma pode se localizar no corpo, na medida em que o sujeito sintomatiza sua relação com lalíngua no corpo e faz do seu corpo uma escritura – escrevendo em seu corpo sua maneira de lidar com *lalíngua*, em toda sua originalidade e transcriatividade.

A língua lalada pelo bebê é composta pela conjunção da língua materna como lhe foi falada com a maneira como ela foi ouvida. Ao distinguirmos o enunciado de sua enunciação, encontramos nesta a maneira, o jeito e até mesmo a música como ela foi captada pelo fala-a-ser.

O inconsciente real como “elucubração sobre lalíngua” (Lacan) é o inconsciente musical. Se ele privilegia o *nonsense* de cada língua, é porque aposta na sua musicalidade e em seus efeitos sonoros, que tocam o sujeito como *ser-para-a-arte* e fazem do corpo um corpo cantante e um corpo dançante. A interpretação poética é, portanto, aquela que leva em conta a musicalidade de lalíngua, ou seja, sua poesia.

Se Joyce pôde nos mostrar, como indica Lacan, certo tipo de manejo de lalíngua que nos remete ao inconsciente real e à interpretação do psicanalista como poética, é por ele, como artista, ter feito a opção pela musicalidade das palavras, em detrimento do sentido.

A série de epifanias em que Joyce decide dedicar sua vida a seu *ser-para-a-arte* se inicia com uma frase retirada de seu tesouro a caminho do mar da Irlanda: “*A day of dappled seaborne clouds*” – *Um dia de nuvens listradas vindas do mar*. “A frase e o dia e a cena se harmonizavam em um acorde”. Perguntou-se se essa harmonia era devido às cores. Retirou as cores de tudo à sua volta e viu que não eram as cores, mas a estabilidade e o equilíbrio composto por aquelas

palavras. Veio-lhe, sob forma de surpresa, a constatação: “Será então que ele amava mais a elevação e a queda rítmica das palavras do que suas associações de legenda e cor?”

As ondas do mar que acompanham o balanço das palavras da poesia en-cantada são como as claves de sol de *lalíngua*. Como quando se cantarola com Dorival Caymi *Minha jangada vai sair pro mar...*, e experimenta-se a ondulação sonora que remete ao movimento do mar como a melopeia que nos move. “Ele ouvia uma música dentro de si como a de lembranças e nomes dos quais tinha quase consciência, mas que não podia captar por um instante sequer; e então a música pareceu recuar, recuar, recuar: e de cada esteira da música nebulosa que recuava se deslocava sempre uma nota prolongada de convocação, penetrando como uma estrela no crepúsculo do silêncio”. Poderá a interpretação do analista elevar-se à eficácia poética dessa nota-estrela, no horizonte de seu silêncio?

“O paradoxo do ritmo pulsional é o de fazer ouvir um *andamento...*” – trata-se de um movimento no sentido musical, como *alegro ma non troppo, agitato, adágio*, ou, melhor dizendo, como afirma Alain Didier-Weil (2009, p. 31), “...um suingue, cujo caráter repetitivo jamais é vivido como repetição monótona”.

5. A temporalidade do jogo da lalíngua

O ritmo musical – modo como as notas e o silêncio se organizam num espaço de tempo – existe em lalíngua antes mesmo do advento da fala propriamente dita, no período de lalação. Um ritmo regular é o que encontramos no chamado “jogo do fort-da”, descrito por Freud (1920) a partir da observação de seu neto. Quando este ficava sozinho no berço, aos 18 meses de idade, ele brincava com um carretel amarrado por um barbante. Ao segurar sua ponta, ele atirava o carretel longe de si emitindo uma sequência de notas descendentes – Ooooo – seguido de um silêncio para, em seguida, puxar para si o carretel emitindo uma outra série de notas, desta vez ascendentes – aaAAAAA. Esse “hit” do neném, foi interpretado por Freud como a enunciação de Fort (longe) para o som Ooo, de Da (aqui) para aaAAAA. É o que em português chamamos de brincadeira do esconde-esconde, na qual o adulto fala para o bebê: “Cadêee?... – Achôôô!”. Freud mostra como o neném, com esse jogo, representa as idas e vindas da mãe, a alternância de sua ausência e presença. Trata-se também, nos indica Lacan, de uma

experiência de simbolização em que, a partir do jogo, a criança metaforiza a mãe e pode se separar dela, pois a representa em seu jogo lúdico. Eis uma experiência de criação: de performance e música. A lalção desse bebê não tem o intuito de comunicar e sim de gozar – *Genussen* – com lalíngua, representando tragicamente o desaparecimento do Outro. A título de brincadeira, poderíamos dizer que é dessa polaridade sonora que se constitui o par de oposição significante (ôôô - ááá) que origina o bordão roqueiro “Ooo-Yeh!”.

6. Letra e sinthoma

O sintoma é definido por Lacan nos anos 50 a partir do simbólico e, nos anos 70, o sintoma é definido a partir do real. Na primeira lição de seu seminário de 1974-75, denominado R.S.I., ele afirma que é do real que se trata no sintoma. No primeiro momento, o sintoma é a expressão da divisão subjetiva, como manifesto no ataque histérico em que o sujeito é o sedutor e o seduzido, e na dúvida obsessiva, em que o sujeito se vê acuado entre dois significantes. No segundo momento, em R.S.I., o sintoma é definido como a articulação entre o gozo e o inconsciente. [...] O sinthoma é o que não cessa de se escrever; daí ele ter função de letra – função de fixação –, isolado da cadeia significante, salientando menos seu caráter de significante que sua característica de ser escrita. O sinthoma-letra é, portanto, o articulador do inconsciente com o gozo; é aquilo que não cessando de se escrever supre o que não cessa de não se escrever, ou seja, a relação sexual.

Se o sintoma para a psicanálise é um significante, ele não deixa de ser, como também um signo como uma cifra de gozo. O real do sintoma é o fogo da fumaça do sujeito que o sintoma representa. Lá onde há sintoma, há sujeito, um sujeito como resposta do real.

Podemos usar esses dois momentos do ensino de Lacan para falar do sintoma de entrada e do sintoma de saída da análise. O sintoma de entrada corresponde ao sintoma em sua dimensão subjetiva, de divisão do sujeito, mensagem a ser decifrada, enigma que embute um sentido a ser buscado. E o sintoma de saída correspondente ao real do sinthoma, sintoma-signo, letra que fixa um gozo no inconsciente; letra sem sentido que “tende a atingir o real”, diz Lacan.

O sintoma como signo do real, parceiro do sujeito, é justamente o que vem responder como solução ao problema da divisão subjetiva.

A *letra* é a escrita como função do sintoma a partir da “lalíngua” (*lalangue*) — conceito que Lacan introduziu nos anos 70 para redefinir o Inconsciente.

Lacan propõe escrever o sintoma como uma função, $f(x)$, que ele identifica com a *letra*, para pontuar que o sintoma se escreve. A letra é a escrita do sintoma como signo do real, sinal do real; é a escrita do gozo do sintoma.

O que é dizer o sintoma? É a função do sintoma, função a se entender como o faria a formulação matemática $f(x)$. O que é esse x ? É o que, do Inconsciente, pode se traduzir por uma letra, na medida em que, apenas na letra, a identidade de si a si está isolada de qualquer qualidade. Do inconsciente todo um, naquilo que ele sustenta o significante em que o Inconsciente consiste, todo um é suscetível de se escrever com uma letra. Sem dúvida, seria preciso convenção. O que não cessa de se escrever no sintoma vem daí.

Por que o sintoma não cessa de se escrever? O sintoma, de acordo com Freud, é um derivado do recalque com um dos destinos da pulsão, a qual está constantemente, devido a sua força (*Drang*), tendendo a satisfazer-se. O sintoma não cessa de se escrever, pois está sempre promovendo a satisfação da pulsão, ao simbolizar o real do gozo.

O suporte do sintoma (Σ) é letra (x), que, diferente do significante, pode ter uma identidade própria sem referente, independente, igual a si mesma ($x = x$). Já o significante, este só se define a partir de outro significante. Por definição, ele é diferencial, não é igual a si mesmo ($S \neq S$). O significante "Terra" não é o mesmo se o coloco ao lado de "Marte" ou ao lado de "mar". A letra não se define a partir de uma outra ou um outro, pois sua função é fixar o gozo.

O sujeito identificado com o sintoma como letra não é idêntico ao sujeito representado por um significante para outro significante. O sujeito é a letra – identificação que produz um efeito de ser, um efeito de *l'être, lettre*. O sujeito do significante não está só, pois um significante (S_1) está acoplado a outro significante (S_2). Aliás, essa é a definição do sujeito lacaniano: aquilo que um significante representa para outro significante ($\frac{S_1}{S} \rightarrow S_2$). Ele está sempre referido ao Outro do simbólico e da rede de saber. O sujeito do significante é casado com o Outro, no furo do qual localiza o objeto mais de gozar. Ele faz par com o Outro. O sujeito-letra, o fala-a-ser é sozinho, pois a letra é solteira,

por ser idêntica a si mesma, não faz parceria. A solidão do *falasser* é estrutural, entretanto não o impede de se vincular aos outros nos laços sociais.

7. Sinthoma – cifra de gozo

"Tudo o que é mental, no final das contas, é o que escrevemos com o nome de sinthoma, isto é, signo... o signo deve ser procurado (...) como congruência, =, signo do real".

O inconsciente é um contador, diz Lacan em R.S.I. É um contador que conta a vida, conta a morte, conta a dor. Ele cifra, conta cada dado, cada golpe, como uma caixa registradora. Esta contagem é um ciframento que está na origem do sentimento de culpa. O inconsciente faz as contas do sujeito que se sente em dívida e culpado, pois não dá conta. Mas o Inconsciente conta mal e se perde nas contas — ele só conhece a adição, diz Lacan, pois não chegou à multiplicação. O sinthoma é uma conta bloqueada do inconsciente, uma cifra de capital de gozo que o sujeito tem a sua disposição. O sinthoma contador, que conta o gozo, é uma cifra de real. Eis porque o sujeito dá crédito ao sinthoma no âmbito da economia de gozo.

Se o sinthoma para a psicanálise é um significante, ele não deixa de ser também um signo, enquanto cifra de gozo. O signo é aquilo que representa algo para alguém, como a fumaça representa o fogo para um observador. “Onde há fumaça, há fogo”, eis o ditado, mas o fogo é feito por alguém. Lá, onde há sintoma, há sujeito, um sujeito como resposta do real. Chamemos esse sintoma de sinthoma, como Lacan propõe no final de seu ensino.

O sinthoma é a fumaça do fogo do sujeito, seu real pulsional. O sintoma é definido por Lacan, nos anos 1950, a partir do simbólico e, nos anos 1970, a partir do real. Neste mesmo seminário, R.S.I., na primeira lição, ele afirma que é do real que se trata no sinthoma. O sintoma como simbólico é a expressão da divisão subjetiva, onde o sujeito se vê acuado entre dois significantes ("homem" e "mulher", na histeria; "morto" e "vivo", na neurose obsessiva). O sinthoma definido como real em sua articulação entre o gozo e o inconsciente é a maneira de gozar do inconsciente. Nesta dimensão não há divisão e o sujeito por não ser dividido é designado como “*falasser*”, ou seja, é um ser de fala que goza de seu inconsciente por meio do sinthoma.

Tomemos essas duas acepções do sintoma no ensino de Lacan: o sintoma em sua divisão simbólica de mensagem ao/do Outro e o sinthoma como letra, cifra de gozo, sem endereçamento, para diferenciarmos o sintoma na entrada em análise do sinthoma ao qual o sujeito se identifica no final da análise. O sintoma (Σ) como divisão do sujeito é uma mensagem a ser decifrada que ele endereça ao analista, enigma que embute um sentido a ser buscado, significante que representa o sujeito para o significante da transferência (S_q).

$$\Sigma \left[\frac{S}{s} \right] \rightarrow S_q$$

Sintoma de
entrada

O sinthoma de saída correspondente ao real do sinthoma, que é irreduzível. Trata-se do sinthoma-signo, letra que fixa um gozo no inconsciente, letra sem sentido por estar signo/sinal do real. "O que Lacan desejava da maneira mais radical era de chegar, no final de uma análise, a conectar o menos (-1) do sujeito com o Um da letra de gozo". O sinthoma, como o que não cessa de se escrever, ao ser reduzido se fixa em uma letra que não se apaga.

Ao associar o sinthoma à escrita, Lacan o simboliza com o sinal de pontuação, reticências [...], indicando, por um lado, que ele não cessa de se escrever e, por outro, que sempre haverá algo a ser escrito.

As reticências marcam uma interrupção da frase e, conseqüentemente, a suspensão de sua melodia. Empregam-se em casos muito variados: a) para indicar que o narrador ou o personagem interrompe uma ideia que começou a exprimir, e passa a considerações acessórias; b) para marcar suspensões provocadas por hesitação, dúvida ou timidez de quem fala; c) para assinalar certas inflexões de natureza emocional (de alegria, de tristeza, de cólera, de sarcasmo etc.); d) para indicar que a ideia que se pretende exprimir não se completa com o término gramatical da frase, e que deve ser suprida com a imaginação do leitor.

Empregam-se também as reticências para reproduzir, nos diálogos, não uma suspensão do tom, mas o corte da frase de um

personagem pela interferência da fala de outro. Usam-se ainda as reticências antes de uma palavra ou de uma expressão que se quer realçar. Como os outros sinais melódicos, as reticências têm valor pausal. Mas é extremamente variável, porque depende do matiz afetivo que elas expressam. (LACAN, 1976-77)

Por essa definição, verificamos a imensa variabilidade do sintoma, assim como as reticências, o que nos aponta para o que Lacan denominou como a variedade do sintoma. Trata-se de um "aí vem mais coisa". O final de análise, como identificação à letra de gozo do *sinthoma*, indica o fim da associação livre e do deciframento do sintoma por ter-se atingido uma cifra que resume o *sinthoma* a tal ponto que ele não tem mais sentido — apesar de poder ter inúmeros sentidos ao se reconectar à rede de saber (S_2). Pois a letra, como indica Colette Soler, pode voltar a funcionar como significante e retornar à concatenação inconsciente.

A letra de gozo põe um fim às reticências do sintoma ao dizer algo a mais e coloca um basta à elaboração de saber sobre ele. A identificação com o *sinthoma* no final de análise é, portanto, identificação com o núcleo real do sintoma fixado por uma letra, "identificação ao gozo sintomático, aquele que o ser falante tem de mais real". Em contraposição ao sujeito que se define como (-1), pois ele é, como diz Lacan, o significante pulado da cadeia, (assim como o indica seu matema [$\$$]), o ser falante se refere ao Um da Letra. Ao sujeito como (-1), a Letra traz o Um. Lá onde estava a falta, a letra traz um efeito de ser — o *fallasser*.

São os S_1 do inconsciente que vêm no lugar da variável (x) que fazem função do *sinthoma*. Numa análise, o sujeito chegando a decifrar os S_1 , que comemoram a irrupção do gozo, pode escrever seu *sinthoma*. Assim, ele o identifica como uma escritura que fixa seu gozo. Trata-se do Um do *sinthoma*-letra reduzido à sua unidade de gozo, a sua unicidade. Na análise, a redução do sintoma pode chegar a sua função de letra, que é seu núcleo irredutível.

A letra é da ordem do Um só, do Um da "lalíngua" — o que se depositou para ele da língua materna — no qual o "x" pode ser um fonema, uma sílaba, uma frase, ou todo um sistema de pensamento. Essa letra constitui o Um que fixa um gozo: $\sum = f(1)$. Assim, a letra como *sinthoma* pode ser, por exemplo, a filosofia ou até mesmo a

psicanálise; ou uma frase de *lalíngua*, ou umas simples letras. O escreve um gozo com uma letra, conectando-se ao inconsciente. É uma escrita extraída do simbólico do inconsciente que contém um pedaço do real. A $f(x)$ como \sum retoma a definição de Lacan: o *sinthoma* provém do efeito do simbólico sobre o real.

O termo *raten* do Homem dos ratos, por exemplo, é um significante que se articula com vários outros significantes constituindo seu sintoma da dívida e todo o cortejo que a acompanha. Por significar prestações (*Raten*) e ao mesmo tempo rato (*Ratten*), articula a obsessão por ratos (o suplício, a tortura, de ter os ratos introduzidos no ânus, que ele temia que acontecesse com sua amada e com seu pai), com a (*Raten*) prestação que remetia à dívida que seu pai contraiu no jogo e a sua própria dívida impagável contraída ao adquirir óculos durante a guerra. Ao longo da análise os significados foram se esvaziando, os sintomas desaparecendo e, no final, esse termo se revela como uma letra que detém seu gozo articulando o inconsciente a ele. O *sinthoma* é o resultado da chuva da *lalíngua* que se cristaliza como a letra. Enquanto o significante traça as vias de circulação do gozo e o caminho da verdade, a *letra* fixa o real fazendo do sintoma a maneira de gozar do Inconsciente.

8. O *sinthoma*-letra no nó de três

O *sinthoma* é o efeito do simbólico no real, como se lê no nó borromeano, onde ele está entre os anéis do Real e do Simbólico. É o que não cessa de se escrever, daí ele ter função de letra, isolado da cadeia significante, salientando menos seu caráter de significante que sua característica de ser escrita. O *sinthoma*-letra é, portanto, o articulador do inconsciente com o gozo, é aquilo que não cessando de se escrever supre o que não cessa de não se escrever, ou seja, a relação sexual. O *sinthoma* () se articula com o sexual pelo gozo fálico. Ele é uma irrupção do gozo fálico que vem suprir a relação sexual que não existe: $\frac{\sum}{RS}$

No nó borromeano de três elos, Lacan situa o *sinthoma*-letra como um elemento subtraído ao inconsciente que se encontra no real. Por estar fora do imaginário, a letra exclui o sentido e seu gozo está fixado em um elemento real em conjunção com o simbólico. Já o significante tem um gozo metonímico que desliza, escapa, não é fixo e apresenta um sentido por ser imaginarizável.

Ao voltar a ser um significante e conectar-se a outros significantes, a letra retoma um sentido podendo imaginarizar-se, e o sintoma readquire seu aspecto borromeano espalhando-se, derramando-se sobre os três registros como, por exemplo, o sintoma histérico que está no imaginário do corpo, no simbólico da linguagem que o sustenta e proporciona ao sujeito uma satisfação tão real, que Freud diz que é sua forma de gozar. O sintoma para Freud é a vida sexual do neurótico; e para Lacan é forma de gozar do inconsciente.

Como atingir o real do sintoma? Ou como lidar na análise com o *sinthoma*?

“Não há a menor esperança”, assinala Lacan, “de se alcançar o real pela representação. O *sinthoma* vem do real e ele se apresenta como um peixinho voraz de sentido.” E com isso ele se prolifera. Se você quiser nutrir, engordar um sintoma dê-lhe para comer o sentido. Quanto mais sentidos forem fornecidos, mais “robustos” serão os sintomas dos analisantes. Muita gente faz do consultório do analista a academia de halterofilismo dos peixes-sintomas. O sentido não tem limite — quanto mais se dá, mais o sintoma pede — e mais inflado ele se torna, inflado de imaginário.

A direção da análise deve visar não a extinção, e sim a redução do sintoma. Reduzir o sintoma é reduzir seu sentido, presente no processo de deciframento. Mas, há uma resistência a essa redução, devido ao gozo do sentido. Por outro lado, dar sentido é dar consistência (imaginária) e insuflar o seu gozo. A arma que o analista tem no combate ao sentido do sintoma é o jogo de palavras, o equívoco e aí, diz Lacan, “tudo o que concerne ao gozo e em especial ao gozo fálico pode ser reduzido”.

No simbólico, se elabora o *saber* inscrito na lalíngua — esse saber é próprio à equivocidade significante presente em cada língua — que constitui propriamente o inconsciente. É à medida que se ganha em lalíngua, ou seja, se detecta os equívocos significantes que ela propicia na formação sintomática, que se reduz o sintoma. No entanto, sempre permanecerá no Simbólico, o *Uverdrangung*, ou seja, o recalque originário que é aquilo do inconsciente que jamais deixará de ser inconsciente e, portanto, jamais será interpretado. O irredutível do processo analítico é o *sinthoma*-letra ao qual o analisante se identifica no final de análise, como o seu gozo.

Estranha identificação de final de análise. À queda dos significantes ideais, que nortearam a vida do sujeito e sustentaram sua fantasia, sucede uma identificação com o *sinthoma*. Trata-se de uma identificação que é algo da ordem de um assumir a sua singularidade de maneira de gozar que propicia uma satisfação do final da análise – satisfação como efeito da identificação do sintoma como letra, ou seja, a satisfação como gozo da letra.

O *sinthoma* do final de análise obedece à ética do bem-dizer própria à psicanálise: é um real bem dito. A identificação com o *sinthoma* é uma operação de final de análise que implica, em primeiro lugar, em identificar o sintoma enquanto formação linguageira e derivada de *lalíngua* que fixa um gozo e que não é possível de ser mais reduzido ou eliminado, pois é o produto de todo processo analítico. O sujeito dá por esgotadas as interpretações que ele poderia gerar. Trata-se de identificá-lo como algo que não seria mais possível de mudar, de interpretar ou reduzir. O *sinthoma* como $f(x)$, função da letra, é o irreduzível de uma análise. Em segundo lugar, trata-se de aceitar o sintoma como parceiro de gozo e como a maneira de gozar de seu inconsciente.

Esse último aspecto é importante para a economia do gozo no que tange o sofrimento e a satisfação. No final de análise, a identificação ao sintoma é aceitar sua maneira de gozar. O “bem-dizer o sintoma” é o efeito de identificar-se com ele, condição necessária para guardar certa distância e saber lidar com ele. O sujeito não mais dá crédito ao sintoma e não acredita que ele possa desvelar alguma verdade última, escondida. O *sinthoma-cifra* do real é um signo de gozo e não um monumento da verdade, sempre meio-escondida, enigmática, e solicitando sua buscada.

Ao adotar o *sinthoma*, o sujeito não luta mais contra ele, pois o aceita como seu, ele se identifica com ele. Não é mais um corpo estranho, um parasita. Ele é o resto do deciframento que ocorreu ao longo da análise e com o qual ele tem que lidar como aquilo que ele é. Identificar-se com o *sinthoma* é saber, como diz Caetano Veloso, “a dor e a delícia de ser o que é”. Essa identificação, que é uma identificação de ser, é a condição para o sujeito saber lidar com ele: utilizá-lo ou poder distanciar-se dele. É tomar a letra do seu *sinthoma*, como aquilo que pode designar o ser. Ele sabe, inclusive, do aspecto de artifício disso, ou seja, ele sabe que o *sinthoma* é um artifício de linguagem para cifrar o gozo. Pois o ser para a psicanálise não é o ente ou o vir-a-ser

heideggeriano, é o falasser como o ser suscetível de se identificar a uma letra de gozo, condensador de suas histórias, de suas fantasias, de seus desejos etc. É, no entanto, ininterpretável, pois reduzido e irreduzível a um núcleo sintomático cujo sentido se esgota. A redução do sentido é acompanhada pela redução do gozo do sintoma, tendo como efeito um alívio do sofrimento que o acompanhava. Trata-se, como diz Lacan, de *resserrer*, que podemos traduzir por contrair, encurtar, comprimir, e até mesmo, restringir o gozo. Isso promove uma deflação, tanto no sentido, quanto no gozo, podendo haver uma mudança da valência do gozo que passa do sofrimento à satisfação.

Lacan (1975) aponta em R.S.I. a diferença entre acreditar no sintoma, *le croire*, e dar crédito ao sintoma, *y croire*. Acreditar no sintoma é como acreditar em Deus, o sujeito acredita nele como garante, garantia de vida ou então como um seguro de vida que ele paga para não lidar com sua morte, o sujeito paga com o sintoma, ao acreditar nele para não ter de lidar com sua divisão. Quem acredita em seu sintoma não procura o analista. Mas quem não acredita, e o questiona e ainda se deixa interrogar por ele, pode vir procurar o analista, mas com a condição de dar crédito ao sintoma, o que ocorre quando o sintoma faz enigma e o sujeito acredita que este possa lhe revelar algo de verdade. O sujeito dá crédito à possibilidade de que o sintoma possa falar.

A análise sustenta o crédito dado ao sintoma promovendo a sua decifração. Esse crédito que vai até seu esgotamento pois a análise, como diz Colette Soler, promove o descrédito do sintoma. Depois que o sujeito deu a volta toda de sua decifração e esgotou seu sentido, aí sim a análise não sustenta mais seu crédito. O que resta do sintoma no final da análise é correspondente ao para-além do sentido e ao final do crédito – é o real do sintoma. Pois ao real não é possível se dar crédito, pois o real é sem sentido.

O descrédito no sintoma-mensagem que a análise promove é contemporâneo da assunção do sintoma-signo. Em francês diríamos *le symptôme-signe*. A partir da equivocação que lalíngua francesa permite podemos chamar de o *sintoma-cisne* que é o sintoma como signo do real. Seria uma bela compensação dizer que a análise vai do sintoma-patinho feio ao sintoma-cisne e que o real de feio vira bonito. Mas não é bem assim, pois o sintoma-signo é um cisne desacreditado reduzido a

uma cifra de gozo. Que nada mais é senão puro sinal de vida de um ser falante.

O sinal de vida é sinal de gozo – o gozo do vivente conectado a seu inconsciente. Esse sinal é a letra de gozo. Não necessariamente um “cisne”, clichê paradigmático da revolta do patinho feio. Pode ser uma outra ave, um tuiuíú, por exemplo, pássaro do pantanal, cara ao poeta Manoel de Barros que lhe dá uma bela grafia: tu-you-you. Bem a propósito, pois o *sinthoma*, como letra que fixa um gozo é a articulação de *lalíngua* com a maneira como o sujeito falante goza – não sem seu inconsciente – com seu parceiro, com aquele ou com aquela com que faz par sexual. O *sinthoma* faz laço social – faz parceria amorosas.

O percurso da análise, que vai do sintoma-mensagem ao sintoma-signo, se acompanha do descrédito no sintoma e da redução do gozo do sintoma, experimentado pelo sujeito como alívio. Lacan, em R.S.I. utiliza o termo *resserrer* para se referir ao trabalho da análise sobre o gozo, que pode ser melhor traduzido por contrair, mas também por encurtar, comprimir ou até mesmo restringir o gozo. Trata-se da redução desse “gozar do inconsciente”, equivalente à redução do sintoma, a seu núcleo imutável, o que se acompanha da deflação do crédito, uma vez que só se dá crédito àquilo de que se goza. [...]

Se o crédito dado ao sintoma que ocorre na análise se acompanha da crença no sintoma, o sujeito pode interromper a análise para defender o gozo do sintoma. É o descrédito no sintoma promovido pela análise que permite ao sujeito não se fixar no discurso do mestre, pois não acredita no S_1 de seu sintoma, em sua letra de gozo. Ele a constata mas nela não acredita. Identificar-se com seu sintoma não é necessariamente fazer de seu sintoma o mestre do discurso, a dominação do poder da letra. O descrédito no sintoma é correspondente à possibilidade de circular com seu sintoma nos discursos. Lidar com seu *sinthoma-signo* no discurso histórico implica também necessariamente a contração de gozo do sintoma para que o sujeito utilize a divisão subjetiva como sintoma em forma de semblante. Contração tanto mais necessária no que diz respeito ao discurso do analista, onde não se trata de usar seu sintoma como semblante de agente do discurso, e sim de se fazer de sintoma para o analisante. Isto implica poder deixar seu *sinthoma-cisne* no lago de fora do dispositivo analítico para se prestar ao semblante de objeto causa para o analisante. O analista não opera com seu *sinthoma* – saber

lidar com seu sintoma é, no discurso analítico, poder não usá-lo. Deixar o *tu-you-you* voando no azul de sua vida particular.

Referências bibliográficas

DIDIER-WEIL, A.; SAFOUAN, M. (2009). *Trabalhando com Lacan*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

FREUD, S. (1996). “Para-além do princípio do prazer”. In: *Obras Psicológicas Completas*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago.

JOYCE, J. (1982). Stephan Hero. *Oeuvres complete*, Paris : La Pléiade.

_____. (1916). *A portrait of an artist as a young man*. Disponível em: <<https://goo.gl/uQ3Xqq>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

QUINET, A. (2009) *A estranheza da psicanálise: a Escola de Lacan e seus analistas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2011). *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2013) “Psicanálise e música: reflexões sobre o inconsciente equívoco”. *Música e Linguagem – Revista do Curso de Música da UFES, Vitória*, v. I, ago. 2013, p.10-35.

LACAN, J. (1975). “Conférence à Genève sur le symptôme”. In: *Le bloc-notes de psychanalyse*, Paris, 1985, n. 5, p. 12.

_____. (1975). *O Seminário, Livro XXIII*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. (1976-77). *Séminaire XXIV, L'Insu que sait de l'une bévue*. Disponível em: <<https://goo.gl/QY7Tou>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

_____. (1979) *O Seminário, Livro XX, Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. (1985) “La terceira”. In: *Intervenciones y textos 2*. Buenos Aires: Ed. Manantial.

_____. (2003) *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Palavras-chave: *sinthoma*, *lalíngua*, *nó borromeano*, *Joyce*, *inconsciente*

Keywords: *sinthoma*, *lalangua*, *borromean knot*, *Joyce*, *unconscious*

Notas:

* Antonio Quinet é médico, psiquiatra, psicanalista, doutor em Filosofia e dramaturgo. É Analista Membro da Escola (AME) de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano; professor adjunto do Mestrado e Doutorado de Psicanálise, Saúde e Sociedade da UVA. Fundou a Cia. Inconsciente em Cena, da qual é diretor. É pesquisador da FAPERJ (pesquisa Hilda & Freud - collected words). É Professor convidado do Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Docente de Formações Clínicas do Campo Lacaniano - Rio de Janeiro. É membro da Associação Brasileira de Psiquiatria. Co-editor da publicação francesa En-je Revue de Psychanalyse.

AMÁLGAMA DE PERSPECTIVAS: A AQUISIÇÃO DE SEGUNDA LÍNGUA ENQUANTO PROCESSO MULTIFACETADO

PAIVA, V. L. M. O. *Aquisição de Segunda Língua*. São Paulo: Parábola, 2014. 200 pp.

Comprometido em fornecer apontamentos teórico-reflexivos referentes aos estudos sobre a aquisição de segunda língua, o livro de Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva leva em consideração o fato de que a maioria das produções científicas concernentes à questão foi fundamentada em contextos socioeducacionais notadamente distintos do brasileiro, especialmente no que corresponde ao grau de contato ou familiaridade dos aprendizes com experiências reais envolvendo a segunda língua. Neste sentido, a obra da referida autora apresenta um aspecto inovador na medida em que, além de expor os principais modelos, teorias e hipóteses concernentes à aquisição de segunda língua, fornece ao leitor, na maioria dos capítulos, exemplos de narrativas de aprendizagem utilizados para subsidiar pressupostos correspondentes a cada estudo apresentado, por meio do depoimento de aprendizes tanto estrangeiros quanto brasileiros. Tal elemento diferencial, além de facilitar a verificação prática dos conceitos apresentados pelas diferentes perspectivas teóricas, permite observar questões relativas ao processo de aquisição de segunda língua a partir da perspectiva dos aprendizes.

A própria contracapa do volume, a título de exemplificação, é um componente de destaque na obra ao esclarecer o objetivo pretendido pela autora, que corresponde a apresentar aos leitores um aparato de perspectivas teóricas responsáveis por auxiliar a compreensão da questão em torno de como uma segunda língua é aprendida. Além disso, ainda na contracapa do livro, torna-se evidente o posicionamento crítico da autora frente aos estudos até então desenvolvidos, ao considerar que nenhuma das teorias apresentadas consegue, isoladamente, abarcar toda a complexidade em torno do processo de aquisição de segunda língua, contribuindo, contudo, para a compreensão de um ou mais elementos que compõem o conjunto maior de tal questão.

Anteriormente à apresentação dos capítulos, em uma seção de caráter introdutório, o volume apresenta esclarecimentos de Paiva acerca da publicação de seu livro, cuja conclusão, segundo a própria autora, foi favorecida por meio do apoio oriundo de agências de fomento e da Faculdade de Letras da instituição em que leciona. Esta consideração, da mesma forma como o próprio perfil acadêmico-profissional da autora, pode ser tomada como elemento distintivo favorável ao volume, cujo valor enquanto obra de referência acadêmica é oficialmente reconhecido. Ao enfatizar informações já contidas na contracapa do volume, especificamente no que corresponde ao distanciamento dos principais construtos teóricos disponíveis sobre aquisição de segunda língua com relação ao contexto brasileiro, a autora destaca a importância das narrativas de aprendizagem contidas no volume pois, por meio delas, torna-se possível associar as perspectivas teórico-metodológicas expostas a contextos e situações de aprendizagem com os quais muitos dos leitores poderão se identificar.

Em termos de organização, após a introdução, o livro está dividido em dez capítulos, cada qual responsável por apresentar os principais pressupostos relativos a modelos, hipóteses ou teorias de aquisição. A disposição dos capítulos não parece seguir, necessariamente, uma sequência temporal linear, ou seja, os estudos descritos não são apresentados em função da ordem cronológica em que foram realizados ou publicados à comunidade científica. Tal aspecto, porém, não prejudica a apresentação dos conteúdos feita pela autora, uma vez que, ao longo dos capítulos, ocorre a menção aos autores e anos de publicação de seus respectivos trabalhos, além de considerações referentes à aproximação ou distanciamento de alguns dos estudos com outras perspectivas, algo que permite aos leitores verificar possíveis relações de convergência ou discordância teórica entre os capítulos do volume. Para a realização desta resenha, optou-se por apresentar os capítulos na sequência em que aparecem no volume, privilegiando, sobretudo, a descrição geral de seus objetivos e conteúdos, paralelamente ao delineamento da relação das teorias neles apresentadas com questões referentes à linguagem, seguidas da exposição de apreciações e comentários críticos.

Assim, intitulado *Teoria Behaviorista-Estrutural*, o primeiro capítulo intenta apresentar os principais autores e obras concernentes à teoria behaviorista e descreve, inicialmente, as bases que compõem este

construto teórico, a saber, as Teorias de Aprendizagem postuladas, sobretudo, por Watson (1924) e Skinner (1957) e a Linguística Estruturalista, tendo Bloomfield (1933) como um dos principais expoentes. Este apontamento é tecido pela autora a partir de Ellis (1994), cujas considerações são largamente utilizadas ao longo de todo o livro para apoiar, contrapor ou complementar apontamentos realizados por outros autores associados a uma ou mais perspectivas teóricas. A constante menção aos apontamentos de Ellis pode ser considerada elemento favorável ao livro, uma vez que tal estudioso é indicado como uma das principais referências bibliográficas para aqueles que se interessam em estudar questões referentes à aquisição de segunda língua, sendo frequentemente utilizado tanto por cursos de graduação quanto de pós-graduação. No capítulo em questão, a autora também lança mão de apontamentos do próprio Watson, cujas colocações foram por ela trazidas para conceituar noções importantes da teoria, tais como *comportamento*, *estímulo* e *resposta*. Outros apontamentos de importância colocados por Skinner (1992) são, também, apresentados pela autora ao longo deste capítulo, a saber, a definição de *comportamento verbal* (acompanhada de sua classificação em tipos) e o conceito de *condicionamento operante* e seu papel para a aprendizagem.

Na seção destinada a abordar a vertente estruturalista, além da menção à Bloomfield (1993), Paiva destaca trabalhos de Robert Lado (1964) e apresenta uma síntese de suas principais colocações, dentre as quais se pode mencionar, com maior destaque, o papel da *lingüística contrastiva* para o ensino de línguas. O contraste de *significados culturais* entre línguas é, do mesmo modo, destacado como possível ponto problemático para a aprendizagem. Um elemento essencial apresentado no primeiro capítulo reside no fato de que este apresenta uma seção destinada, especificamente, a sintetizar as ideias expostas, permitindo aos leitores acessar, retroativamente, os principais conceitos referentes à teoria behaviorista-estrutural. Por fim, posicionamentos da própria autora podem ser verificados na seção destinada à conclusão do capítulo, tanto pelo uso da primeira pessoa do singular quanto pelas adjetivações feitas acerca da teoria behaviorista que, para Paiva, apesar de ter tido influência no ensino de línguas, não fornece explicação *convincente* em torno da Aquisição de Segunda Língua (p.26).

O segundo capítulo (*Modelo Monitor, Hipótese do Input ou da Compreensão*) destaca os estudos de Stephen Krashen (1978, 1981, 1985 1995, 2000, 2004) na área da Linguística Aplicada e apresenta uma vasta gama de conceitos formulados por este estudioso, tais como o *modelo monitor*, os conceitos de *intake* ou *insumo absorvido* bem como o conjunto das *cinco hipóteses* que compõem sua teoria de aquisição, as quais são descritas de maneira objetiva a partir de excertos retirados de obras do autor produzidas em diferentes momentos. Chama a atenção o fato de a seção neste capítulo destinada a apresentar críticas ao modelo subdividir-se em duas partes. Na primeira delas, a autora elenca as principais críticas oriundas da comunidade científica, mencionando diversos estudiosos que apontam limitações ou mesmo refutam algumas das hipóteses colocadas por Krashen como, por exemplo, as noções de *aquisição* e *aprendizagem* as quais, para o autor, estão fundamentadas, respectivamente, em torno de processos inconscientes e conscientes, considerados pelos críticos de difícil definição e comprovação empírica. Na segunda parte, são apresentadas respostas colocadas pelo próprio Krashen às críticas que, eventualmente, poderiam ser direcionadas ao modelo por ele proposto.

É cabível mencionar o fato de que Paiva demonstra notável conhecimento do contexto histórico vivenciado por Krashen, salientando que muitas das críticas recebidas pelo autor são advindas do *objetivismo* que influenciava fortemente o fazer científico na época, reconhecendo somente o que era passível de observação¹. Paiva não se limita, contudo, a simplesmente apresentar um aparato de críticas aos estudos de Krashen, demonstrando nítido grau de maturidade enquanto pesquisadora ao reconhecer que produções deste estudioso impulsionaram a realização de inúmeras pesquisas científicas na área de Aquisição de Segunda Língua, ainda que muitas delas fossem destinadas a contrariar suas ideias.

No terceiro capítulo (*Modelo da Aculturação*), Paiva se propõe a apresentar de modo sintético os estudos de Schumann (1978), de acordo com o qual a aprendizagem de uma língua torna-se possível a partir do convívio com seus falantes, ocorrendo naturalmente. Para tal, a autora elenca fatores considerados por Schumann como influentes na aquisição, sendo os de ordem *social* e *afetiva* tomados como mais importantes. Ambos os fatores são, por sua vez, colocados pelo autor em uma única categorização, a saber, a noção de *aculturação*. Paiva

descreve, também, uma série de ramificações em torno tanto das variáveis sociais quanto afetivas, a partir de breves explicações sobre cada uma delas.

No referido capítulo, a maior contribuição da autora repousa, possivelmente, na seção destinada a expor críticas à teoria de Schumann, em que é possível verificar o olhar atento de Paiva para notar uma das maiores limitações ou lacunas concernentes ao modelo da aculturação, uma vez que este não contempla a questão da aquisição em circunstâncias em que determinada língua não é falada (p.58). Ao concluir o capítulo, Paiva destaca novamente tal limitação da teoria, contrastando-a com outros estudos, notadamente o da perspectiva da complexidade. Assim, para a autora, sob o prisma desta última teoria, a aquisição de uma segunda língua não poderia se reduzir à aculturação, devendo ser levadas em conta outras contribuições teóricas. Este posicionamento de Paiva reforça os apontamentos presentes na própria contracapa do livro pois, nele, expõe-se que nenhuma das teorias, modelos ou hipóteses sobre a aquisição de segunda língua devem ser desmerecidos.

O quarto capítulo (*Modelo da Gramática Universal*) apresenta as principais contribuições teóricas de Chomsky, coadunadas pela autora às questões de aquisição. Em linhas gerais, é notório o esforço realizado por Paiva para levantar obras importantes do estudioso em questão, as quais são descritas com riqueza de detalhes sem deixar de levar em conta suas contribuições para os estudos da linguagem. São contempladas, assim, obras de renome de Chomsky, tais como *Syntactic Structures* (2002), na qual é descrita a noção de língua por ele proposta, bem como outras referências que apresentam conceitos importantes no construto teórico deste estudioso, tais como a dicotomia entre *competência* e *desempenho*, as noções de *princípios* e *parâmetros*, os conceitos de *dispositivo de aquisição de linguagem* e de *Gramática Universal* assim como considerações sobre o *programa minimalista*.

Excertos de obras de Chomsky, ao longo da apresentação destes conceitos, são utilizados pela autora como forma de permitir ao leitor o acesso direto a algumas das ideias por ele desenvolvidas, algo que demonstra a preocupação de Paiva em realizar amplas pesquisas bibliográficas para expor considerações diretamente de suas fontes. Da mesma maneira como evidenciado no primeiro capítulo do volume, Paiva dedica parte de seu quarto capítulo para revisar os principais

aspectos concernentes às teorias de Chomsky, algo que favorece a compreensão do leitor frente às informações até então expostas. A fim de melhor organizar as ideias apresentadas, Paiva também destina ao quarto capítulo uma seção específica para abordar a questão de aquisição de segunda língua à luz das teorias de Chomsky, expondo pontos de concordância ou de atrito entre pesquisadores da área que lançam mão da teoria da *Gramática Universal* proposta pelo estudioso, mencionando exemplos que sustentam cada uma das posições.

A partir das considerações levantadas, a autora conclui que ainda não há estudos capazes de oferecer um modelo de aquisição de segunda língua suficientemente amplo para permitir a explicação de *princípios universais* que estariam envolvidos neste processo, visto que o modelo da *Gramática Universal* não leva em conta, por exemplo, aspectos *semânticos*, *pragmáticos* ou *sociais*, todos considerados por Paiva elementos importantes para a aquisição (p.82).

No quinto capítulo (*Modelo Conexionista*), apresenta-se uma abordagem de estudos que objetiva descrever o processo de aquisição de segunda língua sob a perspectiva da cognição. Sob tal prisma, assim, a linguagem não estaria separada dos demais tipos de cognição responsáveis, por exemplo, pelos sentidos do corpo humano. Para descrever a teoria do conexionismo, Paiva mobiliza estudos de diferentes fontes teóricas as quais, em conjunto, permitem ao leitor ter uma compreensão ampla do assunto.

Como aspecto de destaque, pode-se mencionar o fato de que a autora não se limita apenas a apresentar a teoria, mas a aproxima de outros estudos levantados, inclusive, em capítulos anteriores do livro. Tal aspecto evidencia-se logo nas primeiras páginas do capítulo, em que é possível notar a descrição do conexionismo em função de seu distanciamento com as hipóteses da linguagem enquanto elemento inato. Ademais, ao longo do capítulo, é possível notar, ainda, a apresentação de aspectos que valorizam características específicas do conexionismo, tais como o fato de este preconizar que a aprendizagem não ocorre de forma *linear*, em *etapas sequenciadas* (conforme prega o behaviorismo), mas sim de maneira *paralela ou simultânea* e em diversos locais do cérebro (p.92). Estes mesmos elementos diferenciadores são retomados por Paiva na conclusão do capítulo, para quem “Justiça deve ser feita ao conexionismo no que diz respeito à suposta semelhança com o behaviorismo.” (p.97), uma vez que os

estudos conexionistas procuram descrever o processo de aprendizagem a partir das vivências sociais dos sujeitos e não através da automatização de comportamentos.

A *Hipótese da Interação*, apresentada pelo sexto capítulo do volume, é colocada como contraponto ou reação à teoria que privilegia o *input* defendida pelos estudos de Krashen (abordados no segundo capítulo do livro), tendo como principais contribuintes os trabalhos desenvolvidos por Michael Long (1980, 1996) e Hatch (1978). Em linhas gerais, Paiva oferece descrições pontuais e acuradas que permitem ao leitor apreender tanto o percurso histórico quanto o conceito referente à hipótese da interação, a qual sugere que “[...] os aprendizes de língua precisam ser participantes ativos quando recebem *input*, pois ouvir apenas estruturas linguísticas não é suficiente para a aprendizagem bem-sucedida de uma língua.” (p.101-102). É cabível mencionar que, além da exposição do conceito, Paiva descreve as principais *estratégias interacionais* mobilizadas pelos aprendizes durante a pesquisa conduzida por Long (1980) em sua tese de doutorado, fornecendo exemplos para cada uma delas. Para expor as principais críticas à teoria, a autora lança mão, sobretudo, dos apontamentos de Rod Ellis (1991), dentre os quais se destaca a carência de evidências para dar suporte à referida hipótese. Na seção do capítulo dedicada à apresentação das críticas, a autora demonstra, novamente, nítida postura profissional, pois é capaz de apontar lacunas existentes no próprio julgamento de Ellis frente aos estudos de Long, salientando que o primeiro “[...] também não tem suporte nem teórico e nem empírico suficientes para dar suporte à proposta.” (p.107).

Por fim, a conclusão do capítulo poderia ser desenvolvida de melhor maneira caso a autora mencionasse expressamente quais elementos advindos de outras teorias favoreceriam a complementação da hipótese da interação. Este aspecto, porém, em nada compromete a qualidade dos apontamentos tecidos ao logo do capítulo, uma vez que Paiva menciona uma vasta gama de pesquisas nacionais e internacionais que se dedicaram a abordar a questão da interação, demonstrando alto rigor e capacidade de organização no levantamento de referências bibliográficas, a fim de que leitores mais interessados possam, eventualmente, consultá-las enquanto fontes adicionais de informação.

A *Hipótese do Output ou da Lingualização* presente no sétimo capítulo do volume toma como principais contribuições teóricas os

estudos desenvolvidos por Swain (1985, 1995, 2005), para quem a questão da relação entre *input* e *output* deve ser objeto de atenção. Paiva descreve, assim, que para a referida estudiosa o *output compreensível* é tão essencial quanto o *input* para a aquisição de segunda língua. Para melhor descrever a hipótese, a autora menciona detalhadamente uma das pesquisas realizadas por Swain (2005) responsável por sustentar tal hipótese, apresentando aos leitores os instrumentos de coleta de dados utilizados pela pesquisadora para cada uma das competências (gramatical, discursiva e sociolinguística) que se propôs a abordar.

Além disso, Paiva utiliza excertos da própria estudiosa para descrever as principais funções do *output* por ela propostas (função da percepção/*noticing*, testagem de hipótese e função metalinguística). Críticas direcionadas à Swain são expostas pela autora a partir de Krashen (1998), para o qual a aquisição é possível ainda que não haja produção e a insistência em solicitar que aprendizes falem não é vista como ação positiva. Paiva, ao se posicionar frente a tal crítica colocada por Krashen, a adjetiva como “muito radical”, assumindo que, particularmente, não descarta tanto a hipótese do *input* quando a do *output* compreensíveis (p.122). A autora reconhece, por fim, ambas as hipóteses como importantes para o processo de aquisição e alerta para o aperfeiçoamento de pesquisas destinadas a abordar tais questões mencionando, na conclusão do capítulo, trabalhos sobre o tema conduzidos, inclusive, no contexto brasileiro.

Intitulado *Teoria Sociocultural*, o oitavo capítulo do livro objetiva expor contribuições teóricas de Vygotsky (1978) sobre a relação entre desenvolvimento e linguagem, embora a própria autora ressalve que tanto o uso do termo “sociocultural” quanto a questão da aquisição de segunda língua não foram expressamente abordados por este estudioso, algo que não desmerece, contudo, seus trabalhos, visto que muitos deles influenciaram pesquisas posteriores que se dedicavam a abordar a questão da aquisição (p.127). A introdução do capítulo esclarece ao leitor os principais conceitos que serão apresentados, a saber, *mediação*, *zona de desenvolvimento proximal*, *fala privada* e *andaime*, comprometendo-se a abordar a apropriação ou reformulação destes em pesquisas destinadas especificamente à aquisição de segunda língua.

Ao decorrer do capítulo, nota-se o empenho da autora tanto para definir tais conceitos com precisão quanto para expor exemplos, utilizando excertos advindos de obras do próprio Vygotsky para

reforçar ou ilustrar ideias apresentadas, além de tecer comparações com outros estudos como os de Piaget. Um elemento chamativo repousa no fato de que, para exemplificar a noção de *fala privada*, além de mobilizar narrativas de aprendizagem presentes em muitos dos capítulos, a autora menciona aspectos da própria experiência que vivenciou enquanto aprendiz de uma segunda língua, ação que, de certa maneira, a aproxima do público leitor e gera com ele certo grau de confiança e identificação.

Na seção conclusiva, Paiva sintetiza a perspectiva da teoria sociocultural coadunada à aquisição de línguas, ao lançar mão das contribuições de referências como Ohta (2000). A autora conclui, assim, que muitos dos exemplos retirados tanto das narrativas de aprendizagem quanto de outras pesquisas mencionam o papel da *mediação* como elemento relevante à aquisição. Ao assumir posicionamento crítico, contudo, Paiva atenta para o fato de que o ambiente pode, também, apresentar impactos negativos sobre o desenvolvimento de aprendizes, mencionando um estudo próprio conduzido em 2010 responsável por demonstrar que tanto outros colegas como até mesmo professores podem influenciar negativamente um aprendiz por meio, por exemplo, de exigências que transcendem suas possibilidades e da crítica em excesso ou imerecida (p.140). Como último apontamento, embora não haja uma seção destinada exclusivamente a tecer críticas à teoria sociocultural, estas aparecem na conclusão a partir das ressalvas colocadas pela própria autora embasada em seu estudo, aspecto que, por fim, supre essa lacuna e confere maior validade ao capítulo por não desconsiderar possíveis limitações da teoria.

Intitulado *Aquisição de Segunda Língua na Perspectiva da Complexidade*, o penúltimo capítulo do livro busca estabelecer conexões entre a *ciência da complexidade* e a *aquisição de segunda língua*, apontando pesquisas de Diane Larsen-Freeman (1997, 2002, 2007) como pioneiras na abordagem do diálogo entre estes dois elementos. Apoiando-se em estudos da referida pesquisadora, Paiva dedica uma seção exclusivamente à exploração de conceitos básicos referentes aos *sistemas complexos*, por meio do delineamento de suas propriedades, as quais são apresentadas em linguagem concisa e permitem ao leitor familiarizar-se com os principais aspectos característicos dos sistemas complexos. Noções importantes para o

entendimento da teoria, tais como a de *atrator*, *atrator estranho* e *fractal* são, também, definidas e explicadas pela autora.

Na seção subsequente, Paiva explicita sua visão adotada para definir a língua/linguagem e procura arregimentar argumentos para sustentar seu ponto de vista a partir de pesquisas de Larsen-Freeman. Assim, para a autora, a noção de língua/linguagem corresponde a *sistemas dinâmicos* e *não-lineares*, *adaptativos* e formados pela relação entre elementos de ordem *biológica*, *cognitiva*, *social*, *histórica*, *cultural* e *política*, os quais possibilitam aos sujeitos *pensar e agir* socialmente (p.144). Torna-se evidente, a partir do exposto, que Paiva adota uma perspectiva multidimensional para conceituar a linguagem, sendo o processo de aquisição de segunda língua definido a partir deste mesmo ponto de vista.

Ao longo do capítulo, fica evidente a adesão da autora à perspectiva da complexidade, sobretudo por meio de colocações realizadas na primeira pessoa do singular as quais permitem ao leitor confirmar sua afinidade para com a teoria. Assim, para Paiva, sob o prisma da complexidade, diferentes teorias, ainda que conflitantes, podem ser mobilizadas a fim de tentar explicar o multifacetado processo de aquisição de segunda língua. Para fins de exemplificação, Paiva fornece uma esquematização gráfica que ilustra a aquisição de segunda língua enquanto sistema complexo, levando em conta diversos elementos expostos por outras teorias descritas em capítulos anteriores do volume, tais como as *estruturas mentais inatas*, a *mediação sociocultural* e a *interação*, por exemplo.

Atrai a atenção o fato de que as linhas utilizadas pela autora para representar cada elemento estão entrelaçadas, dando suporte à ideia de que estes estão em constante movimentação, enfatizando a visão do fenômeno da aquisição enquanto processo dinâmico e aberto. Ao concluir o capítulo, a autora descreve brevemente uma proposta de abordagem de ensino de segunda língua embasada a partir da perspectiva da complexidade e menciona possíveis benefícios que poderiam ser trazidos às práticas de ensino a partir de sua adoção. Diferentemente dos capítulos anteriores, críticas à teoria exposta não são apresentadas nesta parte do volume, algo que pode ser tomado como elemento desfavorável ao nono capítulo por não permitir ao leitor ter acesso às possíveis limitações características da perspectiva da complexidade.

Tal aspecto pode ser parcialmente sanado, porém, a partir da leitura das críticas direcionadas aos outros estudos teóricos apresentados ao longo do volume, muitos dos quais são levados em conta para compor a perspectiva da teoria apresentada. É evidente, porém, que a verificação pelo leitor das críticas a cada teoria feita de maneira isolada não assegura, analogamente, a compreensão geral das limitações da perspectiva da complexidade. Por fim, embora a autora reconheça que em narrativas de aprendizagem podem ser encontradas evidências que dão suporte à visão do processo de aquisição de segunda língua enquanto sistema complexo, estas não estão presentes no capítulo em questão. A utilização de narrativas sobre experiências de aprendizagem de línguas poderia conferir, como ocorre nos demais capítulos, maior consistência às ideias apresentadas e fornecer subsídios para validar a perspectiva teórica trazida pelo capítulo em questão.

No último capítulo (*Outras Teorias*), a autora apresenta a revisão de quinze teorias sobre aquisição de segunda língua. Dentre algumas delas, podem-se mencionar estudos de pesquisadores como Barry McLaughlin (*Teoria de Processamento da Informação*), Larry Selinker (*Teoria da Interlíngua*) e Rod Ellis (*Modelo da Competência Variável e Teoria CREED Associativo-Cognitiva*), geralmente indicados ou mencionados em disciplinas de cursos de graduação ou de pós-graduação que se dedicam a abordar questões referentes à aquisição ou ensino/aprendizagem de línguas. O recorte realizado por Paiva parece, assim, contemplar os principais estudos concernentes à área e fornece ao leitor a oportunidade de conhecer pressupostos básicos de cada um deles. Deste modo, além dos estudos realizados pelos autores já apontados, cabe mencionar que as demais seções apresentadas no último capítulo objetivam descrever as seguintes teorias, abordagens e modelos: *Modelo ACT*; *Teoria funcional-tipológica*; *Abordagem orientada para o conceito*; *Modelo da competição*; *Teoria neurofuncinal*; *Modelo multidimensional*; *Modelo cognitivo-interacionista*; *Teoria da acomodação*; *Abordagem da identidade*; *Teoria da atividade* e *Modelo dialógico*.

Como apontamentos finais, o volume resenhado apresenta elementos (tanto estruturais quanto em termos de conteúdo) notadamente positivos. Todos os capítulos apresentam seções destinadas a finalidades específicas, tais como introduzir os construtos teóricos levantados, apresentar suas características, tecer críticas e

conclusões e fornecer narrativas de aprendizagem que contribuem para sustentar as perspectivas exploradas. Ademais, ao final do livro, é possível encontrar um glossário de termos concernentes à área de aquisição e ensino/aprendizagem de línguas, possibilitando aos leitores o acesso rápido e preciso a muitos dos conceitos e teorias apresentados ao longo do volume. Paiva, seguramente, fez de seu livro uma importante obra de referência para estudantes e professores da área ou interessados na questão da aquisição, a partir da exaustiva pesquisa bibliográfica e da organização de temas imprescindíveis ao fornecimento de uma visão robusta e abrangente sobre o complexo e multifacetado processo de aquisição de língua, seja esta materna ou estrangeira.

Rogério Macedo de Oliveira

Mestrando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em
Linguística da UFSCar

Referências Bibliográficas

HOLMES, J. (1992). “Research and the postmodern condition: the changed nature of doing research in applied linguistics”. In: PASCHOAL, M. S. Z; CELANI, M. A. A. (orgs). *Linguística Aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar*. São Paulo: Educ, p.38-42.

Notas

¹ Holmes (1992, p.39-40) descreve que a orientação clássica utilizada nas investigações científicas foi, tradicionalmente, o *modelo científico positivista*, o qual influenciou fortemente as Ciências Sociais com a objetividade preconizada pela *perspectiva quantitativa* sendo, durante um longo período, o único modelo disponível para pesquisadores de quaisquer campos do conhecimento (incluindo linguistas aplicados). Tal quadro, porém, começa a se alterar com maior expressividade entre o final da década de setenta e o início da década de oitenta, delineando o crescente aumento da importância da *abordagem interpretativista* para as investigações sobre aprendizagem de línguas. (*Ibid.*, p.41)